

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ

PAULO DA SILVA CABRAL
(Entrevista)

Ficha Técnica

Projeto de pesquisa – Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil

Entrevistado – Paulo da Silva Cabral (PC)

Entrevistadores – Luiz Octávio Coimbra (LO), Nilson Moraes (NM)

Data – 06/11 a 18/12/1986

Local – Rio de Janeiro, RJ

Duração – 16h49min

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

CABRAL, Paulo da Silva. *Paulo da Silva Cabral. Entrevista de história oral concedida ao projeto Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil*, 1986. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 2024. 209p.

Resenha biográfica

Pedro da Silva Cabral, nasceu no Rio de Janeiro, 1919. Seu pai era funcionário público e faleceu, vítima de malária, quando Paulo Cabral ainda era recém-nascido. Criado pela mãe e pelo irmão mais velho, viveu muitas dificuldades no bairro do Riachuelo. Coursou o ginásio e o secundário no Colégio Pedro II, internato. É casado e tem um filho.

Formado pela atual Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), iniciou sua carreira de profissional defendendo no Tribunal de Segurança alguns dos militares revoltosos de 1935. Ao mesmo tempo, iniciou suas atividades como redator do jornal *A Noite*, função que exerceu até 1957.

Ingressou na Previdência Social, em 1940, sendo nomeado por Getúlio Vargas como inspetor de Previdência do Ministério do Trabalho.

Em 1942, assumiu a Procuradoria da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). E, 1977, aposentou-se como procurador-chefe da Consultoria Jurídica do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e, em 1984, voltou a ocupar o cargo de procurador-geral do INPS, por um breve período.

Durante a sua trajetória no sistema previdenciário – na procuradoria, no setor de benefícios, no serviço social, na presidência da Junta Interventora do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC), em 1964, ou na presidência do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) – acumulou um grande conhecimento ao que se refere à Previdência brasileira.

Organizador e chefe do serviço social da Caixa da Central do Brasil, entre 1944 e 1949, lançou nesta ocasião o jornal *O Trilho*.

Estudioso das primeiras Caixas de Previdência que antecederam a Lei Eloy Chaves, participou do I Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1947. Foi representante da Caixa da Central junto ao grupo de trabalho para a constituição do Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB), membro de diversas comissões para apuração dos débitos da União com a Previdência, professor universitário, professor da Escola Naval, especialista em direito previdenciário e membro da Academia Brasileira de Previdência Social, com sede em São Paulo.

Sumário

1ª Entrevista

Data: 06/11/1986

Fita 1 – Origem familiar; o avô materno; a infância no Rio de Janeiro; o ingresso no internato do Colégio Pedro II; influência do Professor Júlio César Melo e Souza (Malba Tahan); comentário sobre Jetro Batista da Mora; o lazer dos jovens no bairro do Riachuelo na década de 30; o vestibular para a Faculdade de Direito da UFF; o trabalho para os jornais *A Noite* e *Lux Jornal*; a nomeação para o cargo de inspetor da Previdência Social; a avaliação do Movimento Tenentista; comentário sobre Luiz Carlos Prestes.

Fita 2 – O trabalho como defensor dos militares revoltosos de 1935, no Tribunal de Segurança; posicionamento ideológico; amizade com Heráclito de Souza Ribeiro; o médico da família; a gripe espanhola de 1917 e o tratamento com homeopatia; referência à mãe; a utilização da Carteira de Empréstimos do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE); a formatura do irmão na Escola Naval;

2ª Entrevista

Data: 13/11/1986

Fita 2 (continuação) – Os professores do Pedro II; comentário sobre o Professor Hânema Guimarães; o convite para a vice-presidência do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários e Empregados do Serviço Público (IAPFESP), 1m 9164; histórico das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) no Brasil; a Caixa da Estrada de Ferro Recife-Caruaru; as relações trabalhistas da EFCB; a substituição funcional da EFCB.

Fita 3 – A Lei Eloy Chaves; a estabilidade no emprego prevista pelo Lei Eloy Chaves; histórico das CAPs; as mobilizações trabalhistas nas décadas de 10 e 20; os cocheiros; a greve dos padeiros; a permissão para serviços hospitalares pelas CAPs, em 1931; a bula da Lei nº 22.016 que previa a internação hospitalar apenas para operações; crítica à segmentação das CAPs; a exclusão dos trabalhadores rurais; o surgimento dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs); o concurso de 1937 para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI); os “intelectuais” da Previdência Social; comentário sobre João Carlos Vital e o ISSB; análise do projeto do ISSB; comentários sobre o Plano Beveridge; a guerra e o comunismo; Previdência Social e direito natural; entrevista com Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira para *A Noite*.

Fita 4 – A chefia do serviço social da Caixa Central; a defesa dos segurados no serviço social; a organização da revista *O Trilho* no serviço social; comentário sobre Clóvis Bevilacqua e Ruy Barbosa; os processos na Caixa da Central; assistência jurídica aos segurados; relato de um caso de recebimento indevido de pensões por parte de hansenianos; a revista *O Trilho* do serviço Social da Caixa Central; a chefia do serviço

social; o trabalho como inspetor de Previdência do Departamento Nacional de Previdência Social (DNPS) junto à Caixa da Central e ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores (IAPE); a nomeação para procurador da Caixa da Central; as irregularidades na Caixa da Central e no IAPE; comentário sobre o caso de uma prostituta que requereu pensão; a participação no I Congresso Brasileiro de Direito Social; a repercussão da política habitacional da Caixa da Central.

3ª Entrevista

Data: 20/11/1986

Fita 5 – A presidência do IAPFESP; relato do caso de suicídio de um aposentado; o encontro com o General Geisel; comentário sobre a Carteira Predial da Caixa da Central; comentário sobre o conjunto habitacional dos institutos de Previdência; o valor das aposentadorias; as responsabilidades da Caixa da Central e do Tesouro Nacional no pagamento das aposentadorias dos funcionários públicos vinculados ao sistema previdenciário; promoção à Diretoria de Benefícios da CAPFESP; atuação como diretor da CAPFESP; relato do caso de um funcionário tuberculoso; os benefícios concedidos e as doenças profissionais dos ferroviários; relato de casos de tuberculose e hanseníase.

Fita 6 – Aposentadoria de uma hanseniana na CAPFESP; hanseníase e estigma; a incidência de doenças por categoria profissional na CAPFESP; relato do caso de um colega tuberculoso; as doenças e o tempo de carência das contribuições; parecer sobre a aposentadoria de um menor acidentado no trabalho; defesa de tese no I Congresso Internacional de Seguridade Social (RS); a estrutura nacional do serviço médico na Caixa da Central; o médico visitante da Caixa da Central; as eleições para o Conselho Deliberativo da Caixa da Central, em 1950;

Fita 7 – Histórico da estrutura administrativa da Caixa da Central; o Hospital Graffrée Guinle (RJ) e a Caixa da Central; o trabalho no jornal A Noite; o trabalho junto à Presidência da República, em 1952; lembranças do I Congresso dos Trabalhadores na Previdência Social, em 1953;

4ª Entrevista

Data: 27/11/1986

Fita 7 (continuação) – Histórico da criação CAPFESP, em 1953; as Caixas de Ferroviários do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais absorvidas pela CAPFESP; o impacto da unificação das Caixas de ferroviários e servidores públicos; o ambulatório da Caixa da Central na Rua do Matoso; os funcionários da CAPFESP-IAPFESP; a comunidade de serviços informal entre o Instituto de Aposentadoria e Pensões e Pensões dos Bancários (IAPB) e o IAPFESP.

Fita 8 – Relato do caso de um segurado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM) que foi operado por Egas de Barros; o atendimento aos tuberculosos; comentário sobre o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS); o papel do

procurador na Previdência Social; os critérios para confirmação de paternidade na Previdência brasileira; relato de um caso de atraso do pagamento de contas municipais na CAPFESP sobre cobrança de dívida com o IAPFESP; a saúde pessoal e da esposa; o dia de pagamento do IAPFESP; a presidência do IAPFESP; a situação financeira do IAPFESP.

Fita 9 – A Comissão de Estudos da CAPFESP sobre a cobrança de dívidas das empresas públicas; as intervenções de interesses político-partidários na CAPFESP; a carreira profissional de uma cunhada na Previdência Social; ascensão à chefia da Procuradoria do INPS; a equipe de colaboradores na procuradoria; a organização do quadro de pessoal do IAPFESP no governo Kubitschek comentários sobre a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS); as Juntas de Julgamento e Revisão (JJR); a chefia da Procuradoria Regional do IAPFESP; a perseguição a Raimundo Lopes Machado após 1964.

Fita 10 – A perseguição ao representante dos trabalhadores na direção do IAPFESP; as invasões a conjuntos residenciais no governo João Goulart;

5ª Entrevista

Data: 04/12/1986

Fita 10 (continuação) – Comentário sobre a posse na Procuradoria-Geral do INPS; o centenário do Colégio Pedro II; a Junta Interventora do IAPFESP, em 1964; a nomeação para a presidência da Junta Interventora; a solidariedade com Jesus Soares Pereira; as perseguições políticas no IAPFESP; o caso de desfalque na tesouraria do IAPFESP.

Fita 11 – O caso de desfalque na tesouraria do IAPFESP; a nomeação para a presidência do IAPFESP; o contato com o Ministro Peracchi Barcellos; as casas para funcionários do IAPFESP em Brasília; a reunião com a participação do deputado João Alves; o encontro com o Ministro Peracchi Barcellos; a presença do Serviço Nacional de Informações (SNI) e de autoridades militares no IAPFESP; comentários sobre Raimundo Lopes Machado.

Fita 12 – Relato do caso de tentativa de impedimento de uma nomeação para a delegacia de Pernambuco; as relações com o Ministro Nascimento e Silva; unificação dos IAPs; a transformação do IAPFESP em secretaria; a nomeação para a Secretaria de Seguros Sociais do INPS;

6ª Entrevista

Data: 11/12/1986

Fita 12 (continuação) – A organização da Secretaria de Seguros Sociais do INPS; o convite para a reunião da Associação Internacional de Seguridade Nacional (AISS), em Leningrado; a reunião com o Ministro Jarbas Passarinho; a participação na reunião da AISS em Leningrado; a questão da idade-limite para aposentadoria; o convite para auxiliar a Comissão de Direito Social do Ministério do Trabalho.

Fita 13 – O convite para a presidência do CRPS; os primeiros dias de trabalho no CRPS; histórico dos conselhos de recursos da Previdência; o papel do CRPS.

Fita 14 – O prêmio aos funcionários do CRPS concedido pelo laboratório Roche; relato do caso de aposentadoria da mulher de um segurado acidentado; os conflitos entre o presidente do CRPS e o consultor-médico da Previdência Social; a equipe de assessoria do CRPS; o afastamento do CRPS; as relações entre a Comissão Médica da Previdência Social (CMPS) e o CRPS.

Fita 15 – O conflito entre o CRPS e a CMPS; a intervenção do Ministro Júlio Barata e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); Júlio Barata no governo Vargas; opinião sobre o seu afastamento do CRPS; a estrutura de funcionamento do CRPS; o encontro com o Ministro do Trabalho Júlio Barata; comentários sobre a manifestação dos subordinados quando do seu afastamento do CRPS; avaliação do trabalho na CMPS; opinião sobre o regime militar pós-64; a intervenção de um oficial do SNI no IAPFESP;

7ª Entrevista

Data: 18/12/1986

Fita 15 (continuação) – A representação da CMPS contra o presidente do CRPS; conceituação de lei e decreto-lei; histórico dos decretos no primeiro governo Vargas; a CMPS e o CRPS na estrutura do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS); avaliação da CMPS; leitura da defesa contra a representação promovida pela CMPS; o caso Raimundo Lopes Machado; a carta enviada por Raimundo Lopes Machado, em 1965; a carta recebida, em 1980, de um ex-funcionário do IAPFESP que foi anistiado; o curso na Associação de Docente da Escola Superior de Guerra (ADESG); a divisão territorial do país; avaliação do trabalho no CRPS; a equipe de trabalho no CRPS; as pressões sofridas pelo responsável do setor de contratos da Previdência; o caso de uma ameaça telefônica.

Fita 16 – O exemplo de vida e o suicídio do avô; opinião sobre a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS); posicionamento contrário à instituição da Procuradoria Jurídica do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS); comentários sobre a extensão dos benefícios previdenciários pós-74; defesa da filiação de donas-de-casa e das prostitutas ao sistema previdenciário; a Academia Brasileira de Previdência Social; o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário; o I Congresso Brasileiro de Seguridade Social em Porto Alegre; comentários sobre as fraudes na Previdência; relato de um caso de fraude na Diretoria de Benefícios em Barra do Piraí (RJ); os procedimentos em casos de fraudes; o caso de uma aposentadoria fraudada; a tese apresentada no Congresso de Porto Alegre, em 1980; opinião sobre seguro e seguridade social; opinião sobre Bismarck e Beveridge; visão comparativa da Previdência Social em diversos países; comentários sobre a aposentadoria dos aeronautas; o cálculo da própria aposentadoria; sugestão sobre as formas de cobrança das contribuições previdenciárias; a doença da esposa; a saúde pessoal; os tratamentos médicos na família; comentários sobre a massificação da Previdência brasileira; o caso de diagnóstico feito

na juventude por Fioravanti di Piero; opinião sobre a transferência do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) para o Ministério da Saúde; lembranças dos dispensários de tuberculose; as condições da própria aposentadoria.

Fita 17 – Comentário sobre a sua aposentadoria; elaboração da lei sobre os empregados das estatais aposentados pelo Presidente da República, em 1964; o caso de um benefício concedido a uma segurada com neto tuberculoso; o aspecto humano dos funcionários da Previdência Social; os conselhos aos alunos da Escola Naval.

Data: 06/11/1986

Fita 1 – Lado A

NM - Doutor Paulo, eu gostaria de saber em primeiro lugar quando e onde o senhor nasceu?

PC - Bom eu nasci no Rio de Janeiro, na Rua General Bruce, em São Cristóvão, no dia 30 de outubro de 1910, quer dizer, começo do século.

NM - E os seus pais?

PC - Meu pai, eu não conheci o meu pai. O meu pai morreu quando eu tinha 13 dias de nascido. Ele morreu fora do Rio de Janeiro porque ele foi fazer um negócio lá no Acre. Ele estava investindo em borracha e teve um ataque de maleita e ele não poderia ter outra vez, ele já tinha tido uma vez. Estava inclusive, proibido de voltar àquela região. Mas por interesses pessoais, particulares, ele foi. E eu ainda não havia nascido, mamãe estava parece no oitavo mês de gravidez, e três meses depois, ele ainda estava lá, ele teve, recaiu, teve de novo e tal, como é o nome? Maleita, quer dizer, não é maleita, esse nome mesmo aí que a gente dá, como é? Quartã maligna ou terçã maligna, um troço desses, e aí morreu. Então, ficamos na nossa casa, minha mãe, minha tia, irmã de minha mãe que era bem mais velha que ela, havia até criado a minha mãe e o meu irmão mais velho. Éramos quatro, éramos um grupinho de quatro e, evidentemente, com dificuldades financeiras muito grandes, extremas mesmo. A família de minha mãe tinha sido uma família de posição muito elevada no Norte, lá no Maranhão, rica, inclusive, mas meu avô, o pai da minha mãe, era um cidadão de, era uma figura muito curiosa, inclusive, porque ele era dono de fazenda, senhor de escravo e abolicionista. Então, fez a campanha da abolição, tendo os escravos, só soltou os escravos, que eram propriedade dele, a partir do momento da abolição. Mas, acontece que como a República foi feita pelos ressentidos da abolição, aqueles donos de terra que perderam os seus escravos, tal como os ressentidos hoje da reforma agrária, que não querem que se faça, ele acabou perseguido pelos próprios, essa é a lei, porque no fundo ele era considerado um traidor dos donos de escravos, da mesma forma que hoje um homem que tem a terra e que se diz a favor da reforma agrária é um traidor dos latifundiários. Bom, isso deu em consequência uma série de desastres na vida da minha família, dramáticos, de forma que caiu tudo na pobreza. E, minha mãe, a uma certa altura casou-se e também foi infeliz porque com cinco anos de casada ficou viúva, mas ela não era sozinha, ela tinha dois filhos. E como toda mulher, naquela época, tinha instrução muito pequena, muito inteligente, ela e minha tia, ambas muito inteligentes, mas todas as duas sabiam o quê? Ler e escrever e fazer as quatro operações. Então, diante daquela dificuldade extrema em que nós estávamos, lembrou-se a certa altura minha tia, essa minha tia, que foi uma outra mãe que eu tive, ela se lembrou de que o meu avô era amigo de um cidadão, fez-se amigo de um cidadão na Guerra do Paraguai. Porque meu avô, embora advogado já casado, fazendeiro, podendo mandar os pretos brigar em lugar dele, ele não precisava ir para a Guerra do Paraguai. Mas, patriota, resolveu se apresentar. Foi para a Guerra do Paraguai e lá se fez amigo de um oficial chamado Hermes da Fonseca. Esse Hermes da Fonseca acabou Presidente da República e a minha tia, que era uma criatura de grande iniciativa na vida, resolveu escrever uma carta a ele lembrando a amizade que tinha. Foi recebida pelo Hermes da Fonseca, no Palácio, onde ele morava

já como Presidente da República, como se fosse uma velha amiga. Ele estava reencontrando a filha de um companheiro de guerra, embora o meu avô fosse um paisano, mas os dois lutaram juntos e tal e então ele deu um emprego à minha mãe, de agente de correio. Vale a gente chamar a atenção que esse emprego de agente de correio rendia em termos de salário muito pouco, mas havia uma coisa que ela não podia pagar, que era a casa. Porque a agência do correio, a casa era alugada pelo correio, que usava a sala da frente como agência do correio e a gente era obrigado a morar ali para tomar conta da agência, não é? Bem, e então nós tínhamos casa, quer dizer, o teto estava garantido.

NM - Aonde era a agência?

PC - A agência do correio, a casa está derrubada, não existe mais, mas era na rua 24 de Maio, número 126. Se vocês passarem na Rua 24 de Maio com cuidado, ali na altura do Riachuelo, vocês vão encontrar uma capelinha, Capelinha de Nossa Senhora das Graças. Esta capelinha estava construída no terreno onde era essa casa em que nós moramos, porque esta casa, e vocês vão puxando e a gente vai acabar em D. Pedro I. Esta casa tinha sido construída por um deputado maranhense chamado Raimundo Pena Forte Caldas. Era uma beleza de casa! Bem, acontece que a senhora dele ficava, ia ficando grávida, ia tendo os filhos e os filhos iam morrendo. Um dia, ela fez uma promessa à Nossa Senhora das Graças que se um filho dela sobrevivesse, no terreno da casa instalaria, edificaria uma capelinha para Nossa Senhora das Graças. Bom, ela ficou grávida e nasceu o primeiro filho, Orlando, mais algum tempo ela fica grávida e tem o segundo filho, Honestaldo, e logo em seguida ela morre. Quer dizer, ele constrói a capelinha e depois de construir a capelinha ela morre. Então ficou, ficaram o marido Raimundo Pena Forte Caldas e os dois filhos pequeninos. O Honestaldo Pena Forte Caldas foi funcionário, mais tarde, do Banco do Brasil e era autor e poeta, foi um excelente poeta, e é autor da mais bela tradução que eu conheço de Romeu e Julieta. Quando, no Teatro Estudante, o Paschoal Carlos Magno organizou o Teatro dos Estudantes, na primeira representação que ele fez no Teatro do Estudante de uma peça clássica, que foi Romeu e Julieta, onde vão aparecer Paulo Porto e Sonia Oiticica, que eram dois garotos, quando mais tarde vai aparecer Sérgio Cardoso no Hamlet, foi a tradução do Honestaldo Pena Forte Caldas. E o Orlando Pena Forte Caldas, mais tarde, morreu já com 80 e tantos anos, foi procurador do IPASE, do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado. Mas o Orlando eu não conhecia, eu conhecia o Honestaldo. Quando o (TI) me tinha por volta... Mas aí essa casa ficou vazia, porque logo depois o Raimundo Pena Forte Caldas morreu, o pai dos meninos morreu também, morreu, dizia-se na época que de uma síndrome cardíaca, para ser mais preciso, de enfarte. Era deputado, saiu da Câmara, sentiu-se mal no carro e morreu. Então, os dois meninos foram criados até onde eu sei, pelo ministro, que na época não era ministro coisa nenhuma, o Ataulfo de Paiva, que era padrinho de um deles. Bom, então, criado, a uma certa altura essa casa que estava fechada foi alugada pelo correio para ali se instalar a agência do correio, e nós vivemos ali, naquela casa, na infância, e eu me lembro muito, existia um lavatório na sala de jantar, só vendo. A casa era uma beleza, viu? Existia um lavatório, que depois desapareceu, lavava-se a mão ali na sala de jantar. Depois nunca mais eu vi aquele tipo, até que de repente começou a reaparecer aqui esse tipo de lavatório. Numa ocasião o meu irmão fez uma reforma no apartamento dele e me chamou: “Sabe, eu queria que você viesse aqui para ver uma coisa”. Eu, quando cheguei lá, encontrei na copa um lavatório daquele tipo. Ele disse: “Olha o lavatório da rua 24”. E que quando fiz aqui uma reforma na minha casa também coloquei porque por toda a vida eu pensei em botar um lavatório daqueles, na casa que eu tivesse. Um dia, eu vi que estavam derrubando a casa, aí eu vi a verdade daquele samba do Adoniran Barbosa,

aquele do Demônios da Garoa. Cada tabula que caía, caía no coração”. Como é que é o nome dele? É “Adoniran Barbosa”, Velha Maloca, cada tábua que caía, caía no coração. Quando eu vi aquela casa sendo derrubada, me senti do mesmo jeito. Então, ali eu fiquei, ficamos morando ali e eu era então aluno de uma escola primária, Escola José Veríssimo, que era dirigida pela filha do José Veríssimo, a dona Flora; então era a escola de Dona Flora. Bom, aconteceu na minha vida, bem, isso aí não tem maior importância. Bom, aconteceu na minha vida uma coisa curiosíssima, é que eu e minha mulher, parece que o destino tinha marcado que nós tínhamos que nos encontrar, mas ao mesmo tempo o destino nos afastava. A minha mulher era filha de um oficial médico do Exército e ele casou e foi embora do Rio de Janeiro para servir, lá em (TI). E eu aqui no Rio, tinha um ano e pouco quando ela nasceu, então não havia possibilidade de nós nos encontrarmos. É verdade que a família da mãe dela morava também na rua 24 de Maio, ali no bairro do Riachuelo, mas nós não conhecíamos a família dela. Houve uma ocasião em que meu sogro precisou vir para o Rio de Janeiro fazer um estágio aqui na Fortaleza Santa Cruz, e lá os oficiais, naquele tempo, moravam na Fortaleza com as famílias. Bom, então a minha mulher com a irmã ficaram na casa do avô, quer dizer, nesse bairro, ela era aluna desta escola de Dona Flora, no turno da manhã, e eu era aluno da escola no turno da tarde, e nós nunca nos vimos, nunca nos conhecemos. Mais tarde, o meu sogro é transferido daqui para Mato Grosso, Campo Grande, então, jamais nos encontraríamos. Depois, ele vem transferido para o Rio de Janeiro e eu mudo dessa casa e vou para a rua, vou morar na Rua Silva Xavier. Ele é mandado fazer um curso aqui na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e mandou a minha sogra na frente para a minha sogra arranjar uma casa o mais perto possível da Escola de Aperfeiçoamento, que funcionava onde hoje funciona o Batalhão do Exército. A essa altura eu morava, a minha mãe tinha sido transferida como agente do correio aqui, para a agência de Mangueira, que era na Rua São Francisco Xavier, 516 o número da casa, ali no Maracanã, bem em frente à Rua Felipe Camarão. E a minha sogra vem e aluga uma casa na Rua Francisco Xavier, número 546, em frente à minha casa; e no dia dez de janeiro de 1929, no dia em que ela fazia o último exame para a Escola Normal, eu estava pendurado na segunda época e estava fazendo... e nesse dia eu abri a janela da minha casa, ela abriu a janela da casa dela, e nós nos conhecemos; e ela está aí, quer dizer, era para não encontrar e acabamos encontrando. Bom, mas então eu fiz o meu curso primário ali na escola da Dona Flora. Mais tarde eu fiz uma parte também na Escola (TI) Galvão, um período que (TI) conserto, que a (TI) Galvão era na Rua Ana Néri, do outro lado e, em seguida, eu entrei para o Colégio Pedro II, no internato do Colégio Pedro II. Aí há um episódio também que marca, que é curioso e marca uma época, sobretudo das pessoas numa época. Eu só podia estudar, fazer o curso de ginásio se algum colégio fosse gratuito, porque não havia dinheiro para se pagar colégio. Meu irmão já era aluno do Colégio Militar e era aluno gratuito, porque tendo o meu avô feito a Guerra do Paraguai, ele como neto de veterano do Paraguai, tem direito a uma gratuidade. Além do ensino, ganhava roupa, ganhava livro, ganhava tudo. Disseram a minha mãe que órfão de pai tinha direito a ser gratuito no Pedro II, e que filho de funcionário público também tinha. Então, minha mãe foi ver e verificou o seguinte: que no internato do Pedro II havia a seguinte escala de gratuidade: órfão de pai e mãe, órfão de pai, filho de funcionário. Eu reunia duas qualidades; eu não chegava a ser órfão de pai e mãe, mas eu era mais do órfão de pai e mais do que filho de funcionário. Bom, fiz o meu exame de admissão e passei bem classificado, deveria entrar tranquilamente, quando aí começaram as “filhas de Candinha” a meterem no ouvido da minha mãe que não adiantava classificação, era preciso ter um pistolão, alguém que empurrasse a gente lá para dentro. E nós não tínhamos pistolão, porque a minha mãe era do Maranhão, lá do interior do Maranhão, e há anos vivendo aquela vidinha de casa, de cuidar dos filhos, de

trabalhar e tal. Eu vi minha mãe muito aflita nessa época. De vez em quando eu via ela conversando com meu tio. “Imagina se esse menino, se a gente não conseguir a entrada para esse menino”. Um dia, eu resolvi fazer o seguinte: escrevi uma carta. Apanhei uma folha de caderno, aquelas folhas imundas e escrevi uma carta para o diretor do Colégio Pedro II. Aproveitei uma manhã em que a minha mãe tinha saído para ver qualquer coisa do correio, no correio geral. A minha tia tinha saído para fazer qualquer coisa e eu pedi 400 réis para a empregada, porque eu estava precisando urgente de 400 réis, e ela me deu os 400 réis. Fiquei sabendo aonde era o Colégio Pedro II. Aliás, eu sabia, era do externato, a gente fazia exame de admissão no externato, e eu então fui ao externato do Pedro II, ali na Marechal Floriano, que vem para a cidade, e na última porta eu sabia que era o gabinete do diretor. Cheguei lá e tinha lá um crioulo com cavanhaque, um bigode assim, que era o porteiro. Eu disse: “Escuta aqui, eu queria falar com o diretor do colégio”. Ele disse: “Senta aí e espera”. Eu sentei. De vez em quando eu ouvia dizerem assim, passava uma pessoa e pediam para mandar não sei o quê para ele, daqui a pouco “não, amanhã não está aqui. O Conde amanhã não vem, amanhã vai não sei aonde”. E estou eu a toda hora ouvindo falar em conde. Tudo bem, que conversa é essa, será que o diretor se chama conde? Mas não era, eu sabia o nome do diretor. De repente o porteiro vem e diz: “Menino venha cá, o Conde vai receber você”. Bom, aí eu quase morri, porque para mim, conde era um sujeito que usava uma boina, uma pena, um calçãozinho e tal; aí fiquei gelado. Me abriram uma porta e tinha uma escrivaninha, daquelas escrivaninhas antigas, e vi um sujeito se levantar e ficar quase da altura da escrivaninha. Aparecia assim da boca para cima de tão pequenininho que era ele. Eu digo: “Puxa, mas isso é que é conde?”. Mas eu estava sem poder falar, porque negócio de Conde eu era um intacto. Aí, ele virou-se para mim e disse: “O que é que você quer meu filho?”. E eu só tive uma coisa para dizer, aliás, eu não tive nada para dizer. Meti a mão no bolso e tirei a carta e estiquei a carta para ele e disse assim: “Vim trazer esta carta”. Ele fechou a cara, amarrou a cara e disse duro: “Eu não recebo carta”. Na hora, eu não entendi. Mais tarde é que eu vim entender o que era. Aí também, não sei porquê, saiu assim da minha boca: “Mas fui eu que escrevi”. Ele olhou firme e disse: “Foi você que escreveu mesmo?”. Eu disse: “Foi”. Aí, ele pegou a carta e abriu. Pelos erros de português ele deve ter visto que eu mesmo tinha escrito a carta. Virou-se para mim e disse assim: “Sua rua, sua residência?”. Eu disse: “Rua tal, número tal”. Ele disse: “Aguarde um telegrama meu, notícia minha. Pode ir embora”. Meia dúzia de dias depois ... Quando eu cheguei em casa – que eu contei a minha mãe o que eu tinha feito porque eu tinha que explicar inclusive os 400 réis que eu tinha tomado da empregada– levei o maior dos esculachos: “Menino, como é que você vai fazer uma coisa dessas, se dirigir ao diretor de um colégio... Dias depois eu recebi uma carta, um telegrama assinado: Conde Carlos de Laet determinando que eu me apresentasse no dia tal, ao Internato Pedro II, São Cristóvão, para fazer a minha inspeção de saúde. Então, esse telegrama que eu guardei com tanto cuidado durante uma vida, na mudança que fiz aqui para essa casa, o telegrama desapareceu. Bom, então agora eu voltei ao bairro onde eu nasci e fui fazer o meu curso no internato do Pedro II. Aí, fiz o meu curso, fiz amizades que conservo até hoje.

NM - Como era o clima do Pedro II?

PC - Bom, começa o seguinte: o internato do Pedro II vivia de uma tradição do velho Imperador Dom Pedro II. A gente andava por ali e dizia assim: “O Imperador passou aqui e o Imperador passou por ali”. Existia um sino que no dia da República tiraram o badalo; aquele sino só tocava nos dias em que o Imperador ia ao colégio. Aquele sino tinha sido feito na Áustria, mandado fazer pelo Imperador para colocar no internato, e ele só tocava

nos dias em que o Imperador chegava ao colégio, e ele chegava oficialmente. Porque era muito comum, segundo a tradição, ele às vezes, à tarde, vinha andando ali pela Quinta da Boa Vista, ali naquela casinha dele, ele morava ali naquela casinha onde tinha aquele jardimzinho, ele descia e entrava no internato, que era a menina dos olhos dele. Bom, aquele sino, no dia em que fizeram a República arrancaram da (TI), mas ninguém teve coragem de tirar o sino, e o sino ficou lá até que o incêndio devorou o colégio. O (inaudível) era: primeiro, absoluto respeito ao professor, o professor era o professor. O professor representava, assim, uma projeção do pai da gente no colégio. Havia os inspetores, que eram meio duros. A disciplina era uma disciplina para valer, mas não era uma disciplina violenta, tanto assim que um inspetor que desse parte do aluno, o aluno podia se justificar perante o chefe de disciplina ou perante o diretor. E aí era quase que um julgamento, porque o inspetor vinha, dizia o quê, porque ele tinha feito aquilo, e o aluno se justificava. O diretor ou o chefe de disciplina decidia, e se decidisse a favor do aluno, não... Isso não queria dizer que o aluno ia montar no pescoço do inspetor e nem o inspetor ia se tornar desmoralizado por causa disso, porque na segunda ele metia o pau mesmo e passei muito, cansei de ficar pendurado, preso e até suspenso eu fui uma vez, bom, eu era um pouco irrequieto. Os (TI) era uma elite que estava havendo no internato do Pedro II, nós tivemos filho de Presidente da República, aluno do Colégio Pedro II, no fim do internamento. Tivemos filho do presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Edmundo Lins, ali no Pedro II. Tivemos o filho do presidente do Tribunal de Contas, que era o Ministro Sávio de Moura, aluno do Colégio Pedro II. Então, tínhamos gente de várias camadas sociais, predominando a camada mais elevada: filhos de deputado, filhos de senador, João Correa da Costa, que está vivo e que hoje... Ano passado eu fui professor do neto dele. João Correa da Costa era filho do governador de Mato Grosso, então, era gente desse tipo, onde não se fazia a menor diferença entre o sujeito colocado lá em cima na escala social e o sujeito cá embaixo. E havia mais uma coisa: como os gratuitos recebiam os uniformes feitos numa casa que hoje não existe mais, As Quatro Nações, que era a casa mais careira em matéria de roupa. O prédio atrás da Igreja de Nossa Senhora de Boa Morte e Rua do Rosário com Miguel Couto, atravessando tem um café hoje ali, entre Miguel Couto e Rosário, ali era as Quatro Nações. Então, das Quatro Nações, roupa a paisana, por exemplo, só senador é que fazia ali, senador, deputado e tal. Os alunos gratuitos do colégio recebiam os uniformes feitos por sob medida lá, casimira inglesa, a pelerine do colégio, a capa eu os alunos usavam era uma beleza, eram as três pelerines mais bonitas que existiam no Rio de Janeiro: a da Escola Naval, a do Colégio Militar e a do Pedro II, sendo que a da Escola Naval era mais rodada, tinha mais godê. A do Colégio Militar era uma pelerine preta, sem forro, mas a nossa era uma pelerine azul, comprida, com forro; de modo que aquele negócio a gente botava e virava um D'Artagnan. A gente se sentia um dos mosqueteiros, no duro. Bom, quando a gente ia a um baile, o uniforme que a gente tinha de, vamos dizer, de gala do colégio, que era um uniforme azul com um gorgorão, era um uniforme copiado do exército austríaco, não só esse, como o uniforme cáqui, também copiado do exército austríaco, porque era em homenagem à mãe do imperador. Então, nós tínhamos, ele tinha uns botões aqui atrás, um negócio assim, era um uniforme bonito para burro. Bem, então aquele ambiente, mas, os alunos que pagavam e que muitas vezes não estavam em condições de fazer de dois em dois anos um uniforme daqueles, e o uniforme ficava meio velho, eles tinham inveja dos gratuitos, os gratuitos não invejavam os contribuintes, não, não sofriam nenhuma restrição, pelo contrário, eles eram invejados. Os professores eram as coisas mais admiráveis. Acho que devo tudo da minha vida a este período que eu passei no Pedro II. Só da Academia de Letras – do tempo em que para entrar na Academia de Letras era preciso ser escritor, mesmo, não era qualquer “borra-botas” que ia para a Academia de

Letras – o internato do Pedro II tinha quatro professores que pertenciam à Academia de Letras, três deles foram meus professores. Eu fui aluno do Silva Ramos, em português, homem da Academia de Letras. Fui aluno de história de um homem chamado João Ribeiro. Fui aluno, depois de português outra vez, de um homem chamado Nestor Vitor. Assisti, ainda menino, rapazinho do segundo ano, mais ou menos, a uma solenidade que foi uma beleza, que nunca mais esqueci na minha vida, as despedidas dos professores João Ribeiro e Silva Ramos, quando se aposentaram depois de 40 anos de serviço, 40 anos de professor no internato do Pedro II. De modo que a vida no internato, ela vivia muito assim na base de uma tradição do imperador. Havia uma história que era permanentemente contada dentro do colégio. Certa feita, Araújo Lima, que tinha sido Regente do Império, era o reitor, era o diretor do colégio, houve uma festa no colégio e o Imperador ia comparecer. Então, na hora de arrumar lá as coisas, o Araújo Lima pegou um bodoque, botou numa escada e disse a ele: “Aqui ninguém passa, sem minha ordem aqui ninguém passa”. O Imperador chegou e tal, e todo mundo andou para um lado e para o outro, e houve uma hora em que o Imperador estava distante do Regente e se encaminhou para essa escada; no momento em que ele quis subir, o crioulo lá disse: “Se Vossa Majestade me permite... Desculpe, mas não pode subir”. E ele disse: “Mas eu não posso subir por quê?”. “Não pode subir porque o diretor do colégio deu ordem que aqui não sobe ninguém”. E ele disse: “Mas eu sou o Imperador”. Ele disse: “Não importa, a ordem que eu recebi foi do diretor do colégio, e Vossa Majestade não sobe, só com ele”. Então, veja bem. Agora, espia um outro episódio, esse já ocorrido no meu tempo: Artur Bernardes veio de Minas Gerais e vai ser Presidente da República. O filho dele, que estava fazendo ginásio lá, foi transferido para cá e foi para o internato. Num sábado, pára um automóvel na porta do colégio – numa época em que se contava pelos dedos quem podia usar carro oficial – pára um automóvel e um menino, que era um excelente rapaz, o Geraldo, toma o carro e vai embora. No sábado seguinte, pára este automóvel, o menino toma e vai embora. No terceiro sábado, pára o automóvel e vai embora. O Pedro Couto, professor Pedro Couto, que era o diretor do colégio, pede uma audiência ao Presidente da República e solicita ao Presidente da República que quando mandasse aquele automóvel, mandasse ficar a uma certa distância do colégio, para que o menino fosse pegar o automóvel no colégio, nesse lugar, e não houvesse aquele espetáculo dos alunos do colégio virem o filho do Presidente da República saindo do colégio em automóvel oficial. Dizem que o Bernardes tocou uma campanha e quis saber, mandou chamar lá os camaradas, e quis saber quem tinha dado ordem de mandar um automóvel buscar o filho dele no colégio. Apareceu um aí (TI) daqueles e disse: “Puxa, é porque o menino não sabe andar no Rio de Janeiro”. É evidente, ele vinha de Belo Horizonte, não podia saber andar no Rio de Janeiro, e aí o Bernardes perguntou para ele: “E o senhor acha que ele andando de automóvel vai aprender a andar no Rio de Janeiro? Ele vai andar no bonde, com os colegas dele, que vão ensinar”. E disse: “O senhor peça desculpas em meu nome aos alunos do internato por essa falha que houve na minha administração”. Quer dizer, isto era uma época, não era isso de “você sabe com quem está falando?”.

NM - O senhor está falando do estilo de vida no colégio, do comportamento, a expectativa que se tinha em torno do comportamento do aluno do Pedro II. Eu gostaria de saber quais eram as maiores influências intelectuais que o senhor sofreu nesse momento? Quais foram os professores que mais marcaram o senhor?

PC - Bem, Floriano de Brito, que era o mais duro professor do internato do Pedro II, professor de francês. O internato começava com duas turmas de 35 no primeiro ano, no segundo ano já tinham duas turmas de 25, no terceiro ano tinham duas turmas de 20 e no

quarto ano tinham 14, 15, 16, porque ele cortava a cabeça do pessoal. Então, esse ano, me fez ... Para vocês terem uma ideia, o livro que se traduzia de francês no terceiro ano do internato do Pedro II era o teatro clássico francês, peça de Corneille, Racine, Voltaire, Molière, eu tenho aí o livro, ainda guardo comigo. Ainda há tempos atrás, eu sou professor na Escola Naval e lá na Escola Naval tinha um oficial que era sobrinho do Graça Mello, aquele artista Graça Mello que já morreu. O Graça Mello, que foi meu colega não de turma, mas de uma turma abaixo e ele me (TI) com o teatro clássico, então levou para a escola e levou o meu, e em cada ano a gente traduzia uma peça, então a gente lucrava em conhecimento. Primeiro, porque ficava sabendo francês, a gente podia não falar francês, podia não saber falar francês, mas que a gente lia, lia e até hoje, vocês estão vendo aqui, essa aqui é revista francesa. O que eu leio de história... Porque eu gosto muito de história, relativo a um número de história, a gente pensa que é um português, não, ela é em francês. Olha aqui, período de 1946 a 1966, a história do mundo nesse período com esses figuras aí, bom. Então, primeiro, o velho Floriano de Britto, duro, um sujeito que quando acabava o exame, abria uma gaveta tirava um envelope, abria, tinha um cartão e ele lia o cartão: “Meu caro e querido amigo Floriano, entra hoje na prova de francês com você Fulano, filho do nosso correligionário e tal, veja o que pode fazer por ele, assinado”. “Olha, você diga a fulano que eu não pude fazer nada, porque você não fez nada. Então, você está reprovado”. A carta era de um senador. Ele abria as cartas depois disso, bom, então, este professor me marcou muito, mesmo porque eu comecei a ganhar a minha vida como professor de francês. O outro professor que teve uma influência muito grande foi o professor Pedro Couto, que era o diretor do internato, ele inclusive era professor de história e foi o sujeito que me incutiu amor por esse país, na realidade era um sujeito apaixonado pelo Brasil, as aulas do Pedro Couto terminavam quase sempre em salva de palmas e ocorreu uma coisa curiosíssima: o Pedro Couto vinha daquele grupo dos florianistas jacobinos anti-portugueses, então ele não tolerava português, era o galego para baixo. Achava que o mau do Brasil era o português, que na época dominava esse país como hoje o americano domina, apenas dominava amistosamente, bom. É, então, ele tinha frases assim: “Isabel é a redentora”; “o Exército ..., o novo fugia, o Exército não prendia entre fato estava feita a abolição”. Isabel não redimiu nada, Isabel, Dom Pedro também era contra o Império e tal. Bom, certo dia, cinco de outubro no ano de 1928, nós estávamos começando na aula, eu estava no quarto ano, ele era professor de história quando anunciaram que estava no colégio um cidadão que era professor de história de Portugal no Liceu. Ele, como diretor, saiu da sala e trouxe o sujeito, e nós gozando: “Ele vai quebrar a cara agora”. Então, fez o português sentar do lado e começou mais ou menos assim: “Meus alunos, não podia ter sido mais grata – não vou dizer que sejam essas as palavras, mas, mais ou menos a ideia – a visita do professor de história de Portugal ao nosso colégio hoje, porque hoje, cinco de outubro, está fazendo 18 anos que foi proclamada a República em Portugal”, era exatamente cinco de outubro, bom, então, no dia cinco de outubro eu me lembro disso, e aí ele deu uma aula sobre porque se fez a República em Portugal, quer dizer, o professor estava ali. Quando ele acabou de dar a aula, o português disse que tinha sido necessário ele atravessar o Atlântico, e falou chorando, para entender porque se tinha feito a república em Portugal, então, você vê, o sujeito que tem a felicidade de ter um professor desses, agora, talvez o professor de quem eu guarde assim mais dentro de mim, gratidão, saudade, tudo misturado, chama-se, chamava-se Júlio César de Melo Souza. No (TI) eu era, eu fui o pior aluno da minha turma de aritmética. Passei do primeiro para o segundo ano em aritmética, do segundo para o terceiro porque Papai do Céu é muito bom e me jogou mesmo para passar com a pior nota, mas passar. Bem, quando eu cheguei no terceiro ano o meu professor de matemática, de álgebra foi o Melo Souza e sei que tinha sido o pior aluno da turma de

aritmética eu não tinha a menor dúvida que eu ia sobrar do colégio porque a gente não podia ir ao pau duas vezes, que eu jamais passaria em álgebra... Bom, aí eu vou ser aluno do Melo e Souza. O meu irmão, que era aluno do Colégio Militar, que era um cara de primeira qualidade sob todos os aspectos, era um sujeito muito estudioso e era um excelente matemático, adorava matemática. Então, quando eu vi, ele estar fazendo equação do segundo grau e eu de primeiro grau, somar A com B, não é, eu ... Não dá para entender, então esbarrei com o senhor Júlio César de Melo e Souza, tornei-me um dos primeiros alunos da turma de álgebra e depois de geometria, inclusive passei com distinção em álgebra, eu passei com nove, quer dizer, esse homem me revolucionou por dentro, então me abriu um campo, viu, que para mim estava fechado, que se não fosse ele eu certamente teria sido jubilado do Pedro II, se eu tivesse continuado aluno do professor Cecil Thiré, avô desse Cecil Thiré que está aí, que era um matemático profundo mas não sabia ensinar, viu, além de tudo muito grosseiro, muito... Enquanto que o Melo e Souza era bonito como homem, de uma simpatia impressionante, estabelecia uma relação de amizade com os alunos que era uma coisa espetacular, e além de tudo escritor orientalista. Então, esse homem, viu, quando ele sentia que a coisa não estava entrando na cabeça da negrada, ele parava e contava um conto de Malba Tahan, contava uma história de Malba Tahan. Fazia coisas desse tipo: “Vou dar uma sabatina, se por acaso ninguém tirar menos de sete, eu vou passar uma aula inteira contando histórias de Malba Tahan”. Agora vejam, era um colégio onde jornal não entrava, a gente não podia ler jornal.

NM - Por quê?

PC - Era proibido, sei lá, era proibido, não se podia ler aqueles livrinhos de Nikki Carter, Bufallo Bill, não, se você fosse apanhado com um Nikki Carter, você estava sem saída. A gente podia ler os livros da biblioteca, romances da biblioteca e tal, mas à biblioteca a gente só podia ir na hora do jantar, no recreio e no jantar. No recreio do jantar a gente ia jogar bola. Então, o que é que a gente tinha que fazer: comprar Nikki Carter e Búfallo Bill e ler no estudo, era torrado. Quando Dampsey perdeu a coroa em 1927, ele perdeu a coroa de campeão no mundo para um fuzileiro naval americano Gene Tunney, um oficial fuzileiro naval que se tornou campeão do mundo, no *Jornal dos Esportes* que custava um tostão, um colega meu, Zé Graco Pinheiro Lima, deu dez tostões a um servente para o servente comprar o *Jornal dos Esportes* e não trazer o jornal todo, trazer só o pedaço que descrevia a luta, *round por round*, compreendeu, e depois ele alugava aquilo por um tostão para o sujeito ler, pois bem, esse homem parava para... Se a turma toda tivesse mais de sete ele passava a aula inteira dando histórias de coisas, viu. Então, esse homem me transmitiu, primeiro: conhecimento de álgebra e geometria que me permitiu terminar um curso; me ensinou a ensinar; me contou histórias que até hoje eu guardo de memória. Mais tarde eu fui fazer coisas como jornalista, em torno deles, por acaso está aí, não podia ser de tal modo, eu jamais podia admitir que a gente entrasse nisso “Malba Tahan – Século de Ala”, isso é um negócio escrito em 1940 por um sujeito chamado Paulo Cabral, quer dizer, agora é um escritor e eu fazendo uma crônica sobre a vida dele, sobre coisas dele, porque sempre pairou uma dúvida: existe ou não existe Malba Tahan? E aconteceu o seguinte: agora, no dia dos mestres, na Escola Naval eu ganhei isto, segundo eu soube, eu fui o único professor a quem a turma deu isto na Escola Naval.

NM - Essa placa?

PC - Essa placa. Foi feita pelos alunos, é, e no dia dos mestres resolveram me dar de presente e foi a única turma e eu fui o único professor que ganhou um negócio desse, quer

dizer, não fui eu quem ganhei, ganhou o Malba Tahan, porque eu não faço mais nada do que dar as minhas aulas de Direito na Escola Naval mais ou menos dentro do que eu aprendi dele, ele é quem me ensinou a ensinar.

LO - Eu queria só colocar para entrar na gravação, o que a placa fala: “Para o professor Cabral reconhecendo a sua dedicação, carinho e amizade, agradecendo os seus ensinamentos no dia dos mestres de [19]86, dos intendentos do terceiro ano.

PC - Vamos adiante.

NM - Professor, falando ainda do Pedro II, é, o senhor viveu os anos [19]20 e o final dos anos [19]20, até 1930, o senhor viveu ali naquele colégio que era um colégio de elite, um dos momentos políticos, sociais, filosóficos, ideológicos mais importantes da história do Brasil. Como é que os fatos que ocorriam no cotidiano desse país repercutiam no Colégio Pedro II, repercutiam na vida dos alunos do Pedro II?

PC - Bom, muita gente passa a vida inteira falando. [19]30, até [19]30. Era uma coisa muito curiosa. Vocês vejam o seguinte, vejam bem, nós tínhamos filho do Presidente da República contra quem se tinha feito a Revolução de [19]24, Artur Bernardes, entre [19]24 e [19]26 Bernardes na Presidência da República. Um dos... o líder da bancada mineira que apoiava Bernardes, chamava-se Raul Sá, cujo filho, Raul Sá Filho era meu colega de turma. Havia um cidadão chamado Meira Lima que era o diretor da Casa de Correção no Rio de Janeiro para onde iam os presos políticos. O filho do Meira Lima, Hugo Meira Lima era meu colega de turma no colégio. Bernardes Sobrinho era o líder da bancada governista na Câmara dos Deputados, era líder da bancada do Espírito Santo, o filho dele, Rui Bernardes era meu colega de turma. A família Soares de Moura, de Minas Gerais, era toda bernardista evidentemente e depois por extensão Washington era da turma do governo, e havia o Carlos Eduardo Soares de Moura Rolim, que era irmão, era o grande beque do colégio, era irmão de um dos grandes beques do Flamengo, do primeiro bicampeonato do Flamengo, [19]20, [19]21, então, tinha essa gente toda favorável ao governo. Ao lado disso, nós tínhamos companheiros, colegas que eram filhos de oficiais do Exército que estavam na rua, tinham sido expulsos do Exército porque tinham se envolvido nas revoluções de [19]22 e depois nas revoluções de [19]24. Todos nós tínhamos uma posição, todos nós tínhamos uma opinião, a favor ou contra, ou muito pelo contrário, mas todos nós tínhamos uma posição. Agora, a posição ficava fora do colégio porque dentro do colégio nós éramos todos como irmãos, não se discutia o assunto absolutamente. A posição estava tomada lá fora agora, dentro do colégio o que existia de amizade, de lealdade entre nós é um negócio que perdura até hoje.

LO - Mesmo entre os inimigos lá de fora.

PC - Lá fora era outra coisa. Lá fora a gente podia até cortar o pescoço de um, mas a partir da entrada no colégio, o assunto não era falado porque ninguém feria ninguém. A lealdade que existia entre nós, existia no colégio uma coisa não escrita, uma regra não escrita, mas que era rigorosamente observada: o autor de uma falta desde o momento em que ela fosse descoberta por um inspetor, ele se acusava e jamais alguém deixava um companheiro sofrer uma punição porque o inspetor julgava que era aquele e não outro. Só uma vez, uma vez que nós mesmos procuramos deixar um aguentar com a punição mas foi um consenso porque quem tinha cometido uma falta que era um sujeito de excelente caráter, muito bom sujeito, mas muito buliçoso estava ameaçado de na primeira ser expulso do

colégio, ele cometeu a falta, houve um equívoco, viu, e o próprio indivíduo que foi apenado na ocasião disse: “Não, deixa que eu aguento porque se vier o Fulano, ele vai para a rua, então eu fico”. Nós tivemos um companheiro de colégio, o Jetro Batista da Hora, o Jetro era um filho de uma empregada de servir da casa de uma família holandesa, então, os holandeses puseram ele no colégio, então ele fez o curso no colégio. Primeiro ano, segundo ano, terceiro ano, quarto ano, quinto ano, sexto ano e ao terminar o curso do colégio ele, aliás, ele foi até o quarto ano e no quarto ano morreram, a mãe dele morreu e morreram os patrões da mãe dele, e os filhos da mãe dele, os brasileiros filhos dos holandeses disseram: “Nós não pagamos mais o curso do Jetro, acabou”. Então houve uma reunião dos alunos e nós fomos ao diretor e o diretor deu uma gratuidade para o Jetro, e o Jetro então, seguiu gratuito até terminar o curso. Quando ele terminou o curso, era aluno do colégio o filho do governador do Paraná, então levou o Jetro para o Paraná e deu a ele um lugar de professor de latim da Escola Normal e num jornal lá. Mas, lá para as tantas o Jetro teve um desequilíbrio mental, um processo de esquizofrenia, começou a se desmandar e já num outro governo teve que ser posto na rua, foi posto na rua, naquele tempo não tinha negócio de aposentar por invalidez, é doido vai para o raio que o parta, vai ser doido onde quiser. E o Jetro chegou aqui no Rio de Janeiro e ...

Fita 1 - Lado B

PC - Mas então o Jetro ficou com esse problema mental e, certa feita, na Rua São José havia uma aglomeração e alguns colegas, alguns rapazes que tinham sido do Pedro II, que já eram até estudantes de medicina ou já tinham terminado o curso, chegaram no lugar e vieram que era o Jetro que estava assim. Um deles, Antonio Vieira Cordeiro Junior, obteve desde logo um lugar para o Jetro ficar. Então o Jetro foi internado, tratado e um dia foi dado como clinicamente curado. Clinicamente curado, quer dizer: vai morrer de fome porque não vai arranjar emprego em lugar nenhum porque está com a cabeça desarrumada. Então, houve um grupo que se reuniu e ficou resolvido o seguinte: alugou-se um quarto para o Jetro, bem, e o Jetro era obrigado a, diariamente, para ter o que fazer, ir a um determinado lugar onde trabalhava um, buscar o dinheiro da alimentação dele, do almoço e do jantar, até morrer. Isso durou mais ou menos 30 anos, viu. Tinha um que era oficial do Exército que estava servindo no Forte de Imbuí, na guerra, até foi um episódio engraçadíssimo, porque na guerra, Forte de Imbuí, ninguém podia chegar perto e o Jetro entrou no peito porque ele tinha que buscar os dez mil réis dele no fulano, o soldado, deu um pega no soldado, prenderam o Jetro como espião, e para tirar o Jetro de lá, e mais tarde, um amigo meu que era então o diretor da Escola Hahnemanniana arranhou, a Escola Hahnemanniana era escola de homeopatia, o que mais tarde transformou-se na Escola de Medicina e Cirurgia. O Telmo era diretor, ele não tinha sido aluno do colégio, mas era muito meu amigo, e um dia eu conversando com ele, ele arranhou um quarto lá para o Jetro morar, viu, e ser utilizado nas aulas de psiquiatria, viu. Então, a partir daí ele se intitulou professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

NM - Doutor Paulo, nós estamos falando já, nós já sabemos que o senhor estudou no Colégio José Veríssimo, depois o senhor foi para o Colégio Pedro II.

PC - É, foi José Veríssimo, Ramirez Galvão, as duas escolas primárias e depois Pedro II.

NM - Pedro II, mas nesse meio tempo, o senhor já está com aproximadamente 18 anos, e o senhor não tinha só uma vida de estudo. Como é que era a vida do jovem da época, o Paulo Cabral?

PC - Bem, o Paulo Cabral. Aprendi a assistir futebol. Meu irmão, que já era um pouco mais velho do que eu... Aí, deixa eu dar uma chegadinho aqui, deixa eu dar... Antigamente, havia as vendas, os armazéns, não existia supermercado, então existia o armazém. A minha casa lá no Riachuelo, rua 24 de Maio, 126 ficava quase em frente à Rua Alice de Figueiredo e na Rua Alice de Figueiredo, na esquina da Rua Alice de Figueiredo tinha uma venda, como se chamava, um armazém com o nome Despensa das Famílias, pertencia a Sendas e Cia., talvez seja a origem da Casa Sendas, não sei, porque mais tarde eu vim encontrar uma Despensa das Famílias aqui na Rua Boulevard, 28 de Setembro, bom. Tinha um português lá, um caixeiro, Ferreira, os portugueses naquela época que não havia Vasco torciam pelo América, mas o Ferreira torcia pelo Fluminense, era da torcida do Fluminense. E um dia, meu irmão, que já estava no Colégio Militar, começou a se entusiasmar com o futebol e o Ferreira um dia foi lá em casa, que era o caixeiro que servia a nós lá em casa. Minha mãe fazia uma nota, me dava, eu atravessava a rua e entregava na mão do Ferreira e a comida vinha com o peso mesmo. Então, o Ferreira um dia foi à minha casa e pediu à minha mãe se a minha mãe deixava meu irmão ir assistir um jogo com ele, Flamengo e Fluminense. Então o meu irmão foi, e ele, querendo que o irmão fosse torcer pelo Fluminense, e quando saiu de lá o meu irmão estava torcendo pelo Flamengo. Bom, isso eu, evidentemente, não podia ir, eu era bem menor, mas quando em, 1921, eu já com 11 anos, um dia depois de muita choradeira consegui que a minha mãe me permitisse ir a um jogo de futebol que era no campo do Flamengo, Flamengo e Bangu. Então ela deixou e eu assisti o Flamengo ganhar de 2 a 1 do Bangu aqui na Rua Paissandu, era esquina com Paissandu com aquela rua onde tem o Palácio Guanabara, ali era o campo do Flamengo, que era um terreno da família Guinle que alugava ao Flamengo, e o Fluminense, que era da família Guinle, era defronte. Bem, aí, eu me apaixonei por futebol, então jogava futebol, fui goleiro do meu time, do time do meu colégio, da minha turma, era meio frangeiro e tal, mas enfim, pegava também as minhas bolinhas, bem, e duas vezes campeão lá dentro do internato, a minha turma. Então, primeiro era o futebol, do ponto de vista assim da evasão, das coisas que a gente tinha guardado e tal, futebol. Segundo, cinema. Peguei cinema mudo! Eu vi filmes de Max Linder, de Rodolpho Valentino, Teda Bara, Francisca Bertini, vi isto, cinema mudo. Depois, me lembro, cinema falado, o primeiro filme do cinema falado Broadway Melody, 1929, Broadway Melody terminava (até hoje parece que eu estou vendo) a fulana lá fez as pazes com o mocinho, ela entra num automóvel, senta e a última frase que ela diz é assim “Where is my hat, where is my hat?” “Onde está o meu chapéu?”, e ela estava sentada em cima do chapéu e até hoje eu me lembro a sensação de eu ouvir uma voz vinda de lá, aliás, não foi uma voz, foi um toque de clarinete. Bem, então vi o cinema e via a época de ouro do cinema, mas aí eu já estou um homem. Bem, então, cinema. Havia quem gostasse de jogo de bilhar, eu era ruim de bilhar, talvez por isso não gostasse do bilhar, mas havia muito rapaz que ia para o bilhar. Lia-se muito, a gente lia muito, lia, por exemplo, todos aqueles romances do Michel Zevaco, Fausta, a Fausta Vencida, A Torre de Nesle, Amores de Nanico, Os Três Mosqueteiros(1). Os Três Mosqueteiros li porque todos esses romances do Michel Zevaco vão nascer Buridan, D’Artagnan, havia um, inclusive, o D’Artagnan. D’Artagnan tem uma coisa muito engraçada: que além de histórico e além de ser capa e espada, de mocinho, havia também uma parte assim curiosa, engraçada. Um sujeito que era um azarado, um dia encontra-se com fulano, com um cavaleiro, todo cavaleiro tinha um escudeiro, e então o cavaleiro não tinha escudeiro nenhum, está indo para Paris, D’Artagnan, e pergunta e esse sujeito “Como é o seu nome?”, ele disse “La Guigne(2)”, quer dizer, o azar, o azarado, “O que é que você está fazendo?”. “Ah, eu perdi emprego, não sei o que ...”, “Está bem, então você agora é o meu escudeiro. La Guigne eu estou lhe chamando”, e ele disse “eu não me chamo La

Guigne”, “Mas você não acabou de dizer que se chama La Guigne?”, “Não, eu me chamo La Chance, eu era La Guigne porque não tinha emprego, a partir de agora que o senhor me empregou eu sou a sorte, La Chance”, bem. “Então, La Chance, vai apanhar não sei o quê para os cavalos, não sei o quê, e o sujeito vai apanhar água para os cavalos, derruba aquele troço, “La Chance”, e La Chance não responde. “La Chance”, “Não, cavaleiro, eu agora não sou La Chance, eu sou La Guigne, o azar porque eu derrubei a água dos cavalos”, e o romance vai inteiro, até o fim, toda vez que o sujeito chama de La Chance, ele fez uma besteira e é La Guigne. Então, a gente lia muito, compreende, lia muito. Eça de Queiroz, está aqui o meu Eça de Queiroz daquele tempo que eu mandei encadernar tudo, a gente lia muito. Namorava, namorava.

NM - Dançava?

PC - Dançava, mas é evidente, na festa, o sábado, na sexta-feira a gente já estava querendo saber da festa do outro sábado, que a da atual a gente já tinha na mão. Bem dançava-se muito, e quando era festa em casa de família era formidável, porque a gente dançava com qualquer menina, agora, quando era uma festa em clube, só apresentado, quer dizer, a gente não podia se dirigir a uma menina para tirar ela para dançar porque se arriscava a levar um não pela cara e havia umas que eram umas salafrárias e ficavam te dando uma “ninha” para você, só faltavam implorar para você ir lá, você chegava: “Não, nós não fomos apresentados”, essas deviam ser umas udenistas, e o sujeito ficava com cara de besta assim, compreendeu. Bem, então, tinha essa parte, a parte erótica que tinha, existia, agora, como se resolvia o problema sexual da época? Havia uma coisa, a empregada doméstica, o sujeito utilizava muito isto. Porque quase sempre eram umas criaturas que coitadas, eram batidas pela vida, e a gente não tinha assim muita consciência do problema, e havia umas ... Eu me lembro de uma que foi trabalhar na minha casa e no terceiro dia, viu, me passou uma cantada, e eu disse: “O que é que é isso, você está aqui há três dias”. “Ah, não, eu quando vou trabalhar numa casa que tem moço, eu folgo logo”. Então, eu tinha, tinha isso, tinha essa parte que você solucionava com a empregada da sua própria casa ou com a empregada da casa de alguém, bem, e a prostituta paga, não é, você tinha isso, que dificilmente o sujeito arranjava uma dona e tal, isso era muito difícil para garoto, porque o troço é meio fechado, quando a mulher era casada e traía o marido, ela traía com gente daquele tope, não com garoto, rapaz.

NM - E como era o Rio de Janeiro nessa época, as lembranças que o senhor tem do Rio?

PC - Bom, era a mais linda e admirável aldeia que se possa imaginar. O Rio de Janeiro tinha coisas, coisas que chega a dar, a doer no coração. Vocês imaginam o seguinte: todo sábado, vou pegar sábado, as moças de Zona Sul e de Tijuca, quer dizer, classe média para cima, tomavam seu bondinho, as da Zona Sul saltavam na Galeria Cruzeiro, as da Zona Norte na Rua da Assembleia e iam ao cinema na Cinelândia, quando apareceu a Cinelândia, é evidente. Bem, cinema e tal, assistiam ao cinema e depois saíam e tomavam um lanche no Sorveteria Americana e em seguida faziam um *footing*, aquilo que existe na cidade de interior, na pracinha, no coreto, existia no Rio de Janeiro assim: as meninas vinham na avenida, quer dizer, pegando ali o Teatro Municipal até a esquina da Ouvidor, entravam na Ouvidor, Gonçalves Dias, pegavam a Assembleia ou Sete de Setembro, Avenida outra vez, umas três ou quatro voltas por ali e a rapaziada, três ou quatro voltas ou parada para ver as meninas, ou atrás das meninas, então, *footing*, lá avenida. Isto a avenida ficava assim no segundo, terceiro, quarto sábados do mês; o primeiro sábado era um sábado que caía, agora por quê? Porque quem vinha, as meninas que vinham para o

centro da cidade fazer *footing* eram as meninas de subúrbio, porque o pai tinha recebido o ordenado, o salário, e então, tinham um dinheirinho no primeiro sábado do mês para elas poderem vir à cidade, e naquela época era muito fácil a gente conhecer a menina do subúrbio ou não, pela roupa. A menina do subúrbio, por exemplo, gostava do azul brilhante, do cor de rosa de cetim, um troço assim. Andava de salto alto, e a gente percebia que ela não estava habituada a andar de salto alto. Hoje, qual é a diferença que há entre uma menina de Irajá e uma menina de Copacabana? Nenhuma! Todas as duas estão sujas, com aquela calça Lee que está pedindo uma lavanderia. Mas naquele tempo não, naquele tempo a gente conhecia pelo andar, cidade do interior, você hoje vai assim numa cidade de interior e parece que você está no Rio de Janeiro, não é verdade? Naquele tempo, de jeito nenhum, o vermelho e tal. Então, caía aquilo, mas havia os sábados e os domingos eram... Os sábados eram uma delícia, esses passeios que a gente dava e depois a preparação para o bailezinho, para o arrasta-pé de sábado.

NM - Era tranquila então a vida no Rio de Janeiro?

PC - Olha, você quer ver uma coisa. Eu me casei em 1938. A minha mulher, está aí até, você vê, eu não vou elogiar, mas que era bonitinha era bonitinha, jeitosinha. Nós morávamos na Rua Andrade Neves quando nos casamos, ali na Tijuca e eu era sócio do Tijuca Tênis Clube. Isso aqui é o Internato. O Pedro II. O Internato, quando eu entrei que tinha só três andares e o Internato, quando eu saí, que tinha quatro, porque fizeram um andar em cima, mais um. Esta fotografia só eu tenho no Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro não, no Brasil, ninguém mais tem, porque essa fotografia foi uma reportagem que eu fui fazer um dia no Pedro II, foi publicada e eu fiquei com a fotografia. Bom, mas o que eu dizia? Morava na Rua Andrade Neves e eu era sócio do Tijuca Tênis Clube. Então, a distância era uma distância muito pequena, não dava nem para pegar condução, eram dois postes mais ou menos, era descer a Rua Visconde de Cabo Frio, eu morava quase na esquina de Cabo Frio, vocês conhecem aquilo ali, Visconde de Cabo Frio pegava a Conde de Bonfim um pouco adiante da José Higino, um pouco diante dali estava o clube, bom. Eu botava o meu *smoking*, minha mulher se vestia de baile, suas joiazinhas e tal, íamos, dançávamos a noite inteira. O velho Heitor Beltrão quando era assim por volta de meia-noite, chegava e olhava para ver se estava tudo dançando direitinho, se não estava havendo nenhuma bandalheira e tal, tomava conta do clube como se fosse a família dele. O sujeito que se fizesse de besta era posto para fora do clube, sem conversa, fosse filho de quem fosse. Três e meia da manhã terminava o baile e a gente vinha, eu e ela vínhamos abraçados, vínhamos pela rua para casa, encontrávamos um crioulo no meio da rua: “Bom dia, moço”. Era o Rio de Janeiro. Nunca na minha vida eu tive arma. Só chegava em casa de madrugada quando rapaz, vindo de imprensa, nunca tive arma, não sabia o que era assalto. A gente ouvia falar de um assalto não sei aonde, ladrão no Rio de Janeiro, sabe o que roubava ladrão? Roubava cano, cano, porque tudo era casa, então, umas casas lá dentro, então a água entrava e havia o cano da água que era metido, embutido no muro que separava uma casa da outra. O ladrão chegava, botava o ouvido, ouvia a água correndo, arrebatava ali, torcia aquele cano, tirava um pedaço de cana para vender ao sujeito que comprava chumbo na Rua Visconde do Rio Branco. Então o ladrão roubava cano, roubava galinha no galinheiro e roubava a roupa que o sujeito esquecia no varal, no quintal da casa, eram ladrões. Agora, havia o batedor de carteira, que eram uns artistas, realmente o sujeito que roubava carteira, tira uma carteira do bolso do sujeito, isso acabou, isso é uma especialidade que terminou. Hoje não, hoje você vai com o revólver. Então, você substituiu a inteligência do ladrão pela violência, porque foi substituído no mundo inteiro e devemos isso ao United States of América.

NM - Quando o senhor acaba o seu curso no Pedro II, o senhor está aproximadamente com 18 anos. O senhor já tinha alguma opção em relação ao futuro, a sua família já tinha algum projeto para o senhor?

PC - Dezoito anos. Dezoito para dezenove anos. Bom, o negócio era o seguinte: como o meu avô tinha sido um grande advogado e pela minha maneira de ser, enquanto que o meu irmão era uma pessoa mais retraída, eu era um sujeito mais dado e tal, a minha família achava que eu devia estudar direito. Eu não tinha a menor noção disso, aconteceu, entretanto, que houve um incêndio na minha casa que começou numa arca, uma bucha de balão, bateu assim, o balão bateu numa janela, caiu em cima de uma arca que tinha pertencido ao meu avô, uma arca de madeira, uma beleza de arca. Nessa arca estavam todas as correspondências trocadas por meu avô com Gonçalves Dias, de quem ele era muito amigo, e toda a correspondência trocada entre ele e a minha avó durante a Guerra do Paraguai, e mais algumas coisas. O incêndio começou ali, pegou, pegou grande parte da casa, no final quando foi se resolver o problema lá, eu não me lembro bem como é que foi o negócio, dessa arca escaparam aquela santinha que está ali e escapou isso aqui: carteira do advogado, que era do meu avô, que era do ano de, tem a data aqui, 1800 e qualquer coisa, do ano de 1878, era com isso que ele advogara. Então, aqui coisas anotadas com a letrinha dele, deixa eu ver aqui a letrinha dele toda, como é que se nomeava um escrivão de baile e tal. Então, essa carteira, de vez em quando, me era mostrada pela minha mãe e ela me dizia: “Meu filho, um dia você vai usar a carteira que pertenceu a seu avô, Oswaldo”. Eu deixei a vida correr e aconteceu que, numa certa fase do colégio, os meus amigos mais chegados iam estudar medicina e eu fui aluno de história natural, naquele tempo estudava-se a história natural assim: era anatomia, fisiologia, histologia, na zoologia, a botânica e a mineralogia, e eu tinha sido aluno de um grande professor de anatomia, de zoologia que era o professor Lafayette Rodrigues Pereira. E como eu tinha sido bom aluno naquele troço e o grupo meu mais chegado ia estudar medicina, eu resolvi estudar medicina. Naquela época, também, a gente terminava o curso do colégio no dia dois de dezembro, dia dois de dezembro era o baile da formatura. Bem, e o resto de dezembro e o resto de janeiro a gente metia a cara fazendo uma revisão da matéria estudada eu caía no vestibular. Então, eu comecei, já em dezembro, a meter a cara com os colegas meus, Segadas Viana, Machado Costa, para fazer o vestibular de medicina. Acontece, entretanto, que um dia eu vou tomar o ônibus, tomei um ônibus e encontrei um colega meu e disse: “Como é Cabral, o que é que você está fazendo?”. Eu digo: “Eu vou fazer vestibular para medicina”; “Cabral, não faz para medicina, faz para direito, você sempre deu para esse negócio, você sempre teve jeito, você sempre foi orador lá conosco”, e quando eu cheguei lá na avenida, viu, no meio do ônibus, eu já estava candidato à faculdade de direito. E nessa noite reuni com o pessoal e disse “Olha, minha gente, vou mudar de rumo, estou meio atrasado já no vestibular”, meti a cara na literatura que eu tinha que rever, filosofia, história e tal, e fiz vestibular para direito, foi assim meio... mas, estava marcado, estava marcado.

NM - O senhor tinha algum modelo de profissional para o senhor decidir isso?

PC - Não, não, eu não tive, quer dizer, quando eu estudei direito, eu senti, logo no começo da minha vida de advogado, que eu não daria para advogado, está compreendendo? Eu poderia ter sido um bom advogado do ponto de vista técnico, viu, mas um péssimo advogado do ponto de vista comercial, porque eu não tenho espírito comercial, eu não sei ganhar dinheiro. Eu nasci para empregado, compreendeu. Eu me assustava, talvez, como uma reminiscência das dificuldades da minha vida de infância, eu me assustava com

aquela possibilidade de eu ter um escritório e depender de clientes. Além de tudo, o meu círculo era um círculo mais ou menos restrito, eu não tinha assim um campo muito grande, é verdade que eu poderia ter me lançado bem. Mas havia também uma parte na minha formação (desculpem eu ter que dizer isso agora) mas, assim meio imbuído de uma solidariedade às pessoas mais necessitadas. Isso sempre existiu em mim porque eu sempre encontrei em minha casa, entendeu, não é que eu me tivesse feito assim, não: na minha casa mesmo nos momentos de maior dificuldade e tudo, a minha mãe, a minha tia, sobretudo essa tia que eu tive que morreu com 94 anos de idade, ela era o tipo da criatura solidária com as pessoas que sofriam, viu. Então, eu cheguei à conclusão de que se eu fosse viver de advocacia eu ia morrer de fome. Eu me lembro que o primeiro caso que eu defendi eu tinha feito um preço para o camarada de 150 mil réis. Eu pagava 70 mil réis por um vãozinho de escritório, e fiz, quer dizer, estavam garantidos dois meses tranquilamente de escritório. Ganhei a questão para o sujeito, ela já veio meio no fim, meio desarrumada e eu arrumei a questão e ganhei a questão para o cara. E um dia ele veio me pagar e me trouxe um maço assim, um embrulho e disse: “Doutor, o senhor faz um favor, confere e vê se está certo”. Eu abri o embrulho e dei com umas notinhas de dez tostões e dois mil réis, a noitinha de dez tostões tinha a figura do Almirante Tamandaré, eu digo: “escuta, mas o senhor vai me pagar 150 mil réis com isso?”; ele disse: “Não doutor, é que eu não tinha dinheiro e eu abri o cofre dos meninos e tirei o dinheiro do cofre dos meninos e deu os 150 mil réis”. Eu não podia ficar com esse dinheiro nunca, não é verdade, quer dizer, ganhar um mês de ordenado às custas dos cofres dos meninos, eu disse: “Leva esse troço e não me aparece nunca mais”, de modo que eu comecei a minha vida profissional como advogado, eu comecei, me formei e tal e fui ser promotor público, arranjei um empreginho de promotor público no estado do Rio.

NM - Antes de falarmos do seu emprego como promotor público, eu gostaria de saber um pouco sobre a sua faculdade.

PC - Bom, a minha vida na faculdade não foi assim uma vida que tivesse deixado em termos de faculdade, grandes recordações. Porque, como eu precisava trabalhar, viu, eu logo comecei lecionando, a princípio, bem. Em seguida, arranjei um emprego no *Lux Jornal*, de modo que eu, na realidade, ia à faculdade aos sábados, via mais ou menos aonde estava a matéria dada pelos professores, e virava em casa a semana inteira a matéria. Quer dizer, eu era, não vou dizer que fosse um autodidata porque na realidade eu estava com os livros ali do Clóvis Beviláqua e o Direito não estava mudando muito. Veja bem, no meu tempo de estudante não existia Direito do Trabalho, eu sou professor de uma matéria que eu nunca estudei. Eu sou professor de Direito de Trabalho e eu não tinha Direito de Trabalho na faculdade, eram aquelas coisas clássicas. E eu me apaixonei de saída pelo Direito Penal, achei o Direito Penal uma beleza, como acho mesmo o Direito Penal uma coisa bonita, a criminologia, vamos dizer assim, não o Direito Penal, a criminologia. Bom, e quando eu me formei era governador do estado do Rio, o Almirante Protógenes Guimarães e meu irmão tinha servido como tenente com o Protógenes, e o Protógenes gostava muito do meu irmão. Um dia conversando lá com ele, não sei bem a razão de ser que ele estava conversando com o Protógenes, parece que ele tinha sido mandado, ele estava servindo num comando aí da Esquadra e mandaram ele levar qualquer coisa ao Almirante Pantoja, que era o governador do estado do Rio de Janeiro, era interventor do estado do Rio de Janeiro. Bem, então lá o Protógenes, eu já não via o meu irmão há algum tempo, meu irmão já estava nessa época Primeiro-Tenente, começou a indagar coisas da vida dele e tal e soube então que tinha um irmão que tinha acabado de se formar, eu me formei em [19]35, tinha acabado de me formar. Aí o Protógenes disse:

“Bom, então eu vou fazer uma coisa, eu vou nomeá-lo promotor aqui do estado do Rio”, e me nomeou interinamente promotor na vaga de um camarada que tinha tirado uma licença-prêmio e eu fui trabalhar na Barra do Piraí. Mas eu senti que aquilo não servia para mim, promotoria não servia para mim. Mas um dia, eu tendo vindo ao Rio de Janeiro, encontrei aqui o professor Roberto Lira, meu amigo e eu também, porque eu, ainda no tempo de estudante, eu tinha deixado o *Lux Jornal* e tinha ido trabalhar n’*A Noite*, então ele também trabalhara n’*A Noite*, nessa época eu estava licenciado d’*A Noite*, e ele me disse: “Cabral, não faça isso, sai de cidade de interior, em cidade do interior você vai morrer numa cidade dessas, você vai desaparecer, você tem outro campo aqui. E vou tirar uma licença-prêmio, você está substituindo um promotor em licença-prêmio, pois bem, eu vou tirar a licença-prêmio e vou fazer o Philadelfia” – que tinha sido o meu professor de filosofia no Pedro II e era o Procurador Geral do Estado, do Distrito Federal então – “eu vou fazer ele te nomear interino no meu lugar, tem concurso no fim do ano” – isso era 1937 já – “vai haver concurso no fim do ano e você vem para aqui, você vai ganhar o concurso tranquilo”. Bom, então larguei lá e peguei aqui. E fui servir com um dos maiores juizes que eu já encontrei na minha vida, que se chamava Néelson Hungria. Então eu estava um garotote, formado em Direito, apaixonado por coisa de criminologia, cercado de homens como Néelson Hungria, Narceli de Queiros, Ary Franco, gente de primeira. Então, quando terminava as audiências, com aquele terrível respeito, temor reverencial que existia do réu para o juiz. Hoje, eu acho que quem tem medo do réu é o juiz. Então, eu comecei a me preparar para esse concurso estudando que nem um desesperado, já estava noivo e tal. Quando chega no dia dez de novembro, o Getúlio dá o golpe do dia dez de novembro e decide que os lugares de promotor público seriam da escolha do chefe de Estado, ou aqui no Rio de Janeiro, do Presidente da República, e nos estados, dos governadores dos estados. Então, acabou o concurso e eu sobrei imediatamente, interino, o concurso já estava marcado para se iniciar no dia 14 de dezembro a primeira prova e esse dia era dez de novembro e então eu estava fora do troço. Então, voltei para o meu jornalzinho *A Noite*, para me casar no ano seguinte e tal, e aí tentar uma advocacia, bem. Tentar uma advocacia é, mas sempre com dificuldades, primeiro porque falta de gosto pelo exercício da advocacia. Aquela mania de ver se aquela pessoa que eu estava defendendo, o dono da casa quer despejar o inquilino porque não está pagando, por que é que o inquilino não está pagando? Não está pagando por isso, isso e isso, e então não pego a questão porque eu vou botar para fora um sujeito e, essas besteiras de rapaz. Bom, no que ficou, ficou, bom. Aí, eu n’*A Noite*. Então eu trabalhava n’*A Noite*, escrevia as minhas coisas em revistas, ganhava razoavelmente bem, eu me casei, minha mulher tinha se formado, também era professora e tal. Quando, a uma certa altura ia se instalar a Justiça do Trabalho. Eu tinha um parente que vinha das revoluções de [19]22, [19]24, [19]26, [19]30, [19]32 ele tinha estado ao lado do governo do Getúlio, era amigo do Getúlio, amigo pessoal. Um dia o Getúlio mandou chamá-lo para convidá-lo para ser adido militar no Brasil num determinado país da América do Sul. E ele aceitou. E na conversa com Getúlio disse: “Presidente, olha aqui, eu queria também lhe fazer um pedido, já que o senhor está me fazendo esse convite, talvez eu tenha sido um pouco, seja um pouco, não seja propício, mas eu vou lhe fazer um pedido: eu tenho um aparentado meu, parente longe mas é um sujeito assim, assim, assim, que é inclusive contra o Estado Novo, é contra a ditadura, mas é um rapaz que eu estou precisando colocar, ele está precisando ser colocado num lugar, inteligente, tem cultura”, essas besteiras que a gente fala toda vez que a gente quer arranjar um emprego para alguém. O Getúlio virou-se para ele e disse: “O fato dele ser contra o Estado Novo não quer dizer nada, eu tenho amigos que são contra o Estado Novo. Um pedido seu é um pedido seu, vamos fazer uma coisa: diga a ele para dia tal procurar assim, assim, procurar dona fulana de tal aqui no Catete”. Bem,

dia tal eu fui e a moça me disse: “Olha doutor, o senhor está, o senhor vai ser nomeado... vai ser criada a Justiça do Trabalho e o senhor vai ser nomeado procurador da Justiça do Trabalho em Minas Gerais”. Eu quase caí, viu, porque procurador da Justiça do Trabalho em Minas Gerais, não posso”. “O senhor me deixa o seu telefone.”. Naquele tempo existia uns tais telefones oficiais, que se falava diretamente para o telégrafo. Um dia bate o telefone oficial d’A *Noite* que eu tinha deixado e tal e me disseram: “É do Palácio do Catete, querem falar com você”, eu achei que era até gozação, e fui atender, e era a moça e disse: “Doutor, dá um pulinho aqui ainda hoje”, eu digo “Pois não, vou”. Chegando lá ela me disse: “Olha, aconteceu o seguinte: o Presidente manda pedir desculpas ao senhor mas ele teve um pedido que não pode deixar de atender para a Procuradoria de Trabalho de Minas Gerais. Então ele propõe o seguinte: ele troca com o senhor, em vez de nomeá-lo procurador da Justiça do Trabalho em Minas Gerais, vai nomeá-lo Juiz da Justiça do Trabalho em Goiânia, o senhor aceita essa troca?”, eu disse: “Minha filha, o Presidente não quis me perguntar nada e troca, a única coisa é que eu tenho a minha mulher, tenho a minha mãe, a senhora aguarda, eu vou conversar com elas.”. Sair assim do Rio de Janeiro para Goiânia naquele tempo, de estrada até Goiás, você demorava quatro dias até chegar a Goiânia, e a minha mulher sempre foi uma criatura que topou qualquer parada na vida, a minha mãe também topava. Voltei lá e disse “Perfeito”. Então, devia sair no dia primeiro de maio a nomeação e no dia primeiro de maio sai a nomeação do Presidente do juiz da Justiça do Trabalho em Goiânia. Vamos dizer, eu não me lembro bem do nome, mas vamos dizer que fosse assim Paulo da Silva Ferreira, ou Paulo C. Carvalho, erro de imprensa, está na cara. Nessa tarde, me mandam chamar e aí a moça me disse: “Olha, o Presidente teve que mais uma vez entregar esse lugar a alguém que ele não podia deixar de entregar, mas mandou dizer para o senhor ficar inteiramente tranquilo porque ele vai lhe dar um lugar”. Eu digo: “Olha, minha filha, vamos fazer uma coisa: “Diga ao Presidente que faz de conta que ele me deu o lugar, não vamos mais nos preocupar com isso, eu continuo tocando a minha vida, ele foi muito gentil em atender esse meu parente, meu aparentado longe, enfim, ele tem sido muito gentil em dar essas explicações, mas não vamos mais nos preocupar”. Ela disse: “Não senhor”. Eu disse: “Não, pode dizer ao Presidente que eu estou tão agradecido a ele como se eu tivesse tido o lugar, continuando na minha linha de ser contra o Estado Novo”. Disse para ela assim, brincando. Bom, passam-se os dias e uma manhã de segunda-feira que eu estava de folga n’A *Noite*, porque tinha dado plantão no domingo à noite, me telefonam d’A *Noite* e dizem assim “Cabral, você foi nomeado para um lugar de inspetor de Previdência, o que é que é isso?” Eu digo: “Não sei”.

NM - Então, deixa eu voltar um pouco atrás nessa história aí. O senhor me citou três datas importantes na sua vida e na vida do Brasil: o senhor se forma em [19]35, em [19]37 o senhor estava trabalhando aqui no Rio de Janeiro com Néelson Hungria, em [19]36, em [19]38 o senhor estava casado. Bom, nesse período acontecem alguns fatos na vida política e social do Brasil, e o senhor já citou que era contrário ao...

PC - Já sei, você já quer saber a Revolução Comunista?

NM - Exato, ao Estado Novo. Como é que o senhor viveu o movimento de [19]35, o movimento de [19]37, como é que o senhor viveu a vida política desse país nesse período?

PC - Bem, a figura de Luís Carlos Prestes foi uma figura que marcou a minha geração. Ele era o cavaleiro da esperança, aquele herói, aquele mosqueteiro, aquele D’Artagnan, aquele Buridan dos nossos romances de capa e espada, um homem que se fez capitão

muito jovem, tinha se levantado, primeiro aluno da turma dele, tinha se levantado lá em Santo Angelo, feito aquela marcha que é a maior marcha militar que a história conheceu, contra tudo, até Lampião, até Lampião foi eleito, foi promovido a capitão, para dar combate a Luís Carlos Prestes. Então Luís Carlos Prestes ficou assim como uma figura intocável para os homens da minha geração, para os moços da minha geração até para os que eram contrários à revolução de [19]22 e [19]24. Ele se levanta, faz essa marcha e quando chega em 1926, na hora em que Washington Luiz assume o governo, ele se exila do Brasil, vai embora do Brasil com toda a tropa, quer dizer, acaba a revolução e fica todo mundo esperando, viu, que o senhor Washington Luiz desse anistia para essa gente. Foi o primeiro grave e grande erro do senhor Washington Luiz. Ele não deu anistia para aqueles cadetes de [19]22, que era uma mocidade toda que se viu aniquilada naquela época. Eu tinha dois parentes lá na Escola Militar. A Escola Militar era assim um caminho da classe média que quando arreava financeiramente, então ia para a Escola Militar para recompor a posição da família com aquele ordenadinho mas que era uma coisa segura, e era uma posição realmente de destaque na sociedade o sujeito ser oficial do Exército, porque o sujeito não era espancador. O oficial do Exército era o defensor da pátria mesmo, ainda que ele fosse um revolucionário, ele era um defensor de alguma coisa e ainda que ele estivesse no governo, ele não era um homem violento, ele era incapaz, incapaz de atos de torpeza como nós vimos agora. Então, esse é o erro de Washington Luiz, então quem era revolucionário de [19]22 e [19]24 continuou revolucionário, mesmo. Veio os anos [19]30. A Revolução de [19]30, tentam cortar a Revolução de [19]30 em [19]32, [19]32 é a Revolução dos Ressentidos, porque ninguém reforma inteiramente uma nação como pretendia o senhor Getúlio Vargas e nem sei se ele pretendia ou eram os acontecimentos que o estavam empurrando, está aí a frase do Augusto Conte “O homem se agita, a humanidade o conduz”. Ele podia estar se agitando para ser Presidente da República, para ganhar uma revolução, para se posicionar no País, mas na realidade, os acontecimentos estavam empurrando porque ia se dar uma abertura à classe proletária naquela ocasião, ou então esse negócio ia explodir mais dia, menos dia. Quando a Revolução de [19]30 vai estourar, todos nós esperávamos uma posição do Prestes, que ele topasse a Revolução, e se ele topasse a Revolução, Getúlio Vargas jamais teria posto a mão no governo. Porque, na realidade, a figura carismática do movimento, através de tudo que aconteceu, sobretudo numa época em que a gente tinha as notícias pelo jornal, o negócio acontecia no Piauí, a gente sabia seis meses depois, bom. Está aí aquele famoso livro do Stefan Zweig “O Mundo que eu vi”, quando ele diz assim “No meu tempo de rapaz quando a gente lia, abria um jornal e via que numa enchente na China tinham morrido dez mil pessoas, quando a gente ia querer ficar com pena via que isso tinha sido há um ano atrás, agora é que se estava sabendo, então não tinha para que ter pena, há um ano que tinham morrido dez mil pessoas, por que é que vai ter pena, bem. Então, Prestes não vem com a Revolução e isto, isto foi um desafogo para os revolucionários dito, mas foi uma frustração para quem pensava na Revolução. Aí, vem a Revolução de [19]32. A Revolução de [19]32 não é uma contrarrevolução, uma revolução contrária, quer dizer, eles quiseram retomar a posição. Eu tive amigos meus, colegas meus que morreram na Revolução do lado de lá. Eu mesmo estive a favor da Revolução de [19]32. Foi um erro político que eu cometi, de pensamento, evidentemente, mas um pouco arrastado pelo movimento das escolas, um negócio que o João Alberto dizia assim “Quem quiser ir para São Paulo, eu dou um salvo conduto”. O sujeito se apresentava na polícia e ele mandava botar na cadeia. Bem, quando vem a Revolução de [19]35, a Revolução comunista de [19]35, eu achei um erro porque não era uma revolução, era uma quartelada, era mais uma quartelada, quer dizer, o Brasil estava vindo de quarteladas em quarteladas, porque revolução mesmo o Brasil só teve três, até hoje só teve três revoluções: foi a da

independência, que foi uma revolução, foi a da abolição da escravidão, que foi uma revolução, foi a reforma agrária de então, porque República não foi absolutamente revolução, República foi um golpe de Estado feito por três monarquistas, inclusive aquele Deodoro com aquele boné na mão, ele está ... Sabe o que ele está falando ali? “Viva o Imperador”, um que estava no muro que era o Floriano, bem ...

Fita 2 – Lado A

PC - Revolução, porque ele muda a face do país, veja, vai começar, vai começar as leis trabalhistas, vai começar praticamente a Previdência Social, vai se expandir aquela primeira sementinha, lançada em 1919, adubada em 1923, agora, em 1930 ela vai se expandir. Bom, quando vem a Revolução de [19]35 eu não apoiei nem gostei da Revolução de [19]35, do movimento, daquele golpe que houve. Mas em [19]37, quando criaram o Tribunal de Segurança a mim me pareceu, como pareceu a todos os juristas da época que estava se fazendo uma coisa muito grave que era fazer com que os revoltosos, golpistas de [19]35, do golpe do Estado do Terceiro Regimento de Infantaria e do Forte, e lá da Escola de Aviação fossem julgados por um tribunal, que quando houve a revolução, não existia, então estava se fazendo uma aplicação retroativa da lei, coisa que ao jurista arrepia. E o Tribunal de Segurança Nacional aparece como um tribunal de exceção porque ele vai julgar apenas, ele existe para julgar as pessoas que estivessem envolvidas naquela revolução. Então, é tipicamente uma aplicação retroativa da lei, ainda que adjetiva, mas retroativa da lei e o Tribunal de Exceção também porque já se destina a um grupo, só quem fosse contra o governo, quando nós tínhamos os juizes federais que eram os capazes para julgar isso. Quem foi que julgou Eduardo Gomes na Revolução do Forte de Copacabana? Juiz Federal. Quem foi que julgou Hermes da Fonseca nesta Revolução de [19]22? O juiz federal, então era juiz federal que era a autoridade competente para fazer o julgamento, nunca um tribunal de exceção, então isso me irritou mais. Aí, os revolucionários de 1930, de 1935, o Prestes, Berger, essa gente toda, quando vai ao Tribunal de Segurança e não reconhece a autoridade do Tribunal de Segurança para julgá-los, e se recusam a nomear advogados de defesa. Então, cria-se o problema: como é que o indivíduo pode ser julgado sem defesa, não pode. Então, partiram para a seguinte solução: oficial a Ordem dos Advogados pedindo ao presidente da Ordem dos Advogados para que nomeasse os advogados daqueles que recusassem se defender perante o tribunal, é quando aparece. Então, é presidente da Ordem o Filadélfio de Azevedo, ele foi meu professor de filosofia no [Colégio] Pedro II e foi um dos grandes juizes que o Brasil teve. Então, o Filadélfio indica para defender Prestes e Berger um sujeito chamado Heráclito da Fontoura Sobral Pinto, líder católico. Então, todo mundo disse “É a safadeza porque vão dar a dois comunistas um sujeito que é um líder católico”. Apenas a turma se esqueça, ou não sabia, o estofo de Sobral Pinto, a figura de advogado que é Sobral Pinto, quem me dera que eu fosse a milionésima parte como advogado do que é o Sobral Pinto, e o Sobral Pinto se transforma assim numa coisa que a gente fica abismado de ver o que este homem fez. Aí começa o julgamento dos outros, então aparece o julgamento de Agildo Ribeiro, de Alvarez de Souza, que também não reconheciam, indicado como advogado dos chamados corrêus de arma na mão, criaram essa figura, porque o sujeito ou é réu, ou é corrêu, mas corrêu de arma na mão é de uma burrice que só podia sair da cabeça de um sujeito chamado Himalaia Virgulino, que foi nomeado procurador do Tribunal de coisa, do Tribunal de Segurança. Bom, vocês fumam? Se quiserem fumar, fumem, bom, eu fumei 60 anos, parei e comecei a ficar doente depois que deixei de fumar. Bom, então, eles vão defender esses homens, quer dizer, quem vai defender esses corrêus de armas na

mão, Evandro Lins e Silva que era, que estava nascendo como advogado, jovem, jovem, mas já espetacular, viu, um sujeito, bom um dia eu estou entrando no Fórum quando deparo com o velho Filadélfio que me diz “Cabral, hoje, fiz uma coisa hoje de manhã”. Eu digo “O que foi?” “Eu respondi a um oficial do Tribunal de Segurança, fiz isso até sem consultar você, indicando você para defender três sujeitos do Tribunal de Segurança. Venha cá”. Aí me deu uma lição sobre o papel do advogado de defender um negócio sem ganhar, era a profissão, a beleza da profissão, o sacrifício da profissão, puxa, isso dito para moço, a gente já sai com a bandeira “*allons enfants de la Patrie*”, já sai cantando a Marselhesa. Bom, e eu fui defender.

NM - O senhor defendeu quem?

PC - Eu defendi um tenente, Humberto Baiana de Moraes Rego, um sargento, Vitor Aires da Cruz, e um soldado que era lá da Escola de Aviação cujo nome me escapa, era Saldanha, qualquer coisa Saldanha, bom. Esses homens tinham sido condenados a penas pesadíssimas pelo Tribunal de Segurança, mas eu já estou defendendo, não era no tribunal porque eles já tinham sido condenados no tribunal, porque eles foram, eles tiveram um advogado nomeado pelo coisa que não ligou para o caso deles, eles tomaram 20 anos pela cabeça, e agora eu sou nomeado para fazer a apelação para eles para o Supremo Tribunal, viu. Então vou defender esses homens perante o tribunal, perante o Supremo Tribunal Federal. Não me esqueço desse dia, foi um dia realmente desses dias que a gente não esquece nunca mais, porque estava além de todos eles, foi quando eu vi Prestes pela primeira vez, Prestes, Berger, aquela gente toda, mais os meus constituintes, mais aqueles generais, almirantes, dirigindo esse Supremo Tribunal por um almirante, Pedro Max de Frontin, que era um sujeito excepcional de conduta, aliás, todos eles, os juízes civis também, de grande porte, mas a gente estava na tribuna e havia um soldado da polícia especial deitado no chão com uma metralhadora dirigida para os réus que estavam atrás, e portanto, para a gente também. Era assim que a gente se defendia e tinha 20 minutos para fazer a defesa, a defesa de cada um, então eu tinha 20, 40, 60, então, mas a gente não podia juntar as três, tinha que separar, era 20 para cada, e quando veio o resultado eu tinha baixado, eu não, o tribunal baixou a pena do Moraes Rego parece que para quatro ou cinco anos, do Vitor Aires da Cruz para dois anos, e absolveu o soldado. Bom, aí eu começo a sofrer uma pressão porque aí fui procurado por um sujeito para defendê-lo no Tribunal de Segurança que, inclusive, ameaçou me mandar prender. Bem, mas defendi esse camarada ainda, mas eu não podia ficar fazendo defesa de graça, porque eu tinha que viver, estava preparando casamento e tal, então parei, parei essa minha vida de advogado num desses períodos. Foi então quando veio a nomeação para ir. Não sei se respondi o que você queria saber.

LO - Nomeação para inspetor de Previdência?

PC - Para inspetor de Previdência.

NM - Eu só queria saber, o senhor tinha algum envolvimento com os grupos ideológicos?

PC - Não, não, a gente, não havia propriamente grupo ideológico, o que havia eram os comunistas. Você tinha os comunistas e tinha os integralistas. Integralista eu não podia ser nunca, não dava jeito para ser integralista de jeito nenhum, e ser comunista eu também não tinha jeito, então eu continuava a ser um liberal, um democrata liberal, evidentemente, com uma tendência socializante, isso sempre tive. Isso parece que vem assim meio na

massa do sangue da família, que embora senhores de escravo, mas era senhor de escravo mas fazia campanha de abolição, de emancipação, então não eram esquerda, meu avô sendo um sujeito montado no dinheiro, pertencente à classe dirigente reacionária, ele não traiu a classe dele para ser meia-esquerda, não diremos extrema esquerda, ele sendo abolicionista, então esse foi um negócio que ficou dentro de mim, então eu, na realidade era um homem com uma tendência não direi, não vamos colocar esse negócio de direita, esquerda, porque eu acho isso tudo uma boçalidade, viu. Eu sempre me recusei a ser carimbado, eu não nasci para ser carimbado. Então, eu não sou nem direita, nem esquerda e nem centro, eu sou um homem liberal e que para defender até as minhas ideias liberais e a vida como eu acho que ela deve ser vivida, eu defendo que aquilo que eu tive os outros têm, quer dizer, eu não posso aceitar que várias pessoas, vários jovens, talvez muito mas dotados do que eu, viu, tenham acabado numa vala comum de miséria, de pobreza, viu, porque não tiveram a felicidade que eu tive, quer dizer, o destino não abriu para eles o caminho que abriu para mim, e abriu o caminho e certas e determinadas oportunidades sem que eu tivesse feito força. Veja bem, não é. Alguém disse para a minha mãe “Aluno órfão de pai e filho de funcionário pode ser aluno gratuito do [Colégio] Pedro II”. O que é que eu fiz para isso? Um exame de admissão? O exame de admissão eu faria com o pé nas costas porque eu tive uma professora, tive professores primários admiráveis, fui dotado com uma boa memória, que isto eu não tenho nada a ver, inteligência e memória, eu não fiz nada para isso, inteligência e memória que eu tenho foi o resultado da união de um espermatozoide com um óvulo. Agora, conservar isso, aprimorar isso, bom, isso é outra coisa, isso aí é o meu esforço, está aí a minha livraria, a minha vida, muitas vezes, em jovem, entre comprar uma gravata e comprar um livro, eu ter que fazer a opção para comprar o livro, o que não é muito fácil para um menino de 18 anos que está namorando, que quer ir na festa de gravata nova. Bom. Mas a minha tendência foi sempre uma tendência, vamos dizer, de caráter eu não vou dizer nem socializante porque eu não sou muito conhecedor de assuntos de ordem econômica, mas eu acho que as oportunidades têm que ser dadas e que a gente tem que dar a mão a quem está sofrendo, isso é besteira, isso eu fiz, faço e farei enquanto estiver vivo, bom. Então, minha posição, eu tive o meu maior amigo, meu companheiro de colégio, meu afilhado de casamento, a filha dele mais velha tem o nome da minha mulher e ele era do Partido Comunista e chegou a ser pessoa de proa no Partido Comunista, nunca me cantou para eu ser comuna, viu. Só me falava a respeito do Partido Comunista quando eu perguntava, mas nós tínhamos as nossas discordâncias.

LO - Quem é essa pessoa?

PC - Heráclito de Souza Ribeiro, já está morto. Morreu em 1970, viu. Era um sujeito de uma lealdade, correção, de atitudes, a vida toda dele, viu, foi uma vida marcada pela dignidade, pelo desassombro, pela honestidade, tudo, tudo. Para vocês terem uma ideia de quem era este homem que no governo Dutra ele era do IAPI, e veio uma ordem do governo Dutra para tirar dos postos de comando todos os indivíduos de tendência esquerdista. Todo mundo no IAPI sabia que ele era membro do Partido Comunista e era chefe de uma seção de pessoal, e não tiraram ele. Os mais reacionários do IAPI não tiraram ele porque ele era comunista da porta para fora, da porta para dentro, viu, ele era o funcionário do IAPI, modelar funcionário do IAPI e não admitia que ninguém viesse discutir qualquer coisa de política com ele lá dentro. Agora, lá fora, não discutisse com ele assuntos do IAPI, lá fora era Partido Comunista. Eu tenho uma parenta, parenta longe, que era uma dessas católicas históricas, viu, que no dia que o Café Filho foi eleito vice-Presidente da República, ela ia para um telefone e dizia para uma amiga dela, “é o divórcio

no Brasil”. E ela era uma solteirona, “É o divórcio no Brasil”. Por aí você vê ela. Pois bem, essa, essa papa-hóstia, viu, achava o Heráclito um santo, achava que o único defeito que ele tinha era ser comunista, eu dizia para ela “Eu acho que é a única qualidade que ele tem”. Eu ainda gozava ela. Bem, então eu não fazia parte assim de grupos, eu tinha as minhas ideias, quando tinha que dizer, dizia, é isso.

LO - Só uma questão que ficou faltando ainda com referência a esse passado mais longínquo: o senhor e sua família tinham um médico, como é que era a assistência médica?

PC - Bom, o negócio era o seguinte. Havia um médico na rua 24 de Maio chamado Otávio Pinto, doutor Otávio Pinto, um homem que dava injeção assim: pegava a agulha, fazia assim e a distância ele jogava. Todo mundo queria ser operado e não queria tomar uma injeção com Otávio Pinto. Ele foi um grande médico no Rio de Janeiro, inclusive, presidente do Colégio de Cirurgiões do Rio de Janeiro. Bem. Evidente que nós não tínhamos dinheiro para estar chamando médico, mas o Otávio Pinto, doutor Otávio Pinto, ele, toda noite, depois do jantar, ele ficava na casa dele, num consultóriozinho que ele tinha, ele tinha um consultório na cidade e esse consultóriozinho, ele atendia pessoas assim, então não havia, quando havia alguma coisa que a gente precisava, ia lá no consultório dele e ele atendia. Bom, isso sem pagar. Quando havia uma doença mais séria e ia em casa, ele vinha ver, aí ele cobrava a consultinha dele, mas por essas e outras nós fomos felizes na nossa casa porque nós não tivemos doenças, compreendeu. O meu irmão que era um cara assim meio raquítico, viu, meio magrinho, magrela, vivia resfriado, viu, virava, mexia era um aluno do Colégio Militar magrela, resfriado e tal, mas ia resolvendo os resfriados dele tomando euceína Werneck e leite com açúcar queimado de noite e tal e a gente ia tocando a vida. O grande problema, o primeiro, e talvez o primeiro e único grande problema desta etapa de doença, foi a espanhola*, quando veio a epidemia da espanhola eu tinha sete anos, sete anos, eu sou do fim de [19]10, está. Veio a espanhola e eu me lembro exatamente da noite em que eu caí doente, eu fui o primeiro a cair doente em casa e parece, pelas coisas que eu ouvia depois contar, eu devo ter sido dos primeiros a ter a espanhola no Rio de Janeiro, quer dizer, ela já estava, já se sabia que tinha, mas ela não tinha tomado ainda esta proporção, bem, aí, eu caio com a espanhola, eu estava brincando com meu irmão num cantinho da sala de jantar quando, eu devo ter sentido alguma coisa, não tenho menor ideia do que seja, e corri para a minha mãe que estava sentada numa cadeira de balanço e parece que eu estava ouvindo a voz dela, ela me pega no colo e diz para a minha tia “Este menino está ardendo em febre”. E aí acabou, pifei. Doutor Otávio Pinto foi chamado e começou a tentar me recuperar, e segundo eu soube eu fui piorando. Tenho ideia duas vezes do seguinte: não sei se no mesmo dia, não sei se em dias diferentes, mas à noite, devia ser noite porque eu estava no quarto todo escuro, a minha tia, me pegando a cabeça assim, e com uma toalha amparando sangue porque eu estava tendo hemoptise, porque eu tive a pior forma da espanhola que eu tive, que foi a broncopneumônica, eu me lembro da primeira vez e me lembro da segunda vez. Agora a história: a certa altura o doutor Otávio Pinto disse à minha mãe que o meu caso era perdido, não havia salvação, mas que ele achava bom que ela chamasse um outro médico para os dois fazerem uma avaliação no meu estado. Então, ela chamou o doutor Pedro da Cunha que era muito amigo nosso, da família e tinha, estava começando, mas já estava com um grande nome de médico. Então, os dois se reuniram e chegaram, o outro chegou a mesma conclusão: eu devia morrer naquela noite; segundo elas eram seis horas da tarde.

* A Gripe Espanhola.

A minha mãe, que tinha tido a espanhola, já tinha tido muito fraquinha, quando eles foram embora a minha mãe se desesperou e havia um médico ali na rua 24 de Maio, Doutor Filgueira Lima, que era um médico homeopata. Existe hoje a Rua Filgueira Lima que era onde ele morava. Família muito amiga e tal. E a minha mãe, embora chuviscando, a minha mãe botou um negócio qualquer na cabeça e foi lá e pediu ao doutor Filgueira Lima que fosse me ver. Ele chegou, me examinou e disse “Olha, os colegas estão certos, ele deve morrer esta noite, em todo o caso vamos tentar”. Preparou lá uma receita, levou a minha tia com ele à farmácia dos filhos dele, ele tinha dois filhos farmacêuticos, a Farmácia Filgueira Lima ainda está lá no Riachuelo, na rua 24 de Maio, só que tem é que está do lado esquerdo e era do lado direito, ele preparou, mandou preparar os remédios, e eu tinha que tomar os remédios de meia em meia hora. Na manhã seguinte, ele chegou e a minha mãe perguntou “Doutor, ele está melhor?” E depois que ele me examinou e ele disse “Se ele não morreu, está, ele tinha que morrer.” E estou eu aqui, e ainda peguei, ainda pude ver por trás dos vidros da janela uns restos, viu, de espanhola, isto é, carros da limpeza pública puxado por burro levando cadáver, caixão atravessando a rua. Então, eram os médicos que nós tivemos nessa época, sem doenças, era o Otávio Pinto e foi então aí esse médico homeopata. Eu me recordo que quando o meu irmão estava para terminar o curso do Colégio Militar, certa feita, e nem se falava nisso ainda muito, o Otávio Pinto disse à minha mãe “Ele precisa fazer operação de amígdala e operação de nariz porque ele tem um terrível desvio de septo nasal e tem as amígdalas e vai ficar raquítico, magrela a vida inteira”. Por essa época havia um aparentado longe nosso que estava estudando medicina e fazendo otorrino e havia uma Policlínica de Botafogo, aqui na Rua Bambina, e esse rapaz, que fazia otorrino servia na equipe, estava trabalhando na equipe do Doutor Sanson, David Sanson, que era a grande figura otorrino que estava aparecendo também na ocasião. Então, operaram meu irmão de garganta, operaram meu irmão de nariz no ano seguinte e no outro ano ele entrou para a Escola Naval e ficou um sujeito parrudo, forte, como o diabo e tal. Então, a nossa medicina era uma medicina assim, eu por exemplo, eu tive uma pneumonia quando eu estava no terceiro ano do colégio eu tive uma pneumonia, quem me tratou nessa ocasião foi o farmacêutico, que chegou e disse: “Ele está com uma pneumonia, bota a ventosa, dá remédio para segurar o coração e tal”. O farmacêutico, Farmácia Áurea era a farmácia que tinha lá, que a gente comprava os remédios, ele quem me tratou de pneumonia, porque pneumonia é a tal história: trata, o sujeito ficava bom o médico, sem médico e apesar do médico, mesmo que o médico errasse a gente se salvava porque é doença de ciclo. Que mais?

LO - O senhor lembra da época da Lei Eloy Chaves, lembra alguma coisa? Na época o senhor tomou conhecimento disso?

PC - Não. A Lei Eloy Chaves, veja bem, agora vamos entrar na Previdência. A Previdência Social, ela nasce rigorosamente em 1919 com a Lei de Acidente de Trabalho. Evidente que ainda muito ligada ao Direito Civil, tanto assim que quando tinha a lei, quando o sujeito morria, a indenização era paga aos herdeiros, então herdeiros na forma da lei civil, mas, ela tinha um dispositivo que dizia o seguinte: “Na falta de herdeiros terá direito à indenização a pessoa a quem o acidentado prover a subsistência”. Então, a ideia de amparo econômico já está aí, perfeita, e mais, abrindo caminho para a companheira, para a mulher não casada, mas vivendo com o sujeito. Bom, então, entre 1919 e 1923 eu não posso, eu não podia ter tomado conhecimento de Previdência porque eu era um garoto. 1923 é a Lei Eloy Chaves.

LO - Como filho de funcionário público, o senhor não teve alguma...

PC - É, não, como filho de funcionário público, o que a minha mãe tinha direito era a uma aposentadoria que não era, não era, como se diz, contributiva, era direito constitucional ou por invalidez ou por idade, se ela chegasse aos 70 anos funcionária seria aposentada compulsoriamente, ou então por invalidez. Ela acabou sendo aposentada por invalidez em consequência da chuinha que apanhou no dia que eu tive a espanhola, porque ela teve uma recaída, aí veio, a gripe dela toda foi colocada, veio para os ouvidos, ela teve uma surdez e em 1932, com 14 anos de serviço ela foi aposentada porque ficou inteiramente surda e naquela época não havia aparelho e então não pode mais trabalhar. Bom, mas aí a gente já podia aguentar a parada, não tinha problema, bem. Eu sabia, por exemplo, que tinha montepio, que se a minha mãe morresse... Eu ouvia falar, mas não dava muita importância a essa história. Uma lembrança que eu tenho muito grande do IPASE, essa já tem um outro aspecto, foi o seguinte: criaram o Instituto de Previdência e os funcionários públicos passaram do montepio para o Instituto de Previdência.

NM - Em [19]27.

PC - 1926, 1925-26. Bem, criaram isso e aí, em vez de uma pensão, o funcionário deixava um pecúlio de 15 contos, o que era uma razoável fortuna na época, 15 contos, e também no IPASE, o Instituto de Previdência tinha uma carteira de empréstimos, quer dizer, ele foi criado arrecadando uma contribuição, aquele montepio passou a ir para o IPASE – o Instituto de Previdência – não tem nada de IPASE, Instituto de Previdência e havia uma carteira de empréstimos. Quando chega a hora do meu irmão entrar para a Escola Naval, naquela época a Escola Naval, o sujeito, para entrar na Escola Naval, tinha que fazer o enxoval, o governo dava o uniforme e o enxoval para cadete da Escola Militar mas a Escola Naval pelos seus, pelos seus fundamentos aristocráticos, só entrava para a Escola Naval quem tivesse dinheiro para fazer o enxoval. Onde hoje está a Caixa Econômica existia uma Cooperativa Militar do Brasil, em frente ao Clube Naval. Meu irmão manifesta desejo de ir para a marinha, aluno da Escola Naval, não queria ir para o Exército, queria ir para a marinha, seria difícil ele ir para a engenharia porque aí tinha que pagar, não havia dinheiro, porque naquele tempo o curso superior era pago, então ele resolve ir para a marinha, mas o enxoval da marinha custava sete contos e 500, e evidentemente que nós não tínhamos dinheiro para fazer esse enxoval. Minha mãe vendeu o que podia vender, coisas ainda que pertenceram ao meu avô, móveis de jacarandá, livros, pedaços de ouro, essas coisas todas e apurou cinco contos e 500, faltavam dois. Aí lembraram a ela que ela, como contribuinte do Instituto de Previdência, ela podia fazer um empréstimo de dois contos de réis. Então ela vai lá e o camarada que deveria fazer, que era o chefe da seção, mandou fazer a ficha dela e disse o seguinte: “Eu não posso lhe dar os dois contos por uma razão muito simples: porque faltam dois meses ainda para a senhora completar o período de carência. Mas a senhora faz o seguinte: a senhora vai na cooperativa, fala com o gerente de lá e se ele quiser ele me telefona, eu confirmo isso, ele faz os uniformes do seu filho”, porque ela contou a história, “E daqui a dois meses a senhora apanha o empréstimo”, saímos de lá, era um sobrado na avenida e fomos...

LO - Era outro tempo, mesmo!

PC - E fomos lá. E minha mãe conta ao gerente de lá essa conversa, e ele disse assim: “Sendo assim eu faço”. Ela disse: “Não, mas o senhor telefona”. “Não, não telefono não senhora, a senhora está dizendo, eu faço”. Fez o uniforme do meu irmão, quer dizer, o uniforme não, o enxoval, três uniformes brancos de linho irlandês SS120...

Fita 2 - Lado B

PC - Bem é, eu não sei se estou cansando vocês, eu vou falando.

LO - É só terminar essa parte.

PC - Aí, bom, ela vai e fala com o homem lá da Cooperativa Militar do Brasil, bom, e o terno SS120, três uniformes brancos de SS120, dois HJ que era um, ou outro logo abaixo, o jaquetão que era de casimira inglesa, para ver o que era o jaquetão, que o meu irmão fez os quatro anos da Escola Naval, saiu oficial e ainda botou galão de capitão-tenente nesse jaquetão. O que durava um negócio desse! Bom, então, no fim de dois meses minha mãe vai lá, viu, apanha os dois contos de réis de empréstimo e vai pagar lá a Cooperativa. Aí nós ficamos sem os móveis e ela ficou pagando esse empréstimo. Agora, espiem a curiosidade, o que é o destino. Passam-se os anos e eu vou ser o procurador-geral do novo INPS, que absorve o IPASE. Um dia diante dos procuradores reunidos, eu conto essa história, um dos procuradores conversa em casa, conta ao pai dele essa história que eu tinha contado “Imagina o novo procurador-geral tem essa lembrança do antigo instituto de Previdência”. E o pai dele diz: “Quem deu esse empréstimo fui eu”. Quer dizer, vejam o mundo como é pequeno, não é verdade: aquele troço de 1927 feito por um sujeito que vai fazer uma camaradagem, o outro lá, o senhor Romeu também topa fazer os uniformes e tal, no fim eu vou ser o chefe do filho desse camarada, quando eu fui procurador-geral do INPS. O que é que vocês querem mais?

LO - Bom, eu queria dar uma pausa para continuar depois.

Data: 13/11/1986

Fita 2 – Lado B (continuação)

LO - Estamos no dia 13 de novembro de 1986, mais uma vez na residência do doutor Paulo da Silva Cabral, com Nilson, Luiz Octávio em mais uma etapa do Projeto Memória da Previdência Social, Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, INAMPS.

NM - Na semana passada nós parávamos quando o senhor chegava à Caixa, em 1931.

PC - Não, eu entrei na Caixa em 1941.

NM - Mas o senhor entrou para a Previdência Social em...

PC - Em [19]40.

NM - Hoje, vamos começar a partir do nosso próprio papo que estamos desenvolvendo agora sobre a sua presença na presidência do IAPFESP, como é que foi isso?

PC - Bom, antes de eu falar sobre isso, não vou me esquecer e vou falar, eu precisava acrescentar alguma coisa à lembrança dos professores meus do Colégio Pedro II. É que houve um lapso, viu, eu não sei porque, e entre as grandes figuras evidentemente que eu

tive, que falei, professores de francês, de história do Brasil, de matemática, mas houve um outro que foi um negócio também na minha vida e chamava-se Hannemann e Marcos. Naquele tempo, só para a gente ter uma ideia, no Colégio Pedro II havia o professor catedrático e o professor catedrático, ele era obrigado a dar aulas nas turmas efetivas e até duas turmas complementares. Então o negócio era feito da seguinte maneira: cada turma tinha 35 alunos, então, a turma efetiva ia de A a J em geral, e depois de J até Z seria a turma suplementar, se houvesse mais de 35 até J, K, bom até L, né, aliás, antes de L, a b c d, eu não sei... Se, por exemplo, tivesse 35 até F, então a primeira turma suplementar começaria no G, aí formava 35, podia ter uma segunda turma suplementar. O professor catedrático era obrigado a dar aula em todas as turmas efetivas, e o professor, mas, e ele só podia dar aula a mais duas turmas suplementares porque a turma suplementar ele ganhava mais um tanto. Então, ele não podia abarcar todas as turmas. Então, o ordenado do professor, veja bem o que era a retribuição ao magistério. O professor ganhava, o professor catedrático do Colégio Pedro II ganhava um conto e 200 para ser professor das turmas efetivas.

NM - Isso era muito?

PC - Era dinheiro! E ganhava mais 400 mil réis para cada turma suplementar. Então ele podia fazer dois contos de réis. Um deputado ganhava três, três contos de réis. Agora, como ele não podia dar mais de duas turmas suplementares, o que ia acontecer? Havia um professor que não era catedrático que era chamado para dar a turmas complementares, então ganhava 400 mil réis. Entre esse estava um mocinho, moço, muito moço, chamado Hannemann Guimarães, que já era duro como professor de turma suplementar, era duro. De repente, dá-se uma vaga de professor de latim porque o professor de latim já estava muito velho, professor Badaró, Álvaro G. Badaró era o nome dele. Ele já tinha muita idade e já era um professor meio ultrapassado, de modo que a gente não sabia nada de latim, colava-se, bom, ele estava quase cego, ele botava a gramática na mesa para copiar nas sabatinas e tal. De modo que ele não sabia latim. Vai vem, e ele aposenta, aposentou-se. E aí, aberta a vaga inscreve-se o senhor Hannemann Guimarães, que tinha na época 25 anos. E qual não é a surpresa de todo mundo quando se sabe que Hannemann Guimarães tinha feito duas teses e apresentado duas teses. Quer dizer, o sujeito para ser professor fazia uma tese, ele não, ele fez duas, bem. Além de fazer duas teses, ele comunicou à banca, e ele já era professor suplementar do colégio, que durante o concurso ele não falava português, ele só falava em latim. Então, veja bem o tipo de sujeito com 25 anos de idade, duas teses, tiveram que catar sujeitos que falassem latim e ele defendeu as duas teses em latim. Bom, então ele entra, fica professor catedrático. Nessa ocasião eu tinha passado para o quarto ano e ele vai ser, e era quando se tirava o exame final, e ele vai ser professor do quarto ano, quer dizer, para fazer exame final. E pega uma turma que vinha estudando latim segundo e terceiro e ia começar o quarto ano e não sabia nada. Então este homem faz apenas o seguinte: dava a aula dele no dia dele, voltava nesse mesmo dia numa hora vaga que a nossa turma tivesse e no dia seguinte, havendo uma hora vaga, ele nos dava aula, quer dizer, ele, que tinha que nos dar três aulas por semana, ele acabava nos dando duas, quatro, seis, nove aulas por semana, para a gente tirar o atraso. Então veja a dedicação de um professor, a concepção que esse homem tinha, de sua missão, do seu papel de professor. Bom, aí ele faz concurso para a faculdade de Direito também, mais tarde, e entra, e vai ser um dia Consultor-Geral da República e Ministro do Supremo Tribunal. Ele era Ministro do Supremo Tribunal quando houve um problema, meu irmão teve um problema, meu único irmão, a quem eu devia coisas que eu jamais pagaria, ontem inclusive, ele era oficial de Marinha, e tivemos que fazer um

mandado de segurança para ele. Então, eu tinha um colega que assinou o mandato de segurança, mas quem fez o mandato de segurança fui eu, quer dizer, eu botei os meus conhecimentos e os conhecimentos do colega e mais aquilo que eu achava que ele tinha total direito. E na realidade, para mim, não havia o que discutir juridicamente quanto ao direito dele tocante ao mérito da questão. O negócio vai para o Supremo e o relator era o Hannemann Guimarães, muitos anos depois, já em 1950 e tal, Hannemann Guimarães o relator. Eu fiz o memorial pra distribuir para todos os ministros, e fui levar esse memorial inclusive ao próprio Hannemann. Ele me recebeu muito bem, ainda lembrava da minha cara porque eu tinha sido um aluno razoável com ele e tal, e eu disse: “Não”. E eu estava inteiramente tranquilo porque eu sabia da retidão do Hannemann Guimarães, um sujeito correto, bem, e veio o julgamento, e aí aconteceu o seguinte, o conhecimento de direito que aquele homem tinha não era brincadeira. Eu sofri uma derrota gloriosa, viu, porque o meu irmão perdeu a questão, não quanto ao mérito, mas quanto a uma preliminar, de não caber mandado de segurança naquele caso, quer dizer, era uma filigrana jurídica, mas que ele não deixou, veja bem, estar julgando um caso em que um ex-aluno, que ele, aliás, mostrava uma certa, não digo predileção, mas um certo acatamento até assim, e em quantas ocasiões nós nos encontramos e ele como juiz e tudo. Mas, então, mas apesar disso ele foi buscar a filigrana, e negou o mandado de segurança por uma preliminar, mandando para as vias ordinárias. Aí fomos para as vias ordinárias, demorou para burro, mas, veja, eu queria lembrar aqui figura do Hannemann Guimarães, que não era brincadeira, viu, que inclusive era um professor de latim, que uma ocasião entrou numa sala, nós tínhamos acabado de ter uma aula de geometria e tinha, o professor de geometria estava explicando uma coisa e se perdeu num cálculo, errou um cálculo e não achava onde estava o erro, onde estava o cálculo, o erro do cálculo. O Hannemann em seguida entrou, a coisa estava ainda, era trigonometria, inclusive, olhou assim no quadro, leu aquilo e disse “Mas o erro, isso aqui está errado”. E emendou tudo, aí teve uma hora ele completou tudo, o professor de latim sabia trigonometria e de estalo, né. Bom, então, vamos lá a sua pergunta. Você queria saber...

NM - Nós estávamos falando na ocasião, sobre a sua chegada à presidência do IAPFESP em 1965, [19]64.

PC - [19]64. A coisa foi curiosa, eu era procurador regional aqui no Rio e um dia eu, me comunicaram que eu seria um dos membros, iam criar uma junta, junta interventora com dois representantes de governo, um representante de empregado e um representante de empregador, e que o meu nome estava indicado para ser um dos representantes do governo. Seria o Antenor, esqueci o sobrenome dele, que vinha do IAPC, seria um dos membros e o outro membro seria o presidente, o Antenor e o segundo membro do governo seria eu, o meu nome. Eu achei estranha aquela indicação do meu nome porque eu nunca na minha vida pensei em administrar coisa nenhuma, eu era procurador. Então, também achei que não era uma hora para eu ir para aquilo, então escrevi uma carta ao Ministro Sussekind de que, tendo tido essa notícia, pedia a ele que me dispensasse da missão porque eu achava que o Instituto perderia um razoável procurador e não ganharia um bom administrador. Levei essa carta ao gabinete dele, entreguei ao secretário. Espalhou-se a notícia de que eu não tinha aceito o lugar. Começaram os telefonemas na minha casa, amigos, colegas e a certa altura eu disse para a minha mulher, digo “Olha aqui, eu não atendo mais telefone, e se alguém telefonar e você atender dirá que eu não estou em casa”. Estava todo mundo, eu sabia que o pessoal todo estava muito preocupado porque era um movimento revolucionário, um golpe militar, e que vinha pau em cima de uma porção de gente. Quando foi – isto era o dia oito de setembro, oito de setembro – quando foi por

volta de umas três horas da tarde, estava um dia assim meio quente e eu fui tomar um banho. Quando eu saí do meu banho, eu ia passando junto do telefone, o telefone tocou e eu me esqueci que eu tinha avisado que não estava em casa e peguei o telefone. Peguei o telefone e havia uma voz do outro lado dizendo “Doutor Cabral, aqui quem está falando é o funcionário do IAPFESP, e eu estou informado de que o senhor ia ser designado para vice-presidente do instituto e não aceitou, é verdade?” Eu digo: “É, é verdade”. Ele disse: “O senhor é um egoísta”. Eu digo: “Bem, é a primeira vez na minha vida que eu estou ouvindo dizer que um sujeito, por não aceitar um cargo é um egoísta”. Ele disse: “Mas é, o senhor é um egoísta, sabe por quê? Porque o senhor só está pensando no senhor, não está pensando nos outros que podem estar com uma espada em cima da cabeça”. Eu digo: “E se tiverem com a espada”. Ele disse: “Não, o senhor tinha condições de, não digo defender, mas de ajudar a pessoas que viessem a ser perseguidas”. Aquele negócio me deu um susto, eu desliguei o telefone, me deu um susto. Porque é a tal história, eu conhecia o instituto inteiro, conhecia os funcionários inteiros, todos, e sabia que realmente estavam fazendo coisas, viu, como, por exemplo, tinham feito com um que morreu, que se sepultou sábado, doutor Raimundo Lopes Machado, quer dizer, um sujeito puro, um sujeito correto, um sujeito honesto, sério, católico, mas porque era amigo, era companheiro de Sobral Pinto, viu, chegaram a envolvê-lo num negócio e eu tive até que dar um parecer no processo dele. Eu até dizia “Quem neste País algum dia não esteve de acordo ou não esteve em desacordo com Sobral Pinto? Sobral Pinto era um sujeito tão digno que ora a gente está de acordo ou a gente está em desacordo com ele”. Bem, e ainda que a gente esteja sempre de acordo com o Sobral Pinto, isto é razão para um camarada ser arrastado para um inquérito. Bem, pois muito bem, realmente esse camarada me balançou, me balançou e eu fui chamado então, neste dia oito à noite, eu fui chamado ao gabinete do Ministro e o Ministro estava meio queimado, meio zangado com o fato de eu ter recusado o lugar. Eu então disse a ele “Bem, Ministro, eu faria algumas ponderações a respeito da minha ida para lá, mas eu quero lhe lembrar o seguinte: um dos meus maiores amigos, se não hoje vivo, o meu maior amigo é o Senhor Jesus de Soares Pereira, que foi cassado pela Revolução, e isto amanhã pode ser explorado pelo fato do senhor ter levado para a vice-presidência do instituto, um cassado da Revolução. Sobretudo quando durante toda a vida enquanto o Soares exercia aí os lugares que exercia e tal, a nossa amizade muito chegada, mas eu não tinha tempo de ir à casa dele e ele não tinha tempo de ir à minha casa, de modo que de dois em dois meses, de três em três meses a gente se encontrava, e agora que ele foi cassado eu estou indo na casa dele toda semana, e amanhã vão dizer, vão explorar isso”. Ele disse: “Isso não é razão e se este é o motivo ou é um dos motivos, vamos afastar esse motivo, não vamos pensar nisso, eu tenho (ele próprio disse) eu tenho vários amigos que foram cassados, nem por isso deixei de ser cassado e o senhor assume o lugar”. E assim eu fiquei vice-presidente do Instituto, quer dizer, o segundo membro da Junta. O Antenor Gomes de Carvalho, que era o primeiro, ficou até a entrada do Ministro Peracchi Barcellos, e quando Peracchi Barcellos chegou, ele deixou para ir ser presidente do IAPC, ficou como presidente do IAPC um certo tempo e depois foi ser membro do Conselho Fiscal do IAPB e aí morreu. Bem, e nessa ocasião, quando ele deixou e o próprio Sussekind ainda, me designou para presidente do Instituto, quando eu fiquei até o começo do INPS.

NM - Bom, em [19]37 o senhor estava na Justiça, escrevia em jornais.

PC - Não, trabalhava para *A Noite*. Eu era redator d’*A Noite*, eu fui ser redator d’*A Noite* até o fim d’*A Noite*.

NM - Em [19]64, [19]65 o senhor está participando de uma Junta Governativa do IAPFESP. Em [19]77 o senhor é procurador-geral do INPS. Uma trajetória dessa bastante rica...

PC - Mas fui antes presidente do Conselho de Recursos, também.

NM - Eu gostaria de explorar em termos de conhecimentos históricos que o senhor tenha da Previdência Social e gostaria de começar lá do iníciozinho da nossa Previdência Social, do marco considerado primeiro da Previdência Social, e foi a Lei Eloy Chaves, e a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensão e diretamente ligado a um setor que o senhor atuou, ferroviários. Qual é a explicação histórica, qual é a história da CAP no Brasil?

PC - O problema das Caixas no Brasil, que começa a rigor, a rigor há uma Caixinha que vem antes da Caixa da Central, das caixas de ferroviários, mas também para empregados de uma ferrovia, aliás, antes tinha havia uma Caixa de uma estrada de ferro Recife-Caruaru, ouviu, mas eram uns negócios assim muito perdidos, tinha Caixa, Caixa do pessoal da Casa da Moeda, Caixa do pessoal da Imprensa Nacional. Quando em sete de setembro de 1922, no dia que se comemorava a Independência do Brasil, Eptácio Pessoa assinou um decreto criando já a Caixa de Pensões dos Jornaleiros da Central do Brasil. Aqui vale uns parênteses antes. No último orçamento do Império havia um dispositivo autorizado o Poder Executivo a criar Caixas de Pensões para os empregados das ferrovias brasileiras, era o orçamento que vigorou, foi aprovado em 1888 para o exercício de 1889, mas o ano de 1889 foi um ano todo ele desde o princípio com problemas políticos muito sérios, que acabaram desaguando na nossa República, nessa República que fizeram. Bem, e ocorreu que ninguém pensou mais em Caixa. Em [19]22 então, o Eptácio Pessoa toma aquela autorização dada, porque ela estava em vigor, e vai criar a Caixa do pessoal jornaleiro. Essa Caixa, esse pessoal jornaleiro, é preciso esclarecer, não era o pessoal que vendia jornal não, a palavra jornaleiro entrou na vida, na vida jurídica do país, sobretudo na vida trabalhista, jurídico-trabalhista do país através do seguinte: é que na França havia o trabalhador que ganhava por dia e o trabalhador que ganhava por mês. O trabalhador que ganhava por dia ganhava o chamado *journal*, era um empregado *journalier*, quer dizer, “diarista”, e o sujeito que ganhava por mês ganhava *sous*, o salário do mensalista era o *sous*, e o do diarista era o *journalier*. Isso entrou na vida, no vocabulário brasileiro a admitir-se que jornaleiro era um trabalhador que ganhava jornal, isto é, era um diarista. E havia os diaristas da Central do Brasil que não tinham direito a coisa nenhuma, porque a Central do Brasil, ela era uma ferrovia da União e os seus empregados eram funcionários públicos. O Presidente da República nomeava um maquinista, ele era um titulado, então, o titulado era nomeado pelo Presidente da República. Bem, e o jornaleiro, porque havia necessidade de um grupo de indivíduos assim com mais facilidade de admissão, então eram os diaristas, e os diaristas, acontecia uma coisa ainda muito curiosa também, é que o diarista, a nomeação dele se fazia da seguinte maneira: É, um, vamos dizer, admitir um trabalhador de soca, aquele trabalhador de linha, morria um trabalhador de linha, então, o engenheiro residente tinha que pedir ao diretor de pessoal da Central que nomeasse, comunicava a morte de um e pedia a nomeação de outro. Esse diretor de pessoal fazia um expediente para o diretor da Central encaminhando aquele pedido, que era encaminhado ao ministro. Então o ministro autorizava e voltava, agora, ao diretor da Central, o diretor do SRP-1 que era a diretoria de pessoal e ao engenheiro residente para ele então dar posse ao trabalhador que ia mexer em trilho. Então, resolveu-se inclusive, na Central, um jeitinho, o jeitinho era o seguinte: o indivíduo morria, quase sempre esses homens morriam de desastre, eram pegados por uma máquina. Bem, então morria um, vamos

dizer, morria o José da Silva, precisava substituir o José da Silva imediatamente. Então, o capataz da turma perguntava ao pessoal da turma. “Vocês conhecem alguém que queira trabalhar aqui como, aqui na boca?” Havia um que dizia: “Ah, meu compadre Eleutério da Conceição, ele está precisando do emprego”. “Chama Eleutério”. Então, Eleutério chegava e era admitido da seguinte maneira: nome – Eleutério da Conceição. Nome na estrada – José da Silva Segundo. Se a máquina pegasse o Eleutério, hein, iam buscar o Brederodes de Souza que passava a ser: nome – Brederodes de Souza; nome na estrada – José da Silva Terceiro. Eu cheguei a pegar um João dos Santos Sexto, quer dizer, era uma dinastia, bem. Mas, de qualquer maneira foi criada a Caixa do pessoal jornaleiro pelo Eptácio Pessoa. Acontece, entretanto, que os fazendeiros de café, eles dependiam muito do pessoal de estrada, porque precisavam da simpatia, já era um tráfico de influência político, para o escoamento da sua produção. Então, o Eloy Chaves, que era um grande sujeito evidentemente, dentro de sua condição de fazendeiro, de paulista de 400 anos, de deputado, de representante da alta elite burguesa da época, capitalista da época, o Eloy Chaves tinha interesse evidentemente em proteger, agora, ferroviários de estradas de ferro de São Paulo, muitas delas não pertencentes ao governo federal, havia a Paulista, havia a Mogiana, havia enfim uma série de estradas de ferro que pertenciam até aos ingleses. Aqui por exemplo, nós tínhamos a Leopoldina, que era uma companhia inglesa, bom. Então ele, aproveitando uma lei argentina de 1919 ele apresentou, em 1921, no Congresso um projeto criando Caixas de Aposentadorias e Pensões para todos, para os empregados de todas as ferrovias existentes no Brasil, fossem elas da União, dos Estados, ou de empresas ou de particulares, empresas privadas. Quer dizer, é a primeira intervenção efetiva que se dá no domínio privado do Governo Federal em termos de criação de alguma coisa. Vejam bem: havia pagamento de desconto da mensalidade, mas havia a contribuição do empregador também, quer dizer, impõe-se às empresas privadas uma contribuição para a Previdência Social, é verdade que era uma bobagem, 3%, mas era uma contribuição.

LO - Senhor Paulo, o senhor falou na pré-existência de uma Caixa de uma ferrovia no nordeste antes da própria Lei Eloy Chaves. De onde vem essa informação, quer dizer, o senhor lembra de ter conversado com alguém, como é que o senhor sabe isso?

PC - O quê? Ora, isso é porque eu estudei os troços para trás.

LO - Que Caixa é essa?

PC - Era uma Caixa de uma ferrovia Recife-Caruaru. Então, criaram uma Caixa de Pensões para ferroviários dessa Ferrovia Recife-Caruaru, mas ela, isso aí é uma, é um dado histórico apenas, porque depois ela vai ser absorvida. Ela vai ser absorvida quando? Na Lei Eloy Chaves da mesma maneira que a Caixa dos jornaleiros foi absorvida. Você é pernambucano?

LO - Não.

PC - Não ficou tão interessado.

NM - Não, ele ficou interessado na fonte. Onde o senhor leu.

PC - Não, isso aí a gente vai vendo. É a tal história: eu um dia descobri sem querer que o abono de permanência em serviço, isso que chamam de maneira muito jocosa “o pé na cova”. O pé na cova foi criado por D. João VI. Depois a gente fala nisso.

NM - Como é que funcionava uma CAP?

PC - Não, espera aí, aí vem a Lei Eloy Chaves. Então, a Lei Eloy Chaves agora é para todos os ferroviários do Brasil e há uma coisa extraordinária na Lei Eloy Chaves.

Fita 3 – Lado A

LO - Pode continuar.

PC - Há uma coisa extraordinária na Lei Eloy Chaves. Numa época em que não havia nenhuma garantia trabalhista para ninguém, de qualquer espécie, não havia nem férias, pois bem, nessa época na Lei Eloy Chaves há um dispositivo que diz o seguinte: nenhum ferroviário pertenceria a empresa subordinada ao regime da Lei 4682, que é a Lei Eloy Chaves, que tivesse mais de dez anos de serviço poderia ser despedido a não ser que tivesse cometido falta grave apurada em inquérito, cuja comissão tinha que ser presidida por um engenheiro da ferrovia, Lei da Estabilidade, numa época em que não se falava em nada de garantia trabalhista, uma lei de Previdência Social deu aos aparados por ela, fossem eles empregados de ferrovia do Governo Federal, do Estado, de Município, ou de empresa privada, o sujeito não podia ser exonerado a não ser por justa causa mediante, justa causa apurada em inquérito regular cuja comissão tinha que ser presidida por um engenheiro daquela ferrovia. Então, veja a importância que tem a Lei Eloy Chaves. Ela não é apenas uma lei que abre campo, abre caminho para Previdência Social no Brasil, ela é uma lei também que dá a primeira semente, de uma garantia de estabilidade para o trabalhador. Uma outra curiosidade é que quando Bismark apresentou ao Reichstag alemão a sua lei de Previdência, a primeira lei que aparece no mundo assim de Previdência Social, é a origem, ele apresenta em 1881 e a lei é aprovada em 1883, levou dois anos caminhando no Reichstag, lei que dava o auxílio doença, maternidade para o trabalhador alemão, bom. No Brasil, 60 anos depois, Eloy Chaves apresenta uma lei em 1921, que leva dois anos no Congresso para ser aprovada em 1923, criando a primeira Caixa de Aposentadoria e Pensões. Mas essas Caixas, elas eram administradas, eram dirigidas por Juntas com representantes de empregado e de empregador, já existia a Junta Administrativa. Então existia a Junta, representante de governo, aliás, representante de governo não, representantes de empregado e de empregador. Era de governo quando a empresa, quando a ferrovia fosse evidentemente de governo, aí o empregador era o governo, o próprio governo. Bom, essas Caixas de Aposentadoria e Pensões elas davam a aposentadoria, a pensão e tal e davam também uma assistência médica, mas era uma assistência de ambulatório, então não havia absolutamente direito à assistência médica, vamos dizer, hospitalar, era só de ambulatório. Bom, em 1926 esse sistema da Lei Eloy Chaves, já no governo Washington Luís, é estendido, viu, às empresas que explorassem navegação fluvial, marítima, vamos dizer, marítima fluvial ou lacustre, e os serviços de portos como estiva e armazéns, bem. Então já a extensão é bem maior. Isso vai até o dia primeiro de outubro de 1931, depois da Revolução de [19]30 quando então se dá o grande salto na Previdência Social, é que agora aquele sistema da Lei Eloy Chaves com outras conotações e outras ampliações vai ser, pelo Decreto 20.465 de primeiro de outubro de

1931, refunde-se todo o sistema que até então existia, agora para alcançar todas as empresas de serviços públicos existentes no país que explorassem transporte, ferroviários, água, luz, gás, telefone, telégrafo e esgoto. Então, abre-se um campo muito grande, vai pegar todos os serviços de energia elétrica explorados pela Light, pelas Empresas Elétricas Brasileiras, isso já era um mundo, o serviço de telefone, serviço de telégrafo internacional, não o telégrafo nacional, mas telégrafo internacional, serviço de esgoto, esgoto era aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, era uma companhia que se chamava *The City Improvement of Rio de Janeiro*, que explorava o serviço de esgoto, quer dizer, até o resultado da nossa defecação estava, era exportado, bom. Então, o transporte ferroviário, de um modo geral então, alcança essa massa, já uma grande massa, de ferroviários, de segurados para uma Previdência nascente. Agora, uma outra curiosidade e isso eu descobri por acaso. Certa feita eu fui à Imprensa Nacional, a Imprensa Nacional não, ao Arquivo Nacional que eu estava querendo uns negócios lá de lei, e já havia xerox, então eu pedi, paguei lá e tal e fiquei cá embaixo, porque eu tinha ido, esse negócio era no primeiro andar e vim cá para baixo aguardando que me tirassem o xerox que eu pedi, e havia umas vitrines assim naquele *hall* de entrada no Arquivo. Enquanto eu estava esperando, vi nas vitrines umas coisas abertas e, de repente, eu vejo um livrinho que não era maior do que esse aqui aberto assim no meio, ele tinha uma capa vermelha, e vejo assim: *Gazeta do Rio*, número 19, de nove de janeiro de 1822, era a data. Eu aí olhei assim e tinha um decreto, um alvará de Dom João VI do dia primeiro de outubro de 1821. Nesse alvará autorizava-se, dava-se, concedia-se aposentadorias aos mestres e professores do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves que tivessem completado 30 anos de serviço, bem, e dizia-se mais o seguinte: que o mestre ou professor que, tendo completado 30 anos de serviço, não quisesse se aposentar que ele poderia continuar trabalhando percebendo mais 25% do seu vencimento. Então, em 1821, 110 anos antes da criação das Caixas de Aposentadoria, agora com maior amplitude e antes da disposição da Lei Orgânica de Previdência de 1960, dava-se o quê? O abono de permanência em serviço. Está lá, em 1821, quer dizer, professor que não quiser se aposentar continuava recebendo o seu salário acrescido de 25%, trabalhava e ganhava mais 25%. Bom, então aí, criadas as Caixas de Aposentadoria e Pensões, já em 1932 vão começar, começa a era dos institutos, em 1933, porque o primeiro instituto que é criado é o Instituto dos Marítimos.

NM - Poderia lhe fazer mais umas perguntas sobre as CAPs. Em primeiro lugar, eu gostaria de saber qual era a imagem, qual a expectativa que as Caixas criavam em torno dos trabalhadores?

PC - Bem, para quem era empregado de empresa privada ia lhe dar o quê? Aposentadoria no fim ou por invalidez, ou por velhice, ou por tempo de serviço, e pensão para os seus dependentes, coisa que só existia para quem? Para militar e para funcionário público, só. O militar tinha lá aquelas leis que vinham desde Dona Maria I, garantindo a reforma, a reforma e pensão, os socorros, como se chamavam nas leis de Dona Maria I, bem. O ferroviário, o trabalhador que fosse trabalhar funcionário público tinha uma garantia constitucional de aposentar-se por invalidez e depois por lei ordinária se obrigava a contribuir para o montepio e deixar pensão. Agora, quem era empregado de empresa privada tinha nada, morria estava morto, paz à sua alma, pêsames a sua família, era a única coisa que a gente podia fazer, podia dizer, mais nada.

NM - Os sindicatos da época, as manifestações operárias de alguma forma elas reivindicavam a extensão das CAPs dos benefícios das CAPs para outras categorias?

PC - Bom, eu não me lembro bem. Quando começa a CAP, a Caixa, eu sou garoto ainda, eu estou em 1923. Bem, quando chega o Getúlio em 1931, eu estou com 20 anos, não estou muito dentro desse, dessa coisa, mesmo porque não havia propriamente sindicato, o que existiam eram chamadas resistências. Resistências dos cocheiros, resistência do pessoal do Porto, que é a origem, evidentemente, do sindicato, da mesma forma que as corporações da Idade Média vão acabar dando origem às *Trade Union* na Inglaterra e aos sindicatos, ao movimento sindicalista, o nosso movimento sindicalista começa com a resistência. A resistência dos trabalhadores, dos operários do cais do Porto, a resistência dos cocheiros, foi, aliás, o cocheiro aqui no Rio de Janeiro, aquele tempo, era uma força, porque veja bem: cocheiro era de carroça, num tempo que não tinha caminhão para transportar nada, tudo se transportava em carroça, o lixo, compreendeu, era apanhado em carroça, o carro funerário era puxado por burro, tinha cocheiro, e havia ainda os tálburis, os caleches de aluguel. Então, o cocheiro era o motorista da época. A gente hoje, há um anúncio agora na televisão muito engraçado, um camarada, um mosqueteiro, que foge com a mocinha, é perseguido por um camarada, mas o carro dele está com pneu, e quando ele chega numa posta daquelas para mudar, vem aquele sujeito e lhe diz “Água, senhor?”. Que é água para o cavalo, ele diz: “Você bota 26 atrás e 26 na frente”. E o sujeito toma um susto. Pois bem, o Rio de Janeiro era isso, o motorista do Rio de Janeiro o que é que era? Era o camarada, era o homem do carro, veja que enterro, eu sou do tempo em que enterro, não só o defunto ia no coche puxado por cavalo, como os carros que acompanhavam era também puxados por burro. Então, veja um sujeito que morasse, por exemplo, na Tijuca e fosse enterrar no Cemitério São João Batista, o tempo que levava. Quando começa, aí por volta da década de [19]20, começam a usar o automóvel, o carro, o carro com motor para transportar o defunto, quer dizer, agora o carro fúnebre passa a ser um carro com motor. Eu me lembro que uma amiga de minha mãe, conversando com ela, ela disse: “Defunto meu, meu marido, eu não ponho absolutamente em carro com motor, parece que eu estou querendo me livrar depressa dele”. Veja o que era esse negócio, quer dizer, era uma demonstração de fidelidade ao defunto levar no carro puxado a cavalo. Bem, mas aí, então, eu não posso garantir nem posso expor muito essas reivindicações porque a reivindicação maior viu, na época do trabalhador, era em relação às condições de trabalho, são as famosas greves de 1917 e 1919. Em 1919 teve uma greve em São Paulo que não foi brincadeira. Eu acho que o Brasil nunca enfrentou, teve uma greve como teve a greve de São Paulo. Uma greve na Bahia, em Salvador, também seriíssima, pelas condições de trabalho. Porque havia criança de oito anos trabalhando 16 horas por dia, mulher trabalhava 16, 18 horas por dia, porque era aquele regime que vem desde a Revolução Industrial, porque a partir da Revolução Industrial começou o quê? A escravidão, a escravidão moderna. Tolstoi tem inclusive um livro com esse título *A Escravidão Moderna*. A escravidão moderna começa exatamente na Revolução Industrial quando, através do salário, o patrão começou a impor, saindo-se do artesanato, começou a impor uma jornada de trabalho pesadíssima para o homem, depois ele vai diminuindo o salário do trabalhador, do homem, não havia garantia nenhuma de fixação de salário, agora, por causa disso, o homem, para compensar a perda de salário, a mulher vai trabalhar, mas como a mulher era uma mão-de-obra não qualificada, ela vai fazer o mesmo serviço do homem, mas ganhando a metade do que o homem ganhava, e depois eles continuam a abaixar salário, a aumentar a hora de serviço, vai a criança para o trabalho, e vai criança até oito anos de idade, então foi isso, as reivindicações maiores, e eu me lembro vagamente assim de uma greve aí por volta de 1920 aqui no Rio, uma greve de padeiro, de padeiro. As padarias amanhecera com um soldado na porta sentado numa cadeira e um fuzil, um soldado e, me lembro dessa greve de 1920 mais ou menos, de padeiro aqui no Rio, mas era, eles reivindicavam condições de trabalho, não estavam nem

pensando em aposentadoria ainda, aposentadoria e pensão, não estavam pensando. Bem, mas então, criam-se as Caixas de Aposentadoria e Pensões, agora em [19]31 vai acontecer então, talvez seja até uma coisa interessante para vocês que são da Fundação, vai aparecer o seguinte. Na Lei Eloy Chaves havia o direito de dar-se uma assistência médica de ambulatório. Então as Caixas começam a ter médicos para atenderem os ferroviários lá. Com a criação e a extensão das Caixas de Aposentadoria e Pensões, a partir de 1931, em 1932 aparece o Decreto 22.016, que é aquele que autoriza as Caixas, dentro de suas disponibilidades financeiras, prestarem assistência médica não só de ambulatório, como também hospitalar, para cirurgia. Agora, com a seguinte coisa: ninguém podia ficar internado num hospital mais de 30 dias a não ser com autorização especial do Presidente do Conselho Nacional do Trabalho. Então toda a cirurgia tinha que estar resolvida em 30 dias, e só se podia internar para cirurgia. Aí então, muitos anos depois, isso aí é [19]32, mas em 1941, quando eu já estou na Caixa da Central, eu consigo cometer, obter um ato, uma maneira meio ilegal de se resolver o problema de um sujeito. Imaginem bem o seguinte: um camarada foi internado para tirar um olho.

LO - O senhor era inspetor, não era?

PC - Não, eu aí já era procurador e dava uma mãozinha no gabinete do presidente, bom, eu era adjunto de procurador, bem, e era, estava lá servindo também no gabinete do presidente quando, numa tarde, às cinco horas da tarde tomo conhecimento do seguinte fato: apareceu um ferroviário lá, desesperado, esse homem estava desesperado. Então o caso dele era o seguinte: ele tinha operado um olho, tirado um olho, mas o que o levou a uma cirurgia do olho, para tirar o olho, é que ele estava com câncer no cérebro, e naquele tempo não se operava cérebro, então, pelo menos cérebro para câncer, não havia isso, bem, você podia operar cérebro para tirar pedaço de osso ou qualquer coisa assim, abrir um tumor ou uma coisa qualquer, mas câncer você não. E ele tinha tirado um olho. Bom, e o negócio prosseguiu e ele estava, o problema dele é que ele não podia mais ficar internado porque a cirurgia já tinha sido feita, agora, o tratamento seria o tratamento de ambulatório, bom. Mas as dores que esse homem tinha eram umas dores terríveis, e de vez em quando ele conseguia umas receitas de morfina, então ele ia. Mas, ele morava há dois quilômetros de uma farmácia, então, às vezes, ele tinha, quando a dor dava e ele ficava desesperado, ele vinha na farmácia, davam a injeção de morfina nele e às vezes, no caminho de volta, ele caía lá num mato qualquer e ficava dormindo lá, ficava desacordado lá, meio anestesiado. Bem, e este homem nesta noite – nesse dia – ele estava em desespero, era um negócio de cortar o coração ver o homem como é que ele estava porque ele queria um socorro. Eu então peguei o homem e fui ao diretor-médico, e ele me disse: “Olha aqui, não há condição da gente resolver o caso dele porque o caso dele não é um caso de cirurgia”. Aí se chamou o oftalmologista, doutor Evaldo Campos, e dessa conversa entre mim, e o Evaldo Campos e o diretor-médico Gabriel de Souza Teixeira resultou no seguinte: num complozinho em que o oftalmologista ia dizer que provavelmente o sujeito ia ter que operar o outro olho, tinha que tirar o outro olho e então aí internava e ia dando morfina para ele aonde? Na cama, porque o próprio médico sabia que o sujeito não ia viver muito. Então, deu-se esse golpe, internou-se este homem e, na realidade, 17 dias depois ele morreu, mas morreu como gente, não morreu como um animal largado numa estrada, numa beira de estrada. Bom então, o negócio era esse: assistência hospitalar só para cirurgia. Isso vai até mais ou menos 1943 se não me engano, quando aparece um Decreto 3138, Decreto-Lei 3138 em que se vai dar agora a assistência hospitalar ao doente mental. O doente mental, ele tinha direito de ficar internado num hospital psiquiátrico, ou num hospital, enfim, num hospital especializado para o

tratamento pelo espaço de 12 meses, sendo que ao fim de 90 dias os médicos-assistentes diriam se haveria ou não possibilidade do sujeito ser recuperado. Se o médico dissesse que não haveria possibilidade do sujeito ser recuperado, ele era aposentado por invalidez como maluco, doente mental. Bem, se houvesse possibilidade de recuperar tratava um período durante, até completar 12 meses.

NM - Eu gostaria de voltar um pouco atrás na sua narrativa, ao ano de 1933, por que foram criados os IAPs?

PC - Bom, o problema é o seguinte: a Caixa, ela só podia dar assistência aos seus segurados, ela não podia dar assistência a outro indivíduo, a outro trabalhador, ainda que ele fosse da categoria a que a Caixa pertencia, ele não podia – ela não podia – dar assistência a outro segurado. Vamos imaginar, por exemplo, o seguinte: A Caixa da Central era na Rua Visconde da Gávea e a Caixa da Leopoldina era ali na Praça da Bandeira, ali na Rua Paulino Fernandes, se não me engano, ou Paulo Fernandes, tem uma rua ali com esse nome, ou Paulo Fernandes ou Paulino Fernandes, então a Caixa da Leopoldina era ali porque a Leopoldina está ali perto, e a nossa Caixa da Central era na Rua Visconde da Gávea, porque estava perto da Central do Brasil. Bom, vamos admitir, por hipótese, que um indivíduo que fosse ferroviário da Leopoldina na porta da Caixa da Central, ele tivesse um insulto cardíaco, naquele tempo não se falava em enfarte, que ele tivesse tido, como é que era o nome da doença que tinha que era o equivalente ao enfarte hoje, era um colapso, ele não podia ser atendido pelo médico da Caixa da Central porque ele era segurado na Leopoldina, a doença era da Leopoldina, não era da Central, era de uma empresa privada e não de uma outra. Bem, então o que é que ia acontecer? Ia acontecer o seguinte: é evidente que um médico não ia deixar o homem morrer, tinha que dar uma injeção no homem qualquer. Depois tinha eu repor a ampola porque você não podia dar a saída naquela ampola para um sujeito que fosse ferroviário, que fosse ferroviário da Leopoldina. É aquele poema do Carlos Drummond de Andrade, “... o poeta federal...”. Não, “O poeta municipal tem inveja do poeta estadual.” “O poeta estadual tem inveja do poeta federal, e o poeta federal tira o olho do nariz.” Estava tudo divididinho, bom. Acontece então o quê? Imaginemos que um ferroviário da Central do Brasil estivesse passando férias em Porto Alegre, ele tinha uma pessoa da família dele, e estava em Porto Alegre, se ele tivesse uma crise de apendicite, ele podia vir ao Rio de Janeiro se operar de apendicite? Não, morria, morria no caminho, não é? Porque apendicite naquele tempo, uma apendicite de urgência tinha que ser feito de urgência, então ele não podia, ele ia morrer lá em Porto Alegre. Então se passou para os institutos com que finalidade? Agora era uma instituição de Previdência com base, de âmbito nacional e base profissional.

NM - Fatores tipo, fatores atuariais levaram...?

PC - Eu não sei se, não tenho bem ideia se houve isto. O que houve mais, a meu ver, foi essa ideia. Tanto que o primeiro instituto qual é? De Marítimo. Veja bem, se o marítimo tivesse Caixa, tinha que ter Caixa, agência da Caixa em todos os portos em que os navios daquele, do marítimo daquela companhia passasse. Então o primeiro instituto é o Instituto dos Marítimos, que está vindo de quê? De uma Caixa, porque houve a extensão, em 1926, ao pessoal marítimo, fluvial e lacustre. Então, agora, vai se fazer o Instituto. Então o instituto vai congrega todos os marítimos pertencessem eles a qualquer empresa. Então, se o sujeito era comandante de um navio gaiola lá no Amazonas e se ele tivesse uma filha morando em Porto Alegre e ele fosse passar um período em Porto Alegre, se ele ficasse

doente em Porto Alegre, ele era tratado pelo Instituto – pelo serviço médico do Instituto Marítimo em Porto Alegre. Então agora, a coisa vai tomando, vai tomar um outro rumo. Quer dizer, a experiência das Caixas, a extraordinária experiência das Caixas, agora, ela vai ser transportada para um plano maior, quer dizer, sai-se do plano da empresa para um plano da profissão, o âmbito deixa de ser de empresa para ser de profissão.

NM - Além dos Marítimos, logo em seguida foram criados outros IAPs?

PC - Bom, aí é, aí começa: Marítimo, depois vem, se não me engano, a Estiva. Vou dar, mas, eu não posso dar assim muito cronologicamente, mas, Estiva, Bancários, Comerciários, Transportes e Carga. Depois Estiva e Transportes e Carga vão funcionar, e o último que é o Instituto dos Industriários, quer dizer, são seis institutos, são cinco institutos ao todo.

NM - Por que não se criou nenhum instituto para atender o trabalhador rural?

PC - Isso aí é um negócio complicadíssimo. O trabalhador rural, minha opinião, vou transmitir a minha opinião pessoal. O problema é o seguinte: o dono da terra não queria saber absolutamente, não queria que soubessem o que ele ganhava, e o trabalhador rural era o quê? Era um camponês meio subordinado a regras de escravidão ainda, como é hoje, imagina em 1930, [19]35, [19]40. Por outro lado, essa legislação não podia ser adaptada ao campo, porque dentro do Congresso estava o quê? A representação nossa, a maioria era de senhores donos da terra. Porque o dono da terra, o que é que acontecia em tempos passados? O dono da terra, o filho do dono da terra ou se formava ou não se formava, ele acabava tendo os votos da região, por outro lado havia uns moços que se formavam em Direito, ou inclusive, acontecia isso comigo, a gente ia para o interior, para tentar uma promotoria, e tal. Então, o moço ia e se ligava a quem? Às famílias melhor colocadas no plano social da localidade. Então ele ia ser o quê? Ele ia casar com a filha do fazendeiro. Nós temos um exemplo típico do Washington Luís: Washington Luís Pereira de Souza, paulista de Macaé. Um moço pobre, aluno gratuito do internato do Colégio Pedro II, como eu fui, depois ele estudou Direito e foi para São Paulo e em São Paulo arranjou um lugar de promotor...

Fita 3 - Lado B

PC - Mas, a senhora do Washington, uma senhora que é, fina, educada, discreta, uma criatura extraordinária mesmo a senhor do Washington Luís. Pois bem, casou-se com essa senhora que era de uma família de donos de latifúndio. E então, instalou-se na vida e fez a carreira política. É prefeito, vereador, aquele caminho que o senhor Jânio Quadros não soube fazer, e por isso mesmo largou o troço no meio do caminho, bem. Então, deputado estadual, governador do estado, deputado federal, depois governador do estado até Presidente da República, isso é um caminho normal. Pois bem, havia essa barreira, porque agora ninguém sabia realmente o que ganhava o dono da terra, e como a política brasileira girou em torno exatamente, desde Pedro Araújo Lima, desde a regência de Pedro Araújo Lima, ela vem, ela ficou na mão dos latifundiários, porque a Independência do Brasil foi feita por uma burguesia da cidade, mas até a menoridade, quando a própria regência de Feijó, Feijó era um homem de cidade, mas quando Pedro Araújo Lima bota a mão no negócio, quem era Pedro Araújo Lima? Era um homem que vinha representando Pernambuco. Pernambuco o quê? Cana, a lavoura canavieira, ainda no tempo do Império. Aí não largaram mais. E a luta hoje toda o que é? A grande luta ainda no Brasil? É

exatamente cidade contra campo, não tem outro significado. É a indústria querendo entrar no campo e dono do latifúndio resistindo porque ele quer continuar naquela, então por causa disso tudo custou tanto. Agora, no dia em que se concebeu uma lei em que não se ia saber o que é que o produtor rural ganhava, então, a partir desse dia foi possível dar ao homem do campo uma aposentadoria, porque como é a contribuição? Não é contribuição de empregador nem de empregado. A contribuição para a aposentadoria do trabalhador rural, ela é de quê? Ela é um percentual sobre a primeira colocação do produto, então é uma contribuição indireta, ela não sai do bolso do empregador, nem do bolso do empregado e por isso mesmo eles estão presos a quê? A um meio salário mínimo, o que é inconcebível isso hoje.

LO - O que o senhor chama de percentual sobre a primeira colocação do produto?

PC - É uma percentagem, toda vez que a cooperativa, enfim, a granja lá, recebe o produto, viu, ali, sobre aquilo já incide um percentual que vem a ser arrecadado pelo chamado FUNRURAL, que não existe mais hoje, hoje o FUNRURAL está absorvido pelo INPS, então ali vem essa contribuição. Essa contribuição, ela dá para cobrir? Ela sobra? Não se sabe, hoje. Agora, veja bem, a uma certa altura o empregador rural, viu, concebeu também, a saída para ele. Hoje o empregador rural tem direito a uma aposentadoria também, só que tem que não é de meio salário mínimo, aí já é diferente.

NM - Em 1933 cria-se um Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos, em [19]38 acaba esse ciclo, digamos assim [19]33, [19]38 com a criação do IAPI. Em [19]34 é criado um Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários. Qual a diferença entre esses institutos?

PC - IAPI, sim, [19]36, é [19]36, [19]38, é [19]38. Bom, cada instituto tinha uma legislação própria, as Caixas é que tinham uma legislação só para todas, mas cada instituto tinha uma legislação própria. Veja, por exemplo, que o IAPI, aliás, tecnicamente certo, eu não estou contra a ideia porque a ideia do ponto de vista atuarial era rigorosamente certa. O IAPI, durante dois anos, arrecadou e não pagou. Por isso que o IAPI foi o instituto mais bem organizado, porque o IAPI beneficiou-se primeiro: da experiência de todo mundo, bem. Quando ele vem em [19]38 ou [19]36, não, parece que é [19]36, o IAPI parece que é [19]36*. Quando o IAPI vem em [19]36, ele está se beneficiando de uma experiência de 13 anos, que vem desde [19]23 com Eloy Chaves, não é verdade? Bem, então, enquanto que as Caixas, quando começaram a dar aposentadoria para indivíduos que tinham completado um período de carência de cinco anos, já dava aposentadoria por tempo de serviço, porque havia no Decreto 20.465, havia o famoso Artigo 43, que era o seguinte: era possível ao trabalhador subordinado a uma caixa contar o tempo anterior. Então, a partir do momento em que, veja bem, o indivíduo tinha entrado para a Caixa, por hipótese, em 1931. Em 1936 ele estava com cinco anos, não poderia se aposentar por tempo de serviço de jeito nenhum, mas como ele tinha tempo anterior na empresa, ele aposentava e ficava pagando a dívida do Artigo 43, que era uma ninharia o que o sujeito ia pagar. Pois bem, nos Institutos dos Bancários também se fez alguma coisa mais ou menos assim, nos Marítimos também. O IAPI não, o IAPI chegou, arrecadou durante dois anos, organizou-se atuarialmente e tecnicamente também como instituto, além de tudo o IAPI, aconteceu com o IAPI o seguinte: O IAPI, de começo, houve uma elite intelectual dentro da Previdência Social feita pelo IAPI, porque o IAPI fez um concurso organizado

* O IAPI foi criado por lei em 1936 e implantado em 1938.

pelo Senhor João Carlos Vital, que foi modelar o concurso, deu pessoas, figuras das mais alta expressão, nós tivemos o Beltrão que sai do primeiro concurso, ele foi o primeiro colocado no primeiro concurso do IAPI, era um garoto o Beltrão. Conheci Beltrão, eu já estava casado e ele estava terminando o curso de Direito, conheci meninote ali na Tijuca, bem, dancei, fui a muita festa ainda solteiro na casa do velho Heitor Beltrão, bem. Deu, por exemplo, Júlio Barros Barreto. Júlio Barros Barreto era um sujeito extraordinário, Plínio Cantanhede, Moacyr Velloso, essa gente sai do primeiro concurso do IAPI, elite mesmo, elite intelectual.

LO - O senhor lembra do primeiro concurso do IAPI, o senhor lembra da época de alguma repercussão na cidade?

PC - Não. A repercussão que teve foi exatamente isso, quer dizer, era o pessoal que estava se preparando para o concurso do IAPI, e foi feito o concurso assim: ele era um concurso básico, então, fazia o concurso, depois é que o sujeito ia fazendo outras etapas do concurso, compreendeu, então, por exemplo, quem tirou, vamos dizer, 60, e não tinha condições de fazer para adiante, com exigências maiores, já estava colocado num determinado estágio, bem, mas o pessoal que tinha maiores condições fazia uma segunda etapa e ia indo assim, até lá em cima, para engenheiro, para tudo, todo mundo fez, para procurador, para tudo isso. Então, é essa gente que vem que é realmente uma elite intelectual. Agora, ficaram muito preocupados sempre, com as condições financeiras do instituto. Eu me lembro, por exemplo, quando se tentou fazer o Instituto de Serviços Sociais do Brasil, em 1945, maio de [19]45, era a tentativa de unificar-se a Previdência Social. E o Getúlio, que ia cair daí há pouco tempo, em outubro, e eu acho inclusive, que uma das razões da queda do Getúlio foi o Instituto de Serviços Sociais do Brasil, Decreto-Lei 7526, de maio de [19]45.

LO - E desagradava ao...

PC - Vou mostrar a vocês como é que ele mexe em duas coisas capitais para derrubar um Presidente da República. Mas, eu me lembro que, numa das reuniões que o Vital, ele entregou o Vital, o Vital é que tinha organizado o IAPI. O Vital que tinha organizado o Instituto de Resseguros, o Getúlio entregou ao Vital o quê? A organização do Instituto de Serviços Sociais do Brasil. E o Vital levava com ele quem? Aquela equipe de camaradas do IAPI, da melhor qualidade, pois bem. Eu me lembro que o Vital, numa das reuniões que ele fez, porque eu fazia parte de um grupo que representava a Caixa junto a ele, ele chamou de todos os institutos e Caixas. Ele virou-se um dia e disse assim: “Nós agora vamos fazer Previdência Social com coração e não com a máquina registradora”. Eu não sei se há muita gente que se lembre dessa frase dele, viu. Quer dizer, até então para aquela equipe de técnicos mesmo, a Previdência era caixa registradora, agora ele via que era preciso você atender a certas reivindicações. Você veja, por exemplo, o IAPI não dava aposentadoria acima de dois salários-mínimos, enquanto que nas Caixas de Aposentadoria e Pensões dava-se de dez. Tanto que na hora da unificação o grande problema foi exatamente esse, como arrumar isso, porque agora você estava unificando, e você para unificar você tinha que unificar igualando por onde? Por baixo ou por cima? Tinha que igualar por cima.

NM - Falando um pouco do ISSB. Quando surgiu essa ideia do ISSB?

PC - Bom, de repente, como acontecia na ditadura do Estado Novo, de repente aparecia um negócio e apareceu o Decreto 7526, que é de maio de 1945. Eu digo que esse decreto foi talvez a coisa mais importante para a queda do senhor Getúlio Vargas, do meu ponto de vista, não foi ele ter nomeado “Bejo” Vargas chefe de polícia, isso era um acidente de trajeto. Bem, veja o que continha o Decreto-Lei 7526: Artigo 1º: mais ou menos isso, não vou reproduzir na exata: “Todo trabalhador brasileiro, brasileiro ou estrangeiro, todo trabalhador, todo homem que trabalha em território nacional é segurado da Previdência Social, era segurado do ISSB”. Então, o homem do campo estava aí, não tinha o cômputo. Você tinha abrangido pela Previdência Social todo trabalhador em território nacional. Então, primeira coisa, da mesma forma que na abolição da escravidão tirou-se o tapete dos pés do Imperador, ele ficou com a brocha na mão, e foi só depois uma sacudidela, agora, o senhor Getúlio Vargas perdeu, com isto ele perdia o apoio do latifundiário. Segundo; monopólio do acidente de trabalho: o acidente de trabalho que era uma fatia vultosa para as companhias de seguro, agora seria monopólio do Estado com o ISSB, e ele perdeu o apoio dentro do meio urbano, dos grandes capitais que se envolviam no acidente de trabalho, então, ao meu ver, duas coisas, então, com isso quando chegou em outubro de [19]45, caiu Getúlio sobre o fundamento de que ele tinha nomeado Senhor Bejo Vargas para a chefia de política, só um instantinho. Vem o governo do seu Marechal Gaspar Dutra, e sepulta-se a ideia do ISSB, que só 15 anos depois é que vai reaparecer. Pergunte.

NM - Como é que, quem participava dessas reuniões, qual era o critério para os convites para participar desses grupos de trabalho?

PC - Bom, o negócio era mais ou menos assim: o senhor João Carlos Vital dirigiu-se aos presidentes dos institutos e das Caixas, pedindo que designassem servidores que pudesse fazer parte dessa comissão, desse grupo. Não era propriamente comissão, o Vital era um homem muito aberto, ele não estava muito preso à ideia de comissão não, compreendeu, ele queria era uns grupinhos que pudessem dar a ele, transmitir a ele e ao grupo maior, evidentemente lá de cima, as experiências. Então se pediu às Caixas do Rio de Janeiro, na época, e eu fui um dos indicados para representar a Caixa da Central, por exemplo, o Ari de Castro era médico, representava a Caixa na parte de serviços médicos e tal. Então realmente a ideia do Instituto de Serviços Sociais, na mão do Vital, do João Carlos Vital era uma coisa grandiosa, grandiosa mesmo, não era isso que fizeram com o INPS não, era alguma coisa de mais esplendoroso, viu, o Instituto de Serviços Sociais e, sobretudo, animado pelo espírito do João Carlos Vital.

NM - Nesse momento nós estamos vendo uma Conferência da Organização Internacional do Trabalho, a Conferência de Chapultepec, estamos vendo o Plano Beveridge, isso influenciava essa geração que formava o ISSB?

PC - Sim, sem dúvida. Veja esse Plano Beveridge lá da Inglaterra, ela dá partida para o quê? Para a ideia da seguridade social. Quer dizer, a gente sai da ideia de seguro, por quê? Porque é dar-se o máximo a todos, o Plano Beveridge é isso, e com quê? Veja bem: o Plano Beveridge, ele é de 1943, quer dizer, enquanto a Inglaterra está sendo fustigada por bomba e todo mundo está pensando em guerra, nós já estávamos com quatro anos de guerra e ainda havia muita coisa pela frente, não havia desembarque de Normandia nem nada, um dia a Câmara dos Comuns é surpreendida com um projeto de um cidadão que era deputado, representante dos Comuns, com este plano, Plano de Seguridade Social. Ele não chamava propriamente Seguridade Social, mas era um plano de amparo social, e no

preâmbulo do livro dele, inclusive do plano, ele pergunta assim: “Por que é que em plena guerra nós estamos apresentando um projeto desses?”. E aí, ele mesmo responde. “É porque esta é a Segunda Grande Guerra, não é a primeira. Na primeira todo mundo fez a guerra e quando acabou guerra, ela teve que se meter de repente de cambulhada, num tratado de paz, o Tratado de Versalhes, disposições de proteção ao trabalhador”. Onde é que já se viu isso? Qual é o tratado de paz que diz que o trabalhador tinha que ter férias durante o ano? No entanto, Tratado de Versalhes tem isso, está lá, por quê? Porque no fim da guerra com o aparecimento da Rússia Soviética, a turma pensou assim, diz: “Bem, guerra pode dar em consequência outras coisas, as consequências da guerra podem dar em consequência outras tantas Uniões Soviéticas”. Não é? Então, correram para lá e disseram: “Não, olha aqui trabalhador, vocês fiquem tranquilos porque os países capitalistas vão dar a vocês o quê? Repouso semanal remunerado, proibir trabalho penoso para a mulher, o trabalho noturno; vão dar férias; crianças não podem trabalhar acima de 12 anos”. Não é. Então, ofereceram essas coisas, garantias de aposentadoria, de pensão para o trabalhador, então vocês fiquem quietinhos, não façam nada porque nós, os capitalistas, vamos dar a vocês isso. Agora, o Plano Beveridge, ele viu o que é que vinha depois, que vinha coisa mais séria porque agora era a Segunda Guerra Mundial, não era a primeira. Além de tudo, a Primeira Guerra Mundial foi uma guerra em frente de combate, quem morria e quem era ferido quem era? Era o sujeito combatente, o sujeito que ia para a trincheira, às vezes ia até com florzinha no fuzil, antes de dar tiro, o primeiro soldado que morreu na Primeira Guerra Mundial chamava-se Paul Kovaks, morreu naquela linha Zagreb-Belgrado, quando ele sai de Viena, ele sai no fuzil dele, uma flor, uma rosa no fuzil. Pois bem, no primeiro tiro que ele enfrentou ele morreu. Quem foi o primeiro soldado que morreu na Segunda Guerra? Ninguém sabe o nome, ninguém sabe, não é verdade, bem. E depois, a Segunda Guerra, quantos civis morreram na Segunda Guerra? Já foi feito o balanço de civis que morreram na Segunda Guerra? Não foi feito não. Eu já não quero falar no pessoal de campo de concentração, que são seis milhões, que é mais do que morreu na Primeira Guerra. A Primeira Guerra Mundial foi considerada como um massacre da juventude. Realmente morreu o quê? Veja o seguinte, vamos prestar atenção ao seguinte: Chamberlain era figura da Primeira Guerra Mundial, figura política, foi ser na Segunda Guerra, o homem do acordo de Munique, verdade, Haeifax era da Primeira Guerra, é da Segunda. Quando termina a Primeira Guerra, o General Foch diz o seguinte: “Se França algum dia estiver em perigo, chamem Weygand”. Que era o quê? Era General do Exército. A famosa fotografia tirada ali nos bosques de Compiègne, naquele vagão onde aparece o Foch com o Perching e o general não sei, um outro inglês Haig, inglês, viu, atrás dele está o General Weygand, que na Segunda Guerra vai substituir Gameleín. Então, o que houve? Os velhos continuaram dominando porque a juventude tinha sido massacrada. Agora, na Segunda Guerra Mundial, não é só a juventude que é massacrada, são as populações civis. Coventry, quando Hitler resolve dar uma lição, castigar a Inglaterra, porque bombardearam Hamburgo, vai e fazem o que inclusive chamou-se, até passou-se a usar um verbo “coventrizar”, quer dizer, coventrizar é sinônimo de arrasar, de acabar com uma cidade. Coventry, durante três ou quatro noites seguidas, dias e noites, as vagas de avião alemãs despejando bombas em Coventry e em Coventry não ficou um muro em pé, não foi uma casa, não, um muro, o que morreu de gente, de população civil e o que morreu de gente de população civil do outro lado também, não foi só na Inglaterra, quando chegou a hora da arrancada o que morreu na Alemanha, o que morreu em Berlim, em Hamburgo, em várias cidades, em Dresden. Aqueles bombardeios de Dresden que foram uma coisa tremenda também. Na Primeira Guerra, quando o alemão teve que recuar para o território dele, que a guerra começou a ser feita no território dele, ele pediu a paz. Na Segunda Guerra não teve disso não, o pau

foi lá mesmo. Vocês vejam, por exemplo, no próprio desembarque da Normandia, o que os aliados não tiveram que sacrificar de franceses, porque eles tinham que bombardear as posições alemãs. Então, Beveridge percebeu isto e percebeu que possivelmente podia vir uma coisa muito mais séria do que uma União, uma Rússia Soviética. Podia haver várias Rússias Soviéticas, em vários países do mundo, inclusive na própria Inglaterra, porque a Inglaterra, ainda quando ela tivesse feito uma questão de honra e de brio do inglês, resistir, a Inglaterra ia ter problemas sérios e graves na paz. Toda vez que há uma paz o problema político e econômico, problema econômico e social muito grande, muito sério porque de repente você vai converter, você vai reverter todo um parque industrial que tinha sido convertido de paz para a guerra, agora não é mais guerra, não tem, você não vai mais fazer canhão nem bomba, então você tem que reverter isso. Quanto tempo leva isso, e a mão-de-obra, você terá a mão-de-obra condições? Você veja a reação do velho, eu sou um velho e posso falar de cadeira. A reação do velho ao homem de ideias novas está representada na figura de De Gaulle. De Gaulle, quando ele percebeu o que o Hitler estava fazendo em matéria de blindados, segundo um velho princípio de estratégia que uma guerra começa sempre com o último engenho, o mais aperfeiçoado engenho da última guerra já mais aperfeiçoado ainda, então, como na última guerra o que decidiu a última guerra foi o tanque, e durante o período de paz, o tanque vai se aperfeiçoando, De Gaulle defende calorosamente como coronel, tenente-coronel do Exército, dentro do Estado Maior Francês o quê? Fazer, a França rearmar-se não com a linha Maginot, porque a linha Maginot era ideia de quê? Da guerra de posição, do sujeito ficar plantado na trincheira, e ele viu que a Segunda Guerra não ia ser uma guerra de posição, ia ser uma guerra de movimento. Bem, então ele defende o quê? Ele defende a criação de um Exército igual ao que o Hitler estava fazendo, de tanques, pois bem, por causa disso ele é posto para fora do Estado Maior Francês, porque o general francês, da outra guerra, ele tinha que considerar o quê? Os Gamelins, os Weygands e outros. A guerra é a linha Maginot, nós vamos ficar aqui na Maginot e o Hitler, muito sabidamente, fez a linha Siegfried do outro lado, para tapear, porque não tinha nada, linha Siegfried não representava nada, e fez a volta e pegou a linha Maginot por trás. Então Beveridge, prevendo tudo isto, ele dá o seu plano, que era o quê? A extensão, as garantias, são as garantias básicas da vida de um trabalhador. Afinal de contas, meu Deus do céu, isso é um direito natural, o direito de subsistência. Veja que durante um largo período, está acabando? Durante um largo período da vida, desde as tragédias gregas, falou-se em direito natural, havia alguma coisa que transcendia ao direito escrito. Isso depois foi muito utilizado por Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, com uma ideia religiosa de que o direito vem de Deus. Quando chegam os racionalistas, Kant, Hegel, essa gente, bota tudo isso abaixo “Que direito natural, direito é o que está escrito”, o direito é uma criação do homem, mas hoje, veja bem, nós hoje estamos retornando a uma ideia de direito natural, mas não naqueles conceitos religiosos. Qual é o código do mundo que diz assim “Que o homem tem direito à vida”. Código nenhum diz isso! Nenhum código diz isso, mas isso é essencial, porque se não houver direito à vida não há direito a nada. A gente pode combater o aborto, eu por exemplo, sou contrário ao aborto, mas eu acho que o sujeito deve limitar a natalidade, mas através de outros meios não do aborto, por quê? Porque para mim, a partir do momento em que começa a concepção, já há uma vida e ninguém tem o direito de tirar, de liquidar uma vida, sobretudo sem perguntar a ela se quer ser liquidada, não lhe dando o direito de defesa. Veja que os romanos já garantiam os direitos do nascituro, quer dizer, o direito do nascituro, se a criança nasce com vida, os direitos dele estão garantidos, os direitos dentro do ventre materno. Bem então, o direito natural existe, existe em determinadas coisas, o direito à vida. Eu acho que a Previdência Social, ela em si é um direito natural, por que a Previdência Social vai dar o quê? Direito de subsistência ao

indivíduo que perdeu a sua capacidade laborativa e, portanto, não pode mais angariar a sua própria subsistência e dos seus, e a subsistência da mulher, dos dependentes do homem, é isso.

NM - Nesse momento que surge o plano inglês e surge Chapultepec, a Conferência de São Francisco, o senhor é nomeado chefe do Serviço Social da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários da Central do Brasil, até 1949 ao mesmo tempo em que acumula como procurador dessa mesma Caixa até [19]53.

PC - Não, eu não acumulo. Eu deixei de ser procurador e fui exercer o cargo de chefe do serviço social, quer dizer, organizar o serviço social da Caixa da Central.

NM - O que era o serviço social dessa Caixa? Qual é a rotina do chefe do serviço social dessa Caixa?

PC - Isso aí é curioso também... O Doutor Moacyr esteve num congresso, Moacyr Velloso, num congresso, eu creio que em 1943 mais ou menos, [19]42, [19]43, que eu fui nomeado para a Caixa da Central?

NM - [19]44.

PC - [19]44 é. Então, em [19]42 ou [19]43 houve um congresso de Previdência na Nova Zelândia, bem, e na Nova Zelândia era onde estava mais adiantada a Previdência Social, e o Moacyr Velloso veio de lá entusiasmadíssimo com o serviço social, estava aparecendo o serviço social lá, tinha se organizado o serviço social lá, mais ou menos isso, eu não vou dizer que seja rigorosamente isso que eu vou dizer, mas é o que eu me lembro da história, e eu me lembro inclusive, do seguinte: que eu, como redator d'A *Noite*, fui fazer uma entrevista com o Moacyr, quer dizer, eu já era procurado da Caixa Central, mas era redator d'A *Noite*. Quando eu vi o Moacyr voltando desse congresso, eu fui lá para ver o que é que tinham apurado, o que tinham feito. Então, ele me deu uma entrevista muito bonita, muito boa e onde ele estava botando muita ênfase em serviço social, quer dizer...

LO - Nós vamos trocar...

Fita 4 – Lado A

PC - Você veja o seguinte, que coisa, a maneira da gente ver as coisas. A gente olha assim um camarada como eu, mais ou menos comum, eu sou um sujeito médio, chego a 76, troço todo para dizer. Agora você imagina um estadista, o sujeito que teve na mão... Um De Gaulle, por exemplo, o que dizia, um Clemenceau que morreu, Georges Clemenceau, que foi o tigre da Primeira Grande Guerra. Entretanto, no Talmud há um negócio, uma coisa curiosa, que ele disse mais ou menos assim: a vida do homem se assemelha à sombra de um pássaro voando, mal se percebe, desaparece. É a verdade, é a vida, é a vida de um sujeito não é nada, milhões de sujeitos, bilhões de sujeitos passaram pelo mundo, fizeram coisas e isso tudo foi perdido. A memória não dá para guardar nem as grandes figuras. Quantas grandes figuras deve ter havido em Roma além de Augusto, de César, de Cícero, quantos não houve? E, no entanto, a gente não sabe da existência deles. Mas você queria saber então o quê?

NM - O senhor estava...

LO - O senhor estava narrando o encontro com Moacyr Velloso quando repórter d'A *Noite*.

PC - Sim. Então, eu como repórter d'A *Noite* fui lá e tal e fiz a entrevista com ele, e ele estava entusiasmadíssimo com esse negócio de serviço social. Logo depois, lá no IAPC organizam um serviço social e vai ser chefe desse serviço social do IAPC o Doutor Luiz Carlos Mansini, que muitos anos depois vem ser presidente do INPS. Bem, Luiz Carlos Mansini. Mas, o Luiz Carlos Mansini já entendia, já sabia o que era serviço social, já sabia, inclusive, se não me engano, ele já estava dando, logo em seguida foi dar cursos de serviço social na PUC, bom. Quando aquele negócio no IAPC ficou firme, o Moacyr resolveu, o Moacyr era nessa época diretor do Departamento Nacional de Previdência Social, a que todas as instituições de Previdência estavam subordinadas. Então, o Moacyr resolveu agora fazer experiência do serviço social numa Caixa, em Caixa, e escolheu a maior Caixa: a Caixa da Central. Bem, vai lá conversar com o presidente da Caixa, ou chama o presidente da Caixa que era o Olavo Redig de Campos, e resolvem então criar o serviço social. Bem, e por alguma razão lá, que eles deveria ter, talvez assim pela maneira como eu vinha me comportando como procurador da Caixa, porque eu sempre entendi que um procurador da Caixa não era para defender a Caixa, ele era para defender a Caixa em juízo, mas, dentro da instituição da previdência, o procurador é um juiz, ele não tem que defender instituição de Previdência nenhuma, absolutamente nenhuma, ele tem que ver quem tem o direito. Isso é que ele tem que ver. Pois bem, acharam que eu tinha que assumir esse lugar e eu não sabia nada de serviço social, não sabia... Tudo o que eu sabia de serviço social foi o que o Moacyr tinha me dito na entrevista, mais nada. Bem aí, me chamaram e tal, eu digo "Está bem". Eu senti, eu senti uma coisa, não sei bem o que é que, eu não vi uma coisa efetiva, compreendeu, assim materializada; eu vi alguma coisa que eu não sabia explicar o que era por trás disso, da minha atuação. Então, eu fui nomeado e o serviço social da Caixa da Central tinha: doutor Paulo Cabral, chefe do serviço social; e a secretária dele, dona Hilda dos Santos. Aí acabou o serviço social, só tinha isso, era isso que tinha. Não havia, estava se fazendo curso de assistente social, então a Caixa da Central ainda não tinha ninguém para botar como assistente social, então evidentemente, que ia ser muito restrito a atividade da Caixa da Central, do serviço social. E eu bolei então uma coisa: a pedido do segurado ou de seus dependentes, ou por determinação do presidente, o chefe do serviço social poderia defender os segurados e dependentes contra atos da própria instituição. Quer dizer, ser uma espécie de advogado de ofício, para esses segurados que eram pessoas... Veja bem, eu saía para defender. Eu recebi um processo qualquer em que alguém estava recebendo, não, estava pedindo alguma coisa, e de repente, eu desabar um latim do direito romano em cima do sujeito que mal sabia ler ou escrever. Isto era uma covardia inominável. Então agora o indivíduo teria, dentro da Caixa da Central, um advogado de ofício garantido pela instituição, quer dizer, ganhando tal, e organizando certas coisas. Primeira coisa que eu fiz: organizei, resolvi fazer uma revista *O Trilho* e espalhava esse negócio explicando ao pessoal, aos ferroviários da Central do Brasil o que era a previdência, mandava isso para os agentes de estação. Pois bem, você sabe que quando acabou *O Trilho*, em [19]46 mais ou menos, dois anos depois ainda havia gente pedindo *O Trilho*. *O Trilho* tinha na capa assim uma locomotiva, viu. Traduzia, botava em português capaz de ser entendido por qualquer sujeito que soubesse ler ou qualquer sujeito que soubesse ouvir, o que era a legislação de Previdência, que, diga-se de passagem, o decreto 20465 era modelar em torno disso, foi o primeiro decreto de 1931, uma linguagem facilíma, a própria técnica de fazer esse

decreto é perfeita, eu acho que nunca mais se fez uma legislação, uma lei de Previdência como o decreto 20465, nunca mais se fez, viu. Então, eu estou inclusive com muito medo porque já foi para o Congresso, ou vai para o Congresso uma reforma. Pois bem, há coisas que existem no regulamento da Previdência Social do Brasil que eu duvido que alguém entenda, porque eu até hoje não entendi. Está redigido de tal maneira que não dá para entender, compreendeu, e quando Previdência Social, meu Deus do céu, tem que ser a coisa mais simples do mundo porque tem que ser... É lido por quem? Pela massa do povo brasileiro que ganha de um a três salários mínimos, que não sabe quase ler. Vocês vejam, por exemplo, a grandeza que há no nosso código civil, o que é? É a linguagem que o Clóvis Bevilacqua botou, porque eu acho que... Lembro-me do seguinte: puxa isso aí, tem uma tábua, isso, é aí embaixo, bota... Quando o Clóvis fez... Quando foi aprovado, em 1916, o Código Civil Brasileiro, era embaixador do Chile no Brasil, um professor de Direito, não me lembro quem era ele, mas era um professor de Direito. Ele traduziu o Código Civil Brasileiro para o espanhol e mandou a sua tradução com uma carta ao Presidente da República de então manda o código com uma carta para o Presidente da República do Chile dizendo para que se mirassem no espelho daquele código, da simplicidade das palavras, das expressões usadas no Código Civil, capazes de serem entendidas por qualquer pessoa, porque quando você não entende um dispositivo do Código Civil não tenha dúvida, foi feito por Rui Barbosa, é emenda do Rui Barbosa, quer dizer, é um grande jurista, mas é o homem que está lá em cima, não é verdade? O Clóvis Bevilacqua é o grande jurista, mas é um jurista, é um homem do povo, basta ver o seguinte: como foi o enterro, o velório do Rui Barbosa? Eu era garoto, não vi o velório, mas já vi notícias do enterro do Rui Barbosa. Quem é que estava na casa do Rui Barbosa? Todas as grandes figuras do país e do mundo que estava aqui no Brasil, não é; embaixadores, generais e diplomatas de todos os países que aqui... Os congressistas e os políticos, e naturalmente as pessoas amigas da família. Velório do Clóvis Bevilacqua: numa casa modestíssima da Rua Barão de Mesquita. A família composta da dona Amélia Bevilacqua e das três filhas, e umas crioulas, empregadas domésticas de perto da casa do Clóvis, porque o Clóvis Bevilacqua toda manhã, metido no seu pijama, ele ficava no portão da casa e quando aquelas crioulas passavam com os crioulinhos para fazer compra no armazém, viu, ele tirava um totãozinho, 200 réis e dava para os garotinhos, compreendeu. Então, a figura humana do Clóvis Bevilacqua permitiu a ele fazer um Código Civil para povo, e legislação de Previdência tem que ser feita assim, não pode ser feita de outra maneira. [Viemos até aqui, tomamos um café, isso é para ficar gravado que eu dei café para vocês, não dei no outro dia, mas dei hoje.] Bom, então a gente estava falando sobre o serviço social. Então, o que eu fui fazer no serviço social foi exatamente o seguinte: defender o segurado contra o ato do presidente ou do Conselho Fiscal de então, porque na época então, o presidente das Caixas já era nomeado pelo Presidente da República e havia um Conselho Fiscal que revia os atos do presidente, o presidente passava por lá. Então, eu não pude fazer mais coisas, talvez nem mesmo estivesse preparado, e não estava preparado, porque é evidentemente, para fazer aquele tipo de serviço social que tinha sido idealizado, compreendeu, mas eu dava, por exemplo, aparecia lá uma pessoa me dizendo que o filho... Que tinha vivido com o seu Fulano de Tal, tinha tido um filho, e eu ia registrar a criança, eu ia promover o registro da criança, viu bem, para que, com os elementos havidos, a criança pudesse receber a pensão, e tive um negócio lá na Caixa, que esse foi realmente admirável, o caso em si. Certo dia eu recebi um processo mandado pelo presidente de então, em que uma mulher, que era pensionista, tinha mudado de procurador, isto é, tinha mudado de procurador não, tinha dado uma nova procuração ao seu antigo procurado. Mas, porque ela deu essa nova procuração e ela estava casada, essa procuração vinha assinada também pelo marido,

outorgada com a assistência do marido. Ora, uma pensionista casada, pensionista perdia a pensão pelo casamento, como é que essa mulher estava recebendo a pensão? É que essa mulher estava num leprosário, e tinha casado com um leproso. Então, esse processo veio para mim, porque o que é que diz a lei? Perde pensão pelo matrimônio, então se a gente vai interpretar a lei como interpretavam os romanos, os romanos diziam assim: *in clara in cessate interpretacio*, apertar um latinzinho aqui “se a lei é clara não há porque interpretar”*, o que implicava numa interpretação, porque para eu saber se a lei era clara, eu tinha que interpretar a lei. Então, se a mulher tinha casado, não tinha direito à pensão, ela tinha passado para a dependência econômica do marido, é o princípio da Previdência, bem. Mas acontece que o marido era um leproso e era um aposentado, então, se essa mulher perdesse a pensão, ia acontecer o seguinte: ela, passando à dependência econômica dele, o que ele ganhava ia servir para dois, tinha que prevalecer para dois porque ela tinha perdido a parte dela, não é verdade. Bem, e eu resolvi então defender esse troço. É o único caso de mulher casada que eu sabia, que continuou recebendo pensão, porque muitos anos mais tarde eu vi um caso exatamente igual e o recurso da parte ser liquidado, não ser provido pelo Conselho de Recurso da Previdência Social, sendo que o relator é um pastor protestante, que era membro do conselho, ao passo que eu não sou pastor de nada. Eu nem de Raquel pude ser pastor “Sete anos de pastor Jacó serviu a Labão o pai de Raquel, Serrana e bela, mas não servia Labão, servia ela porque só ela por prêmio ele que queria”. Eu não sou pastor de nada, pois bem. Então, eu parti do seguinte ponto...

LO - Isso é Tomas Mann?

PC - Não, isso é Camões, é evidente que o Tomas Mann faz a trilogia, mas esse aí, esse soneto é o famoso soneto de Camões. Como é? “O que seria para um tão grande amor, tão curta vida”, termina assim. É uma beleza esse soneto. Bom, mas aí, eu defendi nessa ocasião o seguinte ponto: duas pessoas, dois morféticos tinham duas prestações da Previdência. Pelo casamento, essa mulher tinha perdido a pensão dela e agora o provento de um ia servir para dois, bom. Agora vejamos o seguinte: o filho inválido quando casa, filho homem, e inválido quando casa ele perde a pensão que o pai deixou? Porque veja bem: filho inválido de qualquer idade. Então se há um filho paralítico, ele vai ser pensionista do pai a vida inteira. Se ele casa, ele perde a pensão? Então, a pensão não é o caso do casamento como contrato civil, não é o caso do casamento como... Como é que chamam na igreja? É sacramento? Não é o contrato civil, não é sacramento, não é o ato sexual, porque pode até não haver, o sujeito pode ser paralítico da cintura para baixo. Não é nada disto que vai tirar ou garantir a pensão do sujeito, é o problema de ordem econômica, então, eu peguei a chave aí e a pensão da mulher foi mantida.

LO - Essa mulher era ligada à Caixa da Central?

PC - Estava, a Caixa da Central, isso é Caixa da Central, pois bem, já INPS.

LO - Agora, essa garantia, ela foi conquistada dentro da própria Caixa ou isso foi para a justiça?

* Provavelmente a entrevista se refira a: “*Interpretatio cessat in claris*” – “A interpretação cessa nas coisas claras”.

PC - Não! Foi pelo INAMPS, não foi para a justiça, foi para, eu fiz o recurso. Dentro da Caixa a Procuradoria inclusive, meteu o pau nela. Não, ela perdeu na procuradoria, o presidente negou, mas havia um Conselho de Recursos, na época chamava-se Conselho Superior de Previdência Social. Eu então fiz um recurso, vii, defendendo o caso da mulher, isto foi para lá e a vitória foi unânime, ganhei unanimemente esse troço contra a própria administração da Caixa, à qual eu servia.

LO - O senhor era chefe do serviço social. Serviço social, exato. Como chefe de serviço social o senhor tinha um papel, pelo menos está mostrando que tinha um desempenho um pouco parecido daquilo que se imagina hoje do ouvidor do povo?

PC - Exato, quer dizer, como eu não tinha elementos, nem eu estava preparado para fazer os grandes inquéritos de caráter social, tratar de casos de serviço social, então ficou a coisa restrita a isto, a uma revista, e eu prestei uma assistência jurídica a quem precisasse dessa assistência jurídica dentro da Caixa ou fora dela.

LO - O senhor disse que a revista *O Trilho* durou dois anos mais ou menos. O senhor sabe por que é que foi suspensa?

PC - É, dois anos, mais ou menos, porque acharam que, no governo do Dutra resolveram fazer economia e como a revista, ela não era imprensa em tipografia, ela era uma revista assim feita em multilite, não sei, eu não entendo muito desses negócios não, eram umas chapas. Então, eu fazia a revista toda, compreendeu, bem. E havia uma capa muito bonita até, uma locomotiva andando e tal, vii, e isso era distribuído por aí, né, realmente parece que não ficava muito barato aquilo, mas como resolveram fazer economia, embora depois fossem gastas noutras coisas mas, porque sempre é assim, a gente entra para fazer economia e depois desanda a gastar dinheiro, então, resolveram suspender, não tem problema, suspenderam e pouco depois também eu deixei o serviço social para depois vir a ser diretor da Divisão de Benefício.

LO - O senhor conhecia alguma outra revista nesse mesmo estilo?

PC - Não, não tenho ideia não, não tenho ideia não.

LO - O senhor tirou da onde o exemplo?

PC - Não, eu tirei, eu achava que a gente tinha que fazer um boletim, meti isso na cabeça do presidente, doutor Olavo Redig de Campos, disse: “Olha aqui, essa gente está por aí perdida, não tem notícia.” O sujeito, veja bem, um sujeito morar numa estação não sei aonde, que ele mora num morro, desce, vem na estação, não sabe, não sabe coisas, eu vi. Eu ficava impressionado, na procuradoria, você veja bem, num tempo em que a lei tinha prescrição de direito, um sujeito deixar prescrever o direito dele porque ele não sabia, era um negócio que me deixava horrorizado, então, quando eu fui para o serviço social, que eu organizei, comecei a organizar o serviço social, justamente havia gente que ia me falar coisas que eu ficava impressionado como é que não sabiam. Como eu sabia eu achava que todo mundo devia saber, então eu resolvi traduzir isso para todo mundo, e fiz isso.

NM - Um cargo de chefia de serviço social dava prestígio político, social?

PC - Não, não, eu tinha olha, eu tinha uma gratificação, 450 mil réis. Eu era o procurador e tinha mais uma gratificação, me lembro até uma coisa muito engraçada. Eu quando fui nomeado chefe do serviço social, cheguei na minha casa e disse para a minha mulher, disse: “Olha, você sabe, eu fui nomeado agora chefe de serviço social, estou ganhando mais 450 mil réis”. Bom, no fim do mês eu cheguei com os 450, o dinheiro mais os 450, aí conversa daqui, conversa dali, digo: “Olha, agora podemos melhorar certas coisas aqui e tal”. Ela virou-se para mim e disse: “Mas, vem cá, você vai viver o resto da vida nesse lugar?” Eu disse: “Não, não é assim, é comissão, mas se vier um novo presidente...” E ela disse: “Então não se gasta”. Isso é para mostrar o que era a cabeça da minha mulher, como era arrumadinha, ela disse “Não se gasta não, nós vamos encostar isso porque no dia que você perder esse lugar, então aí vai fazer falta, então vamos fazer uma coisa, vamos guardar esse dinheiro e a gente mete o pau nesse dinheiro no fim do ano, todo fim de ano a gente mete o pau nesse dinheiro”. Mas então, eu não vejo prestígio, aliás, eu nunca pensei muito em negócio de prestígio de cargo não, compreendeu, eu nunca acreditei muito nisso não.

NM - E a convivência do chefe de serviço social com a instituição, às vezes deveria ser dolorosa. E com os sindicatos, com as associações de representação de classe?

PC - Não, eu vivia bem, eu nunca fui procurado por sindicato nenhum como chefe de serviço social, por associação de classe nenhuma, e relativamente, a minha vida como chefe de serviço social na instituição, eu tinha livre trânsito, mesmo porque o dia que alguém me barrasse um troço ou o presidente me garantia o livre trânsito ou então ele ficava no meu lugar, não tinha para onde, ou eu era ou eu não era, então naturalmente que eu tratava todas as pessoas e todos os chefes e tudo com a maior deferência possível, é lógico, problema de educação, os meus próprios colegas procuradores, e que se punham, eu tinha que entender a posição deles, mas justamente iam a mim, então eu às vezes, marretava um parecer de um procurador tranquilamente, e me dava admiravelmente bem com eles todos, nunca tive incidente nenhum com nenhum deles.

NM - Antes de o senhor assumir a chefia do serviço social, o senhor foi inspetor de Previdência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O que era isso?

PC - É. Isso era o seguinte: naquele tempo as instituições de Previdência, elas estavam controladas pelo Ministério do Trabalho, controle absoluto. Então, havia o Departamento Nacional de Previdência Social que tinha sido criado em 1941 e o doutor Moacyr Velloso que era o chefe, o diretor do departamento. Esse departamento tinha uma Divisão de Fiscalização; anteriormente já existia uma inspetoria de Previdência que depois ficou na divisão de fiscalização, bom. E os inspetores de Previdência então, trabalhavam ali e eles deveriam fazer uma inspeção anual em cada instituição de Previdência. Então tinha que examinar toda a parte contábil, se a instituição estava gastando as coisas segundo as verbas, dentro das dotações orçamentárias, bem. Se estava a instituição, se ela estava cumprindo as decisões do Conselho Nacional do Trabalho, fosse por portaria, fosse porque o Conselho Nacional do Trabalho, que era que controlava na parte, vamos dizer assim, de orientação, porque o próprio Departamento de Previdência estava subordinado ao Conselho Nacional do Trabalho, bem. Agora, o Conselho Nacional do Trabalho, além da parte administrativa de orientação, tinha a parte judicante, porque o Conselho Nacional do Trabalho se dividia em duas câmaras: Câmara de Justiça do Trabalho vai nascer, vai sair a Justiça do Trabalho. Quando, em 1940, em 1941 se faz a Justiça do Trabalho, ela começa, acaba aqui a Câmara de Justiça do Trabalho porque começavam os Tribunais

Regionais de Trabalho, tribunais e as juntas e tal, as Juntas de Conciliação e Julgamento e os tribunais regionais, o troço virou, foi na grande reforma de [19]41. Então, o inspetor de Previdência tinha que fazer um exame, às vezes até por amostragem, ver se os processos estavam direitinhos, e daí fazer um relatório, então era essa a gente, durante um ano, ficava trabalhando dentro de uma instituição de Previdência. Então eu fui realmente quando cheguei no Ministério do Trabalho como inspetor de Previdência, eu fui trabalhar na Caixa da Central, quer dizer, eu aprendi o serviço e fui fazer, completar a fiscalização da Caixa da Central, porque toda a parte contábil tinha sido feita por um inspetor de Previdência que agora era o diretor da Divisão de Fiscalização. Então, ele me mandou para a Caixa da Central para completar, ele tinha examinado a parte contábil e eu agora ia examinar a parte do cumprimento das decisões do Conselho. Então eu fiz isso durante o ano todo, o restante do ano, aí apresentei o meu relatório. Então, na Caixa da Central eu fui encontrar duas pessoas com quem eu tive melhor contato possível, um deles era o doutor Abílio Teixeira, que inclusive tinha sido aluno do Colégio Pedro II, do externato e outro, uma pessoa extraordinária mesmo, até hoje, morreu a coisa de um mês mais ou menos, um sujeito de primeira qualidade, que era o contador geral, o Elísio Carlos Cruz, meu amigo do coração mesmo. Está indo tudo, é o diabo da gente ficar velho que a gente começa a ficar sozinho, sabe. Então, eu lá, durante um período, eu fiz a inspeção da Caixa. Em seguida, eu fui com uma comissão fazer uma inspeção no Instituto da Estiva, que ainda existia, bem. Então, falava-se que tinha uma série de irregularidades no Instituto da Estiva e tal, então, deixe-me ver, os dois Bandeira, não, o Bandeira, o Gúmara, eu o Edes, e o Evaristo, cinco inspetores formaram uma comissão para fazer um exame no Instituto da Estiva, examinar aquilo tudo. Bem, justamente nessa ocasião mudou-se a maneira de administrar as Caixas, saiu-se de junta e passou-se a ter o presidente nomeado pelo Presidente da República, embora tivesse uma junta que passou a se denominar Conselho Fiscal para examinar as decisões dele, bom. (Inclusive a decisão dele podia ter recurso pelo Conselho Fiscal.) E foi nomeado para lá o engenheiro-chefe da Carteira Predial, Doutor Olavo Ledin de Campos, é que foi ser o presidente da Caixa da Central, ele era o engenheiro chefe da Caixa, ele tinha feito, ele era um arquiteto formidável, era um sujeito formidável também, então, ele tinha feito aquele edifício do SAPS ali na Praça da Bandeira, o Edifício da Cidade das Meninas, Casa do Pequeno Jornaleiro, tudo isso era trabalho dele, de arquiteto. Então, ele foi nomeado pelo doutor Getúlio Vargas como presidente da Caixa da Central, aí ele faz o seguinte. Ele foi se apoiar, porque ele era um engenheiro, administração mesmo ele não entendia bem, não conhecia bem, então ele resolveu fazer o seguinte: levar para secretário dele o doutor Abílio Teixeira, que era adjunto de procurador, e se apoiar no contador também, que era pessoa da mais absoluta confiança, que era o Elísio Carlos Cruz. Mas ele, levando o Abílio, ficava sem um procurador, a Caixa só tinha dois: tinha o procurador e o adjunto de procurador, quer dizer, ia ficar um só, o procurador doutor Pinheiro Guimarães. Aí, o Abílio e o Elísio me chamaram e perguntaram se eu não queria ser procurador, adjunto de procurador substituindo o Abílio, quer dizer, interino substituto.

NM - Isso em 1942?

PC - [19]42, é.

LO - Eu queria só saber uma coisa, como é que foi o seu parecer sobre a Caixa da Central, quer dizer, o senhor aceitou?

PC - Não, é que quando eu fui fazer o exame, a parte contábil já estava feita pelo outro, então o outro assinou a parte...

Fita 4 - Lado B

PC - A Caixa Central é pessoal de primeira qualidade, você vai ver já um exemplo disso, estou chegando lá. Bom, me chamaram para eu ser adjunto de procurador, se eu queria, quer dizer, eu largava, largaria um lugar de inspetor de Previdência, passava para a Caixa da Central, mas agora eu estava, inclusive, é verdade que aqui eu ia ser o quê? Um substituto, mas não estava dentro da minha carreira. Além de tudo várias Caixas tinham três procuradores e só a Caixa da Central tinha dois e então a Caixa da Central era maior do que dois institutos da época, veja bem, uma Caixa da Central tinha 45 mil segurados e era maior do que o Instituto da Estiva e que o Instituto dos Bancários, tinha mais seguro do que bancário e estiva, bom. Então havia rigorosamente, tinha necessidade de mais um procurador, isso era indiscutível, então falaram inclusive com o Moacyr e o Moacyr concordou com que se criasse mais um cargo de procurador, e esse cargo então, eu deixaria de ser um substituto para ter um cargo de adjunto de procurador, bom, eu ocupar um cargo de adjunto de procurador. Mas naquele instante eu tinha que largar lá e vir para cá. Bom, “Você topa e tal?” Eu topei evidentemente que eu ia topar, aí o Elísio e o Abílio disseram “Bem Cabral, haverá uma coisa, você sabe, você mal conhece o presidente, conhece assim de vista o presidente, bem, ele também não lhe conhece. Então nós é que vamos ter que indicar o teu nome para ele, bem, mas vai ficar uma coisa muito chata para nós”. Vejam só a correção dos dois: “Já que ele vai se apoiar tanto em nós, nós desde logo reivindicaremos a nomeação de uma pessoa para cá. Então você vai ter que arranjar uma pessoa para pedir a ele o lugar para você e não um de nós dois”. Eu digo: “Então não tem”. Ele disse: “Tem sim, tem, porque ele falou outro dia, que ia convidar para ficar no lugar do Abílio, como substituto, um primo da mulher dele que se chamava Alídio Sales Coelho, que era inspetor de Previdência, mas era o inspetor de Previdência que estava no último cargo, na carreira que ia até a letra L da época, ele estava lá em cima, bom, e não ia aceitar é lógico, largar um lugar daquele para um salário mais baixo, bem mais baixo, vencimento mais baixo e além de tudo para substituir um camarada, então, como são as suas relações com o Alídio? Eu disse: “Ótimas”. “Então você fala com ele para ele pedir ao Campos o lugar para você porque o Campos vai convidar ele”. Bem, dei conversa, fui lá ao Alídio, então perguntei ao Alídio, digo: “Olha Alídio, você sabe que o teu, o primo da tua, não, o marido da tua prima foi nomeado engenheiro da Caixa”. Ele: “É verdade, eu até preciso ir lá dar um abraço nele, ainda não fui e tal”. Foi nomeado presidente da Caixa: “Bom, e eu estou informado de que ele está pensando em convidar você para procurador no lugar do Abílio que vai ser secretário dele. Se ele convidar, você aceita?” Ele disse: “Olha Cabral, é lógico que não, não posso aceitar, não posso aceitar porque, eu inclusive – disse o Alídio – estou esperando até a possibilidade de ser nomeado procurador da Justiça do Trabalho, quer dizer, deixar isso aqui para ser procurador da Justiça do Trabalho”. Eu digo: “Bem, me diga uma coisa, se ele te convidar e você não aceitando, você tem alguém, alguma pessoa, algum parente?” “Não, não tenho ninguém”. “Ninguém mesmo?” “Não”. Eu digo: “Então você faria uma coisa para mim, você diria ao seu primo que você não aceita o cargo por essas razões, mas que você indique uma pessoa que você tem confiança e tal, que sou eu, você topa?” “Poxa, Cabral, formidável, dá o Campos para você ajudar e tal, hoje mesmo vou dar um abraço nele”. Foi, e o Campos já morreu e acho que era até hoje, a não ser que lá no céu já tinham esclarecido a ele, até hoje ele estaria pensando que tudo isso foi obra só do Alídio e não, agora veja que gente correta, porque eles podiam ter ido, e ter dito: “Não, doutor Campos, olha aqui, nós temos

um lugar aqui”. E até constrangendo um cidadão, que, quer dizer, antes mesmo de já estar no lugar, eu já estava pedindo um lugar para alguém, podendo dar até a impressão do seguinte: “Bem, se não nomear, nós não vamos ajudar”. Pois bem, foi assim que eu entrei para a Caixa da Central, deixei a inspetoria de Previdência, onde eu passei pouco tempo, e aí fui para a Caixa da Central e começou a minha vida, com o Campos que era um sujeito corretíssimo, de primeira qualidade e além desses dois amigos que eu guardo no coração evidentemente todos os dias, o Abílio e o Elísio.

LO - O Olavo Redig de Campos é que era o engenheiro presidente da Caixa da Central, ele está vivo ainda?

PC - Era o engenheiro presidente da Caixa da Central. Não, morreu, infelizmente morreu, e o Elísio também já morreu.

LO - Quer dizer que a sua experiência como inspetor então foi toda ela...

PC - É foi, é só na Caixa da Central e Caixa da Estiva, também. Mas a Caixa da Estiva, o Instituto da Estiva, então se dizia que havia horrores no Instituto da Estiva. Para vocês verem como eram as coisas, quer ver uma coisa: me deram, a mim a tarefa de examinar folhas de pagamento de segurados da estiva, que, aposentados, porque diziam que tinham um rombo nesse troço, então eu recebi um ano inteiro de folha de pagamento de aposentadoria da estiva. Comecei a examinar e, de repente houve um negócio que me chamou a atenção, viu! Havia uma série de sujeitos, viu, que assinavam o negócio da estiva com a mesma letra, viu, José de Souza, Antonio Francisco, Manoel Pereira e a letra era a mesma, eu digo: “O rombo está aqui, não tem para onde, quer dizer, deve ter alguém roubando”. Chamei o tesoureiro, eu digo: “Escuta aqui”, porque naquele tempo não tinha negócio de contra-cheque, esse troço, era aquelas folhas de pagamento e o sujeito assinava do lado, eu digo: “Como é isso aqui?” Ele olhou e disse: “Doutor, isso aqui são os analfabetos”, eu digo “Como é?”, “É, analfabetos, eu tenho um funcionário aqui da tesouraria que quando o sujeito chega, ele sendo analfabeto, ele assina”, eu digo “Mas espera aí, meu filho, mas assina o nome do sujeito, pelo sujeito, com uma letra só, por que não tira o dedo?” “Ah, é”, “Então agora, vamos fazer o seguinte, toda essa gente vai botar dedo e nós vamos ratificar esses pagamentos todos”, quer dizer, não havia, não havia rombo nenhum, havia era besteira, troço mal-feito e tal. Fora disso não tive maiores problemas porque eu passei pouco tempo.

LO - O senhor falou que tinha algumas coisas engraçadíssimas, essa foi uma, o senhor não tem uma outra?

PC - Pois é, é essa. Bom, olha, Caixa da Central eu tive um caso, logo no começo da Caixa da Central. Um dia o tesoureiro chega, o tesoureiro da Caixa da Central, porque existia uma disposição que a pensionista tinha que ter vida honesta, então a pensionista que fosse viver com outro homem, entendia-se que já era desonesta, bom. Um dia morreu um ferroviário e correu um processo de pensão e tal.

LO - E isso era só da Caixa da Central ou era da lei?

PC - Não, isso era da lei, era da lei, lei mesmo, era o decreto 20.465, estava no decreto... “Perde a pensão quem não tiver vida honesta...” E viver com uma pessoa era vida desonesta, evidente, era amante, não era companheira ainda, era amante de um sujeito.

Bom, me chega o tesoureiro e diz: “Cabral, olha aqui, imagina você que esta mulher pediu uma pensão e veio se identificar hoje, eu pedi um documento e olha o documento que ela me deu”, eu olhei e era um negócio da Delegacia de Meretrício, ela estava registrada, ela era prostituta, viu, “Chama, traz a mulher aqui”. Era uma portuguesa, eu digo: “Minha filha, como é esse negócio, você está com negócio de prostituta aqui, você tem registro de prostituta?” Ela disse: “Não, o negócio é o seguinte, doutor, eu me apaixonei por um sujeito que era da Central do Brasil, bem, e vivia com ele”, porque ela era companheira, ela não era casada com ele, mas a companheira já estava amparada, “Mas acontece que ele me explorava, então ele acabou me jogando na vida, bem, e eu tinha que dar a ele todo dia uma determinada importância e um dia eu fui à Delegacia de Meretrício”, foi lá no Mangue, e começou a fichar, negócio de Mangue, e começou a fichar: “Eu fui fichada e ganhei esse cartão e tinha que me identificar” Eu digo: “Então espera aí, vamos fazer uma coisa, vamos resolver isso de um outro jeito, vamos fazer desaparecer esse negócio, quer dizer, a senhora guarda isso, porque, vai ser castigada duas vezes, cair na mão, aliás, três vezes, cair na mão de um salafrário, ter que ser prostituta e por causa disso vai perder a pensão”, quer dizer, resolveu-se o negócio assim. Então, havia dessas coisas, mais ou menos assim. Não, e depois...

LO - Isso, o senhor estava na diretoria de benefícios ou...?

PC - Não, eu era procurador, eu digo: “Não, não vamos pensar nisso, essa mulher é honesta mesmo, deixa para lá”, tirar a pensão da mulher. Eu cometi umas ilegalidadezinhas minhas, como vocês estão vendo.

NM - Em [19]47 o senhor participa, o senhor vai participar do I Congresso Brasileiro de Serviço Social em São Paulo. O que foi esse congresso?

PC - Bom, o negócio foi o seguinte, isso também saiu da cabeça do Moacyr. O Moacyr resolveu fazer um congresso lá em São Paulo reunindo, já agora, os serviços sociais de todos os lugares, porque agora o serviço social tinha nos institutos, já tinha por todos os institutos tinha o serviço social e as várias Caixas tinham. Então, eu ainda estava como, eu ainda não era diretor da Divisão de Benefício, eu ainda era chefe de serviço social, então evidentemente que eu tinha que representar a Caixa da Central, bom. Mas eu fui apanhado assim meio de surpresa, meio de estalo, viu, quer dizer, eu não tinha preparado trabalho nenhum meu para apresentar, não obstante, eu andava com uma coisa na minha cabeça que já vinha de algum tempo, que era o seguinte. Segundo a lei, uma mulher que fosse companheira de um segurado, ela só teria direito à pensão, aliás, não era nem a lei, era a jurisprudência, tirando evidentemente da lei de acidentes, que já falava em companheira, agora uma jurisprudência do próprio conselho, que a companheira só tinha direito à pensão se o segurado não deixasse outro dependente. Então, vamos imaginar, e eu tive casos dessa natureza. Um segurado vivia durante 20 anos com uma mulher; morria; deixava uma filha com 19 anos de idade, tinha tido uma filha com aquela mulher. A filha ia ter pensão até completar 21 anos, a partir de 21 anos ela perdia, mas não ia para a mãe dela. Então, aquela mulher que tinha vivido 20 anos com um sujeito, já era castigada pelo fato de ter tido uma filha, não era um castigo? Porque se ela não tivesse tido uma filha, a pensão seria dela. Agora, imagina também o seguinte. A mulher que era casada em rito religioso, casada só na igreja, ela estava equiparada à companheira, a equiparação dela era a da companheira, também através de jurisprudência, a única coisa que havia era o seguinte: é que ela não precisava ser inscrita, porque ela trazia um documento e a companheira não, bom. Acontece que eu me defrontei com um grande

número de casos assim: se ela era casada no religioso com um homem e estava equiparada à companheira, se tivesse uma filha, ela não tinha direito à pensão. E era assim que se decidia. Então, veja bem, num País em que a nossa legislação civil do casamento obrigatório, registro civil obrigatório é de 1890, foi quando começou o casamento civil obrigatório depois da República, até então, era o quê? Era casamento religioso, bom, batismo, por outro lado, muitas vezes eu me defrontava com pessoas que se revoltavam. Uma ocasião um camarada virou-se para mim e disse assim: eu estava dando o parecer porque o segurador tinha deixado, tinha deixado filhos e tal, mas um bando de filhos, então ele ainda tinha filho menor, então o sujeito virava-se assim para mim e dizia, o tal que estava cuidando do caso da mãe dele. “Mas doutor, o senhor quer dizer então que a minha mãe era amante do meu pai, ela era casada com o meu pai”. “Meu filho, é casada no religioso”, e um dia eu me lembrei o seguinte, eu disse: “Dentro desse raciocínio a minha avó também era amante do meu avô”, porque quando a minha avó casou, só tinha, e a minha bisavó era amante do meu bisavô. Então, eu apresentei neste Conselho, neste congresso, eu apresentei uma moção que foi aprovada unanimemente, que era o seguinte: em que se dava, sugeria-se, o congresso sugeria ao Ministro que ou fosse baixada, ou fosse, ou surgisse um diploma legal, ou mesmo uma decisão do Judiciário, dos tribunais administrativos, porque no conselho, no sentido de a mulher casada no religioso ser também, viu, concorrente da filha, poder concorrer com a filha, bom. Isso apresentado e tal, dias depois, no segundo dia, me mostraram uma nota de um jornal, não me lembro o nome do jornal, mas era um jornal comunista lá em São Paulo, que me dava uma paulada dizendo que eu era um clerical que queria a volta do casamento religioso no Brasil. Acontece que um jornal de São Paulo, nesse mesmo dia, me deu uma paulada porque eu tinha apresentado uma moção que na realidade era uma tese comunista qual a de dar às amantes dos sujeitos a pensão, era o caminho para, já que a viúva casada em rito religioso tinha sido equiparada à companheira, agora vamos equiparar a companheira, a viúva e tal, casada no religioso, está querendo abrir caminho para as amantes. Então eu, no dia em que ia se discutir a moção, eu me levantei, eu digo: “Eu não vou defender muito a minha moção, eu vou ler esse troço, e achar o seguinte, que eu estou rigorosamente correto, porque eu estou no meio, levando paulada do comunista e levando paulada da igreja, então estou certo”. Porque naquele tempo falar em companheira para católico era um fim de mundo. E a minha moção foi aprovada. Pois bem, isto vai entrar em vigor numa lei 20 anos depois, só em 1966, em virtude do Decreto-lei 66, veja bem, eu não quero dizer que foi por causa da minha moção, eu digo: “Aquilo que eu defendi em [19]46 entrou em [19]66 numa lei”, em que pelo Decreto-Lei 66, que foi a primeira reforma da lei 3807, estabeleceu-se que a viúva casada em rito religioso, ou a companheira concorreriam com os filhos, a companheira concorreu com o filho, apareceu aí, no Decreto-lei 66 está aí. Depois, mais tarde, eu no Conselho, viu, defendia lá no conselho, nas decisões do conselho, eu votava e defendia e justificava o meu voto o seguinte: que para aquelas que não tinham, cujos maridos tinham morrido antes do Decreto-lei 66, dever-se-ia dar também a pensão, agora que os filhos, quando os filhos perdessem; porque era um direito novo, aliás, tese que foi levantada dentro do conselho pelo doutor Raimundo Lopes Machado, que foi meu colega, meu amigo e que se sepultou sábado passado, defendendo exatamente essa tese, do direito novo. Então, se era um direito novo, era um fato, e sendo lei de ordem pública, ela teria um efeito retroativo, não para retroagir a data, mas para retroagir os seus efeitos a partir de sua vigência, e ficou vencedor o negócio.

LO - Quer dizer que esse I Congresso houve, teve uma certa repercussão na imprensa?

PC - Teve, teve repercussão na imprensa e na própria previdência social ele teve repercussão, uma série de teses, eu agora, evidente, não posso me lembrar de tudo, são 40 anos, foi em [19]46. Quer dizer, são praticamente 40 anos, não tenho assim de cabeça tudo que se defendeu lá, tudo que se aprovou, mas esse eu me lembro bem porque eu estava na jogada, e acho que foi realmente um negócio que não veio logo, mas todas as vezes que eu tinha casos dessa natureza, eu inclusive, transcrevia a moção.

NM - Foi [19]47, essa segunda metade dos anos [19]40, o IAPI, IAPB, eles aplicavam muito suas reservas financeiras, não só na Carteira Hipotecária, mas também no setor habitacional. No caso das CAPs, especificamente da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários, qual era o procedimento que se adotava? Também se aplicava?

PC - É, olha aqui, veja bem o seguinte. Antes dos institutos, nós já aplicávamos, Decreto-lei 1749, que é de [19]39, então é o seguinte. O que é que uma Caixa tinha que enfrentar, uma Caixa ou qualquer instituição de Previdência? Ela recebia contribuições, empregado e empregador, e outros tipos de contribuição que tivesse por acaso bem. Mas ela tinha que pagar benefícios, então o que é que acontecia? Acontecia o seguinte: o número de segurados aumentava relativamente pouco, porque o número de segurados ia aumentar em função do aumento vegetativo da população. Então, naquele setor se tinha aumentado, é a tal história, se até a uma certa altura saíam cinco trens para o subúrbio a partir de quatro horas da tarde, dez anos depois, de acordo com a Lei de Malthus, tinha que subir, tinha que sair, em vez de cinco, seis, porque a população tinha aumentado numa progressão geométrica, o grande problema do mundo, negavam validade à Lei de Malthus, a turma pensava que malthusianismo era fazer aborto, bem. Lei de Malthus diz o quê? Diz o seguinte: que enquanto os meios de produção de alimentos crescem numa progressão aritmética, a população cresce numa progressão geométrica, então o que vai acontecer? Chega um momento em que os meios de alimentação não estão correspondendo à população e vai haver fome, é isso que Malthus disse, não disse outra coisa. Caíram de pau nele, porque ou o sujeito tinha que usar camisa de Vênus para não ter filho, porque naquele tempo não tinha anticoncepcional, ou então tinha que fazer aborto, bem... Por causa disso mesmo é que há aquele processo do doutor Ogino Knauss, um processo alemão, que mostra que é capaz de se fazer, até para uma mulher que tenha irregularidade na sua menstruação, faz-se uma tábua e sabe-se quais são os dias férteis e quais são os dias inférteis, a única coisa que depende é o seguinte: é dela e dele, marido, não terem relações sexuais nos dias férteis, é o sujeito segurar, não custa nada segurar, bom, basta que ponha a cabeça para trabalhar, é evidente que isso seria uma educação meio difícil, meio, no meio, às vezes, de gente sem cultura e tal, mas era uma solução, pelo menos para o pessoal que faz aborto, que é o pessoal que tem dinheiro, porque em geral pobre não faz aborto, pobre a gente vê aí na calçada como é que eles estão. Outro dia eu vi um camarada ali embaixo daquele negócio da Caixa Econômica, ele e a mulher, ele não tinha um olho, três crianças desse tamanho assim brincando na calçada, correndo, ele com um filho no colo e ela com um filho na barriga. Quer dizer, é evidente que esse homem não podia fazer aborto daquele filho que está lá, nem pode também, não tem dinheiro para comprar camisa de Vênus para não ter, para a mulher não engravidar, nem para ela tomar também anticoncepcional, bom. Mas então, o que é que ia acontecer com as Caixas? Isso o cálculo atuarial vê perfeitamente bem. É que você tem que fazer uma reserva, uma reserva técnica, uma reserva para atender aos riscos futuros porque, veja bem, quando morre um segurado, alguém vem para o lugar dele, mas em compensação começa a entrar, é o mesmo dinheiro, é o mesmo dinheiro, às vezes até menos porque o segurado que morreu ganhava mais e agora vem um sujeito ganhando

menos, mas a instituição de Previdência agora vai responder pela pensão, não é isso. Se, por acaso, o segurado fica inválido, a instituição vai pagar para ele, mas o que entra, entra de um sujeito que ficou no lugar dele. Então, é preciso estudar uma maneira de aplicar esse capital, esse capital que está sendo recebido agora para os riscos futuros. Então, o que é que se fez? Decreto-Lei 1749 mandando aplicar parte da reserva, parte do capital de reserva, aplicar em construção. Qual era a vantagem que isso trazia para o segurado? As vantagens eram essas: primeiro, prazo para pagar era de 20 anos, qualquer sujeito dispunha de um dinheirinho sobrando no fim do mês naquela época, para no fim de 20 anos pagar a sua instituição; segunda coisa: ele se beneficiava do juro, porque a taxa de juro era de 6%, enquanto que por aí no mercado você dificilmente arranjava dez, lá era 6%; terceiro, havia o seguro de obrigação imobiliária que apareceu com as instituições de Previdência, com as Caixas de Aposentadoria e Pensões, veja bem, é um troço. A gente começa a mexer em negócio de Caixa, a gente verifica que este país não existia antes do regime, porque todo indivíduo que fazia uma operação imobiliária, ele era obrigado a fazer um seguro de vida sob o débito, tinha um período de carência de três anos, quer dizer, se ele morresse dentro de três anos, a viúva, enfim, tinha que pagar até o fim, mas se ele morresse depois de três anos, a companhia de seguro saldava a dívida, para isso ele tinha, ele só podia fazer o empréstimo até uma certa idade, não me lembro agora no momento qual é, e tinha que ir para uma inspeção de saúde para ver se podia ou se não podia fazer o negócio. Demerval Santana, que vocês falaram, eu me lembro do caso do pai do Demerval Santana, viu, que quis comprar uma casa, mas estava com problemas cardíacos e não pôde comprar a casa, porque não podia fazer seguro, se ele não podia fazer seguro, não podia... Como é que se diz? Ter o empréstimo. Então, havia esta aplicação de capital que voltava, voltava com juros de 6%, que era um bom negócio para a instituição e garantido. Tinha a carteira de empréstimo simples, em que se emprestava pelo prazo, se não me engano até de 24 meses, não tenho bem certeza. E havia mais uma coisa, é que se aplicava o capital da instituição, ele era depositado no Banco do Brasil, só podia ser depositado no Banco do Brasil, bem. E nós tínhamos duas contas, no Banco do Brasil havia duas contas, uma conta que era a conta de movimento, conta corrente comum, que naquela época rendia 6% ao ano, mas havia a conta de aviso-prévio que rendia dez, então havia o rendimento de uma parte do capital com 10% ao ano, quer dizer, não estava imobilizado, a conta de movimento, ainda que de movimento não rendesse muito, mas rendia 6%, e havia a aplicação de capital através da carteira imobiliária e da carteira de empréstimo. Isso permitia, viu, que se jogasse com umas perspectivas de haver rentabilidade para o capital, quer dizer, era rentabilidade para o capital para assumir riscos futuros. Um dia o doutor José Américo, candidato à Presidência da República, fez um discurso que todo mundo achou uma maravilha. “Eu sei onde está o dinheiro”, dizia ele, “vou provar onde está o dinheiro”. Ele queria se referir ao seguinte: é que os institutos, como tipo comerciante e o industrial, estava fazendo, porque veja, pelo Decreto-lei 1749, só se podia fazer empréstimo para segurado da própria instituição, e quando começaram os institutos, também, só da própria instituição. Agora, mais tarde, quando os técnicos atuariais viram que isto não bastava, passaram a emprestar a terceiros, que não fossem segurados da instituição, importâncias de empréstimos hipotecários, então, mas eles pagando um juro bem mais alto. Então, o senhor Zé Américo, como bom udenista futuro, dizia que o quê? “Eu sei onde está o dinheiro e vou provar”. Se fosse eleito Presidente da República, como não foi eleito Presidente da República, o Getúlio deu o golpe de [19]37, bem. E, no fim esse negócio vai desembocar em que? Em BNH, acabado, porque é a tal história, no fim de um certo tempo cresceu de tal maneira o vulto das responsabilidades das instituições da Previdência que elas não tiveram mais capital para aplicar em carteira imobiliária.

LO - Senhor Paulo, vamos fazer mais uma pausa e deixar para a semana que vem?

PC - Isso é com vocês, deixa-me ver o que eu tenho para a semana que vem.

Data: 20/11/1986

Fita 5 – Lado A

PC - Acontece que o sujeito vai receber o dinheiro dele na Central, não, no Instituto, não, na Central, ele vai receber na Central, e na Central eles dizem: “Não, nós não pagamos mais, quem paga é o Instituto, ele vai receber no Instituto e eles dizem: “Não, não temos ordem para pagar”, isso não é lei, é apenas porque aí tinha uma coisa mais séria, tinha o Tribunal de Contas, tem que acertar esse negócio com o Tribunal de Contas. Eu teria que prestar contas com o Tribunal de Contas do dinheiro que eu teria gasto sem poder gastar, aí, e eu não estava insurgindo, mesmo porque eu fui apanhado de surpresa, eu não tinha, eu quando vi estava no *Diário Oficial*, quer dizer, eu teria que tomar uma série de medidas até que esse dinheiro pudesse chegar ao lugar. O sujeito vai, não recebe o dinheiro, mata dois filhos e se suicida e aí o jornal da oposição diz: “Decreto do Castelo faz ferroviário se suicidar”. E o Castelo quando leu isso deu um pinote, telefona para o Peracchi Barcellos, dá uma esculhambação no Peracchi Barcellos. O Peracchi Barcellos me chama, viu, e não entendendo porra nenhuma daquilo diz: “O senhor vá ao Laranjeiras que estão esperando o senhor lá”. Eu cheguei lá eram oito horas da noite e fui recebido por esse Geisel que era o chefe da Casa Militar, preocupadíssimo, eu disse: “Não tenho como fazer isso, fizeram um decreto ilegal porque a lei diz que as instituições de Previdência não podem pagar nada na conta de ninguém, só pode pagar a sua parte, quem tiver que pagar a diferença, que pague”. Está lá na Lei 3017. Pararam o *Diário Oficial* e fizeram um decreto anulando o outro, não anulando, mas modificando e tal e coisa que no fim me tiraram fora daquela responsabilidade. Aí eu disse ao Geisel: “Agora o senhor diga ao Presidente da República o seguinte: que este indivíduo que se suicidou se ele fosse vascaíno e o Vasco perdesse, ele era capaz de matar os dois filhos e se suicidar, mas se ele fosse vascaíno e o Vasco ganhasse, ele era capaz de matar os dois filhos e se suicidar”. Ele me olhou assim e disse: “Por que você diz isso?”. Eu digo: “Porque quem mata dois filhos e se suicida, é um sujeito que é um doente mental, sofre de psicose maníaco-depressiva, e o perigo, ele devia estar na depressão, eu sou capaz de apostar com o senhor que esse homem é aposentado e por isso eu não sei quem é o homem, mas vamos procurar o passado dele. Não deu outra. Quer dizer, ele mataria por qualquer razão, ele estava na depressão e como todo sujeito psicótico maníaco depressivo, ele é perigoso na depressão porque quando ele está na euforia, ele não faz nada, mas quando ele entra na depressão, cuidado, ele quase sempre arrasta alguém da família.

LO - O decreto era de criação?

PC - Não, não, isso aí já era uma outra coisa, isso aí já é 1967, nós estamos em [19]40 e tanto.

LO - Hoje é 20 de novembro de 1986, na residência do doutor Paulo da Silva Cabral, professor, com Nilson e Luiz Octávio na continuação do Projeto Memória da Previdência

Social, convênio FIOCRUZ, Casa de Oswaldo Cruz e INAMPS. Professor, nós começamos a detalhar a ação habitacional da Caixa da Central, o senhor lembra?

PC - Perfeito, lembro. Lembramos até o caso da casa do Dermeval Santana, que aquele conjunto foi até quem inaugurou aquele conjunto fui eu. Aconteceu o seguinte: era o presidente da Caixa que ia inaugurar o conjunto. Eu, sinceramente, nunca tinha visto ainda um conjunto feito pela instituição, não conhecia. Conhecia assim, uma compra de uma casa separada, conjunto nunca tinha visto, porque a minha função era outra, eu em matéria de transação imobiliária, a única coisa que eu via era processo, processo da compra, via fotografia da casa e tal... Mas neste caso deste conjunto, nem eu vi, não passou nada pela minha mão. O Presidente, de manhã, se não me engano era o dia 29 de outubro, fazia um ano da queda do Senhor Getúlio Vargas, quando foi marcada a inauguração desse conjunto, e o presidente então me telefona de manhã, que por alguma razão, não me lembro qual, ele não podia ir e que eu fosse representá-lo, nesse dia mataram Virgílio de Melo Franco, foi até no dia da morte do Virgílio de Melo Franco, então, isso ficou muito bem gravado, e eu fui. Mandaram o carro e eu fui lá para o tal conjunto e fiquei abismado com aquele conjunto: casinhas de dois pavimentos, muito bem, muito bonitinhas as casas, se não me engano, tinha assim, até onde eu posso me lembrar, tinha assim uma espécie de um pátio, uma coisa assim, a gente subia, tinha uma subidinha e tinha assim uma espécie de um terreno, as casas não eram aglomeradas, amontoadas. Então isto representava, a meu ver, essa instituição da Carteira Predial, que vinha de 1939, Decreto-lei 1749, vinha de [19]37, ela representava primeiro, alguma coisa que pudesse fazer render o capital da instituição; segundo, alguma coisa que desse ao segurado uma vantagem em termos de juros, porque o juros era mais baixo; terceiro, uma possibilidade dele próprio, se não fiscalizar a obra, pelo menos acompanhar. Ele não ia fiscalizar porque não entende de fiscalização, chega negócio de traço de três por um, a gente não sabe que três por um é, se são três de cimento e um de areia, ou três de areia e um de cimento. Mas enfim, ele acompanhava as coisas, ele ia vendo e via as perspectivas possíveis dele algum dia aumentar até aquilo, melhorar aquilo, bom, e era uma garantia, inclusive, nessa rentabilidade do dinheiro para a instituição poder enfrentar riscos futuros. Não conheço, na realidade não conheço todos os conjuntos, evidente que cada entidade de acordo com as suas possibilidades financeiras fazia maiores ou menores. Nós, na Caixa da Central fazíamos muito boas, às vezes era, por exemplo, uma rua com uma série de casas, outras vezes, era o conjunto, série de casas, inclusive casas germinadas, que davam mais barato, porque a parede de separação era uma, a própria fiscalização se fazia mais fácil, embora já com o doutor Olavo Campos, ele era favorável à casa germinada, mas diferenciando a fachada de uma da outra para não fazer aquele negócio tipo uniforme. Essas casinhas que parece que um de vocês viu, lá do Demerval. Veja bem, isso é 1946, são 40 anos, as casas estão lá, quer dizer, cada um, naturalmente, com o passar do tempo, 20 anos depois estava pago, né. Aí, o que acontecia? Acontecia do indivíduo inverter uma parte do dinheiro que ele estaria pagando, até para melhorar a sua residência, aumentar e tudo isso. Havia a garantia do seguro de obrigação imobiliária, e os institutos faziam a mesma coisa, agora numa proporção muito maior. Por exemplo, aquele IAPI da Penha, aquilo é um colosso, o IAPI da Penha. Eu conheço aquilo porque uma ocasião tive que ir visitar um amigo meu lá, bom. Tem um conjunto no Grajaú, Lins de Vasconcelos também do IAPI, numa rua meia subida, que tem uns de frente, uns de fundo, tinha um compadre meu que morava ali. Então, eram residências, eram moradias das melhores condições, não era nada rico. Agora, chegou um momento em que os homens dos institutos verificaram que essa rentabilidade não garantia os riscos futuros, então passaram a fazer empréstimos no IAPC, no IAPI, sobretudo IAPC e IAPI, o IAPB a terceiros porque, a

princípio as carteiras prediais só podiam ser usadas pelos segurados, não podia ser usada por quem não fosse segurado da instituição, agora abriram. Mas abriram para quê? Para dar um prazo menor e um juro maior e, portanto, haver uma rentabilidade do capital que era indispensável. A prova que isso estava certo é que as coisas estavam equilibradas, mas era campanha política, quer dizer, empresta-se o dinheiro para fazer um edifício com colunas de mármore e não se dá dinheiro para o operário fazer a casinha dele. Talvez tenha havido muita ênfase na distribuição dessas verbas para fazer inversões de capital dando vantagens, mas como é que a Caixa Econômica trabalha? Não é? Trabalha assim, quer dizer, a Caixa Econômica empresta dinheiro para quem precisa, quer. Antigamente eu mesmo, o primeiro apartamento que eu tive, eu comprei pela Caixa Econômica, era um cliente como outro qualquer. Meu irmão tinha acabado de fazer guerra, ganhou um dinheirinho, estava preocupado com a família, aliás nem tinha acabado ainda de fazer a guerra, ele estava preocupado de ser torpedeado por aí, então, numa ocasião me pediu, já tinha um dinheirinho, para ver se arranjava um apartamento para ele e eu encontrei um edifício de apartamento onde havia vários apartamentos a venda, e fiz para ele, eu era procurador dele enquanto ele ainda estava montado aí nas ondas do mar, eu fiz um pedido de empréstimo à Caixa Econômica para ele, fiz para um médico de marinha amigo dele e fiz para mim. Então, fui pagar o quê? Fui pagar o juro que a Caixa Econômica emprestava a qualquer um. Por que a Caixa Econômica emprestava a qualquer um para ganhar dinheiro e os institutos não poderiam emprestar também uma fatia a qualquer um para ganhar dinheiro que viria no final ser redistribuído para quem? Para aposentado e para pensionista, porque se nós ficássemos só com a aplicação de capital em banco nós íamos acabar sem dinheiro, e como as Caixas não podiam fazer isso, só os institutos é que podiam, as Caixas não podiam emprestar dinheiro a terceiros, só a segurados, era específico do decreto. Aconteceu o seguinte: ao fim de um certo tempo a Caixa da Central teve que transferir aquela parte dos seus depósitos de conta de aviso-prévio, que eu falei da outra vez, para conta de movimento porque o dinheiro arrecadado no mês já não estava dando para pagar aposentado e pensionista, então nós começamos a perder juros, começou a decair não a receita, mas o rendimento da receita das Caixas de Aposentadoria.

LO - Quando é que veio a campanha política, aí veio a campanha política?

PC - Bom, a campanha política, ela veio mais ou menos, a primeira, o primeiro grito contra isto é em [19]37 do Seu Zé Américo: “Eu sei onde está o dinheiro”. Vocês já ouviram esta frase? Era um dos bordões dele. “Eu sei onde está o dinheiro”. Era apenas isso, era o dinheiro que estava sendo emprestado para terceiros, bem. Agora, em [19]45 isso se exacerbou, nessa fase se exacerbou essa campanha contra o desperdício do dinheiro dos institutos. Eu não quero dizer que não tivesse havido desperdício. Eu não quero dizer que não tivesse havido safadeza, eu não quero dizer que não tivesse havido roubalheira, mas era uma política. Era uma política de aplicação de capital.

NM - Uma pergunta ainda sobre a questão do sistema habitacional. Qual era o critério de distribuição desses imóveis?

PC - Bom, quase sempre, vou responder em termos de Caixa, e da minha Caixa. O problema era o seguinte, às vezes um segurado que estava querendo comprar uma casa encontrava uma casa que tinha, eu não me lembro agora a exigência de número de anos de construção, mas tinha que ser relativamente recente, não sei se era até cinco anos, não me lembro bem, bom. Ele vinha e pedia à Caixa o empréstimo, e a Caixa só emprestava até 150 mil, 150 contos, mais de 150 contos para cada um não emprestava. Então se a

gente pudesse admitir, igualar em termos de nome seria 150 contos seria 150 mil cruzeiros, seria 150 cruzados hoje, mas evidentemente que não pode ser 150 cruzados hoje, vamos colocar ainda em mil réis, 150 contos. 150 contos era dinheiro, era algum dinheiro, não chegava a encher os olhos de ninguém, mas era dinheiro. Então a instituição ia e avaliava o imóvel, se ele valesse pelo menos 75%, quer dizer, se ele valesse mais 25% do que 150, a Caixa emprestava os 150 e o restante era por conta do sujeito, agora, ele só podia fazer uma e única hipoteca, não havia a segunda, a hipoteca era para a instituição, então essa era uma maneira de fazer o empréstimo, imóvel isolado. Outra maneira, para consertar imóvel já da propriedade do segurado, às vezes ele estava quase acabando de pagar o empréstimo, ou estava na metade, reformava para fazer melhorias da coisa. A outra hipótese, terceira, era por exemplo, um grupo de segurados descobria uma área, sabia quanto é que valia aquela área, quanto é que o vendedor queria por aquela área, então vamos dizer, ali daria para 20 casas, eles arranjavam 20 sujeitos que tivessem condições mais ou menos calculadas de enfrentar o problema, faziam um requerimento, a instituição ia avaliar a área, fazia o projeto, o próprio engenheiro da Caixa fazia o projeto, o próprio engenheiro da Caixa fiscalizava a obra, não era negócio de entregar a terceiro, compreendeu, então havia inclusive essa vantagem em termos de gasto, não se entregava a uma empresa para fazer, o engenheiro podia ser entregue a uma empresa, mas o engenheiro do instituto, viu, o arquiteto fazia a planta e o engenheiro do instituto acompanhava a obra, toda a obra, bom, então essa era outra hipótese. E a outra hipótese, final, era a própria Caixa comprar o terreno, fazer a construção e botar a disposição dos segurados, e quase sempre quando a Caixa achava que ia... Esse caso, por exemplo, desse conjunto lá do Méier, esse foi assim, a Caixa resolveu fazer, alguém falou, não me lembro dos detalhes, falou do terreno, foram ver o terreno, achavam que dava uma construção muito boa, bem, um conjunto muito bom, então partiram para a compra, mas no que foi comprada, o terreno, que se soube que estava comprado o terreno, vieram as inscrições, e evidentemente, os que se inscreveram primeiro tiveram, ou se não tinham condições, eram passados para trás, passados para trás não, eram substituídos por quem tinha condições.

NM - Prestígio político não favorecia a conquista dessas casas?

PC - Não me lembro, na Caixa da Central, eu não me lembro nunca de ter ouvido falar nisso, nunca, era coisa que era feita ali mesmo, pode ser que tenha, mas eu não me lembro de maneira nenhuma de que tenha havido qualquer coisa nesse sentido de prestígio político. Pode ser que institutos, que faziam coisas maiores, aí eu não respondo por isso, mas Caixa, não me lembro.

NM - Outra coisa, o senhor falou da inauguração do conjunto que o senhor foi. Essas inaugurações eram cercadas de atos partidários?

PC - Absolutamente, era o pessoal que ia morar na casa, era o grupo de moradores.

NM - Não existia PTB, PSD na luta pela conquista daqueles votos?

PC - Veja bem, esta que eu inaugurei foi quando? Foi em 29 de outubro de [19]46, quer dizer, quem já estava eleito, já estava eleito porque em [19]46 já tinha até a Constituição, que é de setembro de [19]46.

NM - E nesses conjuntos existia algumas normas de comportamento?

PC - Bom, isso eu não me lembro, eu não tenho ideia. Sinceramente não tenho ideia de pelo menos, nos da Caixa, se eles faziam alguma convenção de condomínio, não tenho ideia, viu, porque, por exemplo, Rua Barbosa da Silva, no Riachuelo, era uma rua, então não havia porque fazer convenção de condomínio, esse outro do Méier talvez já houvesse razão, mas eu não tenho ideia de que alguém tivesse feito convenção de condomínio, não tenho ideia disso.

LO - O senhor falou que a partir de um determinado momento que a Caixa entrou no vermelho, quer dizer, passou a gastar aqueles recursos que eram...

PC - Não, ainda não tinha entrado no vermelho, ela passou a gastar recurso, a capitalização e a Caixa, além de tudo as caixas tinham uma responsabilidade muito séria, isso aí, nós temos agora desviar um pouco porque Carteira Predial Imobiliária, então eu fiquei por aí, não entrei muito nesse negócio além disto porque a minha função era uma função voltada para a Previdência, e quando eu fui presidente do Instituto não se fazia nada, já era BNH, bem, que segundo eu li agora, vai acabar, diz o jornal que vai passar para a Caixa Econômica, o que demonstra que não deu certo, não é verdade? As instituições de Previdência não acabaram, continuam aí, então deu certo, e o BNH vai acabar, não deu certo. Então, veja o seguinte, as Caixas de Aposentadorias pagavam as aposentadorias sobre um determinado valor, então, por exemplo, fazia-se a média do salário do sujeito nos quatro últimos anos, daí saía o valor da aposentadoria dele, que não podia ser superior a dois contos de réis, era a regra do decreto 20.465.

NM - Dois contos de réis significavam mais ou menos quantos salários mínimos na época?

PC - Na época não existia salário mínimo. Mas quando houve salário mínimo, o primeiro salário mínimo foi de 240 mil réis, em 1940. Então estaríamos por volta de nove a dez, vamos botar dez para arredondar. Então você tinha, nenhuma aposentadoria era menor de 200 mil réis e nenhuma aposentadoria era maior de dois contos de réis, então, já aí, antes da existência da Previdência Social, as Caixas estabeleceram um padrão de dez, não é verdade? Ninguém podia pagar acima de dois contos, ninguém podia pagar abaixo de 200 mil réis, nenhuma aposentadoria era menor de 200, nenhuma aposentadoria era maior de dois contos de réis. Acontece, entretanto, que no caso típico da Caixa da Central, ela reunia no seu corpo de segurados, indivíduos que eram funcionários públicos e indivíduos que não era funcionários públicos, aquele pessoal que era jornaleiro, e pessoal que entrava para a Central mesmo não sendo jornaleiro, que eram admitidos na Central do Brasil embora pertencendo ao quadro da Central, eles não eram nomeados pelo Presidente da República, eram designados, eram nomeados pelo Ministro e, portanto, não eram funcionários públicos, e havia os que depois de 1930 entraram para a Central do Brasil como funcionários públicos mas já aí obrigados a serem contribuintes da Caixa, porque até então a aposentadoria era uma garantia constitucional não contributiva, e a pensão era contributiva por montepio. A partir da criação das Caixas, vamos dizer, sobretudo depois de 1931, depois do governo Getúlio, o que é que aconteceu? Quem fosse ferroviário, fosse servidor público ou não fosse servidor público, era segurado de Caixa. De repente, vai começar a aposentadoria por tempo de serviço desse pessoal. Então, acontecia o seguinte: vamos admitir um engenheiro que ganhasse dois contos de réis, então, a aposentadoria dele, se ele era apenas segurado de Caixa, ainda que servidor público, ele tinha dois contos de réis, o outro que estava ganhando também dois contos de réis, mas tinha sido promovido há um ano, porque ganhava um conto e 800, então tinha que fazer a média.

Então, dois sujeitos na mesma situação, um porque tinha a aposentadoria dele garantida pela Constituição, ia receber a aposentadoria dele do Tesouro Nacional, ele ia ganhar dois contos de réis, o outro que pertencia à Caixa, como ele ia tirar uma médica, embora ele ganhasse dois contos de réis, ele seria aposentado com um conto e 800. Bom, havia o caso, por exemplo, do indivíduo que era promovido num mês e no mês seguinte ele pedia aposentadoria, se ele fosse estatutário para receber pelo Tesouro, ele ia receber pelo Tesouro o quê? O vencimento dele, o outro não, porque às vezes entrava com um mês no cálculo. Então, aí para resolver esse problema aparece o Decreto 3769, que é um decreto de 1939 determinando o seguinte: a Caixa fazia o cálculo da aposentadoria do sujeito, em seguida a este cálculo, ela via qual era a parte dela e a complementação do Tesouro. Então, vamos admitir, um sujeito ganhava na Central dois contos e quinhentos. Quinhentos ele já não podia ter pela Caixa. O cálculo dava um conto e 800, então, a gente fazia o cálculo, a Caixa pagava imediatamente a aposentadoria dele e pagava a aposentadoria pelo valor real, isto é, ia pagar dois contos e 500, mas a responsabilidade dela um conto e 800 e mandava o processo para a Diretoria de Despesa do Ministério da Fazenda, aí eles refaziam os cálculos, concordavam, o cálculo dava sempre certo, era relativamente fácil, e isto era metido no orçamento da República e anualmente a Caixa recebia esta diferença do Tesouro Nacional, quer dizer, todos aqueles, todas aquelas aposentadorias que a Caixa tinha pagado parte por conta do Tesouro, o Tesouro reembolsava, e agora, todo mês daí para o futuro o Tesouro reembolsava a Caixa de uma determinada importância que estava calculada, era simples, bom. De repente, começou o Tesouro a não entrar com esse dinheiro, e os processos iam e os processos não voltavam. Nós chegamos a ter num salão do Ministério da Fazenda, havia rua de processos da Caixa da Central, do chão ao teto, e a gente andava no meio daquelas ruas, eu mesmo fiz parte e vocês poderiam ter visto aí no meu currículo, fiz parte de três comissões para resolver o problema do pagamento de débitos do Tesouro. O último que eu fiz era diretor do DNPS*, um antigo inspetor de Previdência que foi meu colega, era governo Café Filho, e presidente da Comissão era o diretor da receita...

Fita 5 - Lado B

PC - Era o diretor da Receita, Carlos Esberard, era o diretor da Receita. Fizemos uma excelente camaradagem, um trabalho muito bem feito, tinha um colega nosso Henrique Éboli da Caixa que trabalhou muito bem. No dia de se entregar este trabalho ao diretor do Departamento Nacional de Previdência, o Carlos Esberard pôde fazer umas considerações assim meio abruptamente virou-se assim para o diretor do DNPS e disse que fazia questão que eu, como representante da Caixa da Central, aliás, a CAPFESP**, nessa época já não era Caixa da Central, era CAPFESP, reunião das Caixas, que eu dissesse alguma coisa, eu disse: “Eu tenho muito pouca coisa a dizer, o que tenho a dizer é o seguinte: é que esse documento está sendo entregue aqui a Vossa Senhoria, senhor diretor do DNPS, que depois de ler eu tenho as minhas dúvidas que leve ao Ministro do Trabalho, se, entretanto, tiver coragem de levar ao Ministro do Trabalho tenho minhas dúvidas que o Ministro do Trabalho leve ao Presidente da República, e se por acaso o Ministro do Trabalho tiver coragem de levar ao Presidente da República, eu tenho minhas dúvidas que o Presidente da República mande cumprir isso que está aí, para mim o que vai acontecer é o seguinte, vai voltar tudo se chegar lá e vai arquivar, quer dizer, trabalhamos quatro meses para nada, porque o governo não vai pagar isso”, e não deu outra coisa. Talvez daí é que tenha vindo uma disposição no decreto da Lei 3.807 de

* DNPS: Departamento Nacional de Previdência Social.

** CAPFESP: Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados do Serviço Público.

[19]60 determinando que as instituições de Previdência não pagariam mais nada por conta de terceiros quando houvesse a diferença, porque não era só a Caixa que tinha, a Caixa da Central. A Caixa da Central tinha, o IAPI tinha, quer dizer, onde houvesse segurado que fosse também servidor público existia também a diferença para o Tesouro pagar e não pagava. Então, o Tesouro não pagava as diferenças e não pagava as contribuições a que ele estava obrigado, porque nessa época a contribuição da Previdência, ela era tripartite, era empregado, empregador e União iguais, tudo igual. Depois da Lei 3.807 é que se estabeleceu o que era empregado, empregador e União para cobrir as despesas de administração, pessoal e material. Deixou de haver a trílice e igual contribuição, o governo tirou o corpo fora.

LO - No início dos anos [19]50 o senhor estava como diretor de Benefícios. Com relação à Diretoria de Benefícios, como era a rotina da Diretoria de Benefícios, o que fazia um diretor de Benefícios?

PC - A Divisão de Benefícios, ela foi criada, antigamente era uma seçãozinha, mas depois como o negócio estava crescendo, nós já éramos 45.000 segurados, então se deu uma nova fórmula à divisão administrativa. Então se criaram as divisões e serviços, tal como existia no serviço público. Na divisão de benefícios, de repente entrou em vigor uma lei nova que modificava em parte o Decreto 20.465, foi a Lei 593 de [19]48, regulamentada pelo decreto 20.910, se não me engano, de [19]49. Então agora as coisas mudavam um pouco, por exemplo, a filha que tinha pensão quando solteira, agora perdia aos 21 anos, a menos que ela fosse depois de 21 anos designada, quer dizer, já começava a se dar uma certa uniformidade considerando o que havia em determinados institutos, uniformidade para piorar, não para melhorar, quer dizer, invés de mandarem que as filhas dos segurados de todos os institutos enquanto solteiras recebessem a aposentadoria, não, cortava-se a aposentadoria, a pensão, cortava-se a pensão da filha solteira das Caixas depois de 21 anos. Aí, estava como diretor da Divisão de Benefícios um rapaz que, aliás, tornou-se um grande amigo meu, era uma pessoa da melhor qualidade intelectual, moral, um sujeito digno, decente, mas que tinha entrado na caixa para ser diretor da Divisão de Benefícios, e que embora fosse um sujeito altamente inteligente, ele custou um pouco, como qualquer um custaria a entender aquele mecanismo, porque era uma coisa que já vinha um pouco de algum tempo, nós já estamos em [19]48, [19]46, quando veio o governo Dutra, quer dizer, nós já estamos vindo de [19]23, lá do Eloy Chaves, quer dizer, já tinha 23 anos nesse negócio. Então havia certas filigranas que o sujeito não podia entrar diretor de uma coisa, o sujeito tinha que aprender. E, na realidade, ele que foi também nomeado procurador, porque se aumentou o quadro de procuradores, e foi um procurador de primeira qualidade, ele se enrolou um pouco na parte da prestação, da direção até por não conhecer o pessoal da casa, porque a gente tinha que conhecer o pessoal da casa, para poder botar, saber se o sujeito tinha condições de entrar ou não tinha condições de trabalhar naquilo. Bem, resultado é que de repente, diante de certas reclamações, o presidente verificou que tinha que tirá-lo da Divisão de Benefício porque na realidade ele não tinha muito espírito, vamos dizer, burocrático. Porque burocracia é uma necessidade, o sujeito... Uma coisa é ser burrocrata, outra coisa é ser burocrata. O burrocrata é o sujeito que bota uma viseira e diz assim: “Tem que ter vírgula aqui”. Pensa que toda A tem crase e todo que tem vírgula, então teve A ele botou crase, teve que ele botou vírgula, porque ouviu isso e não sabe porquê. Bom, não sei se vocês conhecem a história do sujeito que, antigamente quando a estrada era a vapor, quando a gente chegava em Japeri, Belém e ia subir a serra mudava a máquina e enquanto mudava a máquina a gente começava a ouvir um barulho “pen, pen, pen”, era um sujeito batendo nas rodas de todos os carros. Quando

a gente descia a serra, lá em São Paulo, na hora de começar a descer a serra, havia a mesma coisa na máquina, mudava e tal. Um dia perguntaram a um sujeito que batia “Escuta fulano, por que você bate nessa roda?” “Não sei não senhor, eu trabalho aqui há 20 anos, quando eu vim me disseram que eu tinha que bater e eu bato”. Quer dizer, o sujeito bate para ver no som se tem alguma rachada, porque o ferro, o aço rachado dá um som diferente, então, se há um rachado ou para subir ou para descer, sobretudo para descer, tem que mudar aquele carro porque se partir, a composição vai abaixo. Bom, isto é o burrocrata, diz assim: “Você bota um sinal vermelho aqui, na primeira linha”. Pouco importa saber essa primeira linha de que é, ele vai botar o sinal vermelho, então o meu amigo, o meu querido amigo ele não tinha espírito burocrático, ele era um homem mais de estudo de processos, então tinha amontoado aquilo e então vocês já viram as reclamações. O presidente de então me chama, já não era Redig de Campos, era o doutor Raul Milliet, me chama e me pede para eu ser o presidente, ser o diretor da Divisão de Benefícios, explica o que estava havendo, que esse rapaz iria dirigir um outro setor mais afeito ao jeito dele, já era procurador, então eu assumi o lugar, mas com uma condição, não entraria na Divisão de Benefícios nenhum funcionário que eu não quisesse e não sairia da divisão de benefícios nenhum funcionário que eu não mandasse embora, quer dizer, dentro da Divisão de Benefícios só eu ia mandar, mais ninguém, e o presidente concordou, avisando eu a ele que se tomasse, que se fosse tomada alguma atitude de maneira diferente eu entregava a direção da divisão na mesma hora. Bom, aceita essa condição, que evidentemente, não era um ultimato porque eu ainda não era da divisão, diretor da divisão, eu disse a ele que ia fazer mais uma coisa, que ia fechar a Divisão de Benefícios durante 15 dias, não atender ninguém durante 15 dias. Ele botou a mão na cabeça: “Isto vai ser o caos”. Eu disse: “Eu sei que vai haver reclamação para burro, mas eu tenho condições de chamar determinadas pessoas da Central e explicar porque que eu vou fazer isso”. Chamei alguns sujeitos conhecidos e disse: “Olha, a situação é a seguinte, nós vínhamos desde 1931 com uma lei e funcionários que faziam, sabiam que aquele artigo era assim, além de tudo se tinha criado o auxílio doença, era um benefício novo na Caixa”, eu digo “Eu quero treinar essa gente, eu não quero que eles continuem fazendo Decreto 20.465 e fiquem envolvidos na Lei 593, então eu vou fechar a Divisão de Benefícios e vocês avisem aí ao pessoal da Central para não vir me aporrinhar, que eu não vou atender ninguém”, e fechei a Divisão de Benefícios. Mande dar uma batida em todos os processos que ainda eram do Decreto 20.465 e aí trabalhávamos redondo, às vezes de sete horas da manhã às seis horas da tarde, eu inclusive, e eu inclusive ajudando a resolver como qualquer funcionário. No fim de alguns dias todos os processos que estavam acumulados do Decreto 20.465 foram resolvidos porque inclusive tinha a questão de direito que eu tinha que explicar para eles, agora, eu não ia entrar em detalhes da vigência da lei, não sei o quê... “Isso é assim, isto é assim e isso é assim”. Em seguida, estávamos com os processos da lei nova que tinha entrado em vigor em janeiro de [19]49, bom, então aí eu fui durante uma semana inteira de manhã à noite, eu dava aula para eles sobre o decreto novo. Estudei o decreto novo e fui mostrar a eles como é que aquele decreto ia funcionar.

NM - O que é que mudou basicamente depois do decreto?

PC - Mudou contribuição, mudou a divisão de beneficiários, mudou cálculos de auxílio-doença. Então, houve mudanças substanciais, mas que, sobretudo quebravam uma rotina, e o grande problema que existe na criatura humana é você quebrar a rotina dela. Se quebrar a rotina do sujeito, pára o rotineiro, e o funcionário público quase sempre é um rotineiro, não é verdade, então você cria... Você quer ver uma coisa: quando eu criei o

auxílio-doença, escolhi para ser chefe do auxílio-doença, um camarada chamado Daniel dos Anjos. A turma botou a mão na cabeça: “Você está fazendo uma loucura botando esse sujeito. Esse sujeito não gosta de trabalhar”. Eu digo: “Ele vai trabalhar comigo porque ele é um sujeito inteligente, é um homem que já está numa certa idade, é um homem inteligente, agora, que nunca deram uma oportunidade a este homem, quer dizer, jogaram ele sempre assim”, pois bem, chamei o Daniel dos Anjos e disse: “Você é o responsável pelo auxílio-doença, sabe o que é isso?” “Não”, eu digo: “Então vá aprender, vai para a minha casa e toda a noite eu vou lhe ensinar o auxílio-doença”, entreguei esse negócio a ele. Pois bem, este homem trabalhou durante dois anos, um ano e pouco, de uma maneira admirável, uma ocasião virou-se para mim e disse: “Doutor Cabral, eu vou entrar em férias porque eu vou perder as minhas férias”. Digo: “Ih, Daniel, como é que vai ser?” “Não tem problema, eu virei todo dia aqui, só não venho de manhã, venho de tarde”. Daniel veio vindo, está em férias. Quando é um dia o Daniel não aparece, bom, está em férias, o que é que eu vou fazer. Segundo dia e nada, terceiro dia e nada. Eu aí telefono, mando telefonar para uma pensão, não era propriamente pensão, ele morava num quarto aqui no Catete, e a mulher, a portuguesa dona do troço disse à pessoa que telefonou, apenas o seguinte: que uma manhã o Daniel custou a acordar, ela mandou alguém trepar numa coisa para ver pela bandeira da porta o que estava havendo no quarto e ele estava jogado na cama com a cabeça para fora, tinha tido uma hemoptise, estava tuberculoso, não sabia, morreu numa hemoptise e ela mandou enterrar o sujeito como indigente. Então, nós nos reunimos, tiramos, fizemos a exumação do corpo do Daniel que estava morto há quatro, cinco dias para enterrar direito numa sepultura que ele tinha direito. Então, veja bem, o sujeito estava tuberculoso, estava trabalhando, ele não sabia, ninguém sabia que ele estava tuberculoso, ele próprio não sabia, bem, então houve realmente uma modificação substancial numa série de coisas e até na maneira da gente, porque foi a primeira vez que eu pude parar para dar aquela orientação que eu precisava dar. Então, fizemos a modificação e no fim de 15 dias reabri a divisão e ela aí correu tranquila porque aí os 20.465 que iam aparecendo, eram coisas do passado que era apenas regular, adaptar se fosse o caso, e daqui para diante tocar com a lei nova sem problema.

NM - Professor Paulo, o senhor como diretor de benefícios da Caixa de Aposentadoria dos Ferroviários, o senhor mantinha estreito contato com o setor de assistência médica, nesse momento, não? Como é que funcionava esse departamento na CAP dos ferroviários e quais eram os principais problemas de saúde que aparecia entre os ferroviários?

PC - Bom, a nossa ligação com o pessoal do serviço médico, afora a ligação pessoal de camarada e tal ela se baseava no problema da perícia, problema de um indivíduo que queria um auxílio-doença, queria uma aposentadoria, vinha à divisão pedia a seção de benefícios, contava uma história muito comprida da doença dele. Mas nós sempre ficávamos na dependência, evidentemente, na dependência do laudo médico. Às vezes havia possibilidade de pelo trato mais longo com a pessoa, a gente sentir que havia alguma coisa que às vezes um médico naquele exame de rotina, não que os médicos fizessem uma rotina, quer dizer, dá, não dá, nega, não nega, não era isso. Dava para quem precisava, negava para quem não tinha direito, bem, mas como estava acumulando, aumentando o número de segurados e o número de médicos não estava aumentando, aumento vegetativo, condições de ordem econômica criando problemas de saúde, então, às vezes a gente tinha condições de conversar com o médico sobre um determinado cidadão. Veja bem, não era pedir nada ao médico porque não adiantava pedir, agora, a gente conversava. Eu cansava de ouvir pessoas. Por exemplo, um dia eu tive, só para dar um exemplo assim rápido, eu tive um caso de um indivíduo que estava sendo aposentado porque estava com

paralisia geral progressiva, quer dizer, sífilis cerebral, este homem estava numa fase de perdulário, era o pródigo. Um dia ele que estava com um auxílio-doença de cerca de 300 e poucos cruzeiros, me chegou lá com um negócio que se usava muito na época, monograma de ouro na camisa, era um losangozinho que botava as letras do sujeito, isso era o chique da época, tinha custado 270 mil réis, esse negócio para um homem que ganhava 300, tinha mulher e dois filhos. Então eu estava com um sujeito aposentado por PGP, mas que não tinha o médico determinado a interdição do indivíduo, e eu só podia promover a interdição dele se eu tivesse um laudo médico, então eu tive que correr ao médico para quê? Para o médico acrescentar no laudo que ele estava incapaz de reger pensões e bens para que ele pudesse, eu pudesse providenciar, promover a curatela dele. Bem agora, as duas coisas, aliás, as três coisas que mais davam na época eram tuberculose, que era uma coisa espantosa, quase que a gente podia dizer que dava em cada cinco, três, mais ou menos isso, em cada cinco incapacitados três tinham problema pulmonar, primeira coisa. Estava havendo um aumento progressivo da doença mental, estava havendo também um aumento progressivo da moléstia de aparelho digestivo, sobretudo a úlcera de duodeno, quer dizer, nós estávamos dentro de um quadro que a gente podia colocar assim: subalimentados e aflitos, angustiados. O subalimentado dava a tuberculose e junto com a subalimentação dele e dos filhos, da família, vinha a angústia provocando os desequilíbrios nervosos, os desequilíbrios mentais e as úlceras do duodeno que não são nada mais, nada menos do que uma consequência de angústia. Isso é que era, era o quadro que a gente tinha, às vezes muito difícil de resolver porque, por exemplo, no caso da tuberculose, o sujeito ia, se ele fosse aposentado, diminuía o valor do que ele ganhava, em todos os casos de aposentadoria diminuía o valor do que ele ganhava na ativa, caía naquele 70%, já era da lei, porque pela 20.465 não tinha isso, mas já na Lei 3.807 houve um avanço, era 70% mais 1% para cada grupo de 12 contribuições. Então, mas de qualquer maneira a tuberculose pegava uma faixa de gente nova, esse é que era o problema. Você tinha quase sempre sujeitos tuberculosos com seis anos de serviço, cinco anos de serviço, oito anos de serviço, porque a tuberculose é uma doença que dificilmente pega o velho, quando pega o velho é porque ele era um tuberculoso crônico, ele teve uma tuberculose, ela fechou e um dia lá nos 70 anos, ela abre, mas ele não era um tuberculoso, até eu me lembro que no meu tempo de garoto se dizia assim: “O fulano é tísico”. Tísico o que é que era? Tísico era o sujeito que tinha sido tuberculoso, ficou bom da tuberculose clinicamente, mas teve que ter cuidados na vida inteira porque ficou lá com um negócio qualquer. Um caso típico, os famosos tísicos brasileiros, Coelho Neto foi tísico a vida inteira, no entanto teve filho que foi campeão de natação e campeão de futebol, o Preguinho. Teve a filha, Violeta Coelho Neto, que foi cantora de ópera. Mas, eu conheci, quando menino, um sujeito que tinha ali na 24 de Maio, no Riachuelo, tinha uma famosa loja de ferragem que se chamava Filtro Fiel, este era o tísico clássico, viu, um sujeito assim curvado, com as espáduas aparecendo, estava sempre com uma bronquite, uma tosse, um catarro saindo, teve oito filhos e perdeu seis filhos tuberculosos. O transmissor era ele, compreendeu, e era o homem que inclusive descobriu um troço para filtrar água, que eu não vou dizer porque fica meio pouco ético, viu, contar essa história. No final da vida dele, ele inclusive, eu tive um dos filhos dele foi meu amigo, companheiro, uma das filhas dele, a Verinha, foi minha companheira de escola, era um doce de menina, com 15 anos estava tuberculosa e morreu. O filho dele Joãozinho, que era esse meu companheiro, ficou tuberculoso com 17, o mais moço por volta de 14 com 15 anos ficou tuberculoso e ele mandou o filho para a Ilha da Madeira, porque naquele tempo era Ilha da Madeira, Suíça e Belo Horizonte. Mandou o filho para a Ilha da Madeira e ele morreu lá, ele só ficou com dois filhos, os dois mais velhos foram os que escaparam. Quer dizer, tiveram resistência bastante para vencer, mas a ceifa era essa, viu, tuberculose em primeiro plano;

segundo, as moléstias cerebrais, as moléstias neuróticas, de neurose, de psicoses; a moléstia, evidentemente de aparelho digestivo, e também a lepra, era uma parada. Lepra era uma parada.

NM - Mas a lepra é um problema sério porque ela é uma doença muito estigmatizada, marcada por...

PC - É, o drama da lepra é que a lepra é uma moléstia maldita, não é verdade? Agora, o horror da lepra vem assim, sob todos os aspectos, mas a lepra perigosa é só a lepra lepromatosa, aquele tipo chamado de face de leão. Os outros tipos de lepra, uma que dá horror à gente, aquela necrosante, cai nariz, cai olho, cai nariz, cai orelha, essa é uma lepra fechada, essa lepra não é transmissível, aquela outra, tipo gardilhão que a mão do sujeito vira garra de gavião, que o sujeito fica parece uma mão de águia. Há um tipo de lepra que a gente diagnostica na rua, pelo andar do sujeito, é curiosíssimo, há dois anos atrás eu diagnostiquei na esquina da Rua Sete de Setembro, passo equino. Veja bem, quando o sujeito está com esclerose, ele anda no *petit pas*, ele anda assim, a esclerose cerebral leva o sujeito a passar e se ele encontra um obstáculo ele marca passo; o diabético anda assim, joga o pé para frente e bate com o calcanhar primeiro no chão, mas o passo equino, o sujeito anda e parece um cavalo entrando numa arena, o andar dele é esse... Levantando bem o joelho e fazendo esse movimento (mostra o movimento), compreendeu, pois bem, este é um caso de lepra. Agora, a lepra está aonde? A lepra está na medula, até que parece que os médicos, que me desculpem se eu estou entrando nessa seara, mas eu li um pouco sobre lepra, eu me interessei muito por lepra como uns dos primeiros processos que eu tive na minha vida na Caixa da Central, adjunto de procurador, era o processo da Janete, viu, antes daquela. A Janete era uma criatura que era leprosa, que teve dois filhos e retiraram os dois filhos dela, então parece que ela não viu mais os filhos e tal, e a uma certa altura, o marido dela era leproso, ela fugiu com o marido do leprosário, e depois teve dois filhos, o marido era aposentado. Quando o marido morreu e ela veio requerer a pensão dela na caixa, leprosa e por incrível que pareça, os processos de leproso, eles tinham uma tarja roxa para a gente saber que aquele processo era de leproso e se desinfetar, quando há um perigo do sujeito se desinfetar depois de pegar coisa de leproso. Porque leproso a gente faz apenas o seguinte, dar a mão a um leproso não tem perigo nenhum, agora, não ponha a mão no nariz e lave a mão com água, porque o bacilo da lepra é um dos bacilos mais vagabundos que existe na humanidade, porque se o bacilo da lepra fosse um bacilo altamente resistente a humanidade toda seria leprosa. O que o sujeito não pode fazer é começar a botar ácidos e álcool para se desinfetar porque ele é álcool ácido resistente, aí ele fixa. Então é o seguinte, abre a torneira, passa um sabãozinho, sabão de coco, uma porcaria qualquer, viu, para dizer que lavou a mão, deixa a água correr que o bacilo vai embora, bem. Mas os processos de leproso, o negócio era de tal ordem preconceituoso com a tuberculose e a lepra...

Fita 6 – Lado A

PC - Bom, o problema da lepra, o que eu estava dizendo é o seguinte: é que era tuberculose, carro-chefe e, vedetes; doenças mentais e doenças de aparelho digestivo já de pessoas neurotizadas; e a lepra, que havia um número grande de leproso. E eu me recordo então, de uma criatura que se chamava Janete, ela tinha tido... Ela foi casada com um ferroviário leproso e esse leproso foi para um sanatório de leproso com ela, tiveram

filhos, eu não sei, aliás, se ela era casada com leproso, ou ela era leprosa e ele leproso e se casaram no leprosário, não sei. Eu sei que os dois primeiros filhos do casal foram retirados dos pais, e os processos inclusive, para nos alertar, os processos de tuberculoso tinham uma tarja vermelha na capa, e o processo de leproso tinha uma tarja roxa na capa, bem. Então, a Janete ficou lá, teve os dois filhos, o marido aposentou e um dia ela fugiu com o marido. Fugiu com o marido e foi morar em algum buraco aí, bom. Quando o marido morre que ela aparece na Caixa para pedir pensão, ela está com dois filhos, quer dizer, outros dois que ela teve mais tarde, mas essas duas crianças já estavam sendo criadas por ela e a mais velha devia ter, era uma menina, tinha mais ou menos oito anos, já estava leprosa e havia um seguinte de seis anos que já estava leproso, que já tinha aparecido a moléstia na criança. Bom, esse negócio me chamou a atenção, esses dois filhos e tal e, a partir daí, eu passei a ter assim um cuidado muito especial com os leprosos, passei a atuar até onde era possível a minha interferência em todos os leprosos porque na época, inclusive, era a única moléstia que dava aposentadoria sem período de carência, pelo Decreto 20.465 todas... Havia um período de carência de cinco anos, só depois de cinco anos é que o indivíduo tinha direito a aposentar-se, com exceção da lepra, que, com cinco anos – que, com qualquer tempo – de serviço, o sujeito aparecendo leproso, ele tinha direito a se aposentar, com dois meses, três meses. Quando veio a Lei 3.807 estabeleceram-se aí já várias moléstias, havia direito a aposentar sem período de carência, mas acrescentou-se uma coisa muito séria que era: desde que a enfermidade fosse adquirida depois do ingresso do indivíduo na Previdência Social. Ora, se tinha acabado com a inspeção de saúde para o indivíduo entrar para a Previdência Social, como é que podia se saber que um leproso, que alguém era doente antes de entrar para a Previdência? Então, eu como membro, como procurador-chefe do Conselho de Recursos, eu tive que enfrentar um problema desses e aí mergulhei no estudo da lepra, fui estudar um pouco mais negócio de lepra. Lembrei-me, no caso da Janete, que tinha tido dois filhos retirados dela porque a lepra não é hereditária, ela não é hereditária, o pai leproso não quer dizer que o filho seja leproso, era uma moléstia de contaminação. Às vezes, o indivíduo é leproso e na família não tem ninguém leproso e, às vezes, ele está convivendo com a família.

Eu conheci inclusive aqui no Rio de Janeiro um grande político do Rio de Janeiro que tinha uma irmã leprosa, viu, e esse político era solteiro, morava com a mãe e com a irmã leprosa, em casa, conheci isso, inclusive minha mãe visitava a família. Eu cheguei garoto a ir na casa dessa família com a moça leprosa, pois bem. Quando começou a surgir então o seguinte, não se dar aposentadoria ao leproso desde que houvesse uma ideia ou algum prenúncio, ou alguma prova de que a lepra dele era anterior, porque uma coisa é o sujeito ter a doença, outra coisa é aparecer o sintoma, e por esta ocasião num dos livros que eu andei lendo de lepra, eu encontrei um negócio curiosíssimo. Certa feita, depois da guerra, nos Estados Unidos, um marinheiro que pertencia à Esquadra do Atlântico foi internado num leprosário porque estava com lepra, pouco depois, um outro marinheiro que estava na Esquadra do Pacífico, sabe que nos Estados Unidos tem duas esquadras, a do Atlântico e a do Pacífico, do Pacífico foi internado neste leprosário porque estava com lepra e aí os dois que tinham sido companheiros no mesmo navio se reencontraram. O médico que cuidava deles veio a conhecer a história deles. Isso fazia cinco anos e pouco do fim da guerra. Esses dois marinheiros estavam no mesmo navio e numa cidade da Austrália, eles pararam lá, se a memória não me falha seria Milwauke, não sei, uma cidade da Austrália, eles resolveram se tatuar, então descobriram lá um tatuador e se tatuaram. Tempos depois um fica leproso e o outro fica leproso. A Austrália tem muita lepra. Este médico da marinha, com essa história da tatuagem, sabendo a cidade e mais ou menos a localização,

ficou com esse troço na cabeça, conseguiu uma licença e foi a essa cidade e encontrou o tatuador que era leproso. Quer dizer, cinco anos depois a inoculação. Então, me parece a mim, não sei até onde, embora a FAO não dê prazo para a incubação, me parece que há mais ou menos, lembrando o caso da Janete, é verdade que eu estaria como estatística de dois, ou de três, bem. Mas lembrando o caso da Janete e dos dois filhos dela e deste caso contado num livro de medicina sobre doenças transmissíveis, esse tipo de enfermidade, a impressão que eu tenho é que na realidade aparece a doença, ela vai aparecer cinco anos depois. Ora, por que se dizer que se a doença aparece é depois que o indivíduo entrou? O indivíduo entra aparentemente bom, mas ele já está com a doença dentro dele. Então, isso tem que acabar, a Previdência Social tem que acabar com isso.

NM - Senhor Paulo, o senhor falou que nos processos existiam tarjas roxas. O senhor usou, inclusive, a expressão “para nos alertar”.

PC - Sim, para alertar os funcionários...

NM - Outra coisa: com base nesse comentário eu gostaria de saber qual era o comportamento dos trabalhadores em relação aos leprosos?

PC - Dos funcionários?

NM - É, dos funcionários.

PC - O problema é o seguinte; ia depender da formação de cada um, compreendeu. Havia uma funcionária da instituição que era uma funcionária excepcional, viu. Ela era uma criatura trabalhadora, competente, inteligente, capacidade de trabalho um troço, viu, mas ela tinha, era criatura de quando alguém vinha falar com ela, sobretudo se fosse mulher com criança, ela queria saber se tinha dinheiro para voltar, se não dava sempre um dinheirinho, quer dizer, uma criatura de uma formação muito boa do ponto de vista de espírito, de solidariedade, agora, ela tinha pavor de lepra, se batesse um processo na mesa dela com aquela tarja roxa, ela levantava da mesa e alguém ia examinar aquele processo para ela para dizer, no fim ela assinava aquilo com um papel, era um preconceito, era o medo. Eu vou dizer uma coisa, não é nenhuma qualidade isto, mas eu nunca tive medo de doença, está entendendo, eu nunca tive medo de tuberculose, eu nunca tive medo de lepra, nunca tive medo de doido, sempre me dei muito bem com os doidos, viu, com todos eles sempre tive um trânsito muito bom com eles, e é a tal história, eu vou ter medo de lepra, mas se eu tiver que ter lepra, o que é que o meu medo vai adiantar? Evidente que eu não vou beijar uma leprosa. O Nelson Rodrigues tem uma história, contava uma história que quando ele ficou tuberculoso e ficou num sanatório, ele estava num sanatório e não tinha mulher, mas de vez em quando passava uma dona numa estrada e ficava todo mundo assanhado com aquela dona, e de vez em quando um conseguia fugir para ter lá as suas relações com a dona, e a dona era uma leprosa, e nem por isso o Nelson Rodrigues ficou leproso. Então, é evidente que há um aspecto às vezes repugnante na fisionomia do leproso. O leproso, esse leproso da lepra lepromatosa ou lepra tuberculosa, o face leonino, esse que o bacilo está voando, esse realmente quando a gente olha a impressão que a gente tem é de estar vendo um leão porque crescem uns tubérculos aqui e o sujeito fica com a cara de juba, juba de leão, viu bem. Eu conheci um sujeito, um leproso com quem eu tratei muito, ele tinha a mão direita dele, ele tinha com aquele tipo de garra, então ele não acreditava que fosse leproso porque o negócio foi o seguinte: ele, um dia, foi pescar, era bonzinho, não tinha nada, numa hora lá, estava fazendo frio ou estava quente e a água

estava fria, e ele meteu a mão na água por alguma razão e teve uma dor e logo depois começou a repuxar a mão dele, então ele achava que aquilo era reumatismo. Foi a exame e verificaram que era lepra, que ele estava com esse tipo de lepra. Pois bem, ele tinha vergonha da mão dele ser assim, então ele andava com a mão num saquinho preto. Então eu meti na cabeça dele o seguinte: “Olha aqui, você com a mão no saquinho preto chama a atenção de todo o mundo, bota a mão no bolso, rapaz, ou então anda com a mão aí no solto”. Bem, eu nunca tive assim preocupação com lepra, não, como também nunca tive preocupação com tuberculoso, sempre tratei deles com o mesmo jeito. Enfim é a tal história, e o médico de tuberculose? Imagina se o médico de tuberculose tivesse medo da tuberculose, não podia ser médico de tuberculose, todo médico da tuberculose obrigatoriamente fica tuberculoso? Não, eu tenho um livro aqui que me foi dado até pelo pessoal de uma colônia de leprosos “Nós também somos gente”, é escrito por eles, é história deles lá dentro, é um deles que escreve contando o que é aquela mini sociedade que é a deles, é um negócio pungente, então eu vou acrescentar à desgraça desse sujeito mais a humilhação? Não, a gente vai levando e Papai do Céu espia aí se a gente vai ter que ter lepra ou não. Agora, parece que eu já estou livre dela.

LO - Professor Paulo, com relação às categorias profissionais que estavam inseridas dentro da Caixa da Central, o senhor acha que as doenças tinham incidências maiores em um grupo ou outro?

PC - Sim. Por exemplo, o foguista. O foguista no tempo da caldeira, o foguista era um indivíduo que ele estava aberto para a tuberculose. Veja bem, o sujeito estava a uma temperatura assim: fornalha aberta e ele metendo carvão dentro da fornalha, e a máquina está subindo a serra, de repente parava em Barbacena e ele estava com vontade de tomar café. Ele saía dali, a temperatura estava a três graus, quatro graus, cinco graus, vinha a gripe, resfriado, gripe, mal alimentado, gasto, havia uma ocasião eu me lembro de um que chegou para mim, ele estava numa situação de desespero, esse homem, e ele tinha a cor, a cor dele era um pouco diferente, viu, então ele estava pensando em suicídio e me disse: “Na hora de eu me suicidar eu me jogo na caldeira porque eu já estou lá”. Quer dizer, para ele era pouco diferente ele entrar na caldeira pelo calor em que ele vivia, então, o homem que trabalhava na máquina, na caldeira, e o próprio maquinista do tempo, ele tinha uma tendência, uma propensão à tuberculose que grassava mais neles, o homem foguista era uma categoria muito baixa em matéria de salário, então mal alimentado. O trabalhador de linha, o trabalhador de soca, sujeito às intempéries, também mal alimentado, tudo estava girando em torno da alimentação, então, o grosso do pessoal da tuberculose era o pessoal de pouco, de baixo salário, baixa renda e sujeito a trabalhos desse tipo. Já o nervoso, a doença nervosa já atingia mais o grupo de maquinistas, pela tensão. O grupo que cuidava com dinheiro, o tesoureiro da estrada eram sujeitos mais propensos a moléstias desse tipo. Havia mesmo, e as análises profissiográficas estão aí para dizer.

LO - Na época existia esse tipo de análise profissiográfica?

PC - Não, na época não. Eu acho que uma das primeiras análises profissiográficas que se fez, que eu fiz, que se fez na Caixa da Central, assim mesmo muito pequenininha, foi eu quem fez. Eu fiz pelo seguinte...

LO - Em que época?

PC - Era [19]40 e poucos.

LO - O senhor já era diretor de Benefícios?

PC - Não, não, eu era procurador. Eu comecei a ficar... Eu fiquei impressionado com uma coisa. Esse caso, aliás, é um caso que foi e eu guardei muito comigo. Três meninas: Ruth, Iza e Artur. Aconteceu o seguinte, dava-se aposentadoria sem carência para o leproso, aí veio uma jurisprudência mandando dar aposentadoria sem carência para o tuberculoso aberto, isto é, entendia-se que era tuberculose aberta aquela do bacilo, o sujeito que era bacilífero, porque há muito tuberculoso que não tem bacilo, que o bacilo não aparece. Quando apareceu o caso dessa mulher, foi o seguinte: ela, a viúva, o marido tinha morrido numa hemoptise, ele saltando do trem, que ele era condutor de trem, ele teve uma hemoptise e botou os pulmões para fora, mas ela já tinha uma fístula tuberculosa aqui, e estava até tratando desta fístula. Bem, e ela não podia ter pensão porque ele não era tuberculoso aberto, se ele tinha uma tuberculose, a tuberculose dele era fechada, pelo menos ele não era tuberculoso oficialmente, ele morreu de uma hemoptise. O caso dessa criatura me botou com o miolo quente, quer dizer, então a gente dá aposentadoria ao sujeito que está com tuberculose aberta, não é para ele, é para tirar ele do grupo e o grupo não se infectar. Então a medida é egoística, a medida não é uma medida de solidariedade para o doente, é uma medida egoística, num bom sentido, evidentemente, mas para preservar o bom. Eu então resolvi dar uma olhada nos processos de aposentadoria e foi quando eu cheguei a esse cinco para três, e defendi num parecer que terminava contra, viu, mas toda a linha do meu parecer era no sentido de quê? Aquele indivíduo que tinha morrido com uma hemoptise só, ele era muito mais aberto do que os abertos porque ele era tão aberto que numa abertura acabou a vida dele, extinguiu-se a vida dele, e a prova de que ele era na realidade um tuberculoso que passava a tuberculose é que a mulher tinha uma fístula de tuberculose, e mais, é que o filho dele, o Artur, o pequenininho, já estava aparecendo com alguma coisa no pulmão. Logo depois morreu a mãe deles e ficou a avó, era uma pretinha, viu, que o cabelo da preta parecia corda de relógio, aquele cabelinho assim. Então eu fui para essa batalha, dando o parecer todo ele a favor, mas no fim contra porque ele não tinha cinco anos de serviço. O presidente negou. Eu então preparei o recurso para ela, fiz o recurso dela e fiz as contra razões do instituto defendendo o ato do presidente. Eu era uma barca da Cantareira no melhor sentido, jogava dos dois lados, bem, levei esse processo para o conselho e fui cantar os membros do conselho para mostrar o troço e tal. Então foi dada a pensão a ela.

Bem, acabou, nunca mais vi essa gente, não soube de mais, Iza, Artur e Ruth. Um dia eu estava no conselho, não, na Caixa da Central, no IAPFESP, já era IAPFESP quando me dizem que tinha uma fulana, uma velhinha que queria falar comigo e tal, deram o nome, eu não me lembrei do nome, mas mandei entrar no meu serviço. Eu, nessa época, era o segundo, estava na Junta Interventora, e qual não é a minha surpresa quando eu vejo aquela crioulinha que eu não via desde não sei quando, agora acompanhada, viu, de um sargento latagão paraquedista e de duas mulatinhas, lindas as duas que vinham me trazer o convite para a formatura da Iza que tinha se formado em professora. E a Ruth tinha sido... Uma família tinha tomado conta dela, estava bem já era contadora e tudo. Agora, o caso desse garoto, do Artur, quando se descobriu que o garoto estava com qualquer coisa no pulmão eu fiquei preocupado com essa história e conversei com José de Amaral Osório, que foi inclusive, presidente do Vasco. Zé Amaral Osório era médico cirurgião da Caixa da Central, rapaz riquíssimo, situação financeira a família dele tinha uma situação financeira muito boa, mas era um sujeito espetacular e inclusive, era médico

daquele asilo Carvalho Araújo que tem ali em São Cristóvão, asilo para moças e ele muito moço, mas foi admitido como médico lá. Conversando com ele sobre o caso do Artur, ele virou-se para mim e me disse, e eu nem sabia dessa ligação dele, ele disse: “O Cabral, tem o Asilo Carvalho Araújo, tem um sanatório em Friburgo, me dá o nome desse garoto que eu vou mandar esse garoto para lá”. Mandou. O garoto que estava apenas com uma prima infecção ficou inteiramente curado, forte e era um sargento paraquedista. Então, vocês vejam que a gente puxando as coisas, conversando, falando, porque a grande coisa, eu acho que o grande milagre da Previdência Social em termos de Caixa era o seguinte: é que a gente falava com todo mundo, viu, e eu tenho absoluta certeza que 50% foram eles que me ensinaram. Porque veja bem, eu não era um sujeito de elite financeira, mas eu era um sujeito de elite social, então, o meu mundo era um mundo de acadêmicos para cima, embora a minha família pobre, mas, pobre por uma circunstância. Mas, o círculo que eu frequentava de amigos da minha família, era de gente muito bem colocada de modo que para mim, empregada de servir era empregada de servir, não era uma criatura humana, está entendendo, era uma empregada. Eu era elitista, era reacionário e era pouco humano mesmo. A Previdência que me mudou, então eu dou Graças a Deus, é uma, talvez a maior dívida que eu tenha com a Previdência não foi o que ela me deu em termos materiais, e que ela me modificou, me tirou o elitismo, me tirou um pouco do besta que eu era, eu era um sujeito besta, e me humanizou, e acho que foi a melhor coisa que pôde acontecer na minha vida é eu ter me humanizado, foi ter e poder entender os dramas das pessoas, quer dizer, achar que as coisas que acontecem com os outros podem acontecer com a gente e, o que está me ajudando hoje, é a tal história, isso que eu estou passando não é mole, uma dureza isso, mas e eu que posso dar a ela o que eu estou dando, e os outros que não podem, não estarão sofrendo muito mais do que eu? Então, tocar a vida para frente. Que mais?

LO - Professor Paulo, como é que ficou essa, o caso da Janete? Ela conseguiu a pensão?

PC - Conseguiu. A Janete, aquela leprosa teve a pensão. Eu posso até depois um dia remexer e procurar o parecer que eu dei, está aí. No caso dessa, da Iza, do Artur, eu tenho o processo aí, eu tenho tudo, eu tenho o meu arquivo completo.

LO - Como é que ficou a carência por lepra depois da nova lei?

PC - Não, a lepra continua, agora, hoje é lepra, tuberculose, é paralisia geral, doença mental, “esponde lartrosian quelosante”, doença de Paget, nefropatia, quer dizer, à proporção que grandes pessoas, grandes criaturas foram tendo esse troço foram aumentando a falta de... Foram metendo lá, daqui a pouco, até resfriado não vai precisar carência.

LO - Mas com relação àquela questão de que se a pessoa viesse infectada antes...

PC - Bem, eu reagi a isto e o conselho aceitou. Agora eu não sei como está, porque você veja bem, no caso daquela moça que casou leprosa, casou com um leproso e que eu consegui manter a pensão dela, muitos anos mais tarde eu vi no Conselho do Recurso se dar – se negar – uma pensão nas mesmas condições, era o relator do processo um pastor protestante. Para vocês verem, por acaso aqui, em 1983 eu dei um parecer e o caso era o seguinte: era um menor de oito anos e meses que foi trabalhar e uma máquina pegou o braço dele e arrancou o braço desse menino. Então, dividiram-se na Procuradoria, em São Paulo e aqui no Rio, dividiram-se as opiniões, se a Previdência devia amparar esse menino

ou se o problema era um problema de responsabilidade civil e, portanto, de forma comum, e em face das divergências, o processo veio para mim e eu dei o desempate final mandando dar a prestação acidentária ao menor. O argumento dos que eram contrários a dar pela Previdência é que pela constituição menor de 12 anos não pode trabalhar, então, não podia haver, não se podia admitir (olha, depois lembra um cafezinho aqui para nós, viu, está todo mundo esperando isso, esse café é a coisa mais importante dessa reunião), então, se o menor não pode trabalhar, ele não pode ser segurado da Previdência, então a Previdência não tem nada a ver com isso e a lei dá a ele a margem de o pai ou o responsável ir acionar quem usou ilegalmente o trabalho do menor. Lindo, em matéria de Direito Romano, de Cícero, eu acho que isso está perfeito, agora vamos para a nossa realidade, quando um indivíduo leva para trabalhar um filho de oito anos, a condição dele é mais do que miserável, porque nesse caso ele levava um filho de oito, um filho de nove e um filho de 14, então, essa criança de oito anos o que é que ela tinha que estar fazendo? Ele tinha que estar brincando com carrinho, e não brincando com uma máquina chamada “picador maromba” perigosa até para um adulto, bem. Então, este patrão havia incidido em dispositivo da Constituição.

Fita 6 - Lado B

PC - Esse patrão estava incidindo em dispositivo da Constituição e incidindo em dispositivo da lei ordinária que proíbe que o menor de 18 anos preste serviços perigosos, penosos à saúde, e aqui nós temos uma criança de pouco mais de oito anos. Além disso, na hora em que houve o acidente, que a máquina cortou o braço do menino, quem desligou a máquina foi o dono da empresa, então ele estava presente, estava assistindo aquilo, ele e o outro, parente dele e sócio. Bem, não ia ser, eu não podia aceitar que um dispositivo protecionista, não paternalista, mas protecionista de uma criança viesse ser utilizado contra ela, quer dizer, o menor não pode trabalhar e porque não pode trabalhar se ele for trabalhar para se subsistir com o grupo familiar dele, se ele tiver um acidente ele não tem nada. Eu estava querendo organizar um negócio, já tinha na minha cabeça, mas dito por um “Paulo Cabral nacional de corpada”, isso não ia prestar para coisa nenhuma. Acontece que eu tinha uma amiga que estava com um processo de aposentadoria e que estava negando este processo erradamente a ela, havia um negócio que não estavam vendo e um dia ela veio conversar comigo, eu examinei o processo e aleguei que ela tinha todo o direito de ter a aposentadoria que ela queria, bem, e até ultrapassava 30 anos, era 30 anos e dava mais dois meses de lambuja, bom. Então, aposenta e no dia que ela aposentou, que veio a aposentadoria dela, ela vai conversar comigo e diz: “Eu vou para Paris, o que é que você quer de Paris?”, eu digo: “Olha minha filha, eu sei que saiu um livro, uma obra lá na França que está muito difícil de obter daqui, se você encontrar, eu te dou até o dinheiro”. “Ah, que besteira”. Bom, nessas coisas é que a gente acaba sendo comprado, bem, e me mandou uma obra de Previdência em três volumes escrito por uns bambas lá sobre a chefia de um sujeito chamado Yves Saint Laurent, onde eu encontrei o respaldo doutrinário para dizer que é um francês, é a teoria que existe na França da culpa inescusável, porque você tem no direito a culpa e o dolo. A culpa você não quis aquele resultado, o dolo você quis, a sua vontade funcionou. Você quando atropela um sujeito na rua, você está cometendo um crime culposo, agora, se você com o seu carro persegue um sujeito e mata o sujeito, o carro é um crime doloso. Então, a culpa inescusável é um negócio que fica entre a culpa e o dolo, é um pouco mais do que culpa e um pouco menos do que o dolo, o sujeito tinha que prever aquele resultado, ele apenas não quis efetivamente aquilo, mas ele não tomou nenhuma providência para que o resultado fosse obtido, bem, e ele devia prever este resultado, e então dentro disto eu mandei dar o

Benefício, a prestação acidentária ao menor. Agora, cinco anos depois o Supremo Tribunal Federal, este parecer foi publicado em boletim, mandei publicar, quer dizer, toda a procuradoria do INPS tinha que tomar conhecimento. Pois bem, houve um caso semelhante e a procuradoria, embora existindo este parecer, fez um recurso extraordinário, perdendo em toda a linha fez um recurso extraordinário para o supremo, quer dizer, chegou a este ponto. Está aqui a ementa do supremo: acidente de trabalho, seguro obrigatório estabelecido no Artigo 165 e 16 da Constituição, alcance, contrato laboral com afronta a proibição constitucional do trabalho do menor de 12 anos; menor de 12 anos que prestava serviço ao empregador sobre a dependência deste, mediante salário, tendo sofrido o acidente faz jus ao seguro próprio, não obsta ao benefício à regra do Artigo 165 que foi inscrita na lista de garantia dos trabalhadores em proveito destes e não em seu detrimento. Está aqui o supremo, guardo a minha tese aqui, viu. Agora, o que é que eu mandei fazer? Vai em cima deste empregador, cobra as contribuições previdenciárias com juro, multa, correção monetária, cobra as acidentárias e o denuncia ao departamento do trabalho por haver incidido nesse dispositivo da lei. Porque veja bem, este homem que ele inclusive expulsou da fazenda dele quando houve o acidente, o que é que esse homem podia obter? A justiça gratuita, cavar um advogado para defendê-lo gratuitamente. Qual é o advogado que numa cidade do interior vai defender gratuitamente um peão em fazenda contra uma empresa? Ninguém. E, 20 dias depois do menino ter sido atendido, terem acabado de fazer a operação no menino puseram o pobre do homem para fora da fazenda. Quer dizer, eu então vou pegar uma coisa que protege a criança e vou desproteger a criança? Não, vou para o pau com o sujeito, fazer tudo. Pois bem, a Procuradoria do INPS apesar de ter cinco anos este parecer não tomou conhecimento dele, continua querendo ganhar as questões em cima do pobre.

LO - Agora, o senhor pensa, quantas crianças, porque o trabalho do menor é uma coisa que vem da tradição do trabalho no Brasil...

PC - Não, aí dentro desse país, você pode dizer que aqui na cidade do Rio de Janeiro não há menor de 12 anos trabalhando e olhe lá, pois bem, agora, dentro desse Brasil fora, qual é a regra? Não é? Não é o trabalho familiar, não é isso? No campo, o camponês, o filho dele com cinco anos de idade está ajudando ele no trabalho. É verdade que o trabalho de campo é um trabalho relativamente tranquilo, sem possibilidade de uso de máquinas. Mas a criança está trabalhando, sem dúvida nenhuma. Bom, então o fato, a relação de emprego existiu, não pode existir o contrato de trabalho, mas a relação de emprego existiu.

LO - O caso então da picadeira é uma máquina agrícola.

PC - Elétrica. Não, é para fazer tijolo porque dentro dessa fábrica existia uma olaria e eles quiseram ainda dar um golpe, dizer que este homem, o pai deste menino que estava fazendo os tijolos, era um empreiteiro, mas a doutrina hoje está tranquila em torno de quê? O pequeno empreiteiro, ele é equiparado a quê? A um trabalhador como outro qualquer, tanto assim que o pequeno empreiteiro quando tem qualquer discussão, ele não vai discutir na justiça civil, ele discute na Justiça do Trabalho, o pequeno empreiteiro porque esse homem empreitou o quê? Ele, que era um homem de campo, ele aprendeu a fazer tijolo, quer dizer, ele quis dar um passo acima na vida dele, era a maneira dele se elevar, fazendo tijolo e então aprendeu a fazer tijolo e a fazenda pegou ele e ele que era trabalhador da fazenda e mandou ele fazer tijolo. Agora, em vez de pagar salário a ele, ia pagar pelo número de tijolos que ele fizesse, e daí? Por acaso o caso do homem não existia

aí a relação de emprego e a falta de contrato de trabalho. Agora, o trabalho de campo é a tal coisa, Virgílio que escreveu *As Bucólicas*, a *Eneida*, ele escreveu nas *Geórgicas*, que é talvez a obra-prima dele, ele diz isso, mais ou menos isso: “Deus quando quis castigar o homem fê-lo trabalhador do campo”. Nós estamos vendo aí, até hoje o coitado do trabalhador do campo, dizem agora que se pretende levar, dar ao homem do campo as mesmas garantias que a Previdência Social dá ao homem urbano, há quatro ou cinco anos atrás ou um pouco mais num congresso, o Primeiro Congresso Internacional de Seguridade Social, que se realizou sob os auspícios da Ordem dos Advogados do Brasil, do Rio Grande, que eu estive lá e defendi essa tese, eu tenho a tese, eu não defendi a tese, eu fiz a tese, eu não quis fazer a tese em meu nome, eu quis fazer a tese em nome da procuradoria do INPS, consegui do presidente que ele concordasse em que nós levássemos a tese que não era minha, mas era uma tese da procuradoria da Previdência, embora feita por mim com auxílio evidentemente de um colega meu que me deu uns elementos muito bons e defendi essa tese que foi plenamente aprovada em plenário, levasse ao homem. Por que o homem do campo vai ter coisas que o homem da cidade já tem – não vai ter coisas que o homem da cidade já tem? – Meio salário mínimo, o que é que isto representa? Representa nada. A gente já está vendo aí, ganharam as eleições, ainda não estão proclamados os resultados, já está proclamado por aí que vem um aumento de preço, quer dizer, então houve alguma coisa para se ganhar eleição, o plano cruzado que eu estou plenamente favorável ao Plano Cruzado, eu que o diga, eu vivia numa aflição, vocês imaginem um homem que vive de salário e que tem dez empregados, porque sou obrigado a ter dez empregados, bem. Os aumentos, eu não podia deixar de dar os aumentos, vinha aumento de salário mínimo eu dava aumento de salário mínimo, você vê, eu não tenho obrigação nenhuma de dar 13º salário a ninguém, mas eu não posso deixar de ver criaturas que têm dificuldades e tal, e dou, então resultado, quem não ganha 13º salário sou eu, porque o meu 13º vai para eles. Então eu já vivia numa aflição com este aumento louco de custo de vida, realmente o plano cruzado me deu assim, mas a gente está vendo que o plano cruzado não é só aquilo que a gente estava pensando não, porque nem bem eles ganharam as eleições, já vem os aumentos aí. Você vê, 30% na gasolina, o que é que isto vai representar no restante? Já vem aumento na energia da casa residencial, eu já vivo às escuras. Hoje, aqui na minha casa, depois do momento em que a minha mulher deita, eu fico aí à cata, apaga daqui, apaga dali, atrás da empregada e saio: “Apaga, apaga”. E não quer dizer nada, está tudo muito bem, não vem me dizer que é falta de energia, não, eles querem aumentar o negócio, querem mais dinheiro, não é verdade. Então, agora, a gente, eu posso descontar do meu imposto de renda o que eu gasto com essa gente? Não posso. Eu posso descontar médico e isso eu desconto, mas enfermeira, eu não posso descontar salário, não posso.

LO - Só um esclarecimento, senhor Paulo, o Congresso que o senhor estava falando era o Primeiro Congresso Internacional de Seguridade Social para advogados, não é?

PC - Não, Primeiro Congresso Internacional de Seguridade Social. Primeiro Congresso Internacional de Seguridade Social. Posso até te dar... Eu devo ter esse troço por aqui, será que eu tenho à mão, depois, quando a gente...

NM - Eu queria retomar aquela questão...

PC - Você está sempre retomando, vai retomar assim no inferno, parece até Stalingrado, toma, não toma, retoma...

NM - O setor de saúde da CAP dos ferroviários era formado de médicos, nutricionistas, enfermeiros?

PC - Não, nutricionistas não existia isso naquela época.

NM - Eram só médicos? E auxiliares de enfermagem?

PC - Médicos, enfermeiros. Enfermeiros excelentes que nós tínhamos, não é, e médicos da primeira qualidade.

NM - E existiam postos de assistência médica em lugares?

PC - Não, o que existia era o seguinte. Como, é evidente que em São Paulo, na agência de São Paulo tinha serviço médico, Minas Gerais, a agência de Minas tinha serviço médico, Teófilo Otoni tinha, Maricá, posto de Maricá tinha, mas o que havia, o grosso era aqui no Rio, e o sujeito podia inclusive havendo necessidade vir ao Rio. Se não houvesse recursos na localidade, ele vinha ao Rio de Janeiro se tratar, ou ia a São Paulo, a Belo Horizonte e tal, bom. Nós tínhamos praticamente um andar inteiro no Hospital Gaffrée Guinle, que na época era o melhor hospital do Rio de Janeiro, pessoas da mais alta responsabilidade, da mais alta influência financeira operavam no Hospital Gaffrée. Você para obter, pois bem, nós tínhamos um andar inteiro no Hospital Gaffrée. Agora, nós tínhamos uma coisa que, aliás, entra até no folclore da Previdência, é o seguinte. Nós tínhamos um médico visitador, compreendeu.

NM - O que era um médico visitador?

PC - Médico visitador era o seguinte. Você morava num lugar qualquer e era segurado da Caixa, amanhecia com uma dor no fígado, não podia andar, vomitando, telefonava para o serviço médico da Caixa, e o serviço médico da Caixa mandava um médico visitador que era sempre o pelanca, era o sujeito que entrava, quando o sujeito começava a trabalhar como médico da Caixa da Central ele caía como médico visitador porque esse ia se desgraçar por essa zona oeste que anda por aí, que naquele tempo não se falava em zona oeste, era subúrbio, bem. Era a única, eram as únicas instituições que tinham médico visitador eram as Caixas, o Instituto não tinha absolutamente, mesmo porque a assistência médica que o instituto dava, a não ser bancário e marítimo, era muito precário, bom. Então o médico saía, de manhã cedo ele chegava lá, oito horas da manhã, está lá a relação dos chamados, e ele saía para os chamados. Quando ele estava terminando aqueles chamados, ele era obrigado a telefonar para saber se naquela zona onde ele estava tinha algum chamado. Então agora vem uma história que essa é uma delícia. Doutor José Carlos Machado Costa, meu colega de colégio, tinha entrado para a Caixa da Central, mais tarde ele deixou medicina, foi vereador aqui no Rio e depois ele foi até administrador da Tijuca, ele gostava muito de administrar, não gostava muito de medicina não, mas era um bom médico, rapaz inteligente, esforçado, cuidadoso, era fisiologista, mas ele entrou médico visitador, que era como entrava, bom. Então, certo dia ele andava lá por aquelas zonas perdidas do Rio de Janeiro, Bangu ou Santa Cruz, era um mês de fevereiro naquele calor, duas horas da tarde e ele então viu o penúltimo doente, telefonou e disseram: “Olha, tem no morro não sei lá das quantas, tem um sujeito que está passando mal e mandou chamar o médico”. Ele viu o outro e apurou onde era o negócio e subiu o morro, lá um bando de casa assim, bateu e apareceu uma crioula: “Eu sou médico da Caixa da Central, vim ver o fulano”. “Ah, pois não, um instantinho”. “Fulano, está aí o médico”. Apareceu um

crioulão parrudo luzindo, calor e suor, gritou para a casa do lado: “Doutor, um momentinho”. “Fulano, vem cá, ganhei a aposta, eu não disse para você que eu tinha direito de ter um médico aqui na minha casa, olha aí. Doutor, de onde o senhor é?” “Caixa da Central”. “Está vendo? Eu não tenho nada não, eu apostei com ele, ele é do IAPI ou do IAPC e diz que eu não tinha direito, eu mostrei a ele que eu tinha”. Então, tinha dessas coisas, está dentro do folclore.

NM - E como era feita a seleção desses médicos?

PC - Bom, naquela época havia uma certa interferência grande da empresa nas Caixas, então havia na realidade, aquela história do sujeito que era funcionário da Central e cujo filho tinha estudado medicina, tal e então ia ser médico da Caixa da Central. Agora, como a grande maioria dessas pessoas era de pessoas de classe média baixa, eram esforçados, então na realidade, as figuras que passaram pela Caixa da Central foram criaturas excepcionais. Você vê, um doutor Ari de Castro, Ari Clescianis de Castro, o que este sujeito, o médico que este homem era, viu, era uma coisa impressionante, foi meu médico, meu amigo aqui na minha casa 32 anos. Eu não sei de um caso, um caso que eu tivesse mandado para o Ari, viu, que ele não tivesse resolvido. Eu me lembro de uma ocasião, um professor do meu filho que conversando comigo estava desesperado porque a mulher tinha sido examinada num hospital militar aí e tinham dito que ela estava com câncer de tireoide, eu digo: “Doutor, major, vai no doutor Ari de Castro”. Examinou a moça: “Ih, não pensa nem nisso, a senhora tem um outro troço inteiramente...”. Quer dizer, era um sujeito espetacular como clínico, ele era desses sujeitos que você estava falando com ele, ele começava a olhar para você, a impressão que a gente tinha era que ele estava radiografando a gente através das palavras, puxando assim de um lado, de vez em quando ele dizia uma palavra, as perguntas dele no máximo duas, quando ele levantava com você, estava com o diagnóstico pronto, estava com o remédio pronto. O irmão dele, Alvari, foi o maior hematologista que nós tivemos, numa ocasião o Alvari estava no consultório dele quando recebe um telefonema do embaixador do Peru, estava vindo do Peru um avião da Força Aérea Peruana para buscar o Alvari para ir resolver um problema que parecia ser de negócio de esse negócio de sangue, como é?

LO - Leucemia.

PC - Leucemia de um neto do Presidente da República, e o Alvari só teve tempo de arrumar uma maletinha, bater para o Peru, foi lá e viu que não era leucemia coisa nenhuma. Você tinha o doutor Gabriel de Souza Teixeira que era um psiquiatra espetacular e além de tudo criatura humana excepcional. Armênio Flores, um cardiologista de alta qualidade, morreu muito cedo. Algy de Medeiros que até hoje é considerado um dos maiores cardiologistas do Rio de Janeiro. Você tinha José Decuzat, viu, talvez um dos maiores urologistas que nós tivemos no Rio de Janeiro numa época em que operação de próstata era um negócio assim. Aliás, o Clemenceau tinha uma frase famosa, Jorge Clemenceau, que foi o chefe de Gabinete da França durante a guerra de [19]14, ele teve que operar a próstata no tempo que fazia próstata em três tempos e tal, então ele tem uma frase que é gozadíssima, ele diz assim: “Só há dois órgãos inoperantes no mundo, é a próstata e a Presidência da República”, pois bem, o Decuzat era um médico extraordinário.

LO - Decuzat é um nome só?

PC - Decuzat é, é um nome só, viu. Tinha um, deixa-me ver se me lembro.

LO - O doutor Algy de Medeiros, o senhor sabe onde ele trabalha ainda no Rio de Janeiro?

PC - Trabalha, eu não sei onde ele anda, viu, mas o Algy é um, o Algy inclusive família pobre, a família dele era, o pai dele tinha um posto, um lugar humilde na Central. Então, ele entrou como funcionário para a Caixa da Central, trabalhando num serviço médico e entregando ficha para o sujeito ser atendido. Pois bem, os médicos formados conversavam com ele, quintanista, sextanista de medicina, viu, e pediam a opinião dele, um sujeito admirável. É uma das maiores figuras, se vocês quiserem aprofundar coisas de médico atuante, foi ele durante a vida inteira, Algy, um sujeito espetacular. E houve outros que agora assim pronto eu não me lembro o nome, mas tinha gente boa, muito boa mesmo. Jorge Medeiros também já está morto, viu, clínico, o Jorge Medeiros era clínico. Tivemos o Ari Fernandes que era radiologista, excelente radiologista também, enfim, era um corpo médico que eu vou te contar, era coisa para rico, para gente rica, e, no entanto, ganhavam aquele ordenadinho e saiam dali para os seus consultórios continuar a sua vida.

NM - Agora eu não quero voltar atrás, quero avançar um pouco, é que em 1960 o senhor fez parte da Comissão de Organização da Eleição para o Conselho Deliberativo da CAP – em 1950 – dos ferroviários e depois foi Presidente da Junta de Apuração. Como é que eram feitas essas eleições? Entravam elementos partidários, ideológicos?

PC - Bom, evidentemente que dentro da ferrovia dividiam-se os interessados, na verdade havia aqueles camaradas que queriam ser membros de Conselho Fiscal, que queriam ser isso, que queriam ser aquilo. Então, organizou-se primeiro a Comissão Organizadora, como fazer esta eleição. Esta Comissão Organizadora, o coordenador dela da Organização foi o Elísio Carlos Cruz que morreu há pouco tempo. Eu fazia parte dela, havia o José Teixeira que se aposentou há algum tempo e funcionários mais. Bom, então nós tivemos que bolar o seguinte: postos para pessoal que ia trabalhar, então na Central do Brasil, ali em Dom Pedro II, havia urnas com funcionários nossos ali. Agora, tinha que haver urnas para pessoal volante, bem, e tinha que ter uma urna volante para os trens que estavam em percurso, então isto tudo foi bolado pelo Elísio, eu não teria absolutamente capacidade nenhuma de organizar um negócio desses, ajudava evidente, bem, de acordo com as instruções e tal, a gente acertava uma coisa e outra, e houve eleição. Houve eleição e a eleição foi uma maravilha com material trazido, arranjado por um Tribunal Regional Eleitoral, aquelas urnas, ainda no tempo daquelas urnas de pano, aquele troço e houve um trem que foi daqui a Teófilo Otoni apanhando voto nas estações, o pessoal trabalhador de soca, bom. Quando isso tudo voltou aí nós fomos abrir as urnas. Aí então é que veio a Junta apuradora e como eu era procurador, me fizeram presidente, acharam que eu é quem devia ser presidente porque poderia resolver os problemas de ordem legal ou que aparecessem de repente, assim de impugnação, bem, e as impugnações que houve eram umas besteiras, foram resolvidas e tivemos o resultado das eleições.

NM - Como é que eram feitas essas eleições? Existiam debates?

PC - Não, isso era lá com eles, isso era da empresa. Nós da Caixa não tomávamos parte, nós não votávamos, compreendeu, porque quem escolhia esses candidatos eram os ferroviários, era o pessoal das ferrovias.

LO - Tinha campanha?

PC - Tinha lá entre eles, eles tinham os interesses evidentemente dos grupos.

NM - Existiam grupos católicos, comunistas?

PC - Comunista tinha, tinha comunista. Eu não digo que tivesse grupos comunistas, tinha um candidato comunista, isso tinha, e ganhou, ele ganhou a eleição, ele foi um dos vitoriosos. Era aquele comunismo meio teórico da época, meio sonhador.

LO - O Conselho Deliberativo, ele tinha uma participação ativa na administração da Caixa?

PC - Não, o Conselho Deliberativo, o problema era o seguinte: os atos do Presidente eram submetidos ao Conselho Deliberativo, que os aprovava ou não. Primeiro foi o Conselho Fiscal e depois virou Conselho Deliberativo, ou vice-versa, eu não me lembro bem assim agora de pronto. Mas ele podia recorrer de ato do presidente, se o presidente praticasse algum ato e fosse submetido a ele, ele poderia recorrer, algum membro. Da decisão do próprio Conselho Deliberativo um membro podia recorrer, era uma forma colegiada de representantes de empregado e de empregador que supervisionavam, de certa maneira, a vida administrativa da instituição.

LO - Mas havia uma participação ativa desses trabalhadores que estavam representados no Conselho Deliberativo na administração?

PC - Não, não. Mais tarde, depois.

Fita 7 – Lado A

PC - É preciso prestar atenção ao seguinte, que o Conselho, a instituição, ela teve em matéria de administração a seguinte fase, presidente e Conselho Fiscal, então o presidente era nomeado pelo Presidente da República e o Conselho Fiscal era composto de pessoas que eram representantes de empregado e de empregador.

LO - Isso desde [19]31?

PC - Não. Até [19]30, até [19]40 a instituição era dirigida por uma Junta Administrativa. Então eram eleitos representantes de empregado e de empregador, e entre eles um era eleito presidente, o outro era eleito secretário. Então um ficava como presidente e o outro como secretário, e os outros se reuniam para aprovar ou não os atos do presidente, bom, a partir do Decreto-lei 3939, que é de [19]41, que é quando o Olavo Redig de Campos é nomeado presidente, passa a ser presidente nomeado pelo Presidente da República, e um Conselho Fiscal composto de representantes de empregado e de empregador, que tem como função rever os atos do presidente, aprovando ou não. Se aprovasse, assunto encerrado, se não aprovasse, o presidente podia recorrer para o Conselho Nacional de Trabalho. Inversamente, se o ato do presidente fosse contrário ao segurado e o Conselho Fiscal aprovasse o ato do presidente, o segurado podia recorrer, bom. Quando veio esse conselho, primeiro era o Conselho Deliberativo e depois o Conselho de Administração. Conselho Deliberativo foi um nome novo que deram mais ou menos ao antigo Conselho Fiscal. Acaba Conselho Fiscal, vira Conselho Deliberativo, faz-se eleição e ele tem mais ou menos a mesma coisa. Depois de [19]60 então, é que vem Conselho de Administração,

que é o seguinte. Um representante de empregado, um representante de empregador e um representante de governo que vão, em rodízio, sendo presidente. Então, no caso da CAPFESP, o primeiro presidente foi um... Veio um representante de empregado e empregador e um do governo, o primeiro presidente foi um representante de empregado, o segundo presidente representante de empregador, o terceiro presidente que era até um Coronel do Exército que viveu na política muitos anos lá no Rio Grande do Norte foi o terceiro presidente, em cuja mão estourou a bomba da Revolução de [19]64. Então, eles se faziam em rodízio, aí era rodízio, e agora eles é que administravam, não existia mais... Agora, existia o Conselho Fiscal, voltou a existir o Conselho Fiscal. Agora, o Conselho Fiscal era só para examinar, agora não era tudo quanto era processo, era só processo, vamos dizer, ele funcionava como uma espécie de Tribunal de Contas, compreendeu, aqueles processos de inversão, disso, daquilo e daquilo outro.

LO - Agora, com o surgimento da Caixa da Central ainda, quer dizer, voltando no tempo, havia também uma administração em que os trabalhadores participavam num sistema colegiado.

PC - No princípio, colegiado, todo ele, governo não metia o bico. Representante de empregado, representante de empregador, havia eleição para representante de empregado, para representante de empregador. Representante de empregador em geral indicado pelos próprios dirigentes da empresa, e eles entre si elegiam um presidente e um secretário, e iam rondando, depois de um certo tempo aquele presidente deixava de ser, ia outro e tal. Bom, a partir de [19]41 presidente e Conselho Fiscal.

LO - Presidente nomeado pelo Presidente da República?

PC - Presidente nomeado pelo Presidente da República e aqueles membros do antigo, da antiga Junta, foram transformados em membros do Conselho Fiscal, quer dizer, nem saíram, continuaram lá. Já no governo Dutra, [19]46, vem o tal Conselho Deliberativo, modificam. Então continua o presidente nomeado pelo Presidente da República, e o Conselho Deliberativo deixa de ser Conselho Fiscal, ele é Conselho Deliberativo, ele não fica revendo atos de Benefício, ele fica na parte mais administrativa e mais de dinheiro, de capital, mas a parte de benefício, porque o Conselho Fiscal revia, ele não revê mais, decidido pelo presidente, estava decidido pelo presidente, compreendeu? Morria ali ou então ia bater no Conselho de Recursos, no Conselho Superior de Previdência se fosse caso de recurso. Quando veio a Lei 3807, de novo se modifica, agora a administração da instituição é colegiada, representante de empregado, de empregador e de governo. Eles vão fazer rodízio na presidência. Então, um fica presidente um ano, no ano seguinte os três se reúnem, elegem um outro, no terceiro ano eles se reúnem e elegem um outro, e há o Conselho Fiscal que também não tem nada a ver com o benefício de Previdência porque agora as questões de benefício já nem vão mais para o presidente, já ficam em nível de delegacia. A coisa cresceu muito, viu, então na realidade os órgãos de execução são as delegacias, chamadas delegacias e hoje chamadas superintendência, e a administração central era um órgão de orientação. Nessa época eu sou o quê? Procurador regional, então eu sou da procuradoria, eu sou o órgão de execução, os meus procuradores é que vão para juízo, enquanto que a procuradoria geral dá a orientação geral à instituição.

LO - Nesse período do Conselho Deliberativo que nós estamos falando nos anos [19]50, eu queria que o senhor fizesse uma análise do poder de deliberação do Conselho

Deliberativo e até que ponto isso representava um esvaziamento da participação dos trabalhadores?

PC - Não, mas eles eram representantes dos trabalhadores. O Conselho Deliberativo era formado de representantes de empregado e de empregador.

LO - Mas o Conselho Deliberativo deliberava, essa é a minha pergunta.

PC - Bem, deliberava em termos de administração, mas deliberava segundo os atos do Presidente, compreendeu, eles podiam ter, por exemplo, iniciativas que teriam que ser submetidas ao Presidente, quer dizer, era o inverso. É o tal negócio, o congresso apresentava um projeto de lei para o Presidente da República sancionar, há outra coisa, o Presidente da República mandar o projeto de lei para o congresso aprovar e depois ele sancionar. Então o Conselho deliberativo dessa época, ele tinha uma ação administrativa dentro da instituição, orçamentária, negócio de contador, de contabilidade, aprovar orçamento, essas coisas, fazer compras, aquisições de imóveis, que já nem se fazia mais quase, mas enfim, eles atuavam nesta área, já não atuavam mais na área de benefícios, compreendeu. Os benefícios eram decididos pelo presidente, todas as prestações eram decididas pelo presidente e se houvesse recurso, era recurso para o conselho culpar da parte no interessado, quer dizer, se o presidente concedesse não havia por que recorrer porque o presidente não ia recorrer do lado dele mesmo, a não ser que fosse um caso esporádico de recurso ex-offício, mas em matéria de Benefício não existia isso. Agora, por exemplo, vamos dar um exemplo. Eu me lembro de que numa ocasião nós estávamos com um problema, o doutor Matoso Maia tinha assumido a direção do Hospital Gaffrée Guinle. O Hospital Gaffrée Guinle vinha sendo dirigido, desde a Revolução de [19]30, pelo ex-diretor da Casa de Correção, Meira Lima. Meira Lima no dia 24 de outubro, ele tinha um bando de presos sob as ordens dele, ele era o diretor da Correção, presos políticos. No dia 25 de outubro ele estava exatamente na sala da capela onde os presos políticos estavam, porque agora o negócio tinha invertido, ele era diretor da Casa de Correção do Washington, agora ele era um prisioneiro em revolta, bem. Mas ele era muito ligado à família Guinle, e o Hospital Gaffrée Guinle, ele resultou, a criação dele é uma doação do Velho Gaffrée e dos Guinle que fizeram aquele hospital. Então, ele foi ser o dirigente daquele troço e a Caixa da Central usava, alugava um andar inteiro. A administração do velho Meira Lima, aliás, um dos filhos dele, o Hugo foi meu colega de turma de colégio. A administração Meira Lima era uma coisa espetacular. Num lugar onde havia ambulatório de sífilis, por aí você vê o que é que frequentava o ambulatório, do lado de fora, um fósforo, não havia isso. A limpeza daquilo era um negócio espetacular. Bom. Morre o Meira Lima, foi nomeado para lá, designado pela família que ainda mantinha o hospital, o doutor Matoso Maia, e o Matoso Maia tinha umas concepções alemãs, ele tinha feito um curso de hospital na Alemanha e veio cheio de ideias alemãs, e dentre as ideias alemãs é o seguinte: doente não tem que ficar com a família. Família é esse negócio que a gente vê, a madame está no quarto ao lado, o sujeito morre aqui, a madame está sendo confortada lá, brasileiro não nasceu para isso, brasileiro tem que estar grudado com o doente, às vezes, até dando um negócio para matar o doente. Então aquela história do sujeito que o médico veio e estava muito mal, uma dieta danada e ele virou-se para o médico: “Doutor, eu posso tomar um xibé”. Um nordestino desses, o médico diz: “Você está louco, que tomar xibé, morre”. “Doutor, e se eu tomar uma água, eu posso tomar?”. E ele: “Pouquinho, pouca água”. “Doutor, e pode ser um pouquinho de açúcar na água?”. “Bem, pouquinho”, “Doutor, dá para eu comer uma farinhazinha”. “Não senhor, de jeito nenhum”. “Um pouquinho doutor”. “Olha, só um

bocadinho e cabô”. Horas depois você era chamado e o cara tinha morrido: “O que é que houve?”. Para a mulher: “Doutor, eu dei um xibé para ele”. “Mas como é que você vai dar um xibé?” “Doutor, o senhor disse que ele podia beber água, podia comer açúcar, podia comer um pouquinho de farinha, ele quis o xibé, eu misturei isso tudo”. Explodiu tudo, a gente aqui no Brasil quer estar junto do doente dando xibé para o doente, mata o doente e não tem importância. Mas ele vinha com aquela concepção, então ele queria o seguinte. Primeiro, sem acompanhante, não tem acompanhante, doente mesmo que estivesse em quarto particular era proibido acompanhante. Visita, ele não queria visita, só no domingo porque havia uma turma que farofava visita, vinha lá de Santa Cruz, como uma galinha assada, farofa e tal. Comiam na presença do doente e às vezes até dava para o doente. Então, quando nós íamos fazer a reforma do contrato, renovação do contrato, ele enfezou, de jeito nenhum ele queria acompanhante e a turma não estava conseguindo dobrar, me jogaram nesse fogo: “Vai lá conversar com o homem”. Ele era um sujeito assim ríspido, germanófilo, eu digo: “Bom, doutor, o senhor não quer, o senhor é o administrador do hospital, está tudo muito bem, agora, acontece uma coisa, a Caixa da Central não vai se responsabilizar nem responder pelo seguinte: imaginemos uma criatura que tenha vindo de Bangu visitar o marido que já se sabe que o marido vai morrer, mas quando ela chegou aqui, o marido está em plena visita da saúde, sentado, conversando, naturalmente uma dispnéia, falando devagar, mas sentou, perguntou pelo cachorro, perguntou pelo galo. A mulher sai dali animadíssima, Fulano vai ficar bom. Quando ela chega em Bangu, já tem a notícia de que o marido morreu, ela na mesma hora vai para o jornal e vai dizer: “Mataram o meu marido” “Mataram o meu marido, cheguei lá e ele até perguntou pelo galo e quando eu chego em Bangu ele já morreu, não dava para ele piorar, o senhor responde, a Caixa da Central não vai responder. A responsabilidade em responder por essa morte é do Hospital Gaffrée Guinle”. O cara, na mesma hora aceitou acompanhante, porque tem que ser, você tem que... Não adianta você querer criar, trazer coisas, são ótimas as coisas que você pode trazer, mas por mais que você traga as coisas, você tem que adaptar as coisas, ao que acontece. Por exemplo, agora mesmo, tomografia, a minha mulher teve que fazer tomografia cerebral computadorizada, muito bem, é aquele serviço lá do Niemeyer e não sei o que, mas pelas condições dela...

NM - Na Santa Casa de Misericórdia?

PC - É da Santa Casa de Misericórdia, eu tinha levado ela aqui para onde os médicos dela são da Clínica Sorocaba, mas a Clínica Sorocaba faz a computadorizada lá na Santa Casa, e eu há anos atrás tinha feito uma aqui, aqui na Beneficência Portuguesa. Resultado final, isso em [19]82 quando começou a doença dela, quando ela entrou eu quis entrar com ela, e não me deixaram: “Não, o senhor”. Resultado: doente não colabora, quer dizer, deu o resultado, atrofia, mas certas coisas que eles precisavam saber, então peguei o resultado e disse: “Doutor, me diga uma coisa, como é que o doente vai colaborar? Pois já não está entendendo direito as coisas, já não está falando direito as coisas, o senhor tinha que perguntar para mim, por isso eu devia estar dentro”. Bom, quando foi agora na hora de começarem o negócio lá, me disseram que ela ia ser anestesiada, iam fazer anestesia geral porque como ela não pode mais obedecer a comandos, então o senhor vai lá para fora, eu digo: “Não senhor, de jeito nenhum, eu vou ficar aqui dentro”. “É, mas o senhor vai tomar raio-X, e se eu tivesse que tirar uma radiografia do pulmão, eu ia tomar ou não ia tomar? Agora, se o senhor vai anestésiar a minha mulher, eu tenho que estar junto, porque eu quero sair daqui tranquilo, se ela morrer, ela morreu porque teve uma síncope respiratória, eu não sei se o senhor vai dar uma paulada na cabeça dela para acabar com ela mais ligeiro, então eu quero, eu fico, o senhor anestesia, eu fico e assisto, pronto”. O alemão ia

dizer isso? Não ia. O alemão não ia nem com a mulher para a coisa, vou morrer mesmo, não é, não tem problema, não vai ficar boa mesmo. Não é que eles sejam piores do que nós, é a maneira de ser, então um negócio desses de não vai ter acompanhante, que não vai ter acompanhante seu! Qual é o sujeito aqui no Brasil que vai para uma casa de saúde e não quer um acompanhante? Todo mundo quer e não há ninguém da família da gente que não queira ir para lá, até para aporrinhar. Eu me lembro que quando eu fiz a minha operação de úlcera, eu passei seis dias com um canudo no nariz, e é preciso o sujeito ter duas “bago” para aguentar aquele troço, porque você passa seis dias sem comer, então você já passa seis dias com soro e mais aquele canudo, e aquele canudo cada vez que você engole, aquele troço faz, levanta assim, parece até uma “piroca”. Às vezes a minha mulher chegava junto de mim. “Tadinho, coitado dele com esse troço”. Eu dizia: “Minha filha, pelo amor de Deus, não fala mais nisso porque toda vida que você fala, eu lembro que estou com o canudo, quer dizer, eu fico cinco horas fazendo força para esquecer que eu estou com o canudo, você chega, fica com pena e olha eu sentindo o canudo”. Porque você pode abstrair o canudo, eu acabei abstraindo, os três, quatro últimos dias eu não sentia mais canudo porque eu fiz uma força tal para não pensar naquela merda. O que mais?

NM - Em 1952, o senhor andava circulando em torno da Presidência?

PC - [19]52? Presidência de quê?

NM - Presidência da República?

PC - Não, isso aí foi um negócio muito rápido, foi na Secretaria da Presidência da República. Isso foi o seguinte: vou explicar a vocês o que era. O jornal *A Noite* tinha sido encampado pelo governo, não apenas o jornal *A Noite*, toda a organização da antiga São Paulo-Rio Grande, então a São Paulo-Rio Grande representava a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, uma empresa chamada Lambert Colonization que explorava negócios de terra no Paraná além do frigorífico do Rio de Janeiro, e tinha *A Noite*, maior jornal da época. *O Globo* era o maior jornal da noite...”, no dia seguinte nós dizíamos assim...” *A Noite* é o maior jornal do globo...”, bom, primeiro jornal que inclusive tirou 200 mil exemplares na América do Sul, *A Noite*. Tinha o jornal, tinha revistas *A Noite Ilustrada*, que era um tipo *Fatos & Fotos*, imagina *Fatos & Fotos* em 1930, que organizou, inclusive um concurso de Miss Universo, quando saiu pela primeira vez uma brasileira: Iolanda Pereira, em 1930. Tinha uma revista *Vamos Ler*, que era uma revista que foi até quando eu comecei n’*A Noite*, era uma revista literária de primeira qualidade, tinha a *Noite Ilustrada* que era outra revista assim, que saía às segundas-feiras.

NM - O senhor fazia resenha literária?

PC - Não, fazia uma porção de coisas, bom. E tinha *A Carioca*, que era uma espécie de *Amiga* de hoje, e tinha a Rádio Nacional. Eu fui o redator dos primeiros jornais falados da Rádio Nacional, escrevia na redação d’*A Noite*. Durante a guerra, todo dia eu fazia, no fim do dia, eu fazia todo o noticiário antes de aparecer o Repórter Esso, viu, eu fazia o noticiário todo que de hora em hora saía e à noite eu fazia uma resenha de tudo que tinha acontecido durante o dia da guerra, então *A Noite* era uma potência. Acontece, entretanto, que *A Noite* já não era uma companhia nacional, todo o grupo pertencia a duas famílias

que formavam o Comitê Defoj^{*}, as famílias Dedequer^{**} e LaFont^{***}, belgas e franceses, era o Comitê Defoj, e isso caiu na mão desse comitê por causa do senhor Geraldo Rocha, quando ele fez aquele edifício, aí já era um negócio muito comprido para a gente contar, bom.

LO - Edifício da Avenida Rio Branco.

PC - É, aquele da Praça Mauá, primeiro edifício, primeiro arranha-céu da América do Sul que está cravado na rocha, o alicerce dele, *A Noite* tem um alicerce que nenhum edifício do Rio de Janeiro tem porque ali naquele morro do Sacramento, ele entra, ele é uma rocha que vai pelo mar adentro, e *A Noite* está cravada na rocha, o edifício. Para vocês verem o que é *A Noite*, *A Noite* acabou em [19]57, portanto, praticamente há 30 anos. *A Noite* foi fundada no dia 18 de junho de 1911, depois que *A Noite* desapareceu, os antigos redatores ou não redatores, todo dia 18 nós nos reuníamos num almoço. Ainda ontem estavam lá, o Ministro Clóvis Ramalhete, o desembargador Santiago Costa, eu, enfim, um advogado José Viegas, formidável advogado, o Euclides estando de viagem à Europa e que era desenhista d'*A Noite*, enfim, a gente Epitácio Cão, a gente continua mantendo aquela ligação e a turma está acabando e tal, mas a gente está ali firme. Então, quando o governo, quando a França caiu, caíram a França e a Bélgica, aí não houve mais representação aqui no Brasil, e nem da França, nem da Bélgica, não havia nem embaixador francês e nem embaixador belga. Estávamos na ditadura do senhor Getúlio Vargas. Descobriu o senhor Getúlio Vargas que essas empresas deviam ao Estado, um negócio de umas debêntures, um negócio assim, bem, e que inclusive tinha uma rádio com o nome de Rádio Nacional e um jornal como *A Noite*. Então, ele vai encampa, encampou aquilo e começou aí... É verdade que a velocidade adquirida durante uns quatro anos mais ou menos nós ainda mantivemos aquela, aquele fogo sagrado, quer dizer, aquela maneira de ser, depois começou a entrar gente de tudo quanto era tipo lá dentro. Então, no segundo governo Getúlio com a quantidade de gente que entrou, a bagunça que estava, a Secretaria da Presidência da República resolveu estudar aquele negócio para reorganizar os quadros d'*A Noite*, da empresa toda, não era só d'*A Noite*, da empresa toda, bom. Era nessa ocasião superintendente o André Carrazoni, que tinha sido diretor d'*A Noite*, que era jornalista, se dava muito comigo e tal, e um dia ele me chama, dizendo que a Presidência da República estava muito interessada em fazer este serviço e que ele havia dado o meu nome como a pessoa capaz de mergulhar nessa papelada e organizar aquilo. Eu digo: "Bem, eu tenho as minhas dúvidas que eu seja capaz de um troço desse, mas a gente pode tentar". Então, eu fui requisitado pela Presidência da República e durante um ano eu trabalhei com a ajuda de uma porção de gente para organizar os quadros nas empresas, de modo que quando eu terminei cada uma das empresas estava com os seus quadros organizados, o frigorífico tinha o seu quadro organizado, *A Noite*, o que facilitou mais tarde quando acabaram com *A Noite*, em [19]57, a absorção dessa gente pelo serviço público porque estavam mais ou menos enquadrados. Quando eu terminei esse serviço eu fui chamado no dia que eu me apresentei lá na Secretaria da Presidência para dizer que estava terminado o serviço, o camarada que me atendeu lá disse que o Lourival Fontes queria falar comigo. Lourival Fontes era o secretário do presidente, e eu recebi então o convite do Lourival para continuar trabalhando, agora na Secretaria da Presidência, e eu não quis, eu digo: "Não, já me afastei um ano da Previdência e não quero me afastar outro, então me faz favor, me devolve os dois mil réis que eu te emprestei, me devolve lá para

* Transcrição aproximada do nome.

** Idem.

*** Idem.

a minha instituição e deixa-me cuidar do meu”. E voltei para a Caixa, é isso. Então é uma passagem esporádica pela presidência, não! Foi pela Presidência da República, requisitado por lá, mas para fazer um outro serviço.

NM - Em 1953 foi realizado aqui no Rio de Janeiro o Primeiro Congresso dos Trabalhadores na Previdência Social. O senhor se lembra desse congresso?

PC - Lembro. Esse congresso pretendeu-se criar uma organização, Associação dos Previdenciários, era um negócio mais ou menos assim com esse nome, ou União, não era bem união dos previdenciários era uma associação dos previdenciários. Num certo momento havia duas chapas, uma delas tinha como candidato a presidência Odilo Costa Filho, que era do IAPC, e a outra tinha como candidato a presidência uma pessoa do IAPI, não me lembro agora o nome da pessoa, e ambas as chapas, ambas as correntes queriam para vice-presidente um representante de Caixa e o pessoal de Caixa decidiu que seria eu. Primeiro para a do Odilo, depois para a outra. Acontece que nessa época estava se radicalizando demais essas organizações porque havia um grupo comunista que trabalhava fortemente para obter umas tantas garantias de direção e a coisa chegou a um ponto que me pareceu que tinham levado o negócio para o lado político, excessivamente político e muito pouco classista, compreendeu, eu achei...

Fita 7 - Lado B

PC - Eu achei que a coisa invés de eles estarem procurando gente para independentemente de corpo partidário defender a classe dos previdenciários, o que eles estavam pretendendo, porque você veja bem, [19]53, está ali aquele negócio de Getúlio, voltou Getúlio e não sei o quê, o que eles estão querendo é utilizar a classe para caminhos políticos e eu então larguei as duas chapas, eu digo: “Não, classe é classe, política é política, para político eu tenho partido se eu quiser, agora classe, a gente vai lutar por coisas da classe, agora tomar esse caminho não”. E esse troço acabou não dando em nada.

NM - Quais eram os objetivos desse congresso?

PC - Não era um congresso propriamente, não era congresso.

NM - Esse encontro?

PC - É, isso era para organizar esta associação, essa para organizar essa associação de defesa dos interesses dos funcionários da Previdência Social. Essa é que era a coisa principal.

LO - Vamos fazer uma pausa para continuar em outro encontro.

PC - O que você quer saber mais?

NM - Nós falamos também da Secretaria da Presidência da República.

Data: 27/11/1986

Fita 7 – Lado B (continuação)

LO - Em 27 de novembro de 1986, mais uma vez na residência do doutor Paulo da Silva Cabral em mais uma etapa do convênio FIOCRUZ, Casa Oswaldo Cruz, INAMPS com o Nilson e o Luiz Octavio.

NM - Senhor Paulo, semana passada nós conversávamos sobre o início dos anos [19]50. Em 1953 foi criado a CAPFESP. O senhor poderia contar a história da criação da CAPFESP?

PC - O que acontecia era o seguinte. Nós estávamos já no regime dos institutos desde 1933 com a criação do IAPM, era uma outra filosofia paralela a das Caixas. Então, enquanto que as Caixas, todas as Caixas tinham a sua lei, quer dizer, já existia uma unicidade legislativa de direitos, deveres, obrigações com as Caixas, e eram instituições, entidades de menor porte em termo de número de segurados com uma certa flexibilidade talvez maior de administração, bem. Os institutos, a partir do IAPM, eles foram se multiplicando em termos de atividade profissional. Então cada instituto estava dirigido para uma determinada atividade profissional, IAPC, IAPM, IAPB. É verdade que, por exemplo, no IAPTEC havia uma certa, que era o Instituto de Transportes e Cargas, e que depois havia absorvido o Instituto da Estiva, acabou o Instituto da Estiva e ele foi... E o IAPTEC ficou com a estiva. Então, veja que já o IAPTEC ele vinha com todos os motoristas, motoristas de qualquer tipo de atividade – de ligação --, é onde vai surgir o autônomo, o segurado autônomo, que hoje está aí espalhado, surgiu lá com o motorista de táxi, porque veja bem, tudo estava na base de empregado e empregador, então tinha contribuição de empregado e contribuição... O que é que se ia fazer com quem não tinha empregador? Então, surgiu a ideia do autônomo, do trabalhador por conta própria, trabalhava para si próprio, ele era o seu próprio patrão. Então, nessa ocasião, o IAPTEC já cria isso, mas as Caixas, elas estavam de certa maneira com o aumento, com os primeiros aumentos que houve de aposentadoria, de pensão e tal, havia algumas caixas que quase que eram um clubezinho. Você veja bem, por exemplo, a caixa de aposentadoria dos aeronautas, os aeroviários que era como chamava, o número de empresas que tinha na época de aviação era um número pequeno, não é verdade, cada empresa tinha um pequeno número, então, eu me lembro que numa ocasião eu fui a Caixa dos Aeroviários tratar lá de uma questão qualquer, e fiquei abismado no seguinte: a minha Caixa ocupava um prédio de sete andares, a Caixa dos Aeroviários era um andar de um prédio, não me lembro bem, mas era aqui pela avenida, assim, ali Cinelândia, talvez fosse até no São Borja, não tenho bem certeza não, por ali, e todas divisões, as separações, era tudo de vidro, dentro do Gabinete do Presidente, quer dizer, o presidente estava sentado na cadeira dele e se ele olhasse lá embaixo, viu, via um sujeito como eu vejo daqui talvez a minha cozinha, um negócio assim, bom. Então, já se vinha tentando há muito tempo fazer a unificação das Caixas, já há algum tempo, muito tempo não, muito tempo seria exagero, há algum tempo, mas prorrogavam, prorrogavam.

NM - O ISSB, em 1945 incluía a...

PC - Sim. O ISSB ia ser o que foi o INPS em [19]67.

NM - Incluía, portanto, as Caixas também?

PC - Tudo, tudo, o ISSB era tudo. Era a unificação da Previdência, bem, com a legislação unificada e também com a administração unificada. Não pegou, bom, então aí, porque nós tínhamos Caixas altamente deficitárias que começaram a ser absorvidas por outras Caixas. Veja bem, a minha Caixa, a Caixa da Central encampou a Caixa da Estrada de Ferro Maricá, que é aqui em Niterói, Estrada de Ferro Maricá, então a Caixa da Estrada de Ferro Maricá tinha talvez uns 15 funcionários ou um negócio assim, era pouca coisa e segurados era só daquela estradinha. Encampamos a Caixa da Rio D'Ouro. A Rio D'Ouro era uma espécie de linha auxiliar que tinha aqui, que saía ali da rua, não é Figueira de Melo, Figueira de Melo era a antiga Leopoldina, parece que é Boulevard São Cristóvão, assim que a gente sai da Praça da Bandeira, depois ali do Corpo de Bombeiro, não tem uma rua que vai para São Cristóvão? Pois ali tem uma estrada e era a tal Estrada de Ferro Rio D'Ouro que ia para um suburbiozinho desses. Tinha aqui no Rio de Janeiro uma Caixa, teve uma Caixa como a ideia era toda empresa de transporte, existia uma linha de bonde, viu, se não me engano era ainda bonde de burro lá em Campo Grande com Pedra de Guaratiba, então tinha o quê? Tinha dois ou três sujeitos que dirigiam o bonde, o burro, talvez uns dois condutores para cobrar, os empregadinhos da empresa, pois tinha uma Caixa! A Caixa acabava gastando mais do que recebia, não é? Porque o vencimento do pessoal, as Caixas eram divididas em classificação, mas de qualquer maneira, bom. Então, a Caixa da Central já tinha encampado a Rio D'Ouro, encampou a Marica, encampou a Bahia Minas em Teófilo Otoni. Então fizemos uma agência. Então, de repente, a Caixa da Central já estava com uma série de agências, quer dizer, se aproximando de uma estrutura, tipo mais ou menos instituto, embora não reunisse o resto do pessoal das Caixas, bom. Então diante disso, começaram as tentativas, baixaram o decreto, prorroga daqui, prorroga dali, prorroga dacolá. Afinal, em [19]53 ou [195]4, foi o governo Café Filho, fizeram a unificação das Caixas, bom, então saiu a tal CAPFESP. Por que CAPFESP? Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, quer dizer, luz, gás, água, telefone, telégrafo, então, onde existisse uma Caixa, viu, desaparecia a Caixa para ser a CAPFESP. Então, a CAPFESP, de saída como Caixa ainda, ainda com o nome Caixa, ela era, ela só era menor do que o IAPI e do que o IAPC, era uma Caixa que já era a terceira potência em matéria de Previdência, depois vinha IAPTEC, IAPB. IAPB era clube entre amigos, excelente instituto, muito bem feitinho, mas começa que a própria clientela do IAPB era uma clientela de nível, o nível do pessoal do IAPB era muito bom, porque você veja o seguinte. Um servente de banco é um sujeito esclarecido, não é verdade, entende desse negócio de juro, desse troço, sabe falar bem, não é um graxeiro de uma estrada de ferro, um homem mais rude e tal, bem. Mas então, unificaram-se as Caixas. Não foi difícil a unificação porque a legislação das Caixas era a mesma, a única coisa que criou problemas foi talvez a parte administrativa, mas assim mesmo, apesar dos defeitos, viu, porque nessa hora aparece sempre os donos da bola, que por isso ou por aquilo empolgam e poderia se ter feito uma unificação das Caixas melhor, mas não foi, mas de qualquer maneira o negócio deu certo, com algumas dificuldades daqui, dali, mas foram tocando, bem. Até que em 1960, quando veio a Lei Orgânica de Previdência Social passou a ser a Caixa, a CAPFESP a chamar IAPFESP, passou a instituto. Aí, acabou mesmo o regime de Caixa.

NM - A criação da CAPFESP significou mudanças nos benefícios?

PC - Não, não. Porque desde [19]48 nós tínhamos a Lei 593 que tinha reformulado aquele Decreto 20.465 em pouca coisa. A filosofia do Decreto 20.465 continuava e vejam, é um

negócio que eu insisto muito, eu faço muita questão, eu sempre dou muita ênfase a isso, foi a mais perfeita lei de Previdência que nós tivemos no Brasil, ainda que você considere que a um fim de um certo tempo ela tinha defasagens.

LO - A lei de [19]31?

PC - É, a lei de [1931, viu, feita por Lindolfo Collor, esta lei é uma lei tecnicamente perfeita, viu, e para a época é extraordinária a visão com que ela foi feita, de modo que quando chegou em... Veja o seguinte, você quer ver que coisa impressionante. Ninguém podia ter uma aposentadoria menor de 200 mil réis, ninguém podia ter uma aposentadoria maior de dois contos de réis, olha os dez salários, a diferença em dez, não é, de 200 para dois mil, não foi isso e isto foi que depois obrigou os institutos quando houve a unificação em [19]67 a fazerem a mesma coisa, quer dizer, porque imagina se fosse de cinco, o que é que a negrada hoje não estava amargando aí, não é verdade? Então, bem, em [19]67 quando se fez a unificação houve aquele impacto em certos institutos, quer dizer, em certos institutos porque quem tinha o máximo de cinco salários mínimos agora vai ter dez, não teve outro jeito, desde que é evidente, não quem já estava aposentado. Quem já estava aposentado, coitado, ficou, bem, porque o benefício é um princípio da Previdência Social, de que o benefício ele é regido pela lei da época em que ele é concedido. Está certo. Em princípio, apenas, quando você cria direito novo é que você pode levantar outras questões de extensão. Bom, aí já é um problema que talvez a gente mais tarde chegue a tocar na questão da retroatividade maior ou menor da lei. Diga.

NM - Do ponto de vista administrativo e do ponto de vista jurídico nós não vimos grandes transformações... Agora do ponto de vista da qualidade dos serviços assistenciais, por exemplo, da assistência médica, ocorreram modificações?

PC - Não. Não ocorreram porque se somaram virtudes. Entendeu? Porque, veja bem, não havia serviço médico, tirando o IAPB, entendeu? E o IAPI, o IAPM, o IAPI não, IAPB que dava uma assistência médica até de alto nível, não é? O IAPB comprou aquele....

LO - Hospital da Lagoa?

PC - Hospital da Lagoa, que tinha sido feito por quem? Pela Sul América. Quer dizer, imagina uma companhia de seguros vai fazer um hospital. Ia fazer um necrotério, não. Ia fazer um negócio da melhor qualidade, né? O IAPB, vem, e ficou com ele. Então, na realidade o IAPB dava uma assistência médica, eu não posso entrar em detalhes em relação à qualidade dos profissionais do IAPB, porque não os conhecia. Não vou dizer, absolutamente, que eram melhores ou piores do que os profissionais da Caixa; agora o que eu posso dizer é o seguinte: é que todas as Caixas que tinham serviços médicos, com as honrosíssimas exceções dos que não prestavam, dos médicos que não prestavam, não é? Porque em toda comunidade você vai ter que sempre encontrar... não é? Aquele sujeito que é pulador, que não quer estudar, que dá golpe, isso é besteira. Isso não adianta, isso você encontra até na Igreja. Bem, eu me recordo, por exemplo, quando eu me formei, uma turma na minha frente, na faculdade, tinha um camarada que... Ninguém sabia que ele estava num seminário. Ninguém sabia, formou-se em Direito, no dia da formatura, baile todo mundo de casaca? Ele entre a última prova e o baile, ele prestou, lá, os compromissos lá... Bom, chorou bandeira lá na Igreja e compareceu. Ao baile de roupa de batina, entendeu? Vai de batina, uma batina muito bonita, muito alinhada, e tal. Bem, e estava circulando, parecia um pavão com aquele troço. Pois bem, quatro anos depois,

viu, um dia prenderam esse cara porque ele estava dando golpes aí. Então você veja é o íntimo, a criatura humana é imprevisível. Bem, quer dizer, da turma dele nunca ninguém foi preso, o único foi o padre. E costuma dizer que advogado é ladrão, pois bem, naquela turma, viu, que inclusive deu aquela turma deu Carlos Alberto Lucio Bittencourt. Um dos sujeitos mais espetaculares que eu conheci na minha vida, que foi deputado, senador, e que foi uma desgraça para esse país, o Carlos Alberto Lucio Bittencourt ter morrido. Porque ele morreu num desastre de aviação, quando ele estava se candidatando a governador de Minas Gerais, e ele, inclusive, lutar com o Bilac Pinto. Mas ele, o Carlos Alberto, era um sujeito que sendo do PTB, ele se impunha, o pessoal da UDN o respeitava, entendeu? E talvez o país não tivesse tido a desgraça chamada Jânio Quadro, viu? Se Carlos Alberto Lucio Bittencourt não tivesse morrido. Bem, então, o corpo médico das Caixas primava de qualquer Caixa; primava pela qualidade. Então a CAPFESP, o que aconteceu? Somou qualidades. Não é verdade? Somou qualidades. Somou excelentes profissionais. Juntou material, aquele lugar ali na Rua do Matoso, onde foi, depois, o SAMDU. De triste memória o SAMDU, aquele posto do SAMDU, da Rua do Matoso, aquilo foi, antes de ser SAMDU, viu, praticamente a reunião dos serviços médicos das Caixas. Foi uma coisa extraordinária aquilo ali, não é? Bem...

LO - Era um ambulatório?

PC - Era um ambulatório. Aquilo, se não me engano, aquele ambulatório era da Caixa, Paulo, da Leopoldina, me parece; eu não, agora eu não estou bem certo se era da Leopoldina ou da Light; era de uma das duas, viu? Pois bem, aquilo ali foi ampliado. Depois, quando já IAPFESP entendeu? Até quando eu estava na administração da IAPFESP, do IAPFESP completou-se aquele negócio, fez-se um edifício lá, lá dentro. Que tinha em cima um laboratório de anatomopatologia que era modelar, e isso já foi feito pelo IAPFESP. Já era CAPFESP, IAPFESP, não, era IAPFESP, não era CAPFESP não; era IAPFESP. Eu me lembro que até no dia da inauguração daquele pavilhão o cardeal dom Jaime Câmara, compareceu àquele negócio. Foi, aliás, um trabalho muito bem feito de um camarada que era então, delegado, aqui, no Rio de Janeiro, o Jorge Barbosa, compreendeu, que era um sujeito realmente muito trabalhador, viu? Um sujeito eficiente, entendeu? Então, ele meteu na cabeça fazer aquilo, e fez.

LO - Ele era delegado da Caixa?

PC - É, era delegado. Porque, antigamente, em vez de superintendente, porque hoje são superintendentes. Então, as Caixas tinham delegados; aliás os institutos, também. Bem, a administração regional, ela era dirigida por um delegado. Então o posto dele era de delegado. Ele era um homem que não era funcionário da Caixa, entendeu? Tinha sido empregado da telefônica. Então, num negócio de uma arrumação adjunta – esse negócio, aí, sindical, e tal – ele foi eleito, designado para ser o dele... Um dos membros da junta como delegado do Instituto, entendeu? E ele era, até o afilhado do Jaime Câmara, por isso que ele levou, lá, o Jaime Câmara no dia da festa. Bem, ou pelo menos o Jaime Câmara foi por causa disso. Mas era um sujeito combativo, trabalhador para burro, viu? Direito, um homem direito, um homem correto, um homem honesto. Depois ele entrou para o quadro de funcionário da Caixa, hoje é parece que fiscal, ou qualquer coisa assim. Foi, agora membro do conselho. Então, o que eu tenho, quero dizer, é isso: é que os serviços médicos, compreendeu? Só ganharam. Porque ganharam em qualidades, somaram-se qualidades. E os defeitos, meu filho, isso soma também, mas na hora de subtrair, se a parcela dos defeitos é pequena, não tem importância.

NM - Observando a história do IAPI, nós verificamos a existência de diversas lideranças ali dentro; grandes nomes: Helio Beltrão...

PC - Sim. Não o IAPI deu uma, deu gente de primeira qualidade, eu já disse isso uma vez.

NM - No caso do IAPFESP, nós vamos encontrar grandes lideranças, também, grandes pensadores da Previdência Social?

PC - Vamos. Vamos encontrar sim. Veja bem, há coisa de um mês, mais ou menos, ou menos de um mês, morreu Raimundo Lopes Machado, que vinha da Caixa dos Aeroviários – veja bem, uma Caixinha pequenininha que deu Raimundo Lopes Machado, que além da dignidade pessoal, do caráter impecável, impoluto, viu? É, era um profundo conhecedor de Previdência; além de ser um grande advogado. Celso Fontenelle, talvez um dos melhores advogados do Fórum do Rio de Janeiro. Advogado nosso, quer dizer, Orozimbo de Almeida Rego, um dos maiores conhecedores de acidente de trabalho no Brasil; era o sujeito que cuidava de acidente de trabalho enfrentando as empresas de acidente de trabalho. Bem, nós tivemos, por exemplo, Adine Ghel que vinha da Caixa da Light, também um sujeito de primeira qualidade. É, Jerônimo Inácio Bonfim que foi procurador regional no Rio e eu o substituí, aqui. É, Kamaso Luiz de Azevedo Marques, meu colega de turma de colégio, meu colega de faculdade que acabou, era procurador da Caixa da Light; então você veja que liderança teve, não é? Apenas era uma liderança, talvez, mais modesta, porque o IAPFESP continuou sendo olhado assim meio Caixa, não é? Mas houve trabalhos admiráveis feitos pelo pessoal do IAPFESP, isso é inegável, entendeu? E além de tudo, o pessoal que tinha aquela flexibilidade que eu falei a vocês, já, uma vez, de que pessoal de Caixa atendia todo mundo. Instituto não era bem assim. Instituto para atender, funcionário atender sobretudo, um funcionário graduado, um procurador, não estava atendendo qualquer um não. E Caixa foi sempre aberto, regime aberto.

NM - O senhor quando falou do SAMDU o senhor mostrou uma certa preocupação...

LO - Triste lembrança.

NM - Triste lembrança.

PC - É, você veja bem o seguinte: eu não posso penetrar muito nas coisas do SAMDU, porque não entrei bem dentro do negócio, o SAMDU era o SAMDU. Bem, era Serviço de Assistência Médica e Domiciliar de Urgência, dirigido lá por um ministério, lá, por um... Mas o SAMDU ocupou, na realidade, ele ocupou aquele ambulatório nosso. Aquilo foi tomado assim meio 'mano militare', ali. E na realidade, caiu, não digo o tipo de atendimento de médico, porque volto a dizer, não sou autoridade para falar. Eu sou autoridade para falar em nomes, em grandes nomes dos sujeitos que eu vi, na medicina, dentro do instituto, dentro da Caixa, e tal. Agora num serviço daquele, que era de ambulatório, entra ou sai, isso aí eu não sei, aqui dentro está ligado a... Agora, que desorganizou o nosso ambulatório, isso é inegável, isso é...

LO - Quando foi isso?

PC - Meu filho, foi depois da fusão das Caixas, agora, garantir a você...

LO - Depois da fusão...

PC - É, depois de [19]54. Você, por exemplo, agora mesmo, a gente está falando em figuras de médico. Você veja o seguinte, nós tivemos um médico na Caixa da Central, que, curiosamente, ele entrou para Previdência, junto comigo, como inspetor da Previdência. Era um rapaz pobre, estava estudando medicina e arranjou um lugar de interino, como eu também, lá e fez o concurso comigo. Nome desse camarada: Egas Muniz Alcântara de Barros, por acaso tinha sido aluno do internato Pedro II, também, mas era algumas turmas abaixo da minha, é mais moço que eu. Bem, formado em medicina, ele veio ser, mais tarde, médico da Caixa da Central. Uma certa altura, ele estava querendo se especializar em cirurgia torácica, coisa que era um tabu, na época. Cirurgia torácica era um negócio que a gente achava que... Mexia em pulmão. Operar um sujeito de pulmão. Pois bem, obteve... Esse rapaz obteve naquele tempo não se falava em bolsa de estudo, mas ele foi para os Estados Unidos – creio que passou um ou dois anos lá. Bem, a uma certa altura, e isso é importantíssimo da gente lembrar. A uma certa altura os nossos tuberculosos – os tuberculosos da Previdência Social – eram todos confinados, ali, em Jacarepaguá, não é? Tinha hospital isso, hospital aquilo, então bancários tinham hospital dele, o IAPFESP, a CAPFESP, ainda, alugava, lá, em Curicica, parece. O Curicica não era de tuberculoso? Eu não sei se o Curicica é tuberculoso ou é doido. É Curicica... Bom, um hospital lá. O IAPI tinha, também, um serviço lá, bom. Esses médicos de tisiologia, sobretudo, de cirurgia torácica, eles resolveram se reunir, e fizeram por conta própria – veja que beleza esse troço. Eles fizeram por conta própria, sem a administração entrar nisso, entendeu? O negócio da seguinte maneira: Se aquela cirurgia valesse, precisasse ser feita no IAPB, no Hospital do IAPB, e o sujeito era do IAPFESP, levava ele para o do IAPB, para fazer lá, e logo que ele pudesse, transportava para o nosso; e vice-versa. Quer dizer, eles fizeram uma comunidade. Eu me recordo de um caso, famoso, numa ocasião, aliás, dois casos. Uma ocasião me chegou um sujeito... Era um homem que estava com sessenta e poucos anos, um pouco rouco para falar comigo, e tal. Então, no meio da conversa, de vez em quando a voz dele falhava um pouco, e tal, e eu digo... Não sei como se encaminhou a conversa para aquela maneira dele falar. E ele virou-se para mim e disse: “Oh! Doutor o senhor desculpe-me estar falando assim, porque, falhando a minha voz, e tal, porque eu há muito pouco tempo eu saí do hospital lá de Jacarepaguá, um dos hospitais, não me lembro qual – fui operado do pulmão e tirei um pulmão. Eu tirei um...”. Tomei um susto, porque eu nunca tinha visto uma pessoa que tivesse tirado um pulmão. Eu digo: “Quem foi que fez essa sua operação?” Ele virou-se para mim e disse: “Um sábio e santo”. Eu digo: “Quem é esse? E que ainda existe desse troço?” Ele disse: “Doutor Egas Muniz Alcântara de Barros” Era o médico da Caixa Central. Bem, eu tenho uma casinha na Ilha do Governador, costumava ir para lá, e tal, e a família de minha mulher, como eu lembrei no princípio, toda família de minha mulher era da Ilha do Governador, e havia, lá, um camarada que era casado com uma filha de uma antiga lavadeira da avó de minha mulher. Acabou?

LO - Então vamos aproveitar e trocar a fita logo de uma vez.

Fita 8 – Lado A

LO - Pronto.

PC - Vai?

LO - Pode?

PC - Pode? Bom, havia na Ilha do Governador uma velha, lá, Jerônima. Ela tinha sido lavadeira da avó da minha mulher. Tinha tido duas filhas; e uma das filhas dela, quer dizer, que, mais ou menos, regulavam com a minha mulher, de idade, e tal. Uma das filhas dela casou-se com um rapaz, que por sinal tinha até meu sobrenome, mas não era meu parente, nem nada. Bem, e esse camarada era funcionário do IAPB, era funcionário do IAPM, dos Marítimos. Acontece que ele ficou tuberculoso; “tal trata daqui, trata dali, trata acolá”. Aposentado como tuberculoso e piorando. Às vezes eu chegava fim de semana, eu ia lá para a Ilha, e tal, ele vinha bater um papo comigo, e coisa. Mas ele estava num estado que quando ele respirava, compreendeu? Você ouvia uma espécie de um apito. Ah! Ele devia estar com, eu não sei bem como é que fica um pulmão de um tuberculoso, mas acho que tinha buraco, ali, por tudo quanto que era lado. Então um dia eu me lembrei, eu disse: “Escuta, aí, o Ivan, você toparia tentar uma operação? Ele disse que topava. “Eu prefiro morrer, logo, a morrer como eu acho que eu vou morrer, como eu estou prevendo que eu vou morrer. Você arranja para mim um negócio desse?” Eu disse: “Vou ver”. Ele era do IAPM, funcionário do IAPM. Conversei com o Egas. Eu digo: “Egas, eu vou te mandar uma bomba, mas vê o que você pode fazer”. Egas examinou, examinou com o mesmo cuidado com que ele examinaria alguém que ele nem soubesse quem era. Bom, fez aqueles processos que eles fazem de aumento de capacidade do outro pulmão. Eu me recordo que um dia o Egas, muito tempo depois, uns quatro meses, cinco meses, bem depois, o Egas telefona para mim e disse: “Paulo, está na hora de operar o Ivan, agora eu queria conversar com você, pelo seguinte, o Ivan tem no máximo 20% de possibilidades de se recuperar, de se salvar, 80% de ficar na mesa de operação”. Eu digo: “Bem, Egas, eu não posso fazer nada, aí é um problema dele, de vocês, você chama ele. Se ele quiser... Chamou, porque ele quis. O Egas tinha esta habilidade, o Egas operava, compreendeu? Com as duas mãos, porque ele era ambidestro, compreendeu? E corria a operação dele, porque enquanto os outros deviam estar lá separando aqueles negócios, todos, sei lá, serrando costela e o diabo, ele estava trabalhando com dois bisturis, compreendeu? Era como se fossem dois médicos. Bem, então quando ele está, quando eles abriram o Ivan – depois ele me contou – era impossível, impossível você perceber, eu estou falando isso em linguagem de leigo, é possível, até que cientificamente ou tecnicamente eu esteja dizendo alguma besteira, mas estou traduzindo a ideia dele; de que o pulmão dele era de tal ordem, era uma massa – de tal ordem – que não dava para o sujeito perceber o que era, onde estava passando a artéria, mais ou menos, pela localização não podia saber. Num desses momentos que ele está separando aqueles negócios para tirar o pulmão do homem, ele recebe um esguicho de sangue, não sei se na cara, no corpo, não sei lá aonde, e percebeu que tinha furado uma artéria do sujeito, uma artéria pulmonar. Então com o dedo mínimo – e ele tem um mãozão grande, ele é sujeito grandalhão – com o dedo mínimo da mão esquerda ele tapou esse buraco e continuou a operar onde fosse possível com a mão esquerda e com a mão direita. Acabou, a operação durou não sei quantas horas; bem, e ele ficou, não sei quantas horas com aquele troço, de tal maneira que quando terminou a operação ele não podia trazer o dedo dele para o lugar, viu, pelo tempo e pela tensão, evidentemente. Então teve que meter a mão na água quente, e levar massagem, quer dizer, o médico quase que teve que ter mais assistência do que o doente, entendeu? E o Ivan sobreviveu 20 anos. Quer dizer, isso é uma beleza, isso é um negócio, era um sujeito que não tinha, ele não teria dinheiro, ele não teria condições financeiras de pagar uma consulta médica. E a Previdência Social – aí, não vamos separar negócio de Caixa e Instituto, é uma Previdência Social – fazia o seguinte: começava o tratamento do tuberculoso numa época que tuberculose era uma

ceifa. Tuberculose era várias vezes câncer, hoje. Várias vezes. E câncer já é o que é. Bem, então veja bem, o sujeito começava a tratar, a primeira etapa era pneumotórax. Metia aquela injeção de ar, para fazer subir aqui. Segunda etapa, quando o pneumotórax não dava: jacobeus, jacobeus era uma operação que se fazia, aqui, pegava o frênico – o nervo frênico – para fazer subir o diafragma, naquela região, e operar o pulmão cá em cima.

LO - Era a mesma coisa do pneumotórax, basicamente?

PC - Era uma técnica adiante, viu? Bem, é a escala. Bem, em seguida vieram, apareceu a hidrazida. Então, veio a hidrazida e depois veio uma série de medicamentos, mas, então, a primeira etapa: ambulatório; segunda etapa: internação, porque o indivíduo tinha, em determinadas situações, havia remédios que o indivíduo tomava que criavam problemas psíquicos, ele era obrigado a fazer o tratamento da tuberculose, mas tinha que fazer, também, o tratamento com psicotrópicos, compreendeu? Então você precisava dar, além da hotelaria, você tinha que dar a este homem uma assistência técnica de alto padrão. Não era qualquer enfermeirinha, porque tinha nego que escondia o remédio até num buraco de dente, uma pastilhinha que desse, pequenininha, como ele não queria tomar o remédio porque dava um negócio, depois, nele, ele botava no buraco do dente, assim... Então, tinha que ser uma enfermeira capacitada para, estar ali, do lado. Numa época em que, talvez o salário mínimo fosse 1.200 cruzeiros – vamos dizer no cruzeiro antigo, 1.200. Um sujeito pagava 6% por mês, um tratamento desse, hospitalar andava por volta de dois milhões e fazia-se, isso, para um homem, e quando no fim não dava resultado, você ia para cirurgia. Então, aquela cirurgia que os grã-finos faziam por cinco, seis, sete milhões nos grandes hospitais, nossa gente fazia o quê? Com essa turma.

NM - Quer dizer que essa ideia de comunidade de serviços é anterior a Lei Orgânica da Previdência Social, em 1960?

PC - É anterior, exatamente. Essa comunidade de serviços foi feita quando se unificaram as Caixas, porque foi reunido um pessoal bom, e lá, lá, por conta deles, a gente nem sabia direito como é que era o negócio, viu? Pessoal do IAPB, do IAPM, do IAPI – que eu me lembre, assim, é possível até que tivesse do IAPTEC, também dos outros, é possível; não estou dizendo que não tivessem, lá, também. Mas, o que eu me lembro, no duro: IAPM, IAPB, IAPI e IAPFESP ou CAPFESP, compreende? Fazendo este serviço de comunitário. Tratando de tuberculoso. Então a medicina da Previdência foi uma beleza, viu? Talvez hoje não esteja. Massificado, com este negócio de médico corre para aqui, corre para ali, corre para acolá, mas é aquela época, eu acho que foi uma época de ouro da Previdência Social, sobretudo em matéria de medicina.

NM - Além do SAMDU, nesse momento, existe uma outra instituição, o SAPS.

PC - Sim, o SAPS era negócio de alimentação, era almoço e jantar. Isso era um troço meio demagógico, compreendeu?

NM - Mas ele atendia, um setor ligado ao ferroviário, por exemplo?

LO - Pode continuar.

NM - É existiu o SAPS...

PC - É. Eram trabalhadores assegurados da Previdência Social, eu não conheço bem os detalhes da engrenagem do SAPS, viu? Mas quem almoçava ali. Tem um negócio de um bandejão, mais ou menos, quando aparece o bandejão. Agora, aquilo, a impressão que eu tenho que aquilo foi meio assim demagógico, compreendeu? Porque eu acho que SAPS devia existir, viu? Em todos os bairros do Rio de Janeiro. Mas porque não é só a Praça da Bandeira, veja bem, o sujeito está trabalhando na construção civil, em Copacabana. Ele podia parar, ir ao SAPS comer e voltar? Quer dizer, tinha que ser um negócio mais ou menos circunscrito para quem estava trabalhando naquela região. Então, eu acho que SAPS, eu sou inteiramente favorável a um SAPS, mas um SAPS em todos os bairros do Rio de Janeiro. Quero saber quem é que tem peito para fazer isso.

LO - Ou as cidades do Brasil, aí, no caso.

PC - Bem, eu estou falando só nas cidades do rio de Janeiro, agora, você transfere isso da cidade do Rio de Janeiro para todas as cidades do estado do Rio de Janeiro e depois para todos os estados do Brasil, mas eu tenho a impressão que isso jamais seria feito. Num regime como nós vivemos, capitalista com o *Pasquim* – aqui esta página do *Pasquim*: “Votou no homem, agora aguenta.” Isso não vai ter nunca, vai ter nunca.

NM - Entre 1953 e 1956 o senhor foi procurador de segunda categoria do CAPFESP?

PC - Bom, isso aí, eu vou explicar o que houve.

LO - Está, pode continuar, pode falar.

PC - Há um momento em que obtiveram, foi conseguida a equiparação dos procuradores da Previdência aos procuradores da República. Porque na verdade, veja bem, nós procuradores da Previdência, nós tínhamos uma dupla função. O procurador da República tem uma função: defender o Estado. Nós tínhamos uma dupla função: nós defendíamos as instituições de Previdência e juízo. E nós funcionávamos como consultores dentro da entidade. Enquanto que procurador da República não dá parecer – procurador da República é advogado da União – o procurador da Previdência, ele era advogado da sua entidade, e era um consultor da sua entidade. Como advogado da sua entidade ele ia defender a entidade como se fosse um cliente particular; e nisso eu quero, até, prestar uma homenagem ao meu velho amigo Celso Fontenelle que foi, ainda está em atividade, viu? Já está começando a ficar velho, também, e foi um advogado, ele não fazia diferença entre o advogado do escritório dele, o cliente do escritório dele e o instituto, a Caixa, compreendeu? Ele se batia pela Caixa, ele brigava com o juiz, em favor da Caixa, como ele brigaria por um cliente dele, onde ele tivesse ganhando os tubos, viu? Bem, então veio a Lei 2123 que nos equiparou aos procuradores da República, e os procuradores da República eram de terceira, segunda e primeira. Então, pelo tempo de serviço que tinha, e outros tinham muito mais tempo do que eu, eu fui colocado na categoria, na segunda categoria. Bem, e depois fui promovido a primeiro – acidente de trajeto, fui promovido a primeiro. É agora uma omissão imperdoável, quando as pessoas, os líderes intelectuais das instituições de Previdência, é verdade que você falou em Caixa, e ele era de instituto, mas vale a pena lembrar o doutor Rocha Leão, viu? Alfredo Rocha Leão. Para você vê quem era o doutor Alfredo Rocha Leão, como jurista, que ele era chamado para fazer parte da banca que examinava concurso para juiz, e era um procurador do IAPTEC. Então, veja que gente tinha. E não era só do Rio de Janeiro, não. Você vê uma das figuras extraordinárias, aí, de São Paulo, Limões de França, autor de livros de primeira categoria

de Direito, procurador de INPS. Hoje, não sei de que instituto ele vinha. Então, a Previdência Social em matéria de Direito, viu? Deu além de ter dado, de ter forçado determinadas coisas, deu figura exponenciais. Você repara o seguinte: vou fazer um...

LO - Parênteses?

PC - Não chega ser parênteses, mas um desvio, um atalho. O Código Civil fala em filhos legítimos, filhos naturais reconhecidos, filhos naturais não reconhecidos, filhos adulterinos, filhos incestuosos, e tantos até que não são classificados. Bom, eu há muitos anos, eu não pegava meu diploma, meu diploma de Bacharel em Direito. Claro! Eu tinha o diploma, estava aí, quando eu apresentei, mas eu tenho a impressão que eu nunca tinha lido, assim, detalhadamente, o meu diploma. Há coisa de dois anos atrás, embora eu já tivesse entregado, lá na Escola Naval, quando eu entrei para professor da Escola Naval, o meu diploma, houve alguma coisa que eles pediram o meu diploma outra vez. Então, eu mandei fazer uma redução, até, então, porque eu tinha levado, mostrado, e tal, o meu diploma, não sei... Parece que eu fiz um xerox, e é ainda do tempo de xerox que tinha que unir, porque o diploma é grande. O meu diploma é do tempo das vacas gordas, ainda é pergaminho, pele de carneiro, aquele troço grandalhão, e tal. Bom, então eu levei, eu mandei fazer uma redução para levar, para caber num processo, lá, que eles iam fazer. Bom, e quando eu recebi a redução eu resolvi ler, ler a redução, um troço que está há 40 anos comigo, aí é que eu fui ler. E estava lá o meu nome, bacharel o seu fulano de tal, filho legítimo do seu fulano e de dona fulana; este negócio me deu um susto. Eu digo: espera aí, e se eu tivesse um colega que fosse filho natural? Tivesse no registro dele, filho natural de seu fulano e de dona beltrana? Isso ia ficar no diploma dele. Então você veja que brutalidade que é carimbarem uma criatura. Na hora que nasce, que não tem nada a ver. O que culpa um sujeito tem de ser filho legítimo, ou filho natural. Depois outra coisa, quem não é filho natural? Todos nós, eu acho, nós três, aqui, fomos feitos pelo método tradicional, graças a Deus. Graças a Deus nós não somos filhos de proveta, porque eu acho que isso vai dar um banho de louco, está entendendo? Então o sujeito souber que saiu de um vidro ou não sei o que, bem, vai querer mamar em tudo quanto é vidro que ele encontrar no caminho. Bem, pois muito bem, a Previdência desde os seus primórdios, dizia assim: filho de qualquer condição. A Previdência nunca admitiu no seu território, na sua república, viu? Que alguém fosse filho natural, não, apenas facilitava. Porque quando o sujeito trazia uma certidão: filho legítimo, o assunto estava encerrado. Às vezes, quando era filho natural, declarante o pai... Que encerrado. Quando não dava o declarante, a gente pedia um documento qualquer para coonestar aquele troço. Bem, vê, aí, com uma carta, um bilhete, ou duas testemunhas, enfim, você resolvia o problema. E nós acabamos, como? Acabamos com a lei civil dizendo assim: “Filho” – acabou esse negócio de dizer se é legítimo ou não. Quer dizer, fomos nós, que entramos dentro do território do direito civil, e olha, eu adoro Direito Civil. Eu acho Direito Civil uma beleza, tem gente roubando uma beleza, mas nós entramos no Direito Civil, e impusemos ao Direito Civil que eles acabassem com esta discriminação. É, elitista e boçal de carimbar uma pessoa que não tem culpa nenhuma. É o tal negócio, hoje, do sujeito: você é da esquerda. Esquerda é raio que o parta, eu me recuso, rigorosamente, a ser carimbado da esquerda, da direita, do centro, da meia esquerda, da extrema direita. Se você me carimbar de *goal keeper*, eu concordo porque eu fui *goal keeper*, quando eu era garoto; essa eu aceito. Bem, engolia cada frango, só Deus sabe. Mas carimbar o sujeito, quer dizer, o pai e a mãe do sujeito faz a besteira – ou não besteira, sei lá. É aquele negócio: fez mal à minha filha. Fez mal ou bem, isso aí, como é que eu vou julgar se fez mal ou se fez bem. E o garoto é que vai carrear pela vida inteira. E a outra coisa é o problema da companheira, não fosse a

Previdência Social nós ainda não tínhamos o divórcio, não, meu filho. Mas é que o negócio está vindo de 1919, da Lei de Acidente, que não falava em companheira, mas dizia assim: a pessoa que vivia sob a dependência econômica vai receber a indenização; então nós entramos lá, né? E acabamos obtendo o quê? Companheiras daqui, companheiras dali, depois veio aquela lei do Nelson Carneiro que ele conseguiu depois de levar muita paulada em matéria de divórcio, ele conseguiu meter o problema da companheira numa lei de aumento, aumento de servidor público, e acabamos, tiraram a companheira, repuseram a companheira na lei que está hoje, e acabamos o divórcio. Saímos do atalho, voltamos para estrada principal. Que é?

LO - Tinha uma questão contra a forma de financiamento, daí, de recolhimento da CAPFESP, parece que o senhor trabalhou numa Comissão Organizadora do Plano de Controle de Arrecadação...

PC - É.

LO - Havia facilidade? Como é que se dava o processo de arrecadação?

PC - Bom, a CAPFESP, ela nunca teve um problema, assim, maior, pelo seguinte: porque, quer dizer, teve problemas sérios, mas o problema de arrecadação, o que acontecia conosco era o seguinte: uma vez de arrecadação era, antes, depósito, era recolhimento, porque a CAPFESP como o IAPFESP, só trabalhava com grandes empresas, não é verdade? Central, Leopoldina, Light é isso.

LO - Mas tinha empresa de burro, Rádio Santa Cruz, também?

PC - Não, mas isso foi começo. Isso foi logo no começo. Mas essas empresas, nossas... E veja bem, se você pega uma empresa de burro dentro desse conjunto, era até melhor não pagar. Não pagar. Bom, é o gás acabou, foi engolido. Foi encampado por outra Caixa. Bem, então você repara o seguinte: a diferença entre uma instituição como o IAPFESP e o IAPC que tem que ir ao botequim para ver se o sujeito está pagando, ou não está pagando. Então, o que acontecia conosco era o seguinte: ou a empresa recolhia normalmente, ou ela não recolhia e nós não tínhamos meios de ir em cima dela. Porque era uma empresa do Estado. Você já pensou, por exemplo, o IAPFESP moveu uma ação contra a Central, no Brasil, para receber não, você tinha que ir na conversa, conversar com um, conversar com outro, ver se arranja. Bem, e havia coisa desse tipo. Eu mesmo, como presidente, certa feita estava com uma dificuldade de caixa, estava faltando dinheiro. Telefonei, me ensinaram um homem, eu não sabia, mas tinha lá, um gerente, um cara, lá, na Light, e eu pedi que ele adiantasse – ele que tinha que pagar, recolher até o dia 30, que ele recolhesse no dia 20, e ele recolheu. Agora, vou contar para vocês, uma ilegalidade que eu fiz, eu acho que já está prescrita, de modo que eu não vou mais para cadeia – por essa eu não vou para cadeia. Certo dia eu estava apertadíssimo de dinheiro, quando uma empresa de aviação, surgiu um dos dirigentes, deles, lá, chegou no meu gabinete para falar comigo, e me disse assim: “Doutor Cabral, amanhã, sexta-feira, termina o meu prazo para eu pagar as contas municipais. Se eu não pagar a contribuição deste mês vai acontecer o seguinte, o senhor vai me multar – a multa é automática. Agora, com multa eu não vou poder pagar.” Eu digo: “Mas o que você quer?” Eu estava com a corda no pescoço, porque tinha negócio de décimo terceiro salário, quer dizer, quando criaram o 13º salário. Ele disse: “O que eu queria era o seguinte: eu lhe dou um cheque hoje, que era uma quinta-feira, com a data de hoje, e o senhor me dá a quitação. Agora, o

senhor não desconta esse cheque, a não ser na terça-feira.” Quer dizer, ele estava me dando um cheque sem fundo. Então, ou eu recebia esse cheque sem fundo, para descontar na terça-feira, e pagar a aposentadoria e pagar a pensão – quer dizer, completar, – ou, então, eu não recebia e ele ia ficar como outras empresas que deviam... Levaram dez anos devendo. Eu digo: “Meu filho, eu preciso conversar com o tesoureiro.” Chamei o tesoureiro. Sujeito de primeira qualidade, e propus, então, o seguinte negócio: o tesoureiro ia perder esse cheque; porque o cheque entrava naquele dia, e naquele dia nós teríamos que depositar esse dinheiro, mas ele ia perder o cheque. O cheque só ia ser encontrado na terça-feira, quer dizer, inclusive, nós íamos fazer uma sindicância na tesouraria para descobrir aonde é que estava este cheque. O sujeito emitiu o cheque, mandei pagar a guia de recolhimento do cheque. Porque naquele tempo pagava-se, não se pagava em banco, pagava diretamente no instituto, compreendeu? Não havia... Hoje o negócio, não sei como é que seria feito. Bom, mas ninguém roubava, está bem. Também tinha disso, ninguém fraudava nada. Bem, então, se pagou, recebeu a guia, o próximo está tudo quitado. Bem, veio pela arrecadação, quitou, e entrou o dinheiro. Quando foi à tarde, o tesoureiro me fez o memorando, me comunicando que o cheque tal, da empresa tal, estava desaparecido. Solução: pedir a empresa outro cheque. Mas, se ela me desse outro cheque tinha que desaparecer também. Bem, então na mesma hora, eu em vez de pedir a empresa outro cheque, eu determinei ao Seu Tesoureiro, que fosse feita uma rigorosa busca na tesouraria para a gente encontrar o cheque. Bem, e a busca foi feita rigorosamente, naquele fim de quinta-feira, já era quinta-feira, não, porque a ordem que eu dei a ele foi me comunicar, isso, já no final do expediente. Na sexta-feira nós batemos, os coitados que caíram na comissão procuraram aquele troço, todo, e, evidentemente, não acharam, como não iam achar na segunda-feira, não é? Quando foi na terça-feira: “Oh! Marieta, olha o cheque, aqui. Deposita e recebe o cheque. Tudo pago...” De outra feita, eu estava, eu era presidente do instituto e tínhamos ganho uma ação...

LO - Presidente do IPASE?

PC - Não, do IAPFESP.

LO - Do IAPFESP.

PC - Depois, havíamos ganhado uma ação, em São Paulo, contra a CMTC de São Paulo. Essa é uma história... E executamos, penhora da renda da CMTC de São Paulo.

LO - Porque é prefeitura... É da prefeitura.

PC - Era uma autarquia, era ônibus. Veja bem, ônibus de São Paulo, já não tinha mais bonde, e São Paulo tinha ônibus. Bom, então, telefonar e executo; ganhou, eu executo. Então, penhorar a renda. Dada a ordem, lá no dia seguinte, de manhã, quando eu cheguei, 9 horas a minha chefe de gabinete me diz: “Doutor Cabral está, aí, o Brigadeiro Oswaldo Pamplona Pinto, da CMTC de São Paulo”. Bem, estávamos em pleno fastígio do governo Castelo Branco, e era um brigadeiro que estava me... E vinha falar comigo. Manda o brigadeiro entrar. Brigadeiro entrou, disse: “Doutor Cabral, o senhor é o presidente do Instituto, eu sou o presidente da CMTC de São Paulo” diretor, enfim, superintendente, era o maioral de lá. “E o senhor ganhou uma questão, mandou executar, e penhorar a renda.” Eu digo: “É verdade, mandei. Mas antes de tudo, brigadeiro, eu vou lhe contar uma história que o senhor não sabe. Eu vou lhe entregar um telegrama que foi passado para o senhor quando o senhor era primeiro tenente, e o senhor não recebeu. Em 1943 ou

fim de [19]43, princípio de [19]44, mais ou menos, um dia nós n' *A Noite*, na redação d' *A Noite*, tivemos notícia de que, o senhor, tenente Oswaldo Pamplona Pinto, tinha posto a pique um submarino alemão. Então, nós, entusiasmadíssimos, nós que éramos os antinazistas da redação d' *A Noite*, nos reunimos e passamos um telegrama verde e amarelo, colorosíssimo, para o senhor. É verdade que esse telegrama foi para base militar, a base aérea de Recife, mas já não encontrou o senhor, eu não sei, eu sei que o senhor não recebeu o telegrama, que nos foi devolvido. Mais tarde, certa madrugada, conversando com um irmão meu, que era oficial da marinha, e que era o imediato de um navio que estava sendo perseguido por um submarino, à noite, no Atlântico, e que seria torpedeado pela madrugada, eu fiquei sabendo que um avião botou esse submarino a pique de modo que o senhor ...”

LO - Vamos trocar de lado.

PC - Vamos.

Fita 8 - Lado B

LO - Pode continuar.

PC - Só assim troca de lado? É, isso é melhor que futebol. Então, aconteceu o seguinte, quer dizer, além de eu como brasileiro, antinazista, inclusive meu irmão está vivo porque o senhor botou o submarino a pique. Muito bem, então está entregue o telegrama, que Fulano, Beltrano, Roberto Lira, Jorge Maia, dei o nome da negrada toda, mais ou menos, que assinou... Ramalhete. Bom, e agora, o que o senhor quer? “Doutor Cabral, o negócio é o seguinte: o senhor vai executar a penhorar a renda da CMTC. Então dentro de dez dias a CMTC não terá dinheiro para comprar gasolina, para comprar pneu, para repor pneu, nem para pagar o pessoal, e pára São Paulo.” Eu digo: “Muito bem, quer dizer, que o nosso amigo, o ilustre brigadeiro quer que eu assumo a responsabilidade de São Paulo ficar sem ônibus, quer dizer, o povo de São Paulo ficou a pé. Agora eu queria saber o seguinte: como é que nós vamos resolver o problema da CMTC existir há 17 anos e nunca ter pago a instituição de Previdência; nunca pagou uma contribuição? Então são irregulares, são ilegais todos os benefícios que o IAPFESP ou a CAPFESP prestou, porque prestou sem cobertura. Então eu poria, eu mando, eu não executo a CMTC, não penhora a renda, agora, ponho um cartaz no IAPFESP dizendo o seguinte: Estão suspensos os pagamentos de todas as aposentadorias e pensões do pessoal que pertenceu ao CMTC porque foram irregularmente concedidos. Quer dizer, evidente que a pressão que eu estou sofrendo da sua parte a minha é muito menor. Que é pequenininha, mas atinge, de uma maneira muito séria o público de São Paulo. Ele disse: “Não, doutor Cabral, nós podíamos fazer um acordo.” Eu digo: “Ah, perfeitamente, qual é o acordo, meu filho?”. Ele disse: “Doutor Cabral, nós poderíamos fazer a coisa da seguinte maneira: eu posso entrar, mensalmente, com 600 milhões, porque, agora, eu não entrava porque o IAPFESP não recebe, está executando, e tal. Bem, eu posso pagar 600 milhões que é a contribuição do mês, agora o senhor me faz um parcelamento desses 17 anos, viu? Em um negócio de perder de vista.” E desde do tempo do “Seu” Jânio Quadros estava proibido o parcelamento. Eu virei para ele e disse: “Eu topo, topo isso.” Porque, veja bem, eu tinha um déficit, nessa época, de caixa de 1 bilhão e 200 milhões por mês. Eu que era um sujeito que nunca devi nada a ninguém, a não ser nos meus tempos de estudante. Pronto, e tal, mas depois que eu arrumei a minha vida eu nunca devi nada a ninguém, nunca pedi dinheiro emprestado a ninguém, eu vivia com o chapéu na mão, no DNPS,

para ver se arranjava de um tal fundo único da Previdência um dinheirinho para cobrir aqueles negócios. Bom, eu digo: “Bem, brigadeiro, eu assumo o compromisso de propor aos órgãos administrativos do IAPFESP, fazer isso. Agora, há o seguinte: eu vou redigir o protocolo, o documento de parcelamento. Vou mandar ao senhor uma cópia desse negócio, mas não se muda uma vírgula, o que sair daqui a CMTC de São Paulo tem que acertar. Fechado?” “Fechado”. Então vamos tomar um café, por falar nisso... Então, reuniu o seguinte: Reuniu a Junta administrativa e reuniu o Conselho Fiscal. Fiz uma ata e expliquei tudo a eles, porque eu estava cometendo uma ilegalidade, e se eles concordavam. E todos concordaram. Eu tive a segurança, o apoio do Conselho Fiscal e do Conselho, da Junta Administrativa, com representante de governo, empregado e empregador. Saí daqui, fui a São Paulo. Assinamos o negócio... Então, assinamos o protocolo, puxa esse trocinho e bota aí, assinamos esse negócio. Quando eu cheguei eu tinha que dar uma satisfação, porque até então eu não tinha falado com ninguém acima de mim. Então, eu fiz um ofício ao diretor do DNPS e começava assim: “Senhor diretor do DNPS, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que acabo de praticar um ato ilegal, mas legítimo.” Mande o negócio.

LO - Quem era o diretor do DNPS?

PC - Vieira da Silva. José Vieira da Silva, sujeito formidável. Quando o Vieira recebeu aquele ofício, telefonou: “Cabral, você está louco?” Eu digo: “Eu sempre fui, razoavelmente, louco. Bem, mas eu não estou pior do que era.” “Mas como é que você me manda um ofício desse?” “Porque é exatamente isso. Eu fiz um parcelamento, ilegal, mas legítimo.” Começou a entrar... Vai já, começou a entrar, porque no dia que nós acabamos de assinar o brigadeiro Pamplona Pinto na minha presença e do delegado do instituto, assinou o cheque de 600 milhões, está? Já era daquele mês corrente. Bom, então aconteceu o seguinte: a CMTC de Santos soube do negócio, como ela estava na mesma situação, me pediu um parcelamento. Bem, eu, aí, comecei mandar espalhar, assim, a boca pequena, em vários lugares, isso. Belo Horizonte, a prefeitura de Belo Horizonte pediu a mesma coisa. Então com essas ilegalidades, honestas e honrosamente cometidas ocorreu o seguinte: no fim de quatro ou cinco meses, essas empresas que não pagavam estavam pagando; que eram empresas de Estado. Eu pergunto o seguinte: eu podia brigar com o prefeito de Belo Horizonte? Quem era o prefeito de Belo Horizonte? Nem sei. Mas o governo de Belo Horizonte, não era o governo do General, aí, dos homens que estavam mandando? O prefeito não tinha que ser? Quer dizer, se eu fosse brigar com um homem desse, o que ia acontecer? Eu ia para rua e está perfeito, e ir para rua não tinha importância. Eu nunca, nunca quis, nunca pensei na minha vida, nunca estive dentro das minhas reivindicações ser presidente do instituto, mas eu era o presidente do instituto, não é? Então eu tinha que fazer alguma coisa. Eu me lembro que a hora mais feliz, porque eu em toda a minha carreira de funcionário público, eu fui um sujeito felicíssimo, eu só fui infeliz, só me senti infeliz, no tempo de presidente do IAPFESP, por incrível que pareça. Porque eu não via a minha mulher, não via meus amigos, não falava com ninguém, vivia metido naquele troço. Agora, havia uma hora de felicidade na minha vida: era toda vez que eu assinava um cheque transferindo um dinheiro, por exemplo, para Amazonas, para Acre, para Pará, porque com aquela minha assinatura estava resolvendo o quê? Almoço e jantar de um bando de gente. Não era eu, eu, mas eu encarnava aquele troço, compreendeu? Bem, então não precisa mais nada, eu que, na minha vida, nunca soube nem se tinha coração, eu fui um homem que um dia fui fazer uma operação de vesícula biliar e a coisa que abismou os médicos, foi o seguinte: antes de entrar na mesa de operação eu estava com pressão de 11, passei 4 horas na mesa de operação minha pressão

era de 11. E eu saí da mesa de operação com pressão de 11. Então o meu médico disse assim: “Isso é uma desgraça... você, coitado dos cardiologistas se o mundo fosse de sujeito como você.” Pois bem, no dia 10 de novembro de 1966, eu estava almoçando, em casa, tinha vindo almoçar em casa, ia voltar, quando de repente o meu coração disparou, eu cheguei a 240 batidas por minuto, entrei em colapso periférico, eu quase morri. Eu só não morri porque eu vim almoçar em casa, assim, eu tinha um carro oficial. Bem, então o carro me apanhava em casa, me trazia para almoçar, me levava e, depois, me trazia para casa. E o meu motorista morava pertinho de mim, o motorista, aquele motorista daquele dia; de modo que ele vinha, entendeu? Porque os motoristas faziam um dia sim, um dia não. Então aquele motorista vinha, me trazia, ia almoçar em casa e voltava para me apanhar. Eu comia muito ligeiro. Quando a minha mulher viu aquele troço, eu gelado, viu? Suando que nem um desgraçado, e ele estava chegando, e ele, assim que ele chegava, ele dava uma buzina. Ela o chamou, vem cá, me ajuda. Eu desci e fomos bater, no meu serviço, lá, nesse SAMDU, mas no serviço do Instituto. Tiraram a minha pressão naquela hora, eu estava com a pressão inteiramente adoidada. Eu estava com pressão de 14, 12, um troço assim. E ela estava descendo, ela estava descendo junto e daí a pouco eu estava com 13 e 11, o negócio estava bem... E 240 batidas por minuto, então eu estava com uma taquicardia paroxística doida. Bem, me deram uma injeção, o troço parou. Inclusive ocorreu um troço muito engraçadíssimo: de repente, e a data eu guardei. Porque tudo na minha vida, sobretudo a minha vida com a minha mulher, tudo acontece no dia dez. E a minha vida toda. Se coisas desse tipo, você quer ver: me formei em Direito, me inscrevi na Ordem dos Advogados, número de inscrição 2512, soma para ver se não dá dez. E, troço assim. Conheci minha mulher no dia dez, comecei a namorar no dia dez, fiquei noivo num dia dez, sem querer, não é? Eu fiquei noivo, assim, meio de repente. Porque o meu sogro ia viajar, não sei o que, estava me faltando, eu digo: quer saber de uma coisa, eu vou é ficar noivo, logo. Fui lá, aí hoje é dia dez, pois é. Bom, aí casei num dia dez, evidente, aí foi, estabeleci. E uma porção de coisas da minha vida, tem todas elas acontecido em dez ou múltiplo de dez, ou submúltiplo. Bem, ou cinco, ou dez, ou 20, ou 40, tudo mais ou menos assim. Quando eu estou lá, esticado, que eles estão me dando aquele troço, entendeu?

LO - Mas isso são as aulas do Malba Tahan, realmente...

PC - É, Malba Tahan. Quando eu estou assim, eu digo: hoje é dia dez, eu vou morrer. É, o dia está marcado. Bem, aí eu tinha uma janela aberta, assim, o céu estava uma beleza, o céu azul, tinha uma nuvem branca, assim. Eu digo: daqui há pouco eu estou em cima daquela nuvem. Deixa que a minha mulher, coitada, eu de repente vi uma enfermeira passar, dizer qualquer coisa, assim... A minha mulher... Ela sempre foi uma criatura, assim, muito controlada, compreendeu? Ela nunca foi de ter um chique, desses troços, nunca teve. Mas acontece que eu estou lá dentro e ela está na sala ao lado. E de repente ela olha e vê uma folhinha, é dia dez. E ela chegou à conclusão que ela, estava enviuvando, e teve um negócio, lá, quer dizer, não desmaiou, não estrebuchou nem nada, compreendeu? Mas entrou numa pane, tiveram que socorrer ouviu? Então você veja que, realmente, a tensão em que eu vivia. Eu, às vezes, reunia colega dos dirigentes do IAPFESP, para... Tinha que tomar uma decisão. E queria ouvir o pessoal. Bem, e você sabe como é isso, quer dizer, fica o problema assim, tal e tal, e de repente eu me via sozinho para tomar uma decisão. E tomava a decisão. Vocês imaginem, por exemplo, o primeiro caso, assim... Eu digo o primeiro pagamento de 13º salário para aposentado e pensionista. Estavam prontos os cheques de pagamento do mês, do mês de dezembro. Quando veio a ordem, viu? Para pagar o 13º, quer dizer, que eu não tinha dinheiro para

pagar o 13º, tinha que puxar o dinheiro de algum lugar. E mais, tinha que refazer os cheques, na IBM. Quer dizer, custava 500 mil cruzeiros fazer aqueles cheques, viu? Agora, eu tinha que fazer e refazer aqueles cheques, mas esse outro ia custar mais de 500 mil, porque aí ia entrar mais uma parcela. E eu tive que tomar essa decisão, à cata de um dinheiro de cota de previdência que, não podia, que não estavam me pagando, mas o “Seu” Roberto Campos não soltava esse dinheiro, compreendeu? Até que eu, marcado o dia do pagamento. Então, não havia como. Eu, depois de implorar, de quase que me ajoelhar diante do pessoal, porque o problema não era meu, o problema era daquela gente. Você imagina o sujeito que sai de Santa Cruz para receber o vencimento dele e já contando com o 13º salário, e, pela primeira vez. E não tinha. Então eu resolvi fazer o seguinte: tesouraria, só uma porta aberta, porque me disseram que iam soltar o dinheiro, mas já estava, nove horas da manhã, dez horas da manhã, começava pagamento. Chamei um tesoureiro, que morreu outro dia, Wilson, sujeito excelente. Wilson Guilherme Dias, Wilson Tico-tico, viu, cara de primeira qualidade. Eu digo: “Wilson nós temos que fazer o seguinte: nós vamos espremer esta negrada, toda, numa fila; então é ordem do governo: tenha só uma porta aberta, então vamos fazer uma fila.” Peguei os meus serventes, mandei servente entrar nas filas.

LO - Na frente?

PC - Não, nos meios. Na frente, não, nos meios. A certa altura, os serventes provocavam um tumulto, discutiam com o sujeito. Então, fazia aquele bolo, viu? Tinha conseguido, já, radiopatrulha, para não dar em ninguém.” Não bate em ninguém viu? Mas vai ter tumulto, organizado.” Bem, agora, aí, demora mais. Porque eu estava com os meus tesoureiros, dentro do Banco do Brasil, entendeu? Apanhando dinheiro sem conferir, veja bem, então ia um carro... Hoje seria uma delícia para esses assaltantes, então ia o carro com o tesoureiro. Ele, uma sacola, sacola de feira, de troços, mete lá dentro, corre, começa a pagar. Foi, assim, que nós fomos até oito horas da noite, e às oito horas da noite tínhamos pagado o último, compreendeu? E não estávamos devendo nada. Havia um outro negócio que eu fazia como presidente do IAPFESP, que era o seguinte: você tinha estado que, por exemplo, só para dar uma ideia: Espírito Santo. A Vale do Rio Doce recolhia dinheiro, lá, em Vitória. A sede dela é lá. Bem, então eu tinha que pegar dinheiro de lá e botar em outro estado. Mas eu tinha que fazer uma programação, entendeu? Da seguinte maneira: eu resolvi usar a técnica do tesoureiro ladrão. O tesoureiro ladrão é um sujeito que um dia, a filha dele vai fazer 15 anos, e a mulher quer dar um baile, e ele não tem dinheiro. Então precisa não sei quanto. Ele vai, apanha na Caixa, vamos dizer dez mil cruzeiros, apanhou dez mil cruzeiros, dez mil cruzados, sei lá, não sei, vamos falar em cruzeiro, dez mil cruzeiros. Deu a festinha da menina, ele ganha 20, 20 mil cruzeiros, por acaso. Então, naquele mês, ele vai ter que repor, no fim do mês, do salário dele. Vai faltar comida em casa. Então ele retira oito, da Caixa, para completar. E compra um bilhete de loteria. Mas, pelo orçamento dele, ele não pode comprar bilhete de loteria, porque ele não, não dá. Então ele tem que tirar mil, aí, em vez de dez, ele já está devendo 11 na caixa. E o bilhete de loteria, evidentemente, não dá. Então ele vai indo, assim, e vai aumentando até que um dia dão um balaço e arrebatam ele. Ele vai para cadeia. Bom, porque aqueles dez mil acabam em [19]60. Bom, e depois, outra história, fica o hábito. Qualquer coisa apanha ali. Bom. Então eu usei a mesma técnica. Eu tinha dentro de um... Embaixo da minha mesa, do vidro da minha mesa, eu tinha um mapa. Todo dia 15 delegados, tinham que me dizer, rigorosamente, quanto é que eles iam gastar no dia primeiro, no dia 2, no dia 3, no dia 4. Dia 1, então, eu mandei escalonar: dia tal só paga aposentadoria, ou, em estados maiores, dois dias só aposentadoria, o terceiro dia só pensão. Depois só funeral. Bom,

então eu ia fazendo a seguinte jogada: eu pegava dinheiro de uma delegacia e jogava noutra delegacia. Então eu fazia um rodízio, que no fim, eu ia dar com a cara na parede, porque no fim eu ia ficar com um rombo; e só havia duas pessoas que conheciam aquele mapa, que sabiam o que aquilo significava: era eu e a minha chefe de gabinete, dona Lourdes Costa, viu? Que foi minha secretária toda vida, mulher formidável.

LO - Lourdes Costa?

PC - Lourdes Costa, é. Ela já está aposentada há muito tempo e hoje, se não me engano, eu ouvi dizer outro dia, que ela trabalha num banco não sei bem. Bom, então só nós dois é que conhecíamos aquele macete, ali. Bom, agora, se não tivesse vindo a unificação salvadora, eu era capaz, até, de ter ido para cadeia. Porque eu devia estar fazendo um negócio contrário às regras da contabilidade, mas estava fazendo. E vou dizer a vocês mais uma coisa, infeliz como presidente, não gostava daquele troço, achava horrível aquele negócio, ser presidente, não gosto daquilo. Mas, se há um negócio que eu me orgulho, foi o seguinte: o IAPFESP, em toda a sua dificuldade, viu? Não deixou de pagar, um mês, aos seus segurados, compreendeu? E era o Instituto que primeiro pagava. Agora, acabou, acabou, graças a Deus. Que mais vocês querem saber?

LO - Doutor Paulo, quanto a essa questão dos recolhimentos, ainda, quando é que o IAPFESP entra, efetivamente, no vermelho, foi a partir de quando?

PC - Eu contei a vocês que nós tínhamos depósito de prazo fixo. E aqueles de movimento. E que nós começamos a retirar no dia de prazo fixo, e tal. Quer dizer, nós vamos ficar em dificuldades, dizer, exatamente, a você quando entra, a CAPFESP ainda, em vermelho, bom, eu estou primeiro, me referindo à Central, Caixa da Central, quando o senhor Napoleão Alencastro Guimarães, assumiu a Central do Brasil, foi quando começou a não haver recolhimento, ainda no governo Getúlio Vargas, no primeiro governo Getúlio Vargas, quando começou a não haver recolhimento para Caixa, já começou a dever, aí. Porque, até aí, a Central do Brasil não tinha problema. Mas na administração dele, ele para fazer determinadas coisas, entendeu? Ele começou a não pagar, a não recolher o dinheiro à Caixa da Central. Então a Caixa da Central começou a ter dificuldades, aí. Bom, nesta época eu estava muito ligado à administração, de modo que eu conhecia a dificuldade; nós não chegamos a entrar em vermelho, porque...

LO - Porque tinha os fundos...

PC - É, tinha, sempre entrava, mas nós estávamos sentindo que o nível estava baixando... Entendeu? Bem, é esse negócio, agora, da represa. Que de vez em quando mostram aí, está descendo, está descendo! Um dia desses a gente vai querer lavar o rosto na água da represa, não tem água. Bem, nós ainda tínhamos água para lavar o rosto. Bem, aí vem a fusão das Caixas. Quando vem a fusão das Caixas eu me afasto, inteiramente, da administração. Aí eu fico só em procuradoria. Bem, e fico em procuradoria até o dia que eu vou para a Junta. Quer dizer, então eu estou sabendo que... Eu sabia, por exemplo, numa ocasião eu dei uma queixa-crime contra um dirigente de um órgão, de uma empresa de aviação por crime de apropriação indébita. Porque ele recolhia, ele descontava dos empregados a importância correspondente e não recolhia à Caixa.

LO - Empresa de aviação, o que, PanAir? Não?

PC - Não, não. Era uma outra, aí, empresa de aviação de pouca importância, viu? De pequena importância. Bem, então, na realidade, eu tive... Então eu, assim, vamos dizer, de conhecer detalhes de arrecadação, eu não estava a par, até o dia que entrei na administração. A princípio como vice-presidente; então quando era o doutor Antenor Gomes de Carvalho, era o presidente, eu sabia que ele tinha dificuldades, mas ele nunca chegou a se abrir muito com relação a esse negócio. Ele ia lá no DNPS, Departamento de Previdência, e através do fundo único, viu? Ele obtinha os recursos, como eu obtive, também. Não é? Agora, quando eu cheguei, então eu fui presidente a partir de [19]65, na realidade nós estávamos em vermelho.

LO - Nessa altura...

PC - Não é? É quando eu entrei estava em vermelho, pois eu tinha que ir lá, agora, era um vermelho engraçado, pelo seguinte: porque cota de Previdência era um negócio tipicamente de Caixa. Aquilo era uma importância que estava nas leis das Caixas, que deveria ser recolhida às Caixas; mas quando criaram o tal fundo único de Previdência, viu? A cota de Previdência passou a fazer parte do fundo único... Já não entrava mais para Caixa. Então era um vermelho relativo. Porque se estivesse recebendo a cota de Previdência...

LO - Espera... Além da contribuição tinha a cota de Previdência?

PC - Tinha cota de Previdência. Cota de Previdência que você pagava. Você pagava cota de Previdência nas suas contas de luz, gás, telefone, ouviu? E o combustível, não sei o quê, tinha uma cota de Previdência que era paga, pago pelo público em geral.

LO - Tipo de imposto de circulação de mercadoria?

PC - É, vamos dizer, era o imposto de renda em cima daquilo. Quer dizer, todo sujeito que tivesse telefone, viu? Casa, você quer ter telefone, está muito bem; você paga a conta de telefone e paga aquele zero vírgula não sei o que de cota de Previdência. Sua luz tinha cota de Previdência, sua... Eu, depois, na próxima vez que vocês vierem, vou procurar um Decreto 20.465 para mostrar a vocês o que eram as receitas, compreendeu? Veja bem, entrava como receitas das Caixas de Ferroviários, o produto da venda de material "inservível" compreendeu? Quer dizer, quando uma ferrovia tirava aqueles dormentes de madeira e vendiam os dormentes de madeira, ela não podia ficar com o dinheiro, não. Ela tinha que recolher à Caixa, compreendeu? Veja, é o velho Lindolfo Collor, é uma maravilha esse Decreto 20.465. Bem, então eu acho que quando eles fizeram o fundo único, levando a cota de Previdência para lá, eles tiraram uma fatia da receita da Caixa, das Caixas. E da Caixa... Bom, aí, então, aí, eu tinha que... Se eu ia pedir, lá, para pagar, é que eu estava no vermelho. Mas naquele tempo não se falava em vermelho.

LO - Agora o senhor acha que isso, quer dizer, essa retirada da cota de Previdência encaminhada, agora, para fundo único da Previdência, pode ter feito com que o IAPFESP e as outras Instituições de Previdência tenham se preocupado mais com as contribuições? Passaram a cobrar mais... Porque antes tinha a cota de Previdência, aí, deixava as contribuições, ficava todo mundo devendo.

PC - Não porque olha aqui, esse negócio de todo mundo devendo, isso foi a partir de um certo momento.

LO - Anos [19]50?

PC - Quando viram que era mais negócio dever à Previdência e aplicar o dinheiro, ouviu? Porque, veja bem, você devia a Previdência, juro de 1% ao mês, e aquela multinha que tinha. Ora, juro de 1% ao mês, ouviu? Ou você... Nem seu pai emprestava a você dinheiro, ou ele dava a você o dinheiro, não é? Ou se ele emprestasse, ele dizia: 5% já vou descontar na entrega. Então o que a turma fazia? Ficava devendo à Instituição de Previdência e ia aplicar o dinheiro.

LO - Agora me diz uma coisa: o senhor trabalhou em comissões de cobrança de débito de empresas, depois, como presidente...

PC - Não. Com cobrança de débito, não. Não, estudar fórmulas...

LO - De cobrança de débitos?

PC - É, de cobranças de débitos, de empresa de governo. De governo. Porque isso era CAPFESP, empresa de Governo.

LO - Agora, hoje em dia nós vemos que os grandes devedores da Previdência, a gente pode dizer assim, são, ainda, empresas de governo, prefeituras...

PC - Não sei, meu filho, eu outro dia vi, aí, um negócio, um negócio que dizia que o maior, e isso foi de...

LO - A Golden Cross?

PC - Golden Cross.

LO - É, tem...

PC - Né? Agora eu pergunto o seguinte: Como é que um Ministro chega e diz assim: “O maior devedor da Previdência é a Golden Cross.” Se a Golden Cross faz anúncio na televisão. Eu, governo, não fazia.

LO - Essa é a minha pergunta, quer dizer, como é que o senhor cobrava naquela época, porque as empresas pagavam, prefeitura teve que pagar, prefeitura de Santos...

PC - Sim. Não, fez acordo, não é?

LO - Fez acordo, mas...

PC - Porque ela per...

LO - Porque sentiu obrigado a fazer acordo...

PC - Não, porque viu que era vantagem, era um negócio, ouviu? Era um negócio. Porque como eu tinha feito um acordo com a CMTC de São Paulo, como eu tinha tido, eu, não, vamos deixar de eu. Como o pessoal de São Paulo tinha tido peito, viu? Os delegados, o

procurador-chefe de São Paulo, tiveram peito de executar a CMTC de São Paulo, ouviu? E de penhorar a renda, eu, apenas aguentei a parada como presidente do instituto, mas o mérito foi deles, não foi meu, não. Bem, então, quando eles viram aquilo, os outros se assustaram, disse: daqui a pouco vem em cima da gente. E já que ele está fazendo este acordo, que é um grande negócio... Porque, veja bem, a CMTC de São Paulo levou, parece que 17 anos sem pagar, viu? Como a CTC do Rio de Janeiro. A CTC do Rio de Janeiro, criada pelo Fontenelle, no tempo de, parece que de Lacerda. Com o Fontenelle, admitia motorista com hérnia, você viu? Para a CAPFESP operar...

Fita 9 – Lado A

LO - O senhor estava falando que houve um momento que o negócio foi um festival, foi isso?

PC - É, porque o sujeito que tinha poder político, força política, estava dirigindo uma empresa, não pagava a Previdência. E agora?

LO - E que tipo de pressão a Previdência podia fazer, que tipo de represália podia...?

PC - Entrar com uma ação...

LO - Essa...

PC - Agora, uma ação que ia rolar, quatro anos, cinco anos, seis anos, perdeu o processo, refaz os autos. É justiça, justiça...

LO - Quando o senhor participou dessas comissões de estudos sobre cobrança de empresas públicas, quais foram as medidas mais ou menos que foram decididas que poderiam ser feitas? Eram essas?

PC - Meu filho, eu, para dizer a você agora que medidas, eu assim de pronto de pronto, eu me lembro de uma, uma coisa que eu botei na última vez que eu, que era o seguinte: prefeitura que não tivesse em dia com a Previdência Social, não podia receber aquela cotinha do imposto de renda. Porque já havia a distribuição. É verdade que não pagam as prefeituras também. Passam as prefeituras para trás. Bem, mas naquele tempo parece que não estavam passando. Então, eu me lembro perfeitamente, essa eu me lembro. Uma das coisas que a gente sugeria era essa, quer dizer. Agora, eu me recordo exatamente do seguinte: eu fiz, não sei até se já falei, eu fiz uma parte de uma, a última comissão que eu fiz, o presidente era o Carlos Esberard, que era o diretor da Receita do Ministério da Fazenda. Então era eu, era um colega, Henrique Eboli, Altair de Souza que era um procurador, já era CAPFESP, o Eboli era inclusive chefe de arrecadação, Henrique Eboli.

LO - Final dos anos [19]50?

PC - É, era governo Café Filho. Bom, fiz uma excelente camaradagem com o Esberard, que não conhecia bem Previdência e tal. Então ele me pediu, quando nós terminamos o trabalho, o estudo todo daquilo, me designaram para ser o relator da matéria. Então eu fiz o relatório daquele troço todo, aprovado por unanimidade, e nós fomos levar isso ao diretor do DNPS. Na hora, evidentemente que quem tinha que entregar aquilo era o

Esberard, que era presidente da comissão. E o Esberard teve uma atitude assim até que me surpreendeu. Ele chegou e disse ao diretor do DNPS, que estava ali o trabalho, mas que na realidade, aquele trabalho ele apenas tinha coordenado, porque o trabalho tinha sido feito pelos homens da Previdência, que estavam ali presentes, que tinham feito parte da comissão, e que ele então solicitava a mim que fizesse o encaminhamento formal da questão ao diretor do DNPS. O diretor do DNPS, eu me esqueço agora o nome dele, mas ele tinha sido um inspetor de Previdência que entrou logo depois que eu saí, não me lembro o nome, não estou recordando do nome dele. Duarte. Duarte, o sobrenome era Duarte, Antonio Ribeiro Duarte, é questão de puxar assim que vem. Eu virei para o Duarte, que era uma pessoa com quem eu me dava, tinha relações, eu digo: “Senhor diretor, esse trabalho evidentemente não é meu, não é de A, de B, de C, é de todos nós. Já que o presidente da comissão está tendo essa gentileza de me fazer o porta-voz da comissão, eu quero dizer a Vossa Senhoria o seguinte: aqui está o trabalho, que Vossa Senhoria quando acabar de ler, eu tenho minhas dúvidas que encaminhe ao Ministro que era o senhor Napoleão Alencastro Guimarães, que era Ministro do Trabalho, que conhecia, porque foi ele que começou a dever à Caixa da Central como diretor da Central. Se o senhor entregar isto ao Ministro, e ia inclusive um decreto, tudo preparado, se o Senhor entregar isso ao Ministro, se o senhor tiver coragem de entregar isto ao ministro, eu duvido que o Ministro leve ao Presidente da República, e se o Presidente, se o Ministro levar ao Presidente da República, eu duvido que o Presidente da República baixe algum ato determinando as providências que nós estamos sugerindo. Então a solução disso, ao meu ver, vai ser o seguinte: vai ser arquivado...” E não deu outra. Cadê? Porque veja bem, você criar uma comissão, uma comissão de pessoas do governo para cobrar coisas do governo. Isto é uma estupidez. E que eu caí como um patinho. Eu acho que eu fui duas ou três vezes, tive duas ou três comissões dessa, não é?

LO - Parece que já tem uma tradição brasileira, de quando não quer resolver, faz uma comissão?

PC - Isso é! Agora veja bem, você fazer uma comissão de gente de autarquia para cobrar de gente do governo, ou de gente da autarquia, porque veja bem: quem é que não paga? Não é o presidente da autarquia, ou o dirigente máximo? Bem, o que vale um Paulo Cabral numa comissão. “Ah! o Paulo Cabral é um gênio. Perfeitamente. Ele descobriu coisas formidáveis. Agora, ele dá com a cara na parede, porque o outro que mal sabe assinar o nome, foi nomeado pelo Presidente da República...”. Chega lá um Presidente da República e diz: “Olha, se eu pagar isso, ouviu, eu não vou poder garantir a eleição de fulano de tal. E então vamos garantir a eleição de fulano de tal. Nós não vamos pagar...”. Então, hoje evidente, que hoje, eu sempre fui um sonhador, compreendeu? E ainda eu estou velho e ainda estou sonhando com besteira. Bem, andei romântico numa porção de troços, etc., e tal, e naquela época, ouviu, eu entrava mesmo com uma bandeira verde e amarela. Várias vezes na minha vida, ouviu, eu entrei em coisas com bandeira verde e amarela. Quando eu olhava para trás, eu estava sozinho na frente. Mas não tem importância não.

NM - Mas nós estamos falando de fins dos anos [19]50?

PC - É, [19]56 em diante.

NM - O Senhor falou aí de nomeação política?

PC - Sim meu filho, veja bem. Era, para ser diretor da Central, o sujeito era nomeado por quem? Pelo Presidente da República. O Ministro da Aviação recebia uma ordem de fazer um decreto, nomeando o senhor fulano. Então o Ministro ia e referendava e o Presidente assinava. Bom, como é que um sujeito ia ser diretor do Loyd, presidente do Loyd? Diretor da Central do Brasil, enfim, presidente do Banco do Brasil, Banco do Brasil não é eleição? Não é uma eleição? Quem é que vai ser presidente do Banco do Brasil? Um sujeito que é amigo do Presidente da República, não é verdade? E é eleição, não é? É eleito por maioria. Maioria de um, porque é um sujeito que vota em nome do governo, não é. Tem 51% das ações, e agora? Você vai ser oposição de que?

NM - E existia resistência dos técnicos, dos administradores a essas nomeações?

PC - Meu filho, se existia, existia lá numa esfera que, à qual eu não estava presente. Naquela época o que eu era? Eu era um procurador, não é? Eu nem fazia parte de administração ainda, não é. Eu vim fazer parte de administração, quer dizer, eu chefiava uma procuradoria. Bem, mas eu chefiava uma procuradoria, era um cargo técnico. Eu chefiava uma procuradoria, eu não sei bem porque eu fui ser procurador regional. Não, aliás, agora eu me lembro: o Jerônimo Inácio Bonfim era o procurador regional do Rio de Janeiro, e ele estava muito doente. Na época ele estava com um problema sério, que era o seguinte: ele tinha o mesmo sintoma, ele sentia uma determinada coisa. Você botava um aparelho de pressão nele, a pressão dele estava quase em 20. Daí a três ou quatro dias, ele sentia a mesma coisa, você botava o aparelho de pressão nele, estava a oito. Era o mesmo sintoma para duas coisas diferentes. Ele inclusive morava perto da minha casa, muito meu amigo, eu há muitos anos que eu tirava pressão, eu hoje tiro pressão de mim mesmo e tal, então às vezes de madrugada ele estava sentindo um treco, a mulher dele telefonava para mim, eu corria na casa dele, tirava a pressão, para saber que remédio ele ia tomar, se para subir ou para descer, porque ele podia tomar o remédio, estava subindo e ia lá para o beleléu... Bem, vocês estão vendo que eu sou também um pouco um charlatão em matéria de medicina. Lidei tanto tempo e tão bem com os médicos, que acabei charlatão em medicina. Bom, eu tinha um sogro, meu sogro era um médico fabuloso, compreendeu, quer dizer, ele tinha horror de fazer clínica, mas tinha um conhecimento de medicina, um sujeito extraordinário mesmo, pelos conhecimentos dele, a cultura médica dele e tal. Bom, então eu acabei aprendendo uns negócios de medicina. Então eu ia lá, tirava a pressão, o cara estava com sete, e ela já estava com o remédio para baixar, eu digo: “Não, levanta!” Bom, mas, aquilo nele tinha um fundo nervoso, o problema era de fundo nervoso, e um dia ele falou comigo, que ele só deixava, ele tinha a impressão que ele ia morrer com um troço daqueles, mas ele não queria deixar aquela procuradoria a não ser na minha mão. Então queria que eu fosse. Eu digo: “Eu não quero. Bonfim, eu não quero ser procurador chefe. Eu sou o chefe da seção de benefícios da procuradoria. Eu trabalho no que eu gosto. O que você precisa de mim, você me chama que eu vou junto. Eu não quero ser procurador.” Numa noite, 3:00 h da manhã, ele tem esse negócio, eu corro lá na casa dele e tal, e quando eu vou, já para sair, assim, a mulher dele fez questão de me dar um café, entrei para tomar o café, ela virou-se para mim e disse assim: “Se o Bonfim morrer o responsável é o senhor.” Aquela noite eu fui para casa, disse assim. É, porque ele queria deixar, e ele estava sentindo que o problema estava ali na direção daquele negócio. Bom, eu então disse a ele, se você quiser, você fala lá com os homens, se o negócio é esse. Sua mulher vai me dizer que se você morrer eu sou o responsável, quer dizer, eu não quero ser responsável pela morte de ninguém, nem pela minha mesmo, quanto mais dos outros. Bom, e assim eu fui ser procurador-chefe, na Guanabara. Porque eu fui ser procurador-chefe, acabei na presidência, de modo que esse

negócio, pressão, pressão, meu filho, é tudo da vida. A gente sabe que escolhem mesmo os sujeitos que tem capacidade absoluta para exercerem determinados cargos? É quando um cargo está esquecido. Porque quando um cargo é pleiteado, viu, a gente está vendo agora aí na Previdência Social. Está se vendo na Previdência Social como é o negócio, que está. Vamos ver uma coisa: presidente do INPS. É um cidadão que foi senador e foi cassado. Isto não dá título para ninguém ser presidente do INPS. A meu ver não dá. E eu acho, continuo defendendo esta tese. Área de Previdência Social não pode e não deve e não tem que ser administrada por gente de fora. Porque você pode encontrar gente de fora de primeira qualidade para dirigir uma instituição, mas acontece que ele não conhece a instituição. Ele não conhece as pessoas da instituição. Você veja bem: um dia eu fui ser o chefe, fui organizar a Procuradoria do Conselho de Recursos. Então, o que é que eu fiz? O Conselho de Recursos tinha até então a assistência judiciária, assistência jurídica dada ao conselho de recursos, o tribunal administrativo mais elevado que tinha a Previdência, era dado pelos procuradores da Justiça do Trabalho. Depois de [19]67, com aquela reforma que inclusive mexeu até na consultoria médica do conselho de recursos, determinaram que o conselho teria uma assessoria composta por procuradores da Previdência Social. Imaginemos que o Clóvis Bevilacqua, que foi o maior jurista que nós tivemos por aí, fosse vivo, e fosse ser um procurador de lá, o chefe da procuradoria. Primeiro: não conhecia a legislação. Ele ia ter tempo para estudar aquilo tudo. Segundo: ele não conhecia ninguém da Previdência, não é verdade? Então ele ia comer pela mão dos outros. Não tinha conversa. Pusesse o Pontes de Miranda, ia acontecer a mesma coisa. Havia um sujeito que não queria trabalhar, e arranjava um pistolão para ser auxiliar do senhor Pontes de Miranda. Muito bem, me chamaram para organizar a comissão, para organizar a assessoria. Presidente do Conselho de Recursos, meu colega de turma de colégio, Armando de Oliveira Assis, um sujeito de primeira qualidade. Excelente sujeito, formidável, inclusive deu uma cagada ele. Bom! Então, o Armando, que seria excelente se não faz, mas não vai dar. Bom, o Armando me chama e diz: “Cabral, eu estou com este problema aqui. Preciso de você aqui...”. Muito bem, aí eu digo: “Mas como é que vamos de processos...” “Tem 14.000 processos para irem para procuradoria.” Eu digo: “O quê?” “É, 14.000 processos.” Bom, onde é que estão os processos? “Ah, tem uma mesa lá embaixo...”. Eu cheguei, tinha uma mesa comprida. Eu digo: “Mas como é que está isso organizado?”. “Ah, não está organizado... Os processos vão chegando e vão sendo postos aí.” Nessa ocasião, eu tenho uma cunhada, que mora inclusive aqui neste prédio, que trabalhava na Previdência Social. Vou mostrar a vocês a minha maneira de agir. Um dia a minha cunhada, um dia o presidente, o então presidente da Caixa da Central, 1943, tinha saído uma portaria em junho mais ou menos, em que o diretor do INPS, do DNPS, do Departamento Nacional, autorizava os presidentes de Caixas, a admitirem a título precário até 31 de dezembro de [19]43, funcionários para botarem em dia seus serviços que estavam atrasados. Quando foi, e tinha uma semana para admitir. Quando foi uma sexta-feira à tarde, o presidente doutor Olavo Redig de Campos, me chama e me diz assim: “Cabral, olha aqui: eu tenho duas vagas ainda aí para botar gente. Já pedimos pessoas aí, é parece que eram umas dez ou 12 pessoas que iam entrar, mas esgotamos dez nomes e tem duas vagas ainda. Você tem dois nomes para vir?” Veja bem, não estava me fazendo favor. Eu é que ia fazer favor à instituição de dar dois nomes. Eu disse: “Olha, doutor Campos, assim de pronto não lembro não. Mas eu vou fazer uma coisa. Eu telefono para minha mulher, que é professora, tem um, ela vai saber gente que sabe escrever à máquina, etc.” Bom, telefonei para casa e disse para minha mulher: “Olha Elisa, você vê se até 5:00 horas você me arranja duas pessoas para virem trabalhar aqui, que queiram trabalhar, que possam trabalhar.” Cinco horas ela me telefona e diz: “Paulo, não arranjei ninguém. Conversei com as minhas colegas, você vê que época.” Bom, no domingo, a

minha sogra e a minha cunhada vão almoçar na minha casa. De repente cai a conversa desse negócio, e a minha cunhada deu um pinote: “Mas ô Paulo, eu estou louca para trabalhar!” Ela tinha feito um curso inclusive, era uma menina muito, uma moça muito inteligente, conhece muito bem francês, conhece um pouco de inglês, ouviu, e tinha feito um curso de ginásio, daquele bom, mas estava sem fazer nada. Ela tinha adoecido uma certa fase e estava pensando em estudar medicina, e o negócio foi passando e ficou sem fazer nada. Bom, e vivia amargurada porque não fazia nada. Aí, não dava mais. Não havia como fazer marreta nenhuma, nem eu iria propor um negócio desses, e se propusesse ninguém ia aceitar. Bom, então nós ficamos com dois buracos lá. Chegou em 31 de dezembro, renovaram, é o tal negócio do provisório no Brasil. Não há nada mais definitivo no Brasil do que o provisório. Então, o que é que fizeram? Renovaram este negócio até junho de [19]44, para em junho de [19]44 haver um concurso para esse pessoal. Bom, e inclusive gente de fora podendo se inscrever. Bem, aí eu fui, e tinha mais uma coisa: aquele antigo contador, que agora era o secretário do presidente, o Elísio Carlos Cruz, esse que morreu outro dia, cabia ao Elísio, ouviu, fazer um exame nestas pessoas. Dar uma olhada no pessoal. Aí eu telefonei para minha cunhada e digo: “Olha, você vem aqui, que eu já falei e tal.” Ela foi, sabia a rua e o número. Não sabia a hora. Foi lá, se apresentou: “Seu Elísio e tal.” E o Elísio ouviu, e depois incluiu e disse: “Mas Cabral, agora que você nos dá essa moça?” Eu digo: “É, meu filho, eu esqueci. Bom, então a minha cunhada entrou. Entrou para a Caixa. Entrou para a Caixa, trabalhou durante um certo tempo ali na presidência, depois trabalhou em carteira predial, e depois quando houve a fusão das Caixas, o procurador-regional, porque quando houve a fusão das Caixas, o que é que teve? Uma procuradoria-geral e uma procuradoria-regional. O procurador-regional que já tinha sido diretor da Divisão de Benefícios, e ela tinha trabalhado na Divisão de Benefícios, ela agora estava na carteira predial, ele foi chamá-la para que ela organizasse o protocolo da Procuradoria-Regional da Caixa. Resultado: essa dona ficou engatilhada, engrenada em protocolo, porque ela tinha feito concurso, inclusive preparei-a bem para o concurso, e tal, eu podia ensinar a ela. Ela foi uma das primeiras classificadas no concurso. Bom, então ela ficou trabalhando na procuradoria, ela era a dona do protocolo da procuradoria. E quando ela fazia esse negócio tão bem feito, que às vezes uma divisão qualquer perdia o fio da meada de um processo, se ele tivesse passado pela procuradoria, não tinha conversa que ela ia descobrir, ouviu. Podia levar uma semana, um mês, quinze dias, porque inclusive guardava de memória, além daquilo: “Ah, porque às vezes era um negócio. Apanha o processo rápido, porque tem que fazer uma informação para o juiz.” Apanhava em mãos. Ah! Mas ela sabia, não tinha conversa. Bom, vocês vão dizer que eu tenho sido chefe da procuradoria, eu deveria ter dado uma função a ela gratificada. Não dei! Inclusive me lembro que quando criaram um cargo, porque existia uma secretária da procuradoria. De repente criaram um cargo inteiramente dispensável, de secretária do procurador. Pois se eu não tinha secretária, a procuradoria tinha uma secretária, para que secretária de procurador? Bem, e eu não preenchi o cargo. Um dia o diretor de administração da CAPFESP telefonou para mim e disse: “Cabral, o senhor está aí com um cargo e tal, não preencheu e tal...” Eu digo: “É, não estou pretendendo preencher”. “Mas eu podia lhe pedir para o Senhor preencher esse cargo?” Eu digo: “Pedir você pode, eu não posso proibir você de pedir”. Ele disse: “Porque doutor Cabral o Senhor não pediu o lugar, mas criaram o lugar. Na realidade o senhor está deixando de dar um funcionário, uma determinada gratificação.” Eu digo: “Está bem, é. Realmente nesse particular você tem razão.” “Então eu vou lhe..., posso indicar uma candidata?” Eu digo: “Pode! Dona Ondina”. Eu digo: “Não, minha cunhada...” Digo: “Ela não precisa disso, já que precisa, já que fizeram, então vamos procurar aqui na procuradoria uma funcionária que precise ganhar essa gratificação, que

possa fazer esse serviço, e vou então nomear.” Nomeei. Inclusive, depois levei um coice, mas isso não quer dizer nada. Isso está, também está previsto. Bem, então nesta ocasião, depois da CAPFESP já de INPS, a minha cunhada tinha caído, continuou na procuradoria, ela estava trabalhando na procuradoria-regional, mas havia uma dona lá, que estava fazendo uma pressão muito grande em cima de funcionários que não fossem do Instituto dela, e ela começou a se chatear. Então um dia ela me disse o seguinte, que ela ia pedir a transferência dela, a remoção dela para um posto que tinha aqui no Largo do Machado, que era uma coisa de louco. Eu digo: “Olha aqui, você dentro de uma semana você está num hospício, porque esse posto do Largo do Machado é uma loucura.” Ela disse: “Eu vou para o hospício, mas não continuo com aquela mulher, que eu sou capaz de meter a mão na cara dela.” Bom, então nesta ocasião, o Armando me fala para fazer esse negócio. “Vou pegar a Ondina para arrumar isso...” Não vai ganhar nada. Requisitei. Inclusive a dona que era a chefe, não queria ceder, e eu disse ao Armando: “Ou ela vem ou então você nomeia outro procurador para ficar aqui.” Bem, aí ele endureceu também, e ela veio. Eu disse: “Ondina, olha aqui, tem isso aí para você. Quanto tempo você me põe isso em ordem?” Ela olhou, olhou... “Um mês...” 28 dias depois eu tinha um protocolo, número de processo no conselho, número de processo no instituto, nome do sujeito, e o assunto. Quer dizer, quatro troços. Você cercava aquilo, o frango ia para panela de qualquer jeito. Bom, então eu fui buscar a pessoa que era capaz de fazer aquilo. Bem, e fiz o seguinte, fui buscar dois procuradores em cada, porque a assessoria jurídica ia ser composta de 13 procuradores. Um o chefe, e 12 para trabalhar junto. Eu fui buscar dois de cada instituto. Porque dois de cada instituto? Inclusive camaradas que eu não conhecia, que eu nunca tinha visto, compreendeu, mas que tinha informações de quem era ele no instituto. Por uma razão muito simples, porque cada instituto tinha a sua maneira de fazer processo. Evidente, não é? O processo do IAPFESP era feito de um jeito, o processo do IAPI era feito de outro jeito. O IAPI tinha uns formulariozinhos, que até a gente aprender aqueles formulários, tinha uns negócios de usar DIB, o DIB era não sei o que... Eu sabia lá o que era DIB. Data do início do benefício, o REC não sei o que. Bem, então eu peguei dois de cada instituto e fiz o seguinte: processo do IAPFESP para os dois do IAPFESP, processo do IAPI para os dois do IAPI, processo do IAPM para os dois do IAPM, quer dizer, eu lia os processos e distribuía, depois o processo vinha para mim para eu aprovar, qualquer coisa assim. Bom, depois eu passei a fazer o seguinte: um processo fácil do IAPFESP eu dava para um sujeito do IAPI. Um processo fácil do IAPI eu dava para um sujeito do IAPM, para eles irem aprendendo o negócio. E eu tinha uma datilógrafa, que começou a ficar atolada. De repente um procurador daqueles, arranjou um negócio aí fora e me disse: “Olha, doutor Cabral, eu vou largar daqui...” Mas ele era um bamba numa certa parte do Direito Previdenciário. Eu digo: “Você vai largar por quê?” Ele disse: “Porque eu arranjei um lugar de diretor numa empresa tal”. Eu digo: “Diretor?” “É.” “Quer dizer, você vai ser troço para burro. Tens um gabinete, fecha essa porta do gabinete e tal, tens uma datilógrafa” Digo: “Então vamos fazer um negócio. Você não vem aqui. Você vai ser diretor da sua empresa, agora, você vai me dar dez pareceres por semana, datilografados, prontos. Está fechado?” “Está fechado.” “Então estão aqui os processos, está aqui o papel. Eu levo o papel.”

LO - Isso é governo Jânio Quadros, por aí?

PC - Não! Que Jânio Quadros, era ditadura.

LO - Já...

PC - Já a ditadura, o que é pior, porque podiam cortar a minha cabeça. Eu estava protegendo um sujeito. Agora, aconteceu apenas o seguinte: foram 11 meses. No décimo primeiro mês eu não tinha nenhum processo na prateleira. 14.000 processos tinham saído. Tudo com parecer. E não pense que era parecer de uma folha, de duas folhas. Não. Quando veio, há um parecer do doutor Raimundo Lopes Machado, lindo parecer, uma beleza de parecer, quando veio a tese, aquele negócio que eu já falei até ligeiramente com vocês aqui, da companheira poder concorrer com os filhos, e aquelas que não tinham podido concorrer, o parecer do Raimundo sobre um direito novo, quer dizer, um negócio que ele deve ter descido para biblioteca para fazer aquele parecer. Então, coisas admiravelmente bem feitas. Então era isso, meu filho, era conhecer o povo, ouviu, conhecer a casa. Eu quando fui ser procurador agora do INPS, do atual, que pegaram o IPASE, bem, eu cheguei lá, eu tinha a Divisão de Benefícios, o setor de Benefícios, evidente que eu não ia dar para o pessoal do IPASE que não tinha experiência naquilo, não podia ter experiência naquilo. Mas tinha um setor, um outro setor, eu poderia ter feito só meu! Mas eu digo: “Não, vamos dividir.” E tinha um setor administrativo. Então tinha um procurador, que eu sabia, um procurador do IPASE, que era um sujeito de primeira qualidade sob todos os aspectos, ouviu. Esse camarada começou *boy, boy* no IPASE, ouviu, de descer para ir comprar cigarro para diretor. Hoje é um procurador do instituto, não é. Estudou, um sujeito que conhece, advogado de primeira qualidade. Peguei e entreguei a ele, vai ser diretor do setor de administração. Qualquer abacaxi aquele setor resolvia. Então você vê, é preciso conhecer a casa. E em Previdência, meu filho, isto é essencial.

NM - Falando em conhecer a casa, voltando ainda um pouco aos anos [19]60...

PC - Como vocês voltam...

NM - É. Em 1960 existem dois fatos fundamentais para Previdência Social?

LO - Eu tinha uma pergunta antes dessa dos anos [19]60, é uma coisa pequena também, é o seguinte: no final dos anos [19]50, quer dizer, antes da LOPS, no final dos anos [19]50 o IAPFESP programa essas comissões, uma sobre cobrança de débitos de empresas, cobrança de débitos da União, e uma outra comissão, que o senhor foi presidente também, de revisão do quadro de pessoal do IAPFESP. Essas comissões, elas foram montadas com o sentido de diminuir os débitos do IAPFESP?

PC - Não! Veja bem: evidente que era maneira de receber. Eu não estava nem pensando em débito. A minha função não era saber se o instituto estava com dinheiro ou estava sem dinheiro. O que eu tinha que fazer nessa comissão era organizar uma determinada forma, ouviu, de receber aquilo que não estavam pagando.

Fita 9 - Lado B

PC - Agora você tem é de pessoal. Bom, é que quando fizeram, quando fizeram a fusão das Caixas, não fizeram código de pessoal, está entendendo? E aconteceu uma coisa muito curiosa. Parece que em Recife, ou em Recife ou em Salvador, tinham feito um hospital, e não previram absolutamente, o quadro de pessoal. Então, começaram a contratar gente para esse hospital, e pagavam, ouviu, por exemplo, dentro de uma tabela, vamos dizer, agarrou um sujeito, um X, a outro três X. Por quê? Tinha que ter um negócio, então no governo aí, se não me engano já governo Juscelino. Quando é que foi esse negócio de...

LO - [19]58.

PC - [19]58, governo Juscelino, era o Valdemar Rodrigues da Silva, era o presidente do Instituto, da Caixa, então ele se defrontou com este problema. E ao defrontar-se com este problema me chamou. Eu então sugeri que ele fizesse uma comissão para organizar o quadro, botando na presidência o Elísio Carlos Cruz. Eu, Eboli, Altair de Souza, fomos fazer o quadro do IAPFESP.

LO - Não era para despedir ninguém?

PC - Não, era para fazer o quadro. Inclusive encontramos coisas desse tipo. Havia um médico no interior dum estado aí, que era farmacêutico.

NM - E os trabalhadores não reivindicavam esse quadro?

PC - Não, absolutamente porque o quadro, meu filho, era o que tinha. Agora, por exemplo, em Recife, nesse hospital. Bem, porque que o senhor Fulano está ganhando três X e o Seu fulano está ganhando X? O que faz o sujeito X? Vamos mandar saber o que é que faz. Então o que ganhava o “xizinho”, era um pelanca, ouviu, que entrava lá às 8:00 da manhã e saía às 8:00 horas da noite, e tinha arranjado aquele emprego, ouviu, mas não tinha pistolão. E o que estava ganhando três X era o amigo do governador. Então troca. Ué? Não é. Esse homem do três X ele vai entrar no valor normal da instituição. Quanto é que paga um médico? Tanto, então ele vai ganhar tanto. Agora aquele que estava lá embaixo vai ganhar tanto também. Então fizemos o quadro. Não houve problema...

LO - E o farmacêutico deixou de ser médico?

PC - É evidente, passou a ser farmacêutico.

LO - Agora a sua pergunta, Nilson...

PC - Só, agora eu vou lembrar, uma coisa: você diz assim: Não, eu tinha uma perguntinha pequenininha. Meu filho, em Previdência não há nada pequeno. Isso me faz lembrar um episódio, quando Guilherme II foi ser Imperador da Alemanha, vocês sabem que ele era um sujeito... Um egocentrista como não houve outro na História. Ódio à mãe, não é... Talvez a guerra de 1914, Freud explica, o ódio à Inglaterra porque a mãe era inglesa, e ele nasceu aleijado, porque a mãe caiu, esses troços. Bem, então, ele com aquela pose dele, aquele troço, quando ele estava imperador, foi, morreu o pai e ele assumiu o Império, uns dois ou três meses depois ele teve uma gripe. Então chamaram o médico da Corte. Gripe nós curamos com uma batida de limão, mas o Imperador Guilherme e tal, chamaram lá. Então, o sujeito examinou e disse para ele: “Majestade, Vossa Majestade não se preocupe, Vossa Majestade está com uma pequena gripe, um pequeno resfriado.” Ele levantou e disse: “Pequeno não, grande. Em Guilherme II tudo é grande.” Desmentiu, desmentia o médico. Você acaba, eu acabo de te desmentir. Em Previdência não há nada pequeno, tudo é grande. Vamos lá ao seu pequeno...

NM - 1960, e falando de 1960 nós encontramos primeiro a Lei Orgânica da Previdência Social e a formação do IAPFESP...

PC - Que é da lei. Não é formação, é mudança de nome. Porque o CAPFESP, ao passar a IAP não mudou nada...

NM - Bom, eu queria saber em relação à Lei Orgânica da Previdência Social o seguinte: essa lei começa a ser trabalhada pelo Aluizio Alves em 1947, e só é aprovada e regulamentada em 1960. Sofre diversas ameaças de sindicatos, fazendo ameaças de greve, enfim, pressões de técnicos da própria Previdência, principalmente do IAPI. Bom, como é que o senhor explica, como é que o Senhor justifica a Lei Orgânica da Previdência Social?

PC - Bem, nós tínhamos chegado a um estágio que não era mais possível nós termos cada instituição com uma lei. Quer dizer, nós ainda não estamos no instituto único. Mas não era admissível, que o instituto único veio em [19]67. Mas não era mais admissível nós termos várias leis para a mesma coisa. Eu pergunto o seguinte: a dor de barriga do homem da construção civil, ela é pior ou melhor do que a do balconista? Ela é uma dor de barriga, não é verdade. Bem, então ela tem que ser cuidada do mesmo jeito. Tem que ser cuidada do mesmo jeito. Eu não vejo qual é a diferença entre um sujeito que é filho do banqueiro e que está com apendicite, e um crioulo que está com apendicite.

LO - Já que o senhor está falando nisso, então o Senhor acredita que a Lei Orgânica da Previdência Social tenha realmente unificado a lei nesse ponto?

PC - Sim.

LO - Porque há uma dúvida, na medida em que ela manteve em vigor todas, toda a legislação referente a cada instituto?

PC - Não. Ela garantia um direito. É diferente, quer dizer, o sujeito poderia optar. É o Artigo 162 da Lei Orgânica. Então, eu daqui a pouco eu vou mostrar a vocês o que é que este Artigo 162 fazia, chegou a fazer, pode fazer. Bem, então veja o seguinte: não era mais admissível que um instituto desse um benefício de uma certa maneira, que outro desse de outra, que um tivesse uma coisa e outro tivesse outra. Então ainda no governo do senhor Getúlio Vargas, não no governo de ditadura, mas no governo...

LO - Constitucional?

PC - Constitucional, ele criou uma comissão de bem-estar social que apresentou um projeto. O governo apresentou um projeto no Congresso, que era de certa maneira um retorno ao instituto de Serviços Sociais do Brasil. A legislação, não a administração, porque a administração evidentemente que ninguém queria a unificação porque seis cargos de presidente se transformavam em um. Não é verdade? Quer dizer, como é que você vai dar, você vai deixar cinco afilhados do lado de fora. Não dá. Não é, ainda não dá. Bem, por isso mesmo, no governo Dutra liquidou-se o ISSB. Bem, seu Vitorino Freire, como é que o senhor Vitorino Freire ia ganhar eleição no Maranhão? Se ele não tivesse seis institutos para nomear delegados? Não dava. Quem era Vitorino Freire? Quem sabia quem era Vitorino Freire? Ninguém. Vitorino Freire era o quê? Tinha sido um oficial de gabinete de um Mendonça Lima que era diretor da Central...

LO - General Mendonça Lima?

PC - É, depois quando o Mendonça Lima foi ser Ministro da Viação ele foi para o gabinete do Mendonça Lima. Ninguém sabia quem era Vitorino Freire. Mete-se num negócio de política, e consegue inclusive uma bravata, ele parece que era deputado pelo Maranhão, e ele nem era maranhense. Bem, renuncia ao cargo de deputado para disputar o de senador e não sei o que, uma bravata de uma besteira dessa, provinciana sem nenhum sentido. Bem, é, então, evidente que a eterna vigilância da UDN não gostaria também de ter só um instituto. Então, o Getúlio cria uma comissão de bem-estar social para rever e fazer uma lei só. E esse negócio vai para o Congresso, parece que em [19]52. É, vai no começo do governo Getúlio, lá para o Congresso, e leva oito anos lá dentro. Inclusive o Senhor Aluísio Alves sentou em cima do negócio. Era relator e esse troço não saía. Mais ou menos o que aconteceu com a lei de acidentes, que levou 15 anos no Congresso, e de repente destacou-se um pedaço da Lei de Acidentes, um pedaço daquela lei, para fazer lei de acidentes. Então, o seu Aluísio Alves, que é hoje o Ministro da Administração, e que segundo os jornais, eu ainda não ouvi desmentidos, diz que ele está lá no Rio Grande do Norte na boca da urna contando... Então ele não está como Ministro... Agora eu queria saber o seguinte: se ele no fim do mês vai receber o vencimento de Ministro, ou vai descontar esses dias. Porque se ele fosse o porteiro, ia descontar, ia descontar porque me parece que chefe de clã é...

NM - Político, eleitoral...

PC - Político-eleitoral, tem direito de faltar, porque tem imunidade. Bem, agora isso vai receber, não tem conversa, não tem dúvida. Bom, então, sentaram em cima da lei. Quando chegou no final do governo Juscelino, aceleraram de repente essa história. Era Ministro do Trabalho nesta época, quem era?

LO - Era o João Batista Ramos.

PC - João Batista Ramos, exatamente. Ele era deputado. Então ele viu um respaldo até político, não sei o que, e acelerou a saída da Lei Orgânica, ouviu. Bem, que pode inclusive ter imperfeições, mas foi um grande passo. Inegavelmente foi um grande passo, porque você igualou os iguais. Porque os iguais estavam tratados desigualmente. Porque um segurado do IAPFESP podia ir a dez salários mínimos, e o do IAPI a dois, ou a cinco? Por quê? Aonde é que estava a justiça social de um troço desse? E isso só se vai poder resolver depois de [19]67. Ainda há uma coisa: houve um erro grave na Lei Orgânica, quando mandava fazer um reajustamento em face daquela diversidade, organiza uma proporção, e organiza uma proporção por diferença, coisa que não existe na aritmética, quer dizer, houve um erro aritmético na lei, ouviu, que foi ser posta a causa à mostra no conselho, e aí vocês me desculpem, mas agora, a paternidade eu tenho que invocar, porque eu dei um parecer, não vou mostrar a vocês, mostrando o seguinte, que tinham feito, eu que não sei nada de aritmética, mas que tinham feito uma proporção por diferença, quando não existe na aritmética, não existe proporção por diferença, existe por quociente. Então eu dei um parecer lá, eu ainda era procurador, em que usei razões e proporções para demonstrar, isso pegando uma aritmética velha, que eu tinha estudado aritmética de Trajano. Então mostrei: “Olha, com Trajano era assim...” Eu não sei nada disso, porque não sei mesmo. Agora, tinha que consertar o negócio. E foi consertado pelo Conselho de Recursos. E aí: “Ah, realmente nós vimos, mas...” Bom, mas de qualquer maneira, quaisquer que fossem os erros ou não vamos dizer erro, talvez umas impropriedades da Lei Orgânica de Previdência Social, foi um passo gigantesco, porque igualou. Realmente igualou. Há um negócio que diz assim: “Que a verdadeira justiça, é

tratar desigualmente os desiguais...” E eu estou plenamente de acordo. A justiça está em tratar desigualmente os desiguais. Por que eu vou tratar, porque eu vou cobrar, vamos dizer, 2% da renda de um sujeito que no fim do ano teve 2.000 cruzados, e vou tratar da mesma maneira um sujeito que teve 200.000.000 de cruzados e tirar 150% dele. E isso ninguém faz. Quer dizer, o país fica na banana, tem que apertar aí, todo mundo, a gente vai hoje, por exemplo, como é o nome disso? Para o...

NM - Supermercado?

PC - Supermercado, e não tem açúcar. Acabou o açúcar. Porque ontem à noite, porque já se está fazendo as coisas à noite. Ontem à noite, iam fazer o aumento do açúcar. Ontem à noite, disse a televisão. Então o negócio já está meio quadrilha de Ali Babá. Não é verdade? Tem que fazer de noite, para ninguém ver, na calada da noite. Para no dia seguinte o sujeito acordar com a noite falando: “Olha, o negócio é mais 35%...” “Bem, então temos que atender os usineiros. Ainda temos que atender os usineiros, ao pessoal da terra. Continua o sistema mais ou menos assim.”. Outro dia um cidadão, que cunicamente diz na televisão o seguinte: “Ah, nós não podemos vender o boi, o boi está magro, nós estamos na entressafra, tem que falar carne.” Agora na realidade, se o governo aumentasse o preço da carne, não congelasse, nós teríamos carne para vender. Então o boi engorda de acordo com o decreto que aumentou. Engorda da noite para o dia. Então o negócio tem que ser na bomba de encher pneu de bicicleta. É nisso que nós estamos vivendo. Mas você dizia então, queria saber mais alguma coisa?

LO - É, eu tenho uma, com relação à LOPS, se os procuradores do IAPFESP em algum momento participaram na elaboração?

PC - Não, não. Isso tudo, meu filho, ora... Nem do IAPFESP nem de lugar nenhum. Isso foi lá... A Comissão de Bem-Estar partiu bem, ouviu. Partiu bem, ela, a comissão de bem-estar social feito pelo senhor Getúlio Vargas, parece que era o João Carlos Vital, não me lembro bem agora os componentes da comissão. Mas era gente de primeira qualidade, ouviu. Bem, agora, que eu me lembre assim. Eu não me lembro os nomes, mas sei do gabarito das pessoas. Agora, quando chegou no Congresso, meu filho, o negócio caiu no Congresso. E agora?

LO - Parece que o Congresso teve auxílio do IAPI, do grupo do IAPI?

PC - Bom, isso de chamar um para dizer aqui e ali, é provável isso, eu não posso, não posso...

NM - Mas do IAPFESP o Senhor afirma que...?

PC - Não, não. Não foi chamado ninguém não. Ninguém. Houve uma ocasião, houve um momento, mas aí não. Aí já era Lei Orgânica, não. Aí já era INPS. Não, não houve. Chamado do IAPFESP não foi ninguém. Isso eu garanto.

LO - O que é que mudou na CAPFESP, além do nome, com a Lei Orgânica da Previdência Social?

PC - Nada, só o nome. Passou a IAPFESP. Onde se lê, leia-se... É, porque, já não era um instituto? Veja bem, a Caixa da Central, ainda Caixa da Central, ela era maior, eu já disse

isso a vocês, do que o IAPB e do IAPE, do Instituto da Estiva. Ela tinha 54.000 segurados e eles não tinham. Bem, agora a CAPFESP, ela já era a terceira instituição em tamanho, e em recursos mesmo.

LO - Agora, e a administração colegiada, que passou a ocorrer também no IAPFESP, não é?

PC - Sim. Aí sim. Tipo de administração. A mudança seria essa. Quer dizer, agora é uma junta, composta de um representante dos empregados, um representante do empregador, e outro do governo, e um Conselho Fiscal. Então tinha, você tinha a junta administrativa, que decidia lá a parte de administração, mas isso já coisa até de regulamento, não é nem da lei. Bom, não, é da lei a junta, complementada pelo regulamento. Então você passa a ter o quê? Um representante dos empregados, empregador e governo.

NM - E funcionou essa junta? Esse colegiado?

PC - É funcionou, funcionou...

LO - O senhor como procurador-geral, o Senhor teve, o Senhor tinha acesso ao...?

PC - Não, eu, veja bem, eu não era procurador-geral nessa época. Eu era o procurador-regional.

LO - Regional, procurador-regional. Procurador-chefe regional?

PC - É.

LO - O senhor tinha permanente contato com esses membros da junta?

PC - Não, eu tinha permanente contato com o pessoal da delegacia, compreendeu, que era a JJR, Junta de Julgamento e Revisão. Então todos os processos de benefício, ouviu, iam para a junta, que era composta de um delegado, um representante dos empregados, e um representante dos empregadores.

LO - E como é que era? Porque isso realmente foi uma inovação, a JJR?

PC - Isso foi. Realmente foi...

LO - Foi uma inovação...

PC - Bem, então o negócio era o seguinte: Junta de Julgamento e Revisão. Então o que é que ela vai fazer? Ela vai rever os atos concessórios, ou negativos dos órgãos de benefícios. Então, o diretor de Benefício, negava ou concedia uma prestação. Então isso ia para junta. Estava lá na junta, um tribunalzinho pequeno, três pessoas “Vamos decidir...” Bom, aí era nessa época que estava, era o representante do governo, quer dizer, eram os delegados. O delegado era o presidente da junta. É, isso era automático. Bem, então ele era o presidente da junta. Havia um representante de empregador, que era o Aldo Alves, Aldo Alves, tinha um outro nome, um sobrenome, não me lembro agora o outro nome, que era da Light, que era da Telefônica. E tinha esse Batistinha, que agora é candidato a senador, considerado comunista e tal, que era representante de empregados

ferroviários. Bem, três sujeitos da melhor qualidade: Jorge Barbosa como delegado, o Aldo Alves e esse Batista. Comuna ou não comuna, sei lá, mas um sujeito formidável. Bom, então os processos iam, e eu então acertei, mas na primeira etapa havia o seguinte. Eles começaram a exigir muito da Procuradoria, compreendeu, porque como eles estavam começando, e havia às vezes matéria de Direito, eles tinham dúvidas e tal, começavam a baixar os processos em diligência à Procuradoria, o que já estava me atrapalhando, porque veja bem, os processos eram baixados em diligência pelos órgãos, eram benefícios que pediam, a parte de arrecadação pedia, e então eu já tinha um acúmulo grande. Agora eu já tinha mais essa sobrecarga. Então eu acertei com eles o seguinte: “Nós vamos fazer uma coisa. Todo processo que vocês, que o relator tiver alguma dúvida de ordem jurídica, e que trazer a vocês e nenhum de vocês puder resolver, encosta. Os outros vocês vão resolvendo. Foi concedido, está certo, está certo, pronto. Quando chegar na sexta-feira, toda sexta-feira eu venho para cá, e nós vamos resolver o problema. Você dá a dúvida, levanta a dúvida, e se eu achar que eu posso resolver na hora, eu resolvo na hora. Sugiro a vocês do colegiado. Agora, se eu achar que o negócio merece mesmo um negócio escrito, ouviu, eu digo: baixa em diligência para nós.” Com isso eu reduzi de 90%, e o negócio não deu problema. Andou uma maravilha...

LO - Essas juntas tiveram imediatamente muito trabalho? Elas estavam...

PC - Tiveram...

LO - Elas estavam revendo inclusive coisas anteriores a LOPS, não é?

PC - Sim, porque veja bem, toda vez que você entra com uma lei nova de caráter adjetiva, agora tenho eu que entrar em... Você estudou Direito? Não é você? Bom, então veja bem, nós temos dois tipos de Direito, substantivo e adjetivo. O Direito Substantivo é aquele que diz respeito ao Direito em si. E o Direito Adjetivo a ação, a execução desse Direito. Bem, então, por exemplo, se eu tenho uma casa, e o sujeito que está me devendo, que está morando na casa está me devendo, o meu Direito Substantivo o que é? É receber o dinheiro dele, mas eu só posso receber através do Direito Adjetivo, mover uma ação, ele me paga ou não me paga e eu boto ele na rua. Bom, o Direito Adjetivo, ele entra em vigor imediatamente, compreendeu, e o efeito dele é retroativo em termos, quer dizer, o que estava dentro de uma regra, agora passa a se submeter a essa nova regra. Então todos os processos que estavam em curso, não os já concedidos, não. Os que estavam concedidos estavam concedidos. Agora, o que estava negado, o sujeito recorria. Podia agora recorrer para o delegado, para a junta. Porque da junta é que ele iria para o Conselho, enquanto que antes ele iria diretamente para o Conselho, está entendendo? Criou-se uma instância, que hoje é a JRPS, só que tem que ela, a JRPS, ela não é um órgão de decisão automática, e a JJR era, está entendendo. Tudo quanto era processo concedido ou negado, ela ia, porque ela era de julgamento e revisão. Então ela julgava e revia. Agora é o quê? Junta de Recursos da Previdência Social. Então agora se um camarada perde um troço, ou ganha um troço, não vai para a junta. Só irá para a junta se ele recorrer, não é. Ele pediu uma pensão, não deram. A mulher, pediu uma pensão, não deram. Ela aí vai para a junta. A junta é de recursos. Bom, agora deram, acabou. Deram.

LO - Mas no caso da JJR, todos os processos iam?

PC - Iam. Era de julgamento e revisão.

LO - Caramba.

PC - Concedeu, ele reexamina. E a fraude não havia. Você podia ter roubo, isso é outra coisa. Para isso Cabral deixou os degredados dele aqui. Para nós treinarmos já com os degredados.

NM - Ah, o Cabral o primeiro?

PC - O próprio, o próprio. O meu avô. Quando ele chegou aqui, na hora que ele foi, o que é que ele deixou aqui? Os degredados. Para quê? Para preparar já o índio, para começar a roubar a pena do cacique, não é. Bem, roubo havia, desfalque havia. E isto haverá até o fim da vida. Não há de ser a pena de morte do senhor Amaral Neto que vai fazer com que o ladrão desapareça. Bem, porque eu acho inclusive que devia ir para pena de morte, não o crioulo que está roubando aí, mas o granfa, ouviu, o grã-fino, às vezes até um sujeito muito bem colocado na vida, que fraudou o Benefício da Previdência Social, e depois teve que confessar para pedir parcelamento, ouviu. Bom, porque safadeza não é só pobre que faz não. As maiores são feitas lá em cima. Bom, então o que é que acontece. Ela revia tudo. Era muito difícil, que o sujeito cá da seção de benefícios fraudasse um troço, que o chefe comesse, e que os três comessem.

LO - O representante dos empregados, o delegado regional?

NM - Uma das críticas que eu mais ouvi à Lei Orgânica da Previdência Social, é que com ela nós verificamos um aumento da corrupção, além da baderna e da agitação política que viria ocorrer a partir daí nos IAPs.

PC - Da Lei Orgânica não! Corrupção, depois da Lei Orgânica não me parece que tenha havido. Não, é ao contrário, você está vendo aí. As juntas. Olha uma malha fina aí, não é. Pode ter havido, mas meu Deus do céu, mas e quando é que não houve? Por acaso agora no momento, com todas essas democracias que estão por aí, que eu estou de acordo com a democracia, não com a safadeza. Eu pergunto: Está havendo ou não está havendo corrupção? Ora, não está havendo nos Estados Unidos, meu Deus do céu. Não é o país dos honestos? Não é.

NM - E a participação dos trabalhadores no conselho não teria favorecido uma agitação sindical?

PC - Não me parece. Dentro do meu Instituto não senti. Não senti nada, nada. É verdade que havia um membro do conselho, já da junta, Néelson... não me lembro do sobrenome dele, Néelson de quê? Que prenderam esse homem inclusive, e agora eu vou fazer um parêntese rápido aqui, que daqui a pouco... É, o Néelson era um homem, ele defendia muito a "crasse", ouviu. "Não porque a "crasse", a "crasse". Ele era um representante de eletricitários. Ele era de Juiz de Fora. Então foi eleito para ser membro do Conselho Administrativo da Junta, é Conselho Administrativo do Instituto. Então tinha o representante do empregador, que era um pastor protestante, tinha um coronel que era, o coronel, antigo político lá do Rio Grande do Norte, ouviu, nomeado pelo Juscelino, e tinha este homem que tinha sido eleito, e que voltaram em [19]64 as baterias contra esse homem. Pois bem, espiem bem uma coisa...

LO - Este homem era o representante dos trabalhadores?

PC - Dos trabalhadores. Então acharam que este homem era comunista, porque ele defendia as “crasse”, ele dizia assim: “Porque as crasses”, as “crasses” e tal. Bem, um sujeito inteligente, inteligente, pouco, pouca instrução evidentemente. Bom, quando estavam caçando esse camarada no Rio de Janeiro, este homem telefona uma noite, três ou quatro dias depois da Revolução, da chamada Revolução. Ele telefona para o doutor Raimundo Lopes Machado, que era o procurador-geral do IAPFESP. Telefona para a casa do doutor Raimundo, na maior aflição, porque ele queria que o indicassem um advogado, ouviu, para ele, de modo que ele tenha algum apoio e tal. O Raimundo virou-se e disse: “Olha, ô Néelson, faz o seguinte. Eu vou telefonar para o Sobral Pinto, e você procura o Sobral Pinto”. Porque o Raimundo era compadre do Sobral Pinto. O Sobral Pinto era padrinho do filho dele. Bem, e o Sobral Pinto a gente não precisa nem dizer quem é o Sobral Pinto. Você sabe o que é que fizeram? Fizeram uma comissão de inquérito acusando o senhor Raimundo Lopes Machado de ter auxiliado o senhor Néelson, e entre outras coisas, o Raimundo Lopes Machado era um homem católico, profundamente católico, e católico daquele tempo que achava que todo comunista comia criança. Então Raimundo Lopes Machado teve que responder...

LO - Pode deixar... Opa, vamos trocar...

Fita 10 – Lado A

LO - O senhor estava falando que o Raimundo Lopes Machado?

PC - É, o Raimundo Lopes Machado teve que responder a um inquérito, isto foi um negócio que magoou, machucou profundamente o Raimundo, ouviu, porque ele tinha indicado um advogado para um indivíduo que estava sendo perseguido. Então este processo do inquérito, resolveram mandar para mim que eu dava um parecer. E eu dei. Dei um parecer. Primeiro que o Raimundo Lopes Machado não estava fazendo nada mais, nada menos que o seu dever de advogado. Porque um advogado não pode recusar defender uma pessoa. E se por acaso ele tenha alguma reserva com relação ao caso, ele tem por dever de juramento, ele tem que dar a esta pessoa alguém que o ajude. Quer dizer, amanhã se me aparecer um sujeito aqui e me dizer: “Doutor Cabral, eu quero que o senhor me defenda porque eu acabo de matar a minha mãe...” O máximo que eu posso fazer: “Olha, meu filho, eu não sou advogado criminal.” “Não, mas estão querendo me matar aí na rua...” “Não, espera aí, vamos telefonar, o doutor Técio Lins e Silva, ou para o doutor Evandro: -- Olha aqui eu estou com um matricida aqui em casa. O que é que eu faço dele? Boto ele na panela ou vocês dão um jeito de levar ele aí.” E com isto eu não estou fazendo favor nenhum. Eu estou cumprindo religiosamente o meu dever. Então eu dizia no meu parecer que ele era amigo, outra, duas acusações, é que ele era amigo do Sobral Pinto. Eu digo: “Não, ele não é amigo do doutor Sobral. Ele é compadre do doutor Sobral Pinto.” Mais do que amigo, não é verdade? Agora, quem neste país num determinado momento não foi amigo ou inimigo do doutor Sobral Pinto? Porque as posições do doutor Sobral Pinto são tão retas que todos nós em algum instante estivemos contra o doutor Sobral Pinto, ou a favor do doutor Sobral Pinto. Porque às vezes nós é que não estamos na posição reta. Por exemplo, eu me lembro quando o Sobral, eu não era juscelinista, e o Sobral era. Então eu estava contra o Sobral. Não estava? Eu estava contra o Sobral. Apenas eu não estava entendendo porque ele... Eu sempre sou meio retardado para entender os problemas políticos. Eu em geral entendo depois, daí porque vou pagar meus pecados, porque durante um certo tempo eu fui udenista e votei na corja da UDN. Então

isso aí já sei que papai-do-céu não vai me perdoar nunca, de jeito nenhum. Bom, a UDN desembocou em [19]64. Em [19]64 desemboca nesse negócio agora aí. Bom, então vocês vejam o seguinte: você estava perguntando? Eu estou lembrando a pessoa do Raimundo. Então ele: Primeiro, eu várias vezes discordei do doutor Raimundo, discordei seriamente. É um direito meu. O doutor Raimundo estudou nos mesmos livros que eu estudei, mas eu não era obrigado a pensar pela cabeça dele. Então havia ocasiões em que nossas opiniões se chocavam. Ele tinha um conceito e eu tinha outro conceito. Mas levei o doutor Raimundo para ser um dos procuradores do Conselho de Recursos, porque eu sabia com quem eu estava contando.

LO - Doutor Raimundo era representante dos trabalhadores?

PC - Não, doutor Raimundo era procurador-geral.

LO - Procurador-Geral, exato. O Senhor estava avaliando?

PC - É. Pois é, então o doutor Raimundo, o negócio da junta. Então tinha o Néelson, e ele o defendeu. Quer dizer, ele deu ao Néelson e por causa disso ele foi envolvido no inquérito, compreendeu? No inquérito da Revolução, contra a corrupção e contra subversão. Coitado do Néelson. Subversivo de quê? Um homem pacato, simples, não tinha nada. Puseram-no na detenção. Depois ele saiu, mas não teve nada, nem respondeu coisa nenhuma, porque era um homem direito.

LO - Em [19]64, quando houve o golpe, ele ainda era representante dos trabalhadores?

PC - No momento... Andaram cassando os homens aí na rua, porque era representante dos homens da eletricidade. Não dava nenhum choque, coitado, sendo da eletricidade.

LO - Na administração do IAPFESP, ele era um dos... Ele chegou a ser presidente, não é?

PC - É. Foi, foi, porque rodava.

LO - Rodízio.

PC - Rodava, a gente fazia rodízio, Ele não foi o último. Parece, se não me engano ele foi o primeiro ou o segundo, primeiro ou segundo. Porque o último foi o coronel, quando estava o João Goulart, já Presidente da República, e esse coronel é que, chegou, veio o coronel... Que mais?

NM - Entre 1961 e 1964 o senhor foi procurador-chefe regional do IAPFESP. Nesse momento estão acontecendo milhares de coisas nesse país. Os ferroviários de alguma forma estavam na ponta desse movimento. Em 1964 o famoso momento...

PC - Exato, é. Sim, sei, aquele negócio de metalúrgico, aquele troço todo.

NM - Estavam exatamente envolvidos também no projeto de resistência contra o golpe militar. Como é que o senhor conviveu esse período todo dentro do IAPFESP de [19]61 a [19]64, com essa chamada agitação social desse período?

PC - Bom, a agitação política não chegava lá, compreendeu? Não chegava lá. Você, quando muito, lá na procuradoria, você tinha às vezes indivíduos que eram grosseiros. Mas grosseiro você tinha que entender que tinha que ser. Você não quer que um guarda-freios, não é, da Central tire uma luva de pelica para falar com você. Agora, ele tem que chegar a cuspir no chão, e tal, e você tem que entender isso. Então, na realidade, na realidade eu só fui ter problemas mais sérios, na época das invasões, viu. Invasões de conjuntos residenciais. Mas as invasões dos conjuntos residenciais, elas foram dirigidas, e dirigidas por interessados em ganhar dinheiro. A coisa se passou mais ou menos assim. Quer dizer, essa parte política não chegou lá, na procuradoria. Porque a Procuradoria faz o quê? Dava parecer em processos de interesse de A, B ou C. Havia ainda transações imobiliárias, as carteiras imobiliárias funcionando, então quem tinha pedido empréstimo, tinha contrato para assinar, então nós é que fazíamos, tudo bem. De repente, começaram as invasões nos conjuntos, assim, vamos dizer, não posso precisar a data, mas assim talvez princípio de [19]64, fim de [19]63. Invadiram um conjunto aqui no Rio de Janeiro e esse conjunto tinha sido construído por uma empresa e esta empresa não tinha conseguido obter o habite-se para a liberação da obra, para vender as casas. Deviam estar tão bem feitas, as casas, que...

LO - Falando ao contrário...

PC - Que não obtiveram habite-se. A prefeitura negou o habite-se. Bom, e aí houve uma invasão. Invasão de pessoal da Light. Motorneiro, condutor. Bom....

LO - Pessoal do bonde?

PC - Pessoal do bonde. Pessoal que era meio brabo. Invadiram as casas, e aí veio a agitação. Bota para fora, tira não sei o quê, mas a Caixa não tinha nada a ver com isso. A invasão era problema de polícia, de rua, sei lá. Mas o Ministério do Trabalho e tal, trabalhadores, João Goulart no governo, e tal. Então houve um decreto do Presidente da República de então, seu João Goulart, determinando que a Caixa comprasse, adquirisse aquelas casas. Caixa, não, o instituto, o IAPFESP, comprasse as casas. Perfeito. Não sou eu que vou me opor às ordens do Presidente da República. Destacou o dinheiro, mandou destacar uma verba do Ministério, e far-se-ia a desapropriação do imóvel, pelo seu justo preço. Então o IAPFESP para cumprir isso tinha que avaliar as casas. Então as casas foram avaliadas, o imóvel foi avaliado não sei por quanto, agora não me lembro quanto, houve recurso dos construtores. Bom, e quando chegou a última decisão, já estava bem mais alta a avaliação. Então, obtidos os recursos, depositamos o dinheiro, e pedimos então os títulos. Não havia outra maneira, porque nós só podíamos adquirir isso de acordo com o Decreto-lei 1749 que estava em vigor. Trinta anos de propriedade. As certidões negativas de coisa. Acontece que havia uma gleba de terra fora do Rio de Janeiro, que estava hipotecada ao Banco do Brasil, e o proprietário dessa gleba de terra era um dos membros dessa empresa, de modo que precisava receber esse dinheiro para pagar o Banco do Brasil, como sempre o governo pagando ao governo, não é verdade? Alguém pediu emprestado, gastou, e na hora de pagar o governo é que paga. Bom, aí eu digo não. Primeiro o habite-se. Numa noite, eram 8:00 da noite, eles estavam fazendo pressão em cima da junta administrativa, e tinha um advogado, um pequenininho assim, Oswaldo não sei lá das quantas, careca, e eu tinha dito a um dos membros da coisa, eu digo: “Olha aqui, eles não têm habite-se. Até agora não me apresentaram o habite-se. De modo que use este argumento...”. Porque o negócio tinha que ser feito na regional. Mas eles já estavam pressionando lá em cima. Eu digo: “Use este argumento.” Quando, depois de uma

discussão, queimada, 8:00 da noite, eu com uma fome do cão, e uma úlcera para alimentar, na época eu tinha, de repente o tal membro da junta, num último argumento disse: “Não, mas os senhores não têm um habite-se.” Pula este advogado com um papel assim, e foi no nariz do membro da junta: “Está aqui o habite-se!” Eu aí, não aguentei. Aí o negócio subiu, passei a mão nele e digo: “Isto não é habite-se, porque o que você está fazendo é uma chantagem. Porque isto daí é um memorando de início de obra, você não tem habite-se, e a minha procuradoria, ou tem toda a documentação ou não faço a escritura. Não adianta. Está aqui a lei.” Bom, a polícia cercou o conjunto. Arranjaram uma forma da polícia cercar. E eu um dia recebo um telefonema de uma pessoa que era uma autoridade, me reservo o direito de não dizer quem era, que me dizia o seguinte: “Doutor Cabral, o Senhor já pensou se um político desses, até inadvertidamente dispara uma arma e pega numa criança e morre? O que é que vai acontecer?” Eu digo: “Já pensei sim. Já pensei porque eu tenho um filho que é menino, que amanhã alguém pode... Então, eu vou fazer uma coisa, se um polícia disparar e matar um filho de um ferroviário, de um homem desses da Light, eu vou mandar duas coroas para o enterro do menino.” “Duas coroas, por quê?” Eu digo: “Eu mando uma como chefe da Procuradoria Regional do IAPFESP, e mando a outra como pai de uma criança, porque estou inteiramente solidário com esse pai. Agora, escritura sem a papelada em ordem, eu não faço, de jeito nenhum. Eu estou cumprindo a lei, que está acima do Presidente da República e do senhor também. Então, ou vem a papelada, ou escritura não tem.”

NM - Isto partiu do primeiro escalão do governo?

PC - É, mais ou menos. Mais ou menos. Bom, aí, aconteceu o seguinte: houve uma segunda invasão.

LO - Num outro...

PC - Num outro conjunto. E aí, em vez de mandarem o instituto avaliar, o próprio governo desapropriou, compreendeu? Mas aí não deu para fazer escritura porque aí veio a Revolução, e eu tenho a impressão que nunca foi feita essa escritura. Porque ou o sujeito apresenta os documentos, ou não apresenta os documentos, não é?

LO - Agora, esses conjuntos eram do IAPFESP?

PC - Não, eram uma empresa privada que havia feito o conjunto e não tinha conseguido vender as casas. A verdade é essa.

LO - E queria passar para o instituto...

PC - Compreendeu? Então a Previdência estava aí para isso mesmo, entre outras coisas.

LO - Vamos dar uma parada novamente, dar um descanso então, o doutor Paulo...

Data: 04/12/1986

Fita 10 – Lado A (continuação)

LO - Bem, voltamos hoje dia quatro de dezembro de 1986, mais uma vez na residência do doutor Paulo da Silva Cabral, com Nilson e Luís Octávio dando continuidade ao Projeto FIOCRUZ, INAMPS, Convênio FIOCRUZ, INAMPS, Casa de Oswaldo Cruz, Projeto Memória da Previdência Social.

NM - Doutor Paulo, eu gostaria de saber como é que eram as relações entre o presidente da junta do IAPFESP e o Departamento Nacional de Previdência Social?

PC - Bom olha aqui. Antes de eu começar, são duas coisas que eu quero fazer. Eu outro dia disse a vocês que quando eu entrei no conselho, na procuradoria, me deram 14.000 processos. Eu estava com mania de grandeza nesse dia, porque eu lembro aqui, não foram 14.000, foram 1.400, eu botei um zerinho a mais. Bom, mas é a tal história, como eu também como presidente do conselho, no ano anterior, tinha julgado 182 processos e eu num ano julguei 1.820, quer dizer, botei um zerinho a mais também. Bom, então eu quero fazer essa retificação, não foram 14.000, foram 1.420. A segunda coisa não é uma retificação, mas é um registro. Não sei bem que rumos isso aqui vai tomar, mas eu quero deixar esse negócio registrado. Há 50 anos passados houve um desfile aqui no Rio de Janeiro, que foi uma beleza de desfile. Em 1937, no dia dois de dezembro, não, 1936, dois de dezembro de 1936. Não havia ditadura ainda, não havia Estado Novo. Havia um Ministério da Educação que era ainda jovem, e nesse dia completava o Colégio Pedro II, aquele retratinho ali, que está ali, 100 anos de vida. Então houve esta beleza. Foram reunidos todos os ex-alunos do internato e do externato do Colégio Pedro II. Quem estava vivo apareceu. O sujeito com 80 anos, estava lá fazendo um desfile, formados inclusive pelo ano de entrada no Colégio. Quem entrou em 1920, entrou em [19]21, em [19]24, minha turma, em [19]24, [19]30. Então você tinha desde um velho que quase não podia mais andar, mais ou menos do meu tipo hoje, até um garotote, que ainda estava fazendo curso no colégio. Pois bem, tivemos o Estado Novo, nacionalismos, Ministério da Educação pomposos, Ministério da Cultura, e agora, antes de ontem, dois de dezembro, o Colégio Pedro II completou 150 anos, e eu não vi nada a respeito. De modo que se isto que a gente está falando algum dia chegar aos ouvidos de um Ministro da Cultura, seja ele quem for, fica aqui o meu protesto de ex-aluno do Colégio Pedro II, pelo fato de quando este colégio completou 150 anos, a única coisa que eu ouvi dizer, é que ia chegar um Papai-Noel numa reunião de alunos, de ex-alunos. Papai-Noel para quê? Não é? Só se era algum ex-aluno do colégio, que já estava baixando até naquele carrinho de Papai-Noel. Muito bem, mas você queria saber então como eram as relações do presidente da junta, da JJR, da Junta de Julgamento e Revisão?

NM - Da Junta Interventora do IAPFESP? Com o...

PC - Da Junta Interventora. Bom, você já está em [19]64 então? Não é. Bem, então houve a Revolução, um movimento armado aí de [19]64, e houve a intervenção imediata, nos órgãos de Previdência Social. A princípio um funcionário até, do instituto, foi nomeado interventor, mas ficou pouco tempo, muito pouco tempo. E nessa ocasião foi quando fizeram as primeiras sindicâncias, as primeiras sindicâncias. Uma comissão de

sindicância, que nós falamos a respeito disso na outra conversa. Até que cassou o doutor Raimundo Lopes Machado. Bom, pouco depois, assim, vamos dizer, por volta de julho ou agosto foi nomeado interventor do IAPFESP o senhor Antenor Gomes de Carvalho, que era um antigo funcionário do IAPC, foi contador geral do IAPC, e que se tinha aposentado fazia pouco tempo, porque havia completado 70 anos de idade. Bem, nesse momento, nessa primeira fase, assim nesse primeiro instante, os meus contatos com ele foram pequenos, porque eu estava ligado a uma delegacia regional. Eu era o chefe da procuradoria regional no então estado da Guanabara. De modo que administrativamente, tecnicamente não, mas administrativamente eu estava subordinado ao delegado, aquele Jorge Barbosa, que eu falei que era também presidente da JJR, da Junta de Julgamento e Revisão. Quer dizer, o delegado, ele tinha praticamente duas funções: ele era o chefe administrativo da delegacia, mas ele era o componente da junta que julgava os processos, quer dizer, que revia os processos concedidos, e julgava os recursos interpostos. Como eu estava dando uma permanente assistência ao delegado, que não tinha sido mudado, ele já tinha tido contatos com o então interventor, que eu não conhecia, e ele estava insistindo um pouco, para que eu tivesse, fizesse um contato com o interventor. Eu digo: “Olha, eu não vou fazer contato com interventor nenhum a não ser que ele me chame para alguma coisa. Não tenho nada...” E na realidade, alguns dias depois, houve um problema, não me lembro agora o que é que foi, mas que o interventor queria ouvir o procurador regional. Então fui ao gabinete dele. Disseram-me, é o senhor Antenor Gomes de Carvalho, eu já sabia, do IAPC, pelo nome não liguei, não sabia quem era. Quando eu cheguei no gabinete dele, eu verifiquei o seguinte, que sem nos darmos, nós tínhamos sido vizinhos. Ele morava na Rua Goitaguai, morou durante um certo tempo na Rua Goitaguai, numa casa que tinha na esquina de Carlos de Laet e eu fui morar nuns apartamentos que tinha, quer dizer, não era vizinho grudado, não era vizinho grudado, mas era vizinho visual. Vocês me dão licença um instantinho que eu tenho que atender um troço rápido aí de... Bem, então aí eu fui ter contato com esse homem, viu, que eu conhecia de vista. A gente sempre se encontrava. Eu conhecia até mais a filha dele, uma filha que ele tinha, porque ela era aluna da escola normal e quase sempre na hora que eu saía da minha casa, do almoço, depois de almoçar, ela estava chegando da escola. Bem, nesse tempo eu já estava até casado. Bom, então esse homem me recebeu muito delicadamente e tal, e assim com uma demonstração até de um certo acatamento e tal. E as informações que eu tive logo de saída é que este homem era um homem muito correto. Muito sério e muito correto, um homem direito. Logo depois, passaram-se alguns dias, eu tive de novo um contato com ele. De modo que esta fase, esta primeira fase de um interventor, evidente que eu não estava ligado, não sei como é que a coisa andava, mas evidentemente deveria andar muito bem lá no DNPS, porque estava se inaugurando uma administração sob o pálio de um movimento armado, um movimento militar, e aquelas pessoas que estavam sendo escolhidas para os lugares eram, estavam sendo escolhidas pelo Ministro, que levava os nomes, naturalmente, ao Presidente da República. O Ministro era o doutor Arnaldo Sussekind, o diretor do DNPS era o José Vieira da Silva, de modo que sem problemas, devia, não devia estar havendo problema, a não ser os problemas financeiros com que ele se defrontou. Bom, então a minha vida continuava o quê? Dando toda a minha atenção para a minha delegacia. Quando foi mais ou menos no dia cinco de setembro, isso, esses meus primeiros contatos com este homem, com o doutor Antenor Gomes de Carvalho, foram mais ou menos em julho ou agosto, junho, julho, por aí. Quando foi no dia cinco de setembro, eu estava em casa quando recebi um telefonema, daquele funcionário do instituto que tinha sido o primeiro interventor, pessoa que não é absolutamente do meu feitio de agir. Homem honesto em matéria de dinheiro, mas um tipo escorregadio, não me agrada pessoalmente. Nunca me agradou e ele sabe disso, em que ele dizia o seguinte: “O

Cabral, você sabe de uma coisa? Você vai ser nomeado presidente do IAPFESP, se é que você já não foi nomeado presidente do IAPFESP...” Eu me virei para o sujeito e respondi na hora. Eu digo: “Ô fulano, é coisa que não está na minha cabeça, não pretendo, não desejo e não quero...” Desliguei o telefone, e aí raciocinei. Eu digo, das duas uma. Ou isto é um balão de ensaio, estão à procura de um presidente e o sujeito veio me sondar, para ver se eu estou querendo, porque ele deve estar, porque toda a vida ele sempre quis os lugares, ou então ele realmente sabe que eu estou para ser nomeado presidente, é verdade que deverei ser convidado, ou conversado, qualquer coisa assim, e está querendo me queimar. Então o negócio é o seguinte: não vamos pensar no assunto, porque não estou interessado em ser presidente. Bom, isso foi no dia cinco. No dia seis de setembro, casou a minha quarta sobrinha. Já tinha casado a primeira, já tinha casado a segunda, já tinha casado a terceira, eu já tinha sido padrinho deles todos, e casou-se a quarta, que eu fui padrinho de casamento dela no civil, e fui padrinho do noivo dela no religioso. Então eu e minha mulher ficamos em casa de meu irmão até mais ou menos duas horas, três horas da manhã, cheguei em casa, quando foi sete horas da manhã do dia sete de setembro, olha as datas aí, mas eu não tenho nada com sete, bate um telefone, este um camarada excelente, meu amigo, e ótimo sujeito, e me diz assim: “Você já leu o jornal?” “Meu filho, eu cheguei às 3:00 da manhã em casa, você acha que eu estava em condições de ler jornal às 7:00?” E ele disse: “Você foi nomeado membro da Junta Interventora do IAPFESP.” Eu fiquei meio chateado, porque afinal de contas seria um negócio para uma conversa. Mas não, nomearam. E era sete de setembro. Aí começaram os telefonemas. Começaram os telefonemas, e eu me decidi a não aceitar esse negócio. Decidi não aceitar, sobretudo porque um dos meus maiores amigos, senão o maior amigo na ocasião vivo, Jesus Soares Pereira, que foi o homem praticamente que fez Petrobrás, que fez Plano de Carvão Nacional, a Rede Ferroviária Federal, tudo saiu da cabeça desse sujeito, ele tinha sido cassado. E cassado porque como ele era um indivíduo que defendia umas certas teses de intervenção do Estado em algumas coisas da economia, não pôde ser perdoado por alguns, Jesus Soares Pereira, sobretudo porque quando membro do Conselho Nacional do Petróleo ele enfrentou o grupo Capoava. Ele não pode ser pesado por isso? Não é verdade. Ele era membro do Conselho Nacional do Petróleo e era presidente do Conselho o senhor Ernesto Geisel, que sabia da posição dele, e estava de acordo com a posição dele. Pois bem, no governo que se instalou com a Revolução, houve poderes mais altos e cassaram este homem, e degradingolaram a vida dele e da família. De modo que eu não estava absolutamente pretendendo, de jeito nenhum, ter nenhuma interferência, ou trabalhar em qualquer coisa desse tipo...

LO - Nós vamos mudar o lado...

Fita 10 - Lado B

PC - Bem, não estava pretendendo de jeito nenhum entrar nesse negócio, mas o dia sete de setembro foi um dia em que eu fui assediado quase que o dia inteiro por amigos. E como eu não estava habituado a esse negócio de não está em casa, saiu, então o telefone batia, eu atendia, minha mulher atendia e me chamava e tal. Mas a certa altura quando eu me fixei bem em não aceitar esse lugar, sobretudo depois de uma conversa calma que tive com a minha mulher, e ela achava também que eu não devia aceitar, então aí eu resolvi não atender mais telefone. Eu digo: “Não atendo mais telefone. Você diz, quem tocar o telefone, você atende o telefone e tal para todos os efeitos eu não estou em casa.” Quando foi mais ou menos 6:00 da tarde, que eu tinha ido tomar banho, estava um dia meio quente, fui tomar um banho para me refrescar, quando eu saí do banheiro, entrei num hallzinho

que tinha na minha casa, nessa época, onde estava o telefone. O telefone bateu, e eu instintivamente peguei o telefone. Quando eu peguei o telefone, me lembrei que eu não estava em casa, mas agora estava. E alguém, uma voz que eu não consegui identificar, me dizia o seguinte: “Doutor Cabral, aqui quem está falando é um funcionário do IAPFESP. Eu li hoje a notícia de que o senhor foi designado para membro da Junta Interventora, o segundo representante do governo, também eu soube que o senhor não vai aceitar. O senhor está sendo um egoísta.” Digo: “Eu, egoísta! É a primeira vez na minha vida que eu sei que um sujeito que não quer aceitar um cargo está fazendo isso por egoísmo.” Ele disse: “Não, doutor, é porque o senhor sabe perfeitamente como as coisas poderão andar no IAPFESP, em termos até de perseguições políticas, e o senhor está vendo a sua comodidade e está se esquecendo dos funcionários do IAPFESP.” E aí o cara desligou o telefone. Realmente o telefonema desse cara me abalou, porque que interesse eu podia ter em ser vice-presidente do IAPFESP mesmo adjunto? Nenhum! A minha vida estava organizada, e comodamente organizada, e se eu fosse fazer até diferença de salário, viu, o procurador ganhava quase que a mesma coisa, o procurador-chefe da Guanabara, ganhava quase que a mesma coisa que o presidente, de modo que eu ia ter uma diferença na época de cento e poucos cruzeiros da época, que não ia representar nada, pela soma de trabalhos que eu ia ter. Não tinha interesse. Mas na realidade eu estava preocupado, sobretudo depois do caso do doutor Raimundo Lopes Machado, eu fiquei muito preocupado com o contexto dos funcionários do instituto. Conhecia de nome e de vista já esse presidente, mas eu não sabia até onde este homem poderia ou não sair numa “caça às bruxas”, numa perseguição. Eu não tinha conhecimento mais profundo desse camarada. Mas de qualquer maneira eu resolvi escrever uma carta ao Ministro, e levei esta carta às 10:00 da manhã e entreguei no gabinete do Ministro. Entreguei no gabinete do Ministro dizendo a ele as razões pelas quais eu não gostaria de ocupar o lugar. Eu dizia primeiro, que não tinha sido ouvido a respeito e segundo, que eu não tinha experiência administrativa. Achava que ele podia trocar um razoável procurador-chefe, talvez por um mau administrador. Não valia a pena. Então pedia que ele me dispensasse. Nesse dia a minha mulher foi à cidade, e quando chegou 4:00 da tarde ela passou na procuradoria, porque tinha comprado umas coisas e queria levar para casa, o meu carro estava assim a uma certa distância, eu guardava o carro perto da procuradoria e quando ela chegou, eu digo: “Olha minha filha, você chegou na hora exata. São 4:00 da tarde, eu vou me mandar, porque daqui a pouco, eu deixei aquela carta no gabinete do Ministro, daqui a pouco vão me aporrinhar, então eu vou sair daqui, não vou dizer que vou para casa, quem telefonar lá para casa eu não estou. Bom, então fomos embora. Cheguei em casa, e tal, tomei um banho como sempre, eu sou um sujeito que gosta muito de água, botei uma camisa esporte, li um jornal, que eu ainda não tinha lido nesse dia e tal, e fui jantar. Às 7:00 fui jantar. De repente, bom, e tinha avisado: “Não estou em casa para ninguém.” Estou jantando quando o telefone bate. Eu tinha uma empregada, que era uma admirável empregada, foi nossa empregada 19 anos, quer dizer, que eu gostava muito dela, era uma crioula assim meio assustada, ela atende o telefone, o telefone tinha um fio comprido, que era naquele hallzinho, e daqui a pouco, eu estou tomando sopa, quando ela vem com o telefone e diz: “É o Seu Ministro.” Era um telefone do gabinete do ministro, que me dava 20 minutos para eu chegar lá no gabinete dele. Eu digo: “Mas isso, vai ser difícil eu chegar aí em 20 minutos, eu estou de roupa esporte.” Naquele tempo ninguém ia para rua de roupa esporte.” Mas vou fazer o possível.” Parei de jantar, me vesti, botei gravata e colarinho, peguei o meu carro e me arranquei, para ver o que é que estava havendo. Chego lá, e encontro exatamente o Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, que ia ser ou já era o chefe de gabinete dele, e me leva ao ministro, e o ministro estava inclusive muito irritado porque tinha vazado a informação de que eu não tinha aceito o lugar. Ele já tinha tido um

pedido do próprio pai para um determinado cidadão, e a essa altura tinha chegado de Brasília num avião um deputado trazendo um candidato dele para ser... Então o ministro estava uma onça. E o Sussekind quando ficava uma onça e abria a boca era fogo. Bem, deixa que o Sussekind... Meu conhecimento com o Sussekind era um conhecimento meio protocolar, meio funcional. Ele foi um dos assessores do Marcondes, do Ministro Marcondes Filho, quando o Marcondes foi Ministro do Trabalho. Bem, e o Sussekind, evidentemente eu não preciso nem fazer referências à cultura dele, jurídica e tudo. Bem, então como havia nessa época o ministro, e isto talvez mais tarde a gente vai até tocar, o ministro era a última instância de recursos, porque se decidia um negócio na junta, da junta ia para o conselho superior da Previdência Social, e daí podia ir ao Ministro em grau de recurso, o Ministro tinha assessores de primeira qualidade, evidentemente jurídico, que iam preparar pareceres, decisões dele. Então o Sussekind era um, o Segadas Vianna, o José Segadas Vianna, que foi deputado, foi ministro, era outro. Tinha o José Seabra que era um sujeito do IAPI, que era um sujeito formidável, um atuário, um sujeito que era bacharel e conhecia matemática para burro, de modo que desembulhava aquelas coisas. Bom, agora, então eu tinha conhecido o Arnaldo Sussekind naquela época, mas fazia uns dez anos que eu não o via, o Arnaldo Sussekind. Bem, eu digo: “Como é que esse homem vai lembrar de mim.” Mas, quem estava ajudando o Sussekind a organizar as juntas, entre outras pessoas, era o Moacyr Velloso, e parece, não tenho nenhuma certeza, porque nunca perguntei isso a ninguém, parece que a primeira indicação, foi o Moacyr que lembrou o meu nome. Quer dizer, aqueles contatos que eu tinha tido com o Moacyr durante algum tempo, e tal e ele lembrou o meu nome, para eu ser o segundo do instituto. Bem, o Sussekind aí deve ter se lembrado de mim também, e eu então dei as minhas razões, pelas quais eu não queria ser. Mas ele foi derrubando uma a uma. Eu guardei essa do Jesus Soares Pereira para última, e disse a ele então: “Olha, Ministro, eu tenho um amigo, que é um amigo fraterno meu, doutor Soares Pereira, que acaba de ser cassado... O doutor Soares Pereira é meu amigo há mais de 20 anos. A minha mulher e a mulher dele são como duas irmãs, e eu dentro das possibilidades da minha vida e das possibilidades da vida dele, de dois em dois meses, de três em três meses eu vejo o Soares. Mas agora que ele está cassado, toda semana eu vou à casa dele. De modo que o senhor veja que vai ficar uma coisa muito ruim, eu ser um representante do governo, numa junta, e estar visitando semanalmente um homem que foi cassado pela junta. Porque você só pode ser cassado hoje, segundo as regras, porque é subversivo ou porque é corrupto. Ora, ele será uma das duas ou as duas, embora não seja nenhuma das duas, e o senhor sabe que ele não é nenhuma das duas.” Ele virou-se para mim e disse: “E daí? Eu tenho uma porção de amigos cassados, e não é por isso que eu vou virar a cara para eles. Estão cassados, estão cassados, mas continuam meus amigos. Assuma a vice-presidente do instituto.” Realmente derrubou o meu argumento maior. No dia seguinte então, já dia 9, pela manhã eu fui ao departamento, o DNPS, que era onde a gente assumia lá, com o Vieira da Silva, e à tarde então foi empossada a junta que tinha como presidente o Antenor Gomes de Carvalho, eu era o segundo representante do governo, portanto o vice-presidente, tinha o Silva Ramos, Roberto Silva Ramos representante de empregador, e tinha, o representante dos empregados era um rapaz de São Paulo, depois eu lembro o nome dele. Bom, assumi o lugar. Quando assumi o lugar, a primeira coisa que o doutor Antenor Gomes de Carvalho fez, foi me chamar nessa tarde e me dizer: “Doutor Cabral, indique o procurador-geral.” Quer dizer, ele já estava dando uma demonstração de absoluta confiança em mim, apesar de não termos maiores contatos, a não ser duas vezes. Eu disse a ele, eu digo: “Não presidente, não vou indicar. O Senhor me desculpa, mas eu não indico procurador-geral.” “Mas por quê, o Senhor é que conhece os homens.” Eu digo: “Exatamente por isso. Se eu fosse o presidente eu sabia quem eu ia escolher, porque eu

conhecia qualidades e defeitos.” Bem, então ele podia ter certos defeitos que eu, para mim, eu pulava por cima deles. Mas pode ser que um defeito dele que eu pule por cima, para o senhor seja um defeito capital, não é verdade? Bem, por exemplo, imaginemos que eu escolha um procurador que goste de mulher, anda atrás de mulher. Para mim, eu posso achar que isso não chega a ser um defeito, e o senhor achar que é uma coisa horrorosa, não é. Então, o senhor vai me desculpar, mas eu não indico procurador-geral.” Bom, a partir daí este homem teve, me deu as maiores provas. Primeiro, de ser um sujeito rigorosamente honesto. Segundo, de ser um sujeito absolutamente correto. Terceiro, não admitir perseguição de quem quer que fosse, de jeito nenhum. Tanto assim que, no instituto só duas pessoas sofreram maiores consequências com a Revolução, no IAPFESP. Um era um rapaz que era procurador do Paraná, e este homem era membro do Partido Comunista, todo mundo sabia. Então ele foi cassado não foi porque tivesse feito qualquer coisa no IAPFESP. Ele foi cassado porque estava no Partido Comunista. E o outro, foi um rapaz que era delegado, eu até não vou citar. Não vou citar. Ele era delegado no Rio Grande do Sul. Esse camarada uns 15 dias antes da... Quer dizer, eu vou contar uma versão tal qual ela me chegou aos ouvidos. Eu não sei se ela é rigorosamente certa, porque até não o conheço, embora tenha uma carta dele que eu recebi há pouco tempo aí, que depois se houver oportunidade a gente lê a carta. Então este homem teria posto na delegacia, dentro da delegacia, uma faixa com a seguinte inscrição: “Abaixo os gorilas”. Bem, quer dizer, dentro de uma repartição pública, o sujeito botar um negócio desse. Nesse dia ou no dia seguinte, esse homem foi, um engenheiro procurou o homem e pediu a ele que retirasse aquela faixa, porque aquela faixa não podia ser colocada numa repartição pública. O sujeito disse: “Coloquei, está colocado e o Senhor está suspenso.” Três ou quatro dias depois, ou dez dias depois, explodiu a Revolução e este engenheiro a quem ele tinha suspenso era casado com uma filha ou uma sobrinha ou uma parenta dum general que comandava um negócio lá em Porto Alegre. Então o homem foi degolado mesmo, não é... Bem...

LO - Mas era a junta que levava esses casos, que cassava, não?

PC - Não, tinha uma... A junta, essas juntas, havia as tais juntas, as tais comissões de sindicância, que eram fora, não tinha nada com a junta, nada... Com a junta administrativa nada. No primeiro instante de intervenção, quando houve a primeira intervenção, o interventor estava ligado a uma comissão que era inclusive uma comissão de funcionários do instituto, vi. O Caso do doutor Raimundo Lopes Machado foi apurado por uma comissão de funcionários do instituto, não é. Bem, mas depois não, porque depois vieram as tais comissões de sindicâncias, que era inclusive com os militares até. Tinha um general que comandava a tal comissão e tal. Bom, então este homem foi também cassado. Ele não sofreu maiores coisas porque... Acontece o seguinte, que, no caso aí, desse homem, aquele artigo que tem na Lei Orgânica, 162, que você me disse assim: “O sujeito podia escolher o regime.” Salvava um homem desses, porque ele cassado era demitido, mas pelo artigo 162, como nós podíamos escolher o regime, o sujeito optava pelo regime da Previdência, da Lei 3807 e saía aposentado pela Lei 3.807. E esse homem saiu aposentado pela Lei 3.807. Bom dia! Meu filho!

LO - É o Flávio, nosso fotógrafo.

PC - Meu filho puxe uma cadeira dali, que essa daí é muito pequenininha para você.

LO - Aproveita e vai pegar...

PC - Mas escuta, eu vou tirar retrato assim, é?

LO - Ué, tem algum problema?

PC - Não, é que eu sou muito contra esse negócio de, de o populismo do sujeito, ser fotografado assim. Bom, também não adianta querer...

LO - É um registro só do tema.

PC - Também não adianta eu querer ficar mais bonito do que eu já sou. Aliás, você podia fazer uma coisa, você podia, você quer levar aquele retrato que está ali, ó, você leva e diz que a entrevista foi feita com aquele camarada ali. Ninguém vai acreditar, mas... Nem vão acreditar que eu sou aquele...

LO - Mas o senhor estava falando, doutor Paulo...

PC - Pode continuar... Então, o sujeito escolhia o regime. E ele escolheu o regime. Então se ele não podia ser aposentado na realidade ele não podia, porque ele tinha sido cassado. Ele não podia ser aposentado como funcionário, ele podia ser aposentado como segurado. E foi aposentado como segurado. E depois da anistia, e justamente o caso dele, é que recusaram que se publicasse uma determinada coisa, e eu como membro da junta determinei que a procuradoria-geral falasse sobre o caso dele, porque inclusive ele estava amparado por uma lei, que era a Lei 1.841, que era uma lei da agregação. Então ele tinha que ser considerado agregado, e não apenas delegado, quer dizer, ele estaria agregado à posição de delegado, e isto veio em benefício dele quando veio a anistia, porque quando veio a anistia, em vez dele voltar para o posto dele de funcionário, ele ficou como agregado. É justamente a razão da carta dele, viu, porque como eu enfrentei o caso do homem, eu agora, eu era o segundo, então numa reunião de junta eu expliquei aos membros da junta que era indispensável que a procuradoria se manifestasse sobre o direito deste homem de ser aposentado não com o vencimento dele, com a prestação mensal dele, a renda mensal dele de funcionário, mas sim com a renda mensal de um homem que estaria agregado, embora não houvesse ainda oficializado o ato de agregação, mas o direito dele de estar agregado, era indiscutível.

LO - O que era essa categoria agregado?

PC - Bom, é o seguinte: é que apareceu uma lei aí dizendo o seguinte: todo indivíduo que tivesse exercido um cargo em comissão durante cinco anos seguidos, ou dez intercalados, ele podia ser agregado, não, não. Espera aí. Isso aí é aposentadoria. Estou misturando as estações. O negócio é o seguinte: quem exercesse durante dois anos um cargo em comissão, ao deixar o cargo ele poderia, se ele tivesse mais de um determinado número de anos de serviço, não me lembro agora bem, ele poderia ser agregado naquele cargo que ele largava, está entendendo? Então, vamos admitir um indivíduo que fosse de uma determinada categoria, vamos até exemplificar com procurador. Vamos admitir um procurador de terceira categoria, cá embaixo. Este camarada teria sido procurador-geral durante três anos, por hipótese. Quando ele largasse aquele lugar ele seria agregado como procurador-geral. Ele não estava exercendo o cargo de procurador-geral, mas ele teria os vencimentos de procurador-geral, compreendeu? Ficava ligado eternamente. Isso foi uma lei feita aí, dessas leis que fazem para funcionários, mas uma lei até razoável. Ela se prestou depois a uma série de distorções. Por exemplo, um indivíduo tinha sido chefe de

uma seçãozinha de protocolo, ganhando mais de 400 cruzeiros, num determinado tempo. Mas ele tinha ficado um ano e onze meses. Agora, um sujeito que estava num lugar, numa chefia numa seção, que nem existia antes, entrava em férias, e indicava para ser seu substituto eventual. Tinha vamos dizer dois períodos de férias. O sujeito ia para este lugar, ocupava durante dois meses aquele posto, no fim de dois meses ele tinha completado dois anos e um mês, não é? Muito bem, aí pedia para agregar, e agregava, está entendendo? Então as distorções vieram, como tudo, aliás, que aconteceu, você veja, qualquer coisa que você pense na sua vida, ela começa de um jeito e termina de um jeito muito diferente, inclusive as revoluções. Aquela velha frase: “As revoluções todos nós sabemos como elas começam e nunca sabemos como elas terminam”. É a mesma coisa. A lei, ela anda. Não adianta vir com essa história, pensamento do legislador. De jeito nenhum. Lei é como personagem. Existe uma história muito curiosa, você conhece o *Romeu e Julieta*. *Romeu e Julieta* é um troço doce, água com açúcar, parece.

LO - Mais ou menos.

PC - Mais ou menos, e tal “... As cotovias...” não sei o que e tal. Mas nós temos aquele personagem do Mercúcio, né. O Mercúcio é um sujeito de uma violência, de uma vida, de uma força fantástica. Bem, então uma ocasião censuraram o Shakespeare de numa peça de cinco atos, no segundo ato ele ter matado o melhor personagem dele. Que a grande figura do *Romeu e Julieta* não é nem o Romeu nem a Julieta, a grande figura é o Mercúcio. Então ele disse: “Bem, mas porque você matou o Mercúcio?” Ele disse: “Se eu não matasse o Mercúcio ele me matava, não é?” Quer dizer, isso demonstra até onde o autor sente o seu personagem. Quer dizer, a liberdade de vida do personagem. E quando um autor não deixa o seu personagem ser absolutamente livre, ele começa a se meter na vida do personagem, ele começa a fazer um personagem como ele quer, não dá independência a ele, o romance fica falso. O personagem fica falso. Eu falhei inteiramente na minha vida literária exatamente por isso. Porque eu nunca consegui escrever alguma coisa onde eu não me metesse na vida dos personagens. Então os romances meus, eu ia fazendo, quando chegava lá pelo segundo ou terceiro capítulo eu jogava no lixo, porque de porcaria as livrarias já estavam cheias. Bom, então, é a tal história, uma lei ela pode começar de um determinado jeito. O pensamento do autor, do legislador, foi um, da sociedade naquele momento foi também um, mas a verdade é que a sociedade não fica imóvel. Então se você não começa a interpretar a lei segundo... Meu Deus do Céu, vocês são sociólogos, sabem mais disso do que eu, que eu sou apenas um bacharel em Direito. Mas você veja bem. Se os homens que vão aplicar a lei não interpretarem a lei segundo os rumos que a sociedade tomou, desce a lei da sociedade, não é verdade? Então a lei não vale mais nada. E a lei não foi feita para mim nem para o legislador. A lei foi feita para a sociedade. Então ela tem que caminhar na interpretação, até o próprio legislador, 20 anos depois, se ele tiver que interpretar a lei que ele fez, ele talvez já não a interprete exatamente nos termos em que ele fez, não é, porque havia uma realidade, e agora a realidade é outra. Bom, então havia essas distorções e este homem foi agregado. Bom, aí vamos voltar então à nossa vida junto com o departamento...

LO - Com departamento nacional...

PC - Muito bem. Então veja bem. Antenor Gomes de Carvalho. Correto até mais não poder, não é. Bom sujeito. Olha, eu vou contar um negócio para vocês que inclusive, [19]64, nós estamos em [19]86, está fazendo 24 anos, 24 anos?

NM - 22.

PC - 22 anos. Para fazer contas, se não me ajudam eu estou frito. Bom, dia dois de dezembro de 1964. Eu já disse a você que é aniversário do Pedro II. Então, no internato... Meu filho, senta meu filho. No internato do Pedro II todo ano no dia dois de dezembro havia um almoço para os ex-alunos do colégio. Então eu que era o vice-presidente do Instituto desde o dia nove de setembro, no dia dois de dezembro de manhã eu avisei ao presidente. Eu digo: “Olha presidente, quando for umas 11:30 mais ou menos, eu vou sair daqui, vou me encontrar com um colega meu João Corrêa da Costa, antigo saltador de vara do Vasco da Gama, ex-presidente do Vasco, meu amigo, e vou ao internato para o nosso almoço famoso de todo ano. Faltavam quinze para o meio-dia quando a porta do meu gabinete se abre, e entram três sujeitos cada um com olheiras mais fundas do que o outro, chefiados pelo tesoureiro regional que eu já falei aqui, Wilson Tico-Tico. Quando eu olhei pelas caras deles eu vi que tinha um negócio, uma bomba para explodir. Então eu fiquei em pé e tal, para cumprimentá-los, era o Mauro que era o contador, o Olavo que era o diretor de pessoal, da delegacia, e o Wilson que era o tesoureiro. Virou-se o Wilson para mim e disse: “Doutor Cabral nós estamos com um desfalque na tesouraria regional do IAPFESP.” Eu disse: “Quem foi?” Ele disse: “Fulano.” Quando ele deu o nome do sujeito eu cai na cadeira. Sentei assim, cai. Me deu um negócio, olha ...

LO - Na regional do Rio de Janeiro?

PC - Na regional do Rio de Janeiro. Então vocês vejam bem. Numa hora em que se tinha feito uma revolução sobre o fundamento de combater corrupção, e...

NM - A subversão.

PC - E a subversão, ter-se um caso de desfalque na tesouraria do IAPFESP. Um negócio horrível. Bem, eu digo: “Como é que foi? Como é que vocês apuraram isso?” Não, é que nós estávamos fazendo um levantamento, da contabilidade da coisa, e encontraram um documento meio esquisito. Estavam fazendo um trabalho, já era noite, 9:00 horas da noite, estavam em serviço extraordinário para botar aquele troço em dia. E eram documentos de tesouraria. Daqui a pouco aparece outro, e daqui a pouco aparece outro.” Bem, aí eles telefonam para casa dessa pessoa e pedem a ele, dizem a ele: “Fulano, olha você precisa dar um pulo aqui.” “Mas a essa hora, 10:00 horas.” É, mas então, tem um negócio meio sério aqui, e nós precisamos de você aqui, você que vai ter que esclarecer.” Bom, essa contabilidade ficava acima da antiga, da minha procuradoria que eu tinha deixado. Então tinha uma escada. Esse Mauro tinha saído para tomar um cafezinho, enquanto estava um boteco aberto, e no momento em que ele estava voltando, ele vê o sujeito entrando para subir a escadinha. Aí ele se aproxima do fulano e diz a ele: “Ô fulano você precisa abrir o olho na sua tesouraria, porque estão dando um golpe lá e estão te enrolando.” E o sujeito...

Fita 11 – Lado A

LO - O Senhor falou então que ele chegou confessando?

PC - É, chegou e disse para o rapaz, disse: “Olha, fui eu, não tem ninguém me enrolando, fui eu que fiz o negócio.” Bom, lá em cima, quando ele confessou tudo o Olavo que era um funcionário antigo, e este tesoureiro, que tinha 40 anos de serviço, apenas isso, 40

anos de serviço, ele... O Olavo teve uma crise, foi para um banheiro vomitar. Quer dizer, foi uma coisa... Um troço! Porque a gente podia admitir que todo mundo roubasse o IAPFESP. Se amanhã me dissessem que eu tinha tirado um dinheiro do IAPFESP eu era capaz de acreditar, agora aquele camarada eu não acreditava não. Eu nunca vi um sujeito mais igual do que aquele fulano. Ele não falava nem mais alto nem mais baixo. Ele não andava mais depressa nem mais devagar. Ele, até a roupa dele, a impressão que eu tinha é que ele nunca tinha mudado de roupa, porque os ternos dele eram azul de risquinha branca, azul de risquinha vermelha o outro, bom... No verão era um cinza não sei o que e tal. Indivíduo tão correto, tão preocupado com as coisas, que no tempo em que se pagavam não sei o que e dezesseis centavos, era aquela batalha de troco. Pois ele passava 15 dias mais ou menos, andando nos bancos, catando dinheiro, para dar um centavo para o ferroviário que vinha buscar. Se por acaso um sujeito chegasse num dia e não fosse o dia do pagamento dele, e o sujeito ficasse sem o dinheiro para ir embora, ele tirava do bolso dele e dava. E para vocês terem uma ideia do que este sujeito representava na instituição, que 48 horas depois de se saber que ele tinha dado um rombo no instituto, de cerca de dez milhões, que foi o apurado até aquele dia, os dez milhões estavam cobertos pelos funcionários do instituto. Por aí vocês veem. Havia uma moça que trabalhava na tesouraria, filha de um desembargador, que foi a casa dela, apanhou todas as joias dela, botou no prego, e entregou o dinheiro. Todo mundo! Eu inclusive fui interpelado aí por uma figura, que queria saber por que eu tinha assinado em primeiro lugar na lista. Eu disse: “Porque eu não tenho que dar satisfações.”

LO - Uma figura do IAPFESP?

PC - Não! Uma figura militar... “Como é que o senhor, vice-presidente do instituto, num caso desses, numa lista que fazem o senhor, é o primeiro a assinar...” Eu digo: “Não tenho que lhe dar satisfações...”, não é. “Eu estou dando o meu dinheiro...”. Muito bem. Quando o Antenor soube desse negócio, coitado, caiu, também... Eu fui, levei a ele, e tal. Bem, nesse meio tempo, procura-se o homem, e o homem tinha sumido. Desapareceu. Bom, aí o problema ficou maior. No dia oito de dezembro, eu estava trabalhando, quando recebo, quando bate um telefone. Era ele que estava numa determinada capital, tinha viajado daqui, porque tendo um parente que era diretor de um banco, presidente de um banco, e havia uma casa que pertencia a ele e a um irmão nessa cidade, ele ia tentar um empréstimo no banco, inclusive vendendo a casa para cobrir. Porque a essa altura aqueles dez milhões que nós tínhamos arranjado já não valiam mais nada. Nós tivemos que recuar, cada um receber de volta a sua parte...

LO - Por quê?

PC - Porque o troço era muito maior. Porque, veja bem, se a gente entrasse com aquele dinheiro, ou ele entrasse com o dinheiro, isso não ia impedir absolutamente, o processo. Não havia como impedir isso. Bem, mas talvez pudesse ajudar em alguma coisa. Em ajudar talvez na pena, baixar a pena. Porque ele ia para a cadeia, não tinha conversa. Bom, então lá dessa cidade ele me telefonou, e ele me dizia: “Fulano, Cabral, eu sei que você está aí, numa posição muito difícil e tal, e eu queria que você conversasse com o meu cunhado, que eu vim aqui ver se eu resolvo o problema de vender a casa. Aí, o cunhado diretor do banco, porque eu estava segurando, eu estava segurando duas coisas: a notícia vazar, e a decretação da prisão-administrativa dele. O troço estava na mesa do presidente, e a essa altura eu senti a aflição e a agonia do Antenor, já não mais pelo desfalque, mas pela pessoa. Então, veja bem, ele nunca tinha visto aquele homem, mas quando ele soube,

quando eu contei a ele quem era esse indivíduo, o número de anos de serviço, ele passou a se apiedar do sujeito, porque só uma doideira podia ter levado o homem a um negócio desse.

LO - Ele está vivo, esse Senhor ainda? Tinha 40 anos de serviço na época?

PC - Bom. Já tinha 40, e hoje... Não precisa mais nada, ele durante 40 anos morou no mesmo apartamento, que não era dele, ouviu? Bom, por aí vocês veem o conservador que era esse sujeito. Bom, aí então, o cunhado me fala e diz: “Eu sei que os senhores estão querendo fazer a prisão dele. Mas olhe, eu queria lhe informar hoje dia oito de dezembro, nós aqui na nossa terra somos todos muito religiosos, então quero lhe fazer um apelo, ouviu, em nome de Nossa Senhora da Conceição, que é hoje, dia oito de dezembro, para não decretarem a prisão dele.” Eu digo: “Olhe meu amigo, nós aqui no Rio de Janeiro temos a fama de não sermos muito religiosos, mas às vezes nós temos certos problemas, que com religião ou sem religião, a gente tem que enfrentar. Então eu queria lhe fazer um apelo. Já que o senhor é cunhado dele, arranja esse dinheiro para ele, e dá para ele trazer o dinheiro. Ele tem uma casa aí...” “Ah, mas isso aqui é um banco, o senhor sabe...” Eu digo: “Bem, perfeitamente, quer dizer, quando se trata de um banco, o parente vai para a cadeia. Agora, quando se trata de religião: vamos tirar o parente da cadeia, e apelar para os outros para fraudarem a lei, e isso não posso fazer.” Bom, então nessa noite foi decretada a prisão dele, declarada a prisão administrativa. Bem, aí eu recebo um telefonema, que ele nesta noite viria ao Rio de Janeiro. Eu então obtive do presidente, que não se prendesse esse homem quando ele saltasse aqui. Porque estava acontecendo o seguinte: naquela noite mesmo, o único filho dele viajava para a Europa, por ter ganhado um prêmio de viagem, num curso que tinha feito. E não era possível esse homem, esse rapaz sair daqui sabendo que o pai tinha feito o que tinha feito, e ele não se despedir do filho. Então nós seguramos a prisão dele. No dia seguinte, dez de dezembro, eu estava em minha casa tomando café da manhã, cedo, quando a empregada me disse: “Doutor Paulo, tem um senhor aí que quer falar com o senhor.” Eu acabei de tomar café, quando eu entro na sala, era ele. Eu: “Oi fulano, como vai e tal...” Ele: “O que é que você quer...” Ele disse: “Ô Cabral, a minha prisão foi decretada, e eu vim me entregar a você.” Eu digo: “A mim! Eu sou polícia para prender alguém?” “Você vai ter que se entregar na polícia e tal.” “Eu vou me entregar a você e vou lhe dizer por que. Porque você não vai me humilhar. Eu sei que você vai tratar o caso...” Eu digo: “Mas fulano, pelo amor de Deus. Eu vou levar você para um distrito? Eu nunca levei ninguém para distrito.” “Não, você me faz esse favor. Vai e me leva.” “Bem, é seu pedido.” Deus sabe como é que eu dirigi esse carro até a delegacia que tinha ali em frente ao Itamaraty. Era ali que ele tinha que ir.

NM - Na Marechal Floriano?

PC - É, na Marechal Floriano. Peguei e levei ele lá, chamei o delegado, disse quem era e contei o caso, e os olhos do delegado se encheram de lágrimas, de ver como é que 40 anos de uma vida desabam assim. Então o delegado na mesma hora, eu pedi ao delegado o seguinte: “Doutor, não bota esse homem numa cela. Deixa ele numa sala, e aproveita...” E na mesma hora o delegado aproveitou e ele começou a trabalhar, começou a fazer ficha. Bom, mas aí aconteceu o seguinte: eu toda noite, chegava na minha casa, jantava, e acabava de jantar e ia lá conversar com ele. Ia conversar com ele porque primeiro eu achava que tinha que dar uma assistência a ele, e em segundo porque eu queria ver se ele me dava uma dica, porque eu queria ir além...

LO - O senhor queria saber onde tinha ido parar o dinheiro?

PC - É, mas ele fechado. Eu já sabia tudo, mas evidentemente, tudo era o filho da Candinha. Eu queria dele. E nada. Pois bem, aproximou-se o Natal. Ele aí, aí, ele é removido para a casa de detenção, porque foi feita também a prisão preventiva, judicial. A primeira era prisão administrativa, agora tinha que se comunicar ao juiz, e o juiz decretou a prisão preventiva dele. Bom, aproximou-se o Natal. E agora começa a agonia do Antenor, então vejam a tipo de homem que estava lá como presidente, porque inclusive com lágrimas nos olhos ele me dizia: “Ô Cabral, não há jeito deste homem sair antes do Natal? Quer dizer, ter revogada a prisão preventiva antes do Natal? Como é que este homem vai passar o Natal? E como é que nós vamos passar o Natal com a nossa família, sabendo que este homem está preso?”

LO - Não havia uma certa pressão militar para cassada da corrupção?

PC - Não! Não houve. Absolutamente não houve. Neste caso não houve, não é. A única vez que, pela segunda vez esta mesma autoridade me fez uma pergunta, que era o seguinte: por que eu, vice-presidente do instituto, toda noite estava indo ao distrito? Para delegacia falar com ele? Pelo maior dos motivos, porque quem vai não é o vice-presidente do instituto, é um sujeito chamado Paulo da Silva Cabral e pronto. Cheguei na minha casa, mudei a minha roupa, tomei meu banho, mudei a minha roupa, jantei, eu vou visitar um amigo que está preso. O assunto para mim está encerrado. Bem, este processo deste homem correu...

LO - Esta autoridade militar que o senhor falou tinha algum cargo no IAPFESP?

PC - Não, era fora. Era negócio de fora...

LO - Iam fiscalizar o IAPFESP?

PC - Não, que nada. Vinham é... SNI. Ninguém fiscalizava. Nunca, ninguém. Aliás, vou lhe dizer uma coisa: não tenho nada, pelo contrário, os dois coronéis com quem eu tive permanente contato, depois quando presidente do IAPFESP, porque aí, portaram-se todos os dois da maneira mais correta possível, viu. Primeiro porque eles sabiam que o que eu estava dizendo era... E que também se eles não quisessem aceitar a coisa como eu estava dizendo, era muito simples: tinha uma cadeira vaga lá. Eu não queria ser nem vice nem presidente, e isso disse várias vezes a eles. Bem, então o coronel Murgel, que foi mais tarde promovido a General e foi chefe de polícia aqui, secretário de segurança não me lembro de que governo, que aliás parece, dizem, que não fez uma boa administração, mas não tenho nada a dizer deste homem, pelo contrário, todas as vezes que este homem me chamou para a gente ter algum entendimento em termos das coisas que estavam ocorrendo, tudo que eu disse ele aceitou. E o outro, foi o Coronel Braga. Coronel Braga foi outro, ele hoje é general, já de Exército. Bom, então o Coronel Braga, eu me esqueço o primeiro nome dele, também foi um sujeito espetacular comigo. Em todas as circunstâncias, ouviu? Sempre, inclusive quando a gente ia discutir negócio de Previdência e tal, ele ficava muito admirado dessa paixão que eu tinha por Previdência e tal. Bom, então não tenho nada a dizer deles. Eu, eu como administrador e pessoalmente, nada... Bom, mas nós estávamos então? Bom, nas relações. Então, as relações do doutor Antenor, com o ministro e com o DNPS eram as mais cordiais possíveis.

NM - O senhor podia terminar a história?

PC - A do tesoureiro?

NM - A do tesoureiro.

PC - Bem, aí aconteceu o seguinte: o Antenor deixou a presidência do instituto, eu virei presidente.

LO - Isto antes do Natal?

PC - Não! Não! Ele foi inclusive condenado. Condenado e cumpriu a pena. Bem, e teve uma pena acessória, que era a pena da perda do cargo público, e eu tive, aí eu era o presidente, eu é que tive que demitir ele. Quer dizer, a presidência do IAPFESP se deu até isto, quer dizer, só, quando eu disse a vocês que foi o tempo mais infeliz da minha vida, está aí uma das razões da minha infelicidade. É verdade que eu fiz com que: primeiro, enquanto ele esteve preso, a mulher dele requeresse o auxílio-reclusão, de modo que durante todo o cumprimento da pena dele, como ele era segurado do instituto, o tal Artigo 162, ela teve, ela não ficou sem pensão. Ela recebeu uma pensão como se ele tivesse morrido. E quando ele saiu da prisão...

LO - O auxílio-reclusão só havia no IAPFESP?

PC - Não, não. Agora já estava nos institutos todos. O auxílio-reclusão começou nos bancários, depois passou para a estiva, e depois com a de 1960, com a Lei 3.807, se estendeu ao regime todo, viu, e a meu ver é uma das coisas mais bonitas, e é o único país do mundo que tem esta prestação, é o Brasil. País nenhum do mundo tem isso. Bem, isto talvez, não sei se a gente vai falar nisso. Bem... Eu vou acabar gastando as fitas do comércio do Rio de Janeiro. Bom, aí ele foi condenado, não é, e a pena acessória era a perda do cargo público. Tive que demiti-lo, não pude fazer de outra maneira. Bem, e não houve aí, o processo administrativo até foi arquivado em razão disto. Mas ele pôde quando saiu requerer a aposentadoria dele como segurado do instituto, e aí se aposentou. Então há tempos atrás eu até me encontrei com ele, foi até uma coisa assim, eu ia dobrando ali a avenida com Almirante Barroso, quando batemos um de peito no outro. Ele me pegou, me abraçou assim, e não me disse nada. Não nos dissemos nada, viu, e acabou a história dele. Eu sei que ele está, arranjou depois um emprego aí e tal, mas não tive mais contato com ele. Bom, então...

LO - Eu queria só matar a curiosidade dos pesquisadores do futuro, onde é que ele botava o dinheiro? O senhor acabou descobrindo?

PC - Meu filho, é o problema que eu estava me preparando, eu estava me preparando para, não digo que era para defender, mas expor, como membro do conselho, como membro da junta, o meu ponto de vista relativamente ao caso. Para nós homens, às mulheres também acontece, para nós homens com mais frequência, e isto os doutores da FIOCRUZ sabem que eu não estou inventando, existe um negócio chamado arteriosclerose cerebral, ou... Aliás, é preferível em vez de arteriosclerose, a aterosclerose. Eu sou o recolhedor de papel aqui, que ataca homens de determinadas idades, caminhando essa doença num sentido erótico. Às vezes havendo a realização do ato sexual, às vezes nem havendo, o sujeito não tem nem mais condições de praticar o ato sexual. Olha aquela

história dos velhinhos da porta da Colombo. Ali o velhinho, “bebebe”, passa uma moça... “memememe”, diz um negócio qualquer. Isso você pode perfeitamente diagnosticar, o começo da esclerose. E foi o que tinha acontecido com ele, inclusive ele estava sob tratamento com o doutor Algy de Medeiros, e eu tinha me preparado para receber do Algy de Medeiros um histórico do negócio, para evitar a demissão dele num processo administrativo. Agora mesmo, por exemplo, na Escola Naval, eu fui nomeado defensor da ativa de um sujeito que desapareceu. Peguei a história do homem, ouviu, a história do homem é um processo de degeneração alcoólica, ouviu, com desvios de comportamento sexual. Um sujeito que inclusive fazia questão de ter relações sexuais com a mulher na presença de filhos de 12 anos. Filhos de 12 e de dez, quer dizer, o que é que é isso? É a cuca do sujeito que já, não é? Bem, eu tive um caso na procuradoria do INPS há pouco tempo, isso talvez depois a gente fale, de um antigo professor, um homem notabilíssimo aqui, que inclusive escrevia livros de Moral e Cívica, e que um dia ficou viúvo e foi apanhado por uma dessas senhoras aí que andam atrás de um velho desprotegido. Bem, e o testamento, o testamento que levaram este homem a fazer um testamento em favor dessa mulher, ouviu, em que ele começava, ele estava num estado tal que o testamento foi feito assim. Feito o testamento, na hora de assinar, vamos admitir, uma hipótese, que ele se chamasse Antônio de Souza Carvalho. Na hora de assinar, ele começou o Souza. Primeiro nome: Souza, mas não botou o A. E o Antônio ele não completou. Bom, então esta mulher veio buscar uma pensão no instituto com este testamento. A filha da mulher, a filha do homem estava lutando em juízo para anular o testamento, mas eu não tenho nada com a filha. A filha o problema é da filha, é de casa e não sei o que... Isso eu não quero saber. Agora, que a mulher não ia levar essa pensão, isso não ia levar de jeito nenhum. E não levou, que o meu parecer foi contrário, e até fui fazer provas de rua. Inclusive um colega meu uma ocasião foi espalhar para outros que eu estava ficando maluco, porque ele me pegou na Rua do Ouvidor contando... 82, 83, 84... Ele entrou e falou assim... 85, 86..., só quando eu cheguei no 100 é que eu falei com ele, porque eu estava querendo ver o seguinte: como é que esse camarada que já estava quase sem poder andar, tinha ido a um cartório. Então eu sabia o cartório. Então havia três pontos em que esse homem poderia saltar. Ou na 1º de Março, esquina de Ouvidor, ou na Avenida esquina de Ouvidor, ou na Assembleia, perto da travessa do Ouvidor. Quantos passos ele ia andar? Esse negócio de metro é uma besteira, eu sei lá, eu não vou contar na rua do Ouvidor metros. Contei passos. Agora, veja bem, para um indivíduo que estava com o tal *petit pass* dos escleróticos, os meus 120 passos, para ele eram 360. Então esse homem não tinha nem condições de ir ao cartório. Então ele não foi ao cartório, e se fosse ela estava pondo em risco a vida dele. Mas ele não foi ao cartório, levaram o cartório na casa dele, e fizeram a marmelada lá. Bem, então o caso desse senhor, desse meu colega, o problema foi exatamente esse. Apareceu uma mulher na vida dele, e ele desviou o dinheiro, e ela se fez, montou nesse dinheiro.

LO - Isso ocorria com alguma frequência, era fácil esse tipo de coisa?

PC - Não, não. Não houve durante todos os anos em que eu vivi dentro da Caixa da Central, e da CAPFESP e do IAPFESP um único caso na tesouraria, um único caso. Infelizmente o único caso... Mas, são coisas do destino. Bom, mas então voltamos, as relações eram as melhores possíveis, evidentemente. O José Vieira da Silva, que era o diretor do DNPS na ocasião, é um sujeito de primeira qualidade, era do IAPI, antigo procurador do IAPI. Bom, depois mais tarde veio ser diretor do DNPS o Armando de Oliveira Assis, que até há pouco era presidente do Conselho de Recursos, bem, e meu colega de turma do colégio. Facilidades de entendimentos e tal. E com os ministros,

quando o Antenor era presidente, como havia no gabinete do ministro um rapaz Hélio Carneiro Ribeiro, que era irmão do genro dele, e também ele já conhecia o Sussekind, ele tinha muito trânsito, e sempre teve muito trânsito nas altas rodas da Previdência e exatamente porque, ele era, o sujeito ter sido contador-geral do IAPC não era pouca porcaria não. Bem, então não havia nenhum problema. Quando, um pouco antes de Sussekind deixar o Ministério, houve então uma modificação. Porque o IAPC estava muito difícil de ser dirigido. Então, entrava um, entrava outro, entrava outro, quando o Sussekind resolveu de uma vez por todas arrumar o IAPC. Então nomeou para lá um sujeito de dentro, ouviu, e que tinha uma força moral muito grande dentro do IAPC. Nomeou o Antenor Gomes de Carvalho. Aí vagou o lugar de presidente, e ele então me nomeou presidente, nomeou um outro representante de governo. E foi assim que eu bati na presidência. E quando estive na presidência, com o pessoal do DNPS, nenhum problema... Vieira, Armando, sempre nos entendemos muito bem, quando eu estava nas dificuldades de dinheiro corria lá, e depois tinha uma comissão lá também, tinha o Carneiro Leão, que também me ajudava, naquele negócio, Fundo Único da Previdência, formado pela... Então eu me safava... Bem, e eram todas pessoas antigas na Previdência, me conheciam, eu os conhecia também e tal. Bom, com os ministros, eu com o Ministro Peracchi Barcellos, quando o Ministro Peracchi Barcellos assumiu, evidente que quando o Sussekind entregou a pasta ao... Não, foi nomeado o Peracchi Barcellos... Os meus primeiros contatos, o primeiro contato que eu tive com o Peracchi Barcellos, foi superficial, tinha, na minha carta eu punha o cargo à disposição, coisa absolutamente desnecessária, porque evidentemente os cargos públicos, e de comissão, estão sempre a disposição. Bom, mas houve um negócio assim, não houve decisão. O Ministro não decidia a coisa, hoje-amanhã, hoje-amanhã, quando de repente eu tive uma notícia, eu tive um chamado à Brasília do General La Roque, que era o homem que tinha assumido aquele órgão lá de Brasília que dirigia, que tomava conta desses troços de casas. Como era o nome daquilo? É. Tinha um nome esse órgão.

LO - Das casas?

PC - É, das casas, essas casas de BNH, aqueles... As casas que em Brasília estavam construindo, os edifícios...

LO - Lá de Brasília mesmo?

PC - É lá de Brasília...

LO - A NOVACAP?

PC - NOVACAP! Exatamente. Eu nem sei se nessa época tinha esse nome de NOVACAP. Parece que tinha. Bem, então eu tive um chamado deste General para ir lá. No dia que eu estou... Bom, eu me comuniquéi com o Vieira da Silva, que era o diretor do DNPS, e disse ao Vieira. Eu digo: “Olha aqui, eu estou com um chamado aí, lá para Brasília, mas eu até agora eu não sei o que é que eu sou. Se eu sou carne ou se eu sou peixe. E como é que é?” “Não Cabral, se você teve um chamado, o General chamou você vai...” No dia seguinte, eu preparei a minha viagem à Brasília e quando foi à tarde por volta de seis, cinco horas da tarde mais ou menos, chegou um colega meu e disse assim: “Cabral, você sabe de uma coisa?” “O que é que é?” “Você está no chão...” Eu digo: “Ué, eu nunca saí do chão, eu sempre estive...” “Não, você está dispensado... Fulano de tal é que venceu presidente do IAPFESP...” “Bem, mas agora essa hora... Mas está bem, não

tem problema nenhum.” Telefonei para o Vieira. Eu digo: “Olha, ô Vieira, eu estou sabendo isto... Bem, então se eu estou dispensado, exonerado, eu não vou à Brasília...” “Olha, Cabral, eu não posso te dizer nada neste momento, mas eu vou apurar, você mais tarde me telefona.” Eu digo: “Bem, mas eu estou com passagem marcada.” Tinha um avião parece que oito horas, nove horas, sei lá, não me lembro bem. Ele disse: “Não, antes disso você telefona para mim, ou eu telefono...” Eu digo: “Está bem, então eu vou para casa, vou me arrumar.” E fui. Lá para as tantas, eu recebo um telefonema, e ele me disse: “Olha, não há nada. Você pode ir tranquilo...” Eu digo: “Não, mas eu acabo, houve uma pessoa que confirmou.” “Não Cabral, você pode ir...” Eu digo: “Bem, então você diga, me faça o favor, transmita ao Ministro o ...”

Fita 11 - Lado B

PC - “É, enquanto eu estiver em Brasília tratando o negócio, ele não me exonera. Porque fica muito desagradável eu estar tratando uma coisa, e no meio da conversação ter que parar, porque fui exonerado pelo Ministro. Fui dispensado, foi nomeado outro. E tem uma coisa, se fizerem isto, eu vou para o jornal e para rádio. Não tem conversa, porque eu não sou moleque. Quer dizer, ninguém vai repetir comigo o que o senhor Jânio Quadros fez com um antigo presidente do IAPFESP, Milanês, que estava, o senhor Jânio Quadros tratando de um assunto com ele em Brasília, e no *Diário Oficial* está saindo a demissão do sujeito. Comigo isso não se faz não! Assim na base do ... nem...” “Não Cabral, não tem problema e tal...” Bem, fui lá. E o Coronel La Roque. Era Coronel? Era Coronel... General, General La Roque era um homem... Olha vou te contar, nunca vi um sujeito maior em toda a minha vida. Grande! Foi o tal que eu contei o negócio do palito, entendeu? Do cacete... Cheguei lá, e tal, e ele me mostrou a situação em que estavam os funcionários do IAPFESP. Bem, naquelas casas que tinham sido feitas no princípio de Brasília, ouviu, o pessoal morando. Era pior que uma favela, compreendeu. Porque, as casas até que não eram feias, mas tudo arrebitado, poças de excremento, enfim, uma coisa horrível.

LO - Era aonde essas casas?

PC - É meio difícil de eu me...

LO - Mas era dentro do plano-piloto, não?

PC - É plano-piloto: plano-piloto, era ali na W qualquer coisa.

LO - Eram casas ou eram apartamentos?

PC - Não, meu filho... Eram umas casinhas que tinham feito, assim meio no sopapo...

LO - Na W-3?

PC - É. Na W... Meio no sopapo. Tanto que o Marechal Castelo Branco, certa feita andando ali, de carro, ele viu aquilo tão horroroso, que foi feito até um tapume, compreendeu? Tapume pintadinho e tal, para não aparecer aquele negócio na W-3, como é que estava aquilo. Bom, eu antes, tinha sabido aqui, que havia um edifício que tinha sido feito pelo Instituto dos Bancários, mas que esse edifício estava sendo peruido pelo Ministério da Aviação, o Juarez Távora. Acontece que quem era chefe de gabinete do

Ministro da Aviação nessa época, o Almirante Milton Tornaghi, que tinha sido até meu colega de estudos e tal. Então eu fui ao Tornaghi. Eu digo: “Ô, Tornaghi, olha aqui, vocês têm um número pequeno de funcionários. Eu estou com esse número, vocês vão conseguir um edifício desse tamanho, vocês podiam me ceder o negócio...” “In Cabral, o Ministro não abre mão e não sei o que, mas isto não está encerrado...” Eu digo: “Mas vem cá. Não é de um instituto de Previdência o edifício? Então quem tinha que ser atendido primeiro era o pessoal da Previdência”. Bom, mas não consegui maiores coisas. Bom, cheguei lá em Brasília, os funcionários, coitados, estavam todos de antena em pé, esperando uma solução e tal. Eu visitei aquilo, realmente o negócio era terrível, e volto ao Coronel La Roque. Quando eu cheguei, eu em pé e ele sentado, ele era duas vezes mais alto que eu. O pé do Coronel La Roque, ouviu, dois pés meus parece que dava a metade do pé do General La Roque. Ele assim falando: “Rôôô Rôôô...” Eu estou perdido aqui...”. Mas quando me sentei, ele virou-se para mim e disse assim: “Doutor, o senhor sabe que o senhor foi o primeiro presidente de instituto que atende o meu chamado?” “Não senhor, estou sabendo agora. Eu não vim antes.” Eu inclusive tinha passado um telegrama para ele. Eu não vim antes porque não estava podendo. Estava com um problema lá sério. Então eu vim. Chamou eu estou aqui. O que é?” “Ah, o senhor tem que tirar os funcionários de lá, porque o Presidente da República não quer aquilo, eu também não quero, pepepé...” Eu digo: “Bem General, tirar para botar aonde?” “O senhor me dá a casa...” Agora, foi o tal negócio, que ele ficou maluco, o negócio do BNH. Ele foi me mostrar, eu digo: “Não, espera aí, meus funcionários não vão morar nisso.” “Não, é... Bem, aí e tal...” Eu sei que nesta história toda, ele me levou ao Plínio Cantanhede que era na ocasião o prefeito de Brasília, e arranhou-se apartamentos para os funcionários todos, ouviu, era metade desses edifícios do IAPB, de modo que eu tive muita sorte, compreendeu? Papai do Céu resolveu me segurar. Porque um negócio que ninguém estava resolvendo, eu vou tratar com esse Coronel que depois acabou me levando, me mostrou uma porção de coisas de Brasília, não sei o que, porque eu não queria ver nada de Brasília. Bom, certa tarde eu estava no gabinete, eu estava cuidando deste negócio... Eu aí recebo, uma noite, no apartamento que tinha, existia um prédio lá que tinha o apartamento do presidente do IAPFESP, um troço desse. Então eu dormi ali. Eu recebi um telefonema de minha mulher aflitíssima dizendo o seguinte: “Paulo, me disseram que se você der essa entrevista você vai preso, pelo amor de Deus...” Eu digo: “Minha filha, fica calma, fica quieta, não pensa em prisão.” E vejam só, se eu for preso, eu vou preso. Que é que eu vou fazer. Agora, você também, a pessoa que te falou, não me parece que seja digna de muito crédito e tal...” Bom, no dia seguinte às 4 horas da tarde, me avisaram que o ministro chegava em Brasília, o Coronel Peracchi Barcellos. Quer dizer, eu já estava há algum tempo nesse negócio. Era mais não era. Bom, aí: “Não você vai ao aeroporto esperar o ministro. Está bem.” No gabinete dele, puseram um carro para mim e tal. Eu fui ao aeroporto. Fui com o delegado inclusive, nosso delegado em Brasília.

LO - Delegado regional de Brasília?

PC - É, delegado regional, Luís de Souza. Então fui ao aeroporto, cumprimentei o ministro, já o tinha visto uma vez ou duas, e ele disse: “Vamos lá para o gabinete.” Fomos para o gabinete dele. E no gabinete dele e tal, tinha uma porção de gente, e lá para as tantas, um deputado da Bahia, começou a fazer uma reclamação candente, contra o IAPFESP. Contra a Lei de Ferroviário, que não se o que, pepepé.... E o Ministro Peracchi Barcellos olhava para mim e dava um riso irônico, assim como que me gozando. Bem, quando o cara acabou de falar, o tal deputado, vira-se o Peracchi Barcellos e diz: “Doutor Fulano, está presente o presidente do IAPFESP, que melhor do que ninguém, essa sua

reclamação veio numa ótima hora, porque melhor do que ninguém, o presidente do IAPFESP para esclarecer o assunto”. Eu digo: “Não há problema nenhum para esclarecer. Eu não sou legislador, eu sou administrador. Legislador é aí o deputado João Alves. Ele é que é legislador. Se ele acha que tudo isso está errado, ele pega a legislação, lê e reforma a legislação. E eu aí vou cumprir a legislação dele, como ele quer. Agora, enquanto tiver esta que está aí, ela vai ser cumprida assim, porque o poder legislativo não pode dar ordem ao poder executivo. Ele pode é fazer a lei. Então vai ser cumprido assim”. Bom, e terminando esse bate-boca..., bom, aí o João Alves, é... “Ô meu camarada, mas eu não sabia que era bem assim”. “Pois é, mas é assim”. Aí o ministro me chama e vai ter uma conversa comigo.” Como é que o Senhor resolveu o negócio aí?” Eu digo: “Eu não resolvi nada, eu conversei com o Coronel La Roque, botei as cartas na mesa, e quem resolveu foi ele. Parece que vai resolver. Ainda não resolveu, parece que vai resolver. E acontece o seguinte ministro: está aqui uma carta em que eu solicito ao senhor para solucionar esse problema da presidência do IAPFESP.” Entreguei a carta a ele. Até logo, até logo, fui embora. Quando foi no dia 20 de janeiro...

NM - De 1965?

PC - É já [19]65. Não! Já [19]66. É 20 de janeiro de [19]66...? Espera aí, [19]64 era o Sussekind, ele largou. Não, [18]65 era o Sussekind. É [19]66. Dia 20 de janeiro, eu recebo um telefonema, eu estava no IAPFESP, que o ministro queria falar comigo. Eu vou pro gabinete dele. Então, foi falado lá umas coisas, uns assuntos e tal, e lá paras tantas eu insisti...

LO - Isso no Rio de Janeiro?

PC - É, já aqui no Rio, 20 de janeiro. Eu insistia com ele na solução do problema da presidência do IAPFESP. Ele aí deu um sorriso assim para mim e disse: “Doutor Cabral, o senhor não vai me convencer de que o senhor não quer ser presidente do IAPFESP”. Eu digo: “Eu não estou aqui para convencer ninguém. Este assunto de convencimento não é meu. Agora eu vou lhe mostrar, ministro, as razões pelas quais para mim tanto faz ser presidente do IAPFESP como não ser. O senhor quer ver uma coisa: eu sou procurador do instituto, e sem querer me vangloriar de coisa nenhuma, eu quero lhe dizer que eu sou procurador, e dou parecer com os pés nas costas, a não ser determinados casos que me exigem um estudo maior, mas o processo disto eu conheço até pela capa. Eu quando olho a capa de um processo, eu já sinto o cheiro do que tem lá dentro. Então eu sou um sujeito que trabalhando e produzindo, eu trabalhando quatro horas por dia, ouviu, a minha procuradoria é um brinco. Basta dizer o seguinte: que há uma coisa que eu não abro mão. No dia 30 de dezembro têm que estar fora da procuradoria todos os processos que entraram durante o ano. Não fica processo de um ano para o outro de jeito nenhum. A turma se vira a partir do dia primeiro de dezembro, façam um mutirão, ouviu, procurador que está atrasado é ajudado por procurador que não tem processo. A não ser aqueles processos que estão dependendo às vezes, de um documento. Quer dizer, o procurador pediu uma diligência, quer uma certidão não sei de que. Aí o problema não é meu. O problema é da parte. Porque no dia dois de janeiro, o primeiro processo que entrar no dia dois de janeiro, começa o negócio a tocar, e sempre fiz assim, inclusive no Conselho de Recursos.” Pois muito bem. Eu digo: “Ô ministro, quatro horas por dia de trabalho, quer dizer, chego meio-dia e meia, uma hora, cinco horas vou-me embora, está tudo certinho, primeira coisa; segundo, eu como procurador, eu como procurador tenho 60 dias de férias, dois meses de férias. Como presidente eu tenho 30, e não tiro. Porque como procurador é

tranquilo, eu arrumo toda a minha vida para tirar as minhas férias. Veja o senhor, por exemplo, que se eu acumular dois anos, um ano e o outro, eu fico com quatro meses sem trabalhar ganhando como procurador. E como presidente, não tenho condições de tirar férias. Não dá. E vou perder férias. Segundo, já lhe disse, com quatro horas de serviço eu estou com a minha jornada pronta. Presidente do IAPFESP, eu chego lá às 9:00 da manhã, às vezes, às 8:00 da noite eu ainda estou lá, ouviu, levando problemas para casa. Problemas na cabeça. Como é que eu vou resolver isso. Como é que eu vou resolver aquilo. Dirá o senhor: “Bem, mas o senhor ganha mais ...” Eu digo: “Realmente, eu ganho Cr\$100,00 e poucos (cento e poucos cruzeiros). Mas ministro, eu hoje, esses cento e poucos cruzeiros que eu ganho a mais, ficam lá, e até mais, porque veja bem. Alguém vai fazer aniversário. Resolve fazer uma lista, o primeiro é o presidente, não é. Então, vai casar não sei quem. A lista para o presidente. Então o presidente não pode assinar CR\$10,00 (dez cruzeiros), não dá, não é. Bem, então dou mais. Além de tudo, os delegados chegam aqui no Rio de Janeiro, às vezes é um diretor, um troço, está na hora de eu almoçar. Eu estou com fome. Então vou correr para o restaurante. E eu não tenho verba para pagar o almoço de ninguém, então eu pago do meu bolso. Então no fim do mês, eu em vez de ter mais cem, ouviu, eu tenho, esses cem já se foram, e mais cem, e há mais uma coisa ministro, eu estou numa situação financeira hoje, que se todo mês eu resolver trocar umas notas de mil cruzeiros e jogar pela janela assim uns CR\$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), eu posso fazer, porque não me faz falta. Então... Aí o senhor dirá: “Bem, mas o senhor tem um carro oficial.” Eu digo: “Realmente, eu tenho um carro oficial, que só uso para vir ao instituto e voltar do instituto. Só. E nem na minha família, ninguém, usa. Eu vou dizer uma coisa: o senhor sabe o que é que está acontecendo: Estou dirigindo mal no fim de semana. Porque eu adoro dirigir automóvel nesse tráfego louco do Rio de Janeiro, eu adoro dirigir isso, e todo fim de semana, quando eu vou para Ilha do Governador, é uma das coisas...”. Olha, você sabe que é mesmo? Eu, inclusive houve uma fase da minha vida, que eu andei assim muito esgotado de trabalho. Não foi essa fase não, foi uma fase de procurador mesmo, tinha muita coisa assim, e um médico me disse assim: “Cabral, faz o seguinte. Experimenta pegar o teu carro e te meter numa estrada de noite, para ver o que dá.” Então havia muito disto. Eu às vezes pegava a minha mulher, 11:00 da noite, calor... “Vamos refrescar.” Pegava a bicha, sentava ela do meu lado, íamos a Petrópolis e voltávamos, sem parar o carro em Petrópolis. Íamos e voltávamos. Olha, dirigir automóvel para mim é um troço. Ouviu, me repousa inteiramente, ouviu. Bem, eu me lembro que cansado para burro, eu ia para Ilha, na hora em que eu passava aquela ponte, eu já era outro sujeito. “Bom, então Ministro, é isso. Agora tem mais uma coisa. Se o Senhor não me reconduzir, a minha mulher tem... ela não tem um metro e meio, ela tem 1:45 metro de altura, 46. Se o senhor não me reconduzir, ouviu, ainda hoje, o senhor me dizendo agora: “Eu não vou manter o senhor na presidência”. Ainda hoje a sua senhora vai receber uma *corbeille*, onde o senhor estiver morando, do tamanho da minha mulher, de 1:46 metro...” Ele olhou para mim, e deve ter pensado: “Isso é um louco que dá aqui. Por quê? Eu digo: “Porque é a única coisa que a minha mulher deseja hoje, ela só, só me diz uma coisa: Paulo, quando é que você vai largar isso? A única coisa que ela me pede, é para eu deixar a presidência do IAPFESP. Sabe por quê? Porque nós dois somos companheiros desde o tempo que eu tinha 17 anos, e ela ainda não tinha feito 16, e agora não estamos sendo. Porque eu chego em casa fora da hora de ir para o cinema, chego estourado, já não tenho quase o que conversar então ela está reclamando, que ela está isolada.” Dia seguinte eu estava confirmado como presidente do instituto. Fiquei. Não tive maiores problemas. Uma coisa ou outra, assim mesmo nunca procurava o ministro, não ia a gabinete de ministro. Eu só ia a gabinete de ministro chamado. Fora disto não ia a gabinete de ministro. Diga?

NM - Isso em 1966?

PC - É.

LO - E ainda nessa data, você vai voltar?

NM - Não.

LO - Eu queria saber se havia algum tipo de relação entre estas comissões de investigação enquanto o senhor foi presidente. Elas continuaram existindo?

PC - Não! Não tomei! Se existiram eu não sei. Ouviu? Ninguém, ninguém me... Eu recebia, às vezes, ouviu, coisas assim... Faziam uma denúncia ao SNI, contra um determinado funcionário. E esse Coronel Murgel, isso eu faço questão de ressaltar, corretamente, pagava aquilo, tirava uma cópia e me mandava. Eu me recordo que certa feita, me apareceu lá um negócio, com um ataque a um delegado, o Jorge Barbosa, e ao procurador-geral, Pinheiro Guimarães. Eu li o negócio, e o negócio sem assinatura, porque me mandavam cópia. Se o original tinha assinatura eu não sei, o que vinha para mim não tinha. Eu li o negócio, e as coisas eram tão estapafúrdias, que na perna, eu respondi. Na hora. Não precisei investigar nada, porque todos os dois eu os conhecia como a palma da minha mão. Bem, mandei para lá. Evidente que fiquei com o que me mandaram, e com a cópia do meu negócio. Um mês depois, repete-se a acusação. Repete-se a acusação, agora sobre outro aspecto, contra os mesmos dois. Mas a gente sentia, ouviu, que até a redação, é o tal negócio, o estilo é o homem, era o mesmo. Então eu fiz a resposta. Passa mais algum tempo e vem uma terceira. Eu aí, respondi, e no final disse: “Senhor Coronel, eu quero informar a Vossa Senhoria o seguinte: Que já vieram três acusações, mudando-se os termos, não sei quem as faz, e contra os mesmos funcionários. Agora, eu estou perdendo o meu tempo e o senhor está perdendo o seu, de modo que eu quero lhe dizer o seguinte: acusações desse tipo a esses dois funcionários eu não respondo mais.” Assinei e mandei embora. Nunca mais apareceu nada. De uma feita eu fui chamado ao SNI.

LO - As acusações eram de conteúdo ideológico ou?

PC - Não, era tudo, era uma bolsinha de fada. Ela não era de conteúdo nenhum. Elas não tinham conteúdo, ouviu? Bem, é mais ou menos isso que um era violento, que o outro era não sei o que, coisas do tipo besteira. Quer dizer, você está sentindo que é um sujeito que está querendo jogar o outro no fogo. Um dia eu chego no gabinete do Coronel. Ele me chama, o Coronel me chama e me diz o seguinte, diz: “Doutor Cabral, o senhor tem um processo...” estava ele, estava o chefe da AESI do Ministério do Trabalho, era o, esqueço agora o nome dele...

LO - Assessoria Especial dos Serviços Internos, AESI?

PC - É. Era até um procurador, um sujeito, aliás, muito direito, muito correto. Eu tive muita sorte com esse pessoal todo. E tinha um outro coronel lá, e a acusação contra um determinado médico, de Belo Horizonte, que estava com um processo de aposentadoria, mas que havia um documento falso no processo dele. Era uma certidão de tempo de serviço, que esta certidão seria falsa. Quando o sujeito disse isso, eu senti logo de onde vinha a acusação. Eu digo: “Coronel, a certidão não é falsa. A certidão é verdadeira. E

devo lhe dizer que no processo não há uma certidão. Há três certidões. Pode ser que os dados da certidão sejam falsos, mas a certidão é verdadeira. Porque a certidão está assinada, as três certidões, estão assinadas pelo Comandante. Não! Estão assinadas por quem de direito.” “Então... mas por que ele tem três certidões?”. Eu digo: “Pelo seguinte, porque ele apresentou a primeira quando ele pediu a aposentadoria ele apresentou uma certidão, de um tempo que ele tinha trabalhado ainda como estudante, ganhando 30.000 réis por mês, estudante de medicina. E tinha trabalhado como interno, estudante, nomeado, para ganhar 30.000 réis, ou 60.000 réis por mês. Bom, mas acharam, num serviço de pessoal acharam que esta certidão não estava nos conformes, então oficiaram ao órgão, e pediram uma nova certidão. Então o órgão mandou, agora sem a interferência dele. Quando o processo bateu na procuradoria, a procuradoria achou que as duas certidões ainda não completavam o que a lei exigia. Então oficiou ao chefe desse órgão, e o chefe do órgão mandou a terceira, agora dentro dos conformes. E o processo está em cima da minha mesa, exatamente para assinar porque era o presidente quem aposentava os funcionários, para eu assinar a aposentadoria dele”. Aí virou-se esse Coronel e disse: “Escuta aqui, e quem é que garante ao senhor que estes dados são verdadeiros?” Eu digo: “Bem, quem garante é o homem que está assinando a certidão.” Ele disse: “Por que o senhor não vai ao órgão, e não examina o senhor os assentamentos?” Eu digo: “Só se o senhor Coronel for comigo.” Ele disse: “Eu? Por quê?” Eu digo: “Porque estas certidões estão sendo fornecidas pela Polícia Militar de Belo Horizonte, que está sob o comando de um Coronel do Exército. Eu não vou chegar lá e dizer: Ô Coronel, eu quero ver os livros. Se o senhor for comigo...” Aí vira-se o Coronel Murgel e me pergunta: “Doutor Cabral, o que é que o senhor vai fazer?” Eu digo: “Eu vou fazer o seguinte Coronel, eu tenho oito dias para despachar o processo?” Ele disse: “Não, porque este assunto já está sendo tratado entre o General Golbery e o Presidente da República.” Eu digo: “Bem Coronel Murgel, os meus oito dias terminam na sexta-feira. Então na sexta-feira eu lhe telefono. Se houver alguma ordem superior eu mando o processo para o senhor, se não houver eu aposento o homem às 6:00 da tarde.” Na sexta-feira, liguei o telefone para ele: “Há alguma coisa?” “Não, até agora não. Está aposentado.” Aposentei. Pronto. Então você vê eu não tive, ouviu? Agora, é a tal história: primeiro, eu sabia, a instituição onde eu estava andando. Conheci as pessoas, não é. Eu não tinha entrado ali, na véspera, não é verdade. Tive a sorte de ter como presidente ou vice-presidente um homem que me ouviu sempre, que fazia questão que eu indicasse ele. Então um dia chegou para mim e disse assim: “Doutor Cabral ou o senhor indica o diretor-médico do instituto ou então vou brigar com o senhor.” “Está bom, então eu vou indicar...” Um homem que, quando ele morreu, ele depois deixou lá, foi para o Instituto dos Comerciantes, depois deixou os comerciantes e foi para os bancários, depois ele teve um negócio, ele já andava bem do coração, teve um problema cardíaco sério e morreu. Pois bem, um mês depois, a filha dele e a mulher dele mandaram me chamar, que eu fosse à casa deles e disseram: “Olha aqui nós guardamos isso que era do meu pai para o senhor. Porque ele lhe queria tanto bem que nós fazemos questão que esse objeto, um negócio, um prato aí que já me roubaram até aqui.” Bom, me deram, um negócio para botar fruta, sei lá, um negócio qualquer desses que houve aí um tempo. Muito bonito aliás, mas na limpeza que fizeram aqui na minha casa levaram o prato. Bom, então, eu fui feliz, eu fui infeliz porque não queria ser presidente de instituto. Não nasci para esse troço, ouviu... Agora fui feliz, porque pude resolver uma porção de coisas, e tive trânsito fácil com essas pessoas, porque sempre fui muito franco. Não tinha conversa. O sujeito vinha me dizer que fulano era comunista. Eu me lembro, um cidadão uma ocasião disse assim: puxou um papel, que tinha uma ficha secreta, não sei o que, que o doutor Raimundo Lopes Machado era comunista. Eu digo: “Ô meu amigo, o Doutor Raimundo Lopes Machado é um homem que tem caráter demais para ser comunista.” Ele

disse: “Porque o senhor diz isso?” Eu digo: “Porque eu como repórter, tive dentro dessas jogadas de Partido Comunista, de Revolução.” Eu tenho inclusive uma fotografia que eu vou um dia mostrar para vocês que ninguém tem no Brasil, que é uma fotografia do Cabeção, o carrasco do Partido Comunista, Natividade Lira, fazendo a barba. Depois eu mostro para vocês e conto a história, que não tem nada a ver com isso. Bem, então doutor Raimundo Lopes Machado era um homem íntegro sob todos os aspectos, religioso. Aí ele puxou uma outra ficha. “E este aqui?” Deu o nome. Eu digo: “Este não tem caráter para ser comunista. Então um tem demais e o outro tem de menos.” Ele disse: “Mas como?” Eu digo: “Porque o senhor vai concordar comigo que a gente pode ser contra os comunistas sobre vários aspectos, mas uma coisa a gente tem que reconhecer neles, é a coerência.” Naquele tempo era coerente. Então... Sim, porque é a tal história, você não pode aceitar que um sujeito do Partido Comunista apoiando Moreira Franco. O Moreira Franco não foi apoiado? Isso é um negócio que não entra na cabeça. Em todo caso, como agora as coisas não são para entrar mesmo na cabeça, deixa para lá. Bem, então esse cidadão, ouviu, ele tem uma série de qualidades. Agora ele não tem caráter para ser comunista, e o comunista é um homem coerente. Pelo menos na ideologia dele ele é coerente, ele é comunista. Bem, então eu não tive, realmente não tive nenhum, nenhum problema com essa gente. Tratamo-nos sempre com respeito, agora, que eu não saía daquela minha batidinha da minha autoridade, para alguém pular por cima dela, de jeito nenhum. Eu me recordo, por exemplo, é, vocês já estão na hora? Já está acabando?

LO - Não, vamos andar mais um pouquinho, eu vou precisar sair.

PC - Sim. Eu me lembro, por exemplo, que um dia eu nomeei um delegado em Pernambuco. Fui chamado por um outro Coronel, que dirigia um outro negócio. E esse Coronel chegou para mim e me disse assim: “Doutor Cabral, o senhor nomeou o Fulano de Tal?”

Fita 12 – Lado A

PC - Então o Coronel me disse assim: “Doutor Cabral, o senhor nomeou fulano de tal.”, você vê o nome do sujeito, Paulo Freire. Tinha aquele Paulo Freire das cartilhas. Bem, e este camarada era do instituto e chamava Paulo Freire. “O senhor nomeou fulano de tal, o Paulo Freire, para delegado do instituto em Pernambuco?” Nomeei. “Doutor Cabral, o senhor não podia fazer isto.” Eu digo: “Podia Coronel. Podia, e só eu podia.” Ninguém mais podia, porque era privativo do presidente do instituto nomear os delegados. Nem o Presidente da República podia nomear o delegado. Ele disse: “Bem, aí não devia por quê?” “Não, porque este sujeito, ele é sócio de um senador que é ladrão de terra.” Eu digo: “Como?” “É, ele é sócio de um senador que é ladrão de terras.” “Espera aí! Como é o nome do senador? Fulano de tal.” Eu digo: “O senhor não está dizendo que é um ex-senador?” “Não senhor, é um senador.” Eu digo: “Mas como é que existe uma Revolução que veio acabar com a corrupção e com a subversão, que tem um poder de cassar mandato e direito civil, como é que esta revolução me diz que há um senador que rouba terra? Não posso entender. Porque se a Revolução sabe que o senador fulano de tal é ladrão de terra, ela só tem que fazer uma coisa, cassa o mandato dele, e cassa os direitos políticos dele... Acabou, não é verdade.” Bom, aliás agora falei em direito civil. É direito político. Bom, cassa os direitos políticos dele.”. Agora, se a Revolução não cassou, o homem não é ladrão de terra. Depois, outra coisa, o senhor está dizendo que ele é sócio e contador, e não é

não. O filho dele é que é contador do negócio lá. E o pai não vai pagar pelo filho. Então eu nomeei, ele está nomeado. E a cadeira de presidente do IAPFESP está lá às ordens. Agora, vou lhe dizer uma coisa Coronel, o senhor me faz a gentileza, quando o senhor tiver com o doutor Fulano de Tal, procurador do IAPFESP, transmita a ele se me fizer a gentileza, o seguinte recado que eu mandei a ele: se ele quiser nomear o delegado de Pernambuco, ele faz uma coisa. Ele vai sentar na cadeira do presidente. Ele vai ser o presidente do instituto. Eu saio e ele senta. Agora, ele vai arranjar dois milhões e 400 por mês par pagar as aposentadorias e pensões que ele... Em vez dele ficar passeando na calçada da Cinelândia, onde ele estava agora quando eu vim para cá, ele vai sentar na minha cadeira e vai trabalhar lá. E aí ele não vai querer, porque ele não quer trabalhar. Ele deve... A opinião dele é que se o trabalho é a alegria da vida eu quero morrer de tristeza.”

NM - Senhor Paulo, nós estamos falando de 1966, e 1966 significa o ano que vai se encaminhar institucionalmente o processo de unificação do sistema previdenciário no Brasil. São formadas comissões, e desencadeia-se um conjunto de procedimento legais.

PC - É, que levam à unificação.

NM - Que levam à unificação. O senhor poderia contar essa história? Dentro do IAPFESP principalmente?

PC - Bom, ocorreu o seguinte. Em princípio de [19]66, o Ministro Peracchi Barcellos vai concorrer às eleições lá de Rio Grande do Sul, para ser governador do Rio Grande, e vai ser Ministro do Trabalho, não, Ministro do Trabalho e Previdência Social o doutor Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, que era duas turmas abaixo da minha, no Colégio Pedro II, no internato, quer dizer, que eu o conhecia de garoto, sem maiores ligações posteriores. Só uma vez, quando ele era presidente do BNH, que eu tive um leve contato com ele, e em seguida não tive mais contato. Bem, então quando ele assumiu, aquela mesma história: eu boto o cargo à disposição, e tal, no dia da posse dele, eu estava lá quando de repente ouvi alguém dizer assim: “Quem é o presidente do IAPFESP, doutor Cabral?” Eu olhei para trás, vi um camarada que nunca eu tinha visto na minha vida, um sujeito meio alourado e tal. Eu digo: “O senhor está procurando o doutor Paulo Cabral? Sou eu...” Ele disse: “Eu sou Eduardo Noronha, vou ser o chefe de gabinete do Ministro. Então, eu queria lhe devolver esta carta aqui, porque o Ministro vai lhe manter..., vai manter o senhor como presidente.” Deixa que a essa altura, já tinha passado: Sussekind, já tinha passado Peracchi Barcellos, estava entrando o Nascimento e Silva, todos os presidentes de todos os institutos eram mudados a cada um, e o único que estava ficando era eu. Bem, admiti até que em princípio foi esse fato de eu ter sido, termos sido contemporâneos de colégio e tal. Bom, aí, num determinado momento, já tínhamos a Lei 3.807, quer dizer, já estávamos com a legislação unificada. Então, resolveu fazer a coisa certa, unificar os órgãos dirigentes. Eu sou inteiramente favorável ao instituto único. Já era favorável ao Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, agora vem o INPS, Instituto Nacional de Previdência Social. Bem, e foram organizadas várias comissões, e o Instituto esteve representado em várias dessas comissões. Eu evidentemente não tomei parte nisso porque eu estava como presidente do Instituto, não é verdade? Mas tinha contatos, eu ia sendo posto a par das coisas que estavam fazendo. Então, mais ou menos na cúpula desse serviço, desse trabalho todo, estavam pessoas do antigo IAPI, Corrêa Sobrinho, Moacyr, Armando de Oliveira Assis, o Carneiro Leão estava também. Tinha mais umas pessoas, depois eu lembro. E pessoas conhecedoras bastante, sobretudo, de organização

administrativa. Então entende-se, e eu não tenho nenhuma razão para discordar da orientação que eles tomaram relativamente a esta unificação. A única discordância maior que eu tenho maior que eu tenho, é que de princípio açambarcaram determinados cargos. Eu acho que isto deveria ter sido dividido de uma outra maneira. Bem, mas a coisa foi indo, e vieram as tais normas PAPS, as normas PAPS. Eu acho que houve um excesso no negócio das normas PAPS. Porque as normas PAPS pretendiam ser uma legislação quase que substitutiva, do que se ia fazer, até que viesse o Decreto-lei 72, que veio cá no fim. Mas de qualquer maneira eu acho que esse esforço não foi perdido. Detalhes de como as coisas andaram não posso dar, exatamente por isso, porque uma coisa era o pessoal trabalhando nas normas PAPS, e outra coisa era eu trabalhando aqui. Bem, afinal...

LO - O senhor participou com o doutor Corrêa Sobrinho num périplo, que ele andou aí de avião?

PC - Não, não. Não andei.

LO - O senhor foi o único presidente que não foi?

PC - É, eu fui o único presidente que não foi...

LO - Teve algum motivo especial?

PC - Não, eu, foi justamente quando eu tive uma crise muito séria, não sei se falei com você já isto, de uma taquicardia paroxista, então naquele momento, realmente se eu tivesse, e isso já era fim de [19]66, final, meados de [19]66... E não havia também muito porque eu ir, porque o problema maior que estava, era problema de arrecadação. E o IAPFESP não tinha problema de arrecadação. Ele tinha às vezes problema de alojamento, de delegacia, mas meu Deus do céu, problema de delegacia tinha o IAPI também, tinha o IAPC também, tinha o IAPTEC também, então eu ia para quê? Para ver se o prédio servia? Para superintendência ou para delegacia? Isso meu Deus do céu os outros estavam mais habilitados do que eu. E eu não sou muito de viajar não, compreendeu. Eu sou um sujeito de trabalhar. Trabalhar e as coisas andarem. Por exemplo, eu como procurador-geral do INPS, eu fiz três viagens, por que eu não tenho DDD? Não tem telefone? Então... Qual é o problema? Não é? Se um sujeito me diz: "Olha aqui, tem este problema... Está para cair uma casa. Muito bem. É preciso a sua presença...". Muito bem, eu vou. Agora, para resolver uma besteira eu vou pegar um avião? Eu resolvo no DDD. O sujeito me conta a história, e eu dou a ele orientação. Se ele é, quando muito, se desse errado, eu fugi da responsabilidade. Não, foi o sujeito que veio. Mas a turma sabe que eu não sou de fugir da responsabilidade, eu sou de assumir, então, acabou. Então, eu não tive na realidade, ou não tive nesta primeira etapa das normas PAPS, eu não tive efetivamente uma ação maior. Acontece, entretanto, que num determinado instante, foi nomeado o presidente, futuro presidente do INPS, aliás, já INPS, o senhor José Nazareth, como era o nome dele? José Nazareth, tem mais um sobrenome aí. É. E o Nazareth então, fez uma reunião, nomeado presidente. Porque no que os institutos, no que foi criado o INPS, cada instituto virou uma secretaria. Secretaria de Ferroviários, Secretaria de Bancários, secretaria disso... Que durante um certo tempo iriam funcionar como secretaria, passando para depois o INPS. Bom, o Nazareth então faz uma reunião dos então secretários, dos antigos presidentes, que era os secretários de ferroviários, das linhas. Bem, começa a conversar. Então diz que ele estava com a ideia de criar assim, uma Secretaria de Serviços Sociais, secretaria disso, secretaria daquilo. Bem, e me pareceu assim a primeira vista que o

negócio era... Secretaria de Seguros Sociais, que o negócio estava bem pensado, em princípio estava bem pensado.

NM - Inclusive o senhor foi secretário?

PC - É. Mas, veja bem, aí acontece o seguinte: de repente o negócio cai em termos, no caso da Secretaria de Seguros Sociais, quando ele falou e tal, problemas de ferroviários. Bem, acontece que o Nazareth tinha sido funcionário da Central. Ele tinha sido, ele tinha trabalhado na Central. Trabalhado na Central, na Light, não sei o que e tal. E ele tocou no assunto. Esse negócio, que eu sou um sujeito meio falastrão, então, quando ele falou, estava se falando um negócio de dupla aposentadoria, eu então tratei da coisa. Era um assunto que o pessoal, o resto do pessoal não sabia, porque não tinha, veja bem, porque havia coisas nos institutos que o pessoal não sabia, não era por ignorância não, é porque não tinham o problema. E nós tínhamos o problema da dupla aposentadoria. Bom, aí o Nazareth começou a me dar atenção. Quando terminou a reunião, eu achei uma coisa profundamente estranha o doutor Torres de Oliveira que tinha sido o presidente do IAPI, e que estava ali representando o IAPI, chegou perto de mim e me disse assim no ouvido: “Você se lançou secretário de seguro social.” Eu tomei um susto. Primeiro que eu não sou de me lançar a coisa nenhuma, nunca me lancei a nada. A única vez que eu permiti que me lançassem num negócio de eleição, até na Caixa da Central, a primeira vez, perdi a eleição. Então não sou de me lançar a coisa nenhuma. Nunca fui... Bem, nem estava me passando pela cabeça negócio de ser secretário. Eu estava inclusive esperando a oportunidade, veja, eu estava saindo de uma crise grave da taquicardia paroxista, que não deu em nada porque na minha família ninguém morre do coração, ouviu. Bem, a gente morre de uma porção de coisas, até de unha encravada, mas de coração é besteira, só na última batida. Bom, e eu estava precisando, eu estava realmente, eu estava inteiramente desgastado. Além de tudo eu tinha uma úlcera de duodeno. Não era mole, debaixo das tensões em que eu vivia, com aquela úlcera me castigando. Mas eu convivía com ela amistosamente. Bom, então achei que aquilo era uma besteira. Estou lá na minha secretaria, no meu gabinete de antigo presidente, dois dias depois, 9:00 da manhã, quando a minha antiga chefe de gabinete, ainda minha chefe de gabinete, me diz: “Tem aí o doutor Nazareth, quer falar com o senhor.” “Manda entrar”. Era o presidente do INPS. Sentou e tal, rabiscou o organograma, nomes horrorosos, organograma, fluxograma, eu tenho verdadeira ojeriza a esses nomes, então, organograma, não sei o que, Secretaria de Seguros Sociais e tal. E, eu digo: “Bem, presidente, o senhor já falou na Secretaria de Seguros Sociais, me parece que realmente está bom isso. A Secretaria de Seguros Sociais, a Secretaria de Arrecadação, a Secretaria de Serviços Médicos, a de Administração.” Ele disse: “Bem, doutor Cabral eu queria lhe fazer um convite. Eu queria que o senhor vá ser secretário de Seguros Sociais.” Eu digo: “Olha, doutor Nazareth, eu lhe agradeço muito a gentileza do convite, mas eu acho conveniente o senhor repensar isso e escolher outro.” Ele disse: “Por quê?” Eu digo: “Por nada, porque o meu maior amigo é meu inimigo. O senhor não tolera, e ele não o tolera, doutor Soares Pereira. Os senhores são inimigos fígadais. E eu não quero que amanhã, eu como secretário de Seguros Sociais, amigo como sou do doutor Soares, eu não quero que o senhor amanhã cometa um erro aceitando uma sugestão minha, e lá no seu fundo o senhor possa pensar assim... este camarada me jogou no fogo, até porque, para tirar uma forra.” Ele diz: “Não, eu vou lhe explicar por que eu sou... por que nós não nos damos... Problema de petróleo.” Eu digo: “Um momento. Não quero saber de negócio de petróleo, porque para mim petróleo é negócio sujo, e eu não... Se o senhor é inimigo dele por causa de petróleo, é um assunto que não me interessa. Eu acho que o senhor não deve me nomear.” Ele disse: “Não senhor, eu vou nomear.” Eu

digo: “Olha, então vou lhe dar um conselho. O senhor faz o seguinte. O senhor hoje à noite, o senhor costuma conversar com a sua mulher sobre as coisas?” “É, converso.” “Então hoje à noite o senhor conversa com a sua mulher. O senhor diz: “Olha, eu estou querendo nomear para secretário de Seguros Sociais um sujeito que é muito amigo do Soares Pereira, de quem eu sou inimigo, que é que você acha?” E o senhor não se refere a essa nossa conversa. Pergunta a ela. E eu estou tranquilo que ela vai dizer para o senhor: “Eu acho que você não deve nomear. Pronto, o assunto está encerrado. No que o senhor precisar de mim, eu volto para minha procuradoria, vou trabalhar na minha procuradoria, se precisar de alguma coisa estou às ordens, mas... e tal...” Cafezinho não sei o que... foi embora. No dia seguinte, 10:00 da manhã me telefona: “Doutor Cabral, estou encaminhando para aí a cópia da portaria, que eu nomeei o senhor secretário de Seguros Sociais.” Então, estou eu com um balaio na cabeça. Acabou?

LO - Vamos dar uma parada então para continuar...

Data: 11/12/1986

Fita 12 – Lado A (continuação)

LO - Bem, hoje estamos no dia 11 de dezembro de 1986, mais uma vez na residência do doutor Paulo da Silva Cabral, com o Nilson e o Luís Octávio, dando continuidade ao Projeto Memória da Previdência Social, convênio FIOCRUZ, Casa de Oswaldo Cruz, INAMPS. Pode continuar.

PC - Bem, então eu creio que tinha conversado com vocês sobre a maneira como eu tinha sido escolhido, o presidente chegou, me convidou, eu até disse a ele que ouvisse a mulher dele, e no dia seguinte... Bem, estava eu nomeado secretário de Seguros Sociais. Bom, eu achei que a primeira coisa que eu tinha que fazer era organizar a Secretaria de Seguros Sociais, porque o que existia, uma secretaria ... Como é que ela ia funcionar? O que é que fazia parte dela? Bem, então eu fiz o seguinte: eu chamei, convoquei para sucessivas reuniões os diretores de benefício dos Departamentos de Benefícios e de acidentes de trabalho de todos os institutos, quer os da administração geral, quer os das delegacias, que eram as pessoas que iam me trazer os dados da vivência de cada um. Dentre eles quero registrar uma pessoa. Não posso deixar de dar o nome dele. Era um diretor do Departamento de Benefícios do IAPC, Hélio Bessa, ouviu, que foi um dos camaradas mais decentes, mais leais que eu encontrei na minha vida, um sujeito que atravessou várias administrações da Previdência, de vez em quando a gente se encontrava, e foi até há pouco secretário de benefícios do INPS atual. Bem, então veio o pessoal do IAPTEC, do IAPB, do IAPM, e eu como secretário de Seguros Sociais, na realidade eu conhecia o quê? Benefício de IAPFESP, conhecia bem os benefícios do IAPFESP. Mas não conhecia as rotinas dos outros institutos, nem podia conhecer, e isto aconteceria com todos os demais. Bom, fiz a primeira reunião e notei que não tinha comparecido, não tinha aparecido o diretor de Benefícios do IAPI, um senhor chamado Santiago, que... Então, eu expliquei a eles o que é que a gente ia fazer e que eu já tinha feito um esquema de como deveria funcionar a secretaria. O que a secretaria devia ter. Mas aquilo era um negócio que estava saindo da minha cabeça. Então eu precisava que cada um visse aquilo, e tirasse o que estava em excesso e botasse o que estava faltando, para depois então a gente ver como é que cada uma das partes ia funcionar no conjunto. Quando faltava mais ou menos

10 minutos para terminar a reunião, e foi uma reunião longa, todos nós com absoluta liberdade, porque eu fazia as minhas reuniões com os meus colegas que por acaso eu tiver direito, como eu estou fazendo com vocês. O negócio é conversa, é saliva. Quer dizer, o sujeito tem que falar, dizer o que está pensando, para ser contraditado. Vocês aqui, por exemplo, não estão me contraditando porque vocês não estão por dentro do negócio, mas vocês estão me perguntando, não é? Eu não sei o que é que vocês querem, quer dizer, eu sei o que é que vocês querem saber, mas às vezes detalhes de coisas, que pode ser que vocês me perguntem e eu não possa dizer na hora. Não é verdade? Por outro lado, eu posso me lembrar enquanto vocês não estão aqui de alguma coisa, então eu digo: é capaz de eles me perguntarem isso, deixa-me dar uma olhada. Até agora, vocês veem, eu não tenho usado papel, eu estou falando, mas quando chegar, por exemplo, na hora da organização dos conselhos, o I Conselho Nacional do Trabalho, isso eu tive que anotar porque como são coisas perdidas no tempo, e que eu nunca tive assim um contato permanente a não ser a partir de uma certa época, eu tive que anotar até coisas que eu, por exemplo, fui ver agora, da composição da administração das Caixas. Imagina que na primeira Caixa do Eloy Chaves, que eu não tinha nem lido esse troço e vi agora, tinha que fazer parte da administração da Caixa, ouviu, o caixa da empresa. O caixa e o contador. Quer dizer, aquilo era obrigatório. Agora, havia dois que eram eleitos, mas dois já estavam de ofício, nomeados. Então precisava ter, ser o caixa da empresa, porque o caixa da empresa era um homem de confiança da empresa, e então tinha que ser de confiança da Caixa para pagar, lidar com o dinheiro. Bem, mandatos gratuitos. Bem, então eu fiz o negócio, tinha feito aquele esquema, e me lembro até que como eu fui fazendo um esquema muito grande, ele acabou num pedaço de papel pardo, mais ou menos de que, um palmo, dois palmos, três palmos, uns quatro palmos de tamanho, que eu fiz as chaves e tal. Quando faltavam dez minutos mais ou menos para terminar a reunião, apareceu o diretor do Departamento de Benefícios do IAPI. Justificou a razão pela qual ele não tinha aparecido. Eu digo: Bem, então você leva também uma cópia disto, examina e guarda. No dia tal nós vamos fazer uma nova reunião. Eu espero que cada um traga a sua contribuição, e não tenham o menor constrangimento, ouviu, em criticar isso que está aí. Isso daí saiu da minha cabeça, não sei se está certo, não sei se está errado, não sei, é um ponto de partida. Bom, quando foi daí a mais ou menos uma semana, não sei se um mês ou uma semana. Reunimos, e ao iniciar o trabalho, na hora exata, porque quando eu marco uma hora, é hora, ouviu, não tem conversa, não estava o senhor Santiago que era do IAPI. E eu toquei o negócio. Toquei, e então recebi as sugestões, discutimos as sugestões. Não, no IAPB é assim. Bom, no IAPFESP é assim, é a mesma lei, é o mesmo processo, mas o procedimento é diferente. Então a gente tem que tirar um procedimento. Qual é o melhor? É o do IAPFESP ou o do IAPB? Vamos adotar o melhor. Bem, então começamos a afinar os instrumentos. Faltavam mais ou menos dez minutos para terminar a reunião, quando apareceu o senhor diretor do IAPI, o Santiago. Deu uma nova justificativa e tal. Eu digo: “Está bem, nós já temos isto aqui, e você olha, e dentro de uma semana nós vamos fazer uma terceira reunião”. No dia marcado, na hora marcada, todo mundo lá, começamos os trabalhos e o do IAPI não apareceu. Bom, já estamos em estatísticas, em artilharia se diz assim: “é um tiro curto, um tiro longo, um tiro curto, um tiro longo, até acertar no corpo do sujeito.” Bem, em estatística se fala em polir a curva, quando se faz uma curva, polir a curva. Nós estávamos polindo a curva, procurando chegar num ponto. E faltavam dez minutos quando apareceu o diretor do IAPI dando as razões. Eu então disse a ele. Eu digo: “Olha aqui, meu amigo. Eu vou lhe dizer uma coisa. Com a presença do IAPI ou sem a presença do IAPI a secretaria vai sair.” Até rimou. Não quero dizer que tenha dito com essas palavras. Se vocês quiserem colaborar, ótimo. Se vocês não quiserem colaborar vai acontecer o seguinte, vocês vão ter que cumprir o que está aí. Bem, e dias depois, sem a

colaboração do senhor Santiago, eu pude terminar este trabalho, mas já estava terminando também a gestão do senhor Nazareth. Já estava terminando. Posso apenas dizer o seguinte: o único secretário que apresentou um trabalho sobre a organização de uma secretaria foi a Secretaria de Seguros Sociais que eu estava dirigindo. Evidente que o trabalho não era meu. O trabalho era nosso. Todo o pessoal, todos eles, e ajudaram, evidentemente, cada um trouxe a sua contribuição. Poderia ter falhas, óbvio que tinha que ter falhas, porque cada um estava trazendo uma experiência diferente, num campo diferente. A maneira de tratar um segurado do IAPB, não era a maneira de tratar um segurado do IAPFESP. O segurado do IAPB, 90% dos segurados do IAPB eram sujeitos razoavelmente alfabetizados, de razoavelmente alfabetizados para cima, não é verdade? Porque um sujeito que está enchendo uma papeleta num IAPB, num banco, é um sujeito que tem uma cabeça muito mais organizada intelectualmente, do que um sujeito que está enchendo uma caldeira de trem de carvão, em que a gente tem que descer aos mínimos detalhes para explicar. Bem, então a gente tinha que partir para um senso médio de como a gente ia tratar os segurados. Bem, com defeitos, com falhas, possivelmente, mas a única secretaria que apresentou um negócio, um nome que eu não gosto de usar, mas que vou usar, um organograma, foi a secretaria de seguros sociais. Mas nós estávamos terminando, porque já vinha um novo governo. Costa e Silva. Marcou-se...

LO - Havia alguma orientação, uma orientação vinda de cima, ou anterior, ou a secretaria tinha autonomia para decidir?

PC - É, não. Nós estávamos, eram Secretarias de Ferroviários, Bancários... como eu disse. Agora elas tinham se transformado em Secretarias de Seguros Sociais, de Administração, disso e daquilo. Então a gente continuava mais ou menos fazendo as coisas dentro de um ritmo razoável, dentro de uma orientação que era quase que pessoal, porque não tinha nada ainda, você não tinha um regimento interno. O que a gente estava fazendo era essa estrutura. Bem, e nós na Secretaria de Seguros Sociais tínhamos terminado o...

Fita 12 - Lado B

LC - O senhor estava falando que ela se dividia em departamento disso, daquilo...

PC - Não, mas daquilo e tal, e o tal departamento fazia aquilo, aquilo outro e tal, a divisão. Isso em nível de administração central primeiro. Para depois descer e, iríamos descer a níveis de superintendência. Bom, então isso foi entregue ao presidente. O presidente marcou um encontro para um determinado dia e esse encontro se iria realizar num antigo departamento, até do IAPM, na Avenida Venezuela. Eu cheguei certo dia, depois no meu gabinete, quando recebo um telefonema do doutor Torres de Oliveira, que era o secretário de Administração, me dizendo: “Então Cabral, você vai para Leningrado.” Eu digo: “Eu não sabia que a Avenida Venezuela tinha mudado de nome. Eu vou e você vai também daqui a pouco para Avenida Venezuela.” Ele disse: “Não, não vai haver mais esta reunião na Avenida Venezuela, lá no negócio da Avenida Venezuela.” Eu digo: “Bom, e você está falando em Leningrado, que negócio é esse?” Ele disse: “Não, é que você foi nomeado membro da comissão, da delegação brasileira que vai a Leningrado.”

NM - Associação Internacional de Seguridade Social?

PC - Exatamente, representar o Brasil, quer dizer, vários, ele Torres de Oliveira inclusive, e mais algumas pessoas. Eu caí das nuvens, que segundo Machado de Assis, é sempre

melhor do que cair de um terceiro andar. Mas caí, porque primeiro se era coisa que não estava me passando... Primeiro não sabia que havia um congresso internacional nenhum... Não sabia que o Brasil era filiado a tal AISS, nem sabia o que era AISS. Mas recebi naquele dia ainda um documento, em que se davam esclarecimento e as pessoas que iriam. Era o doutor Moacyr, era eu, era o doutor Torres de Oliveira, era o Nildo Aguiar, doutor Nildo Aguiar, era mais o Lira, Gilberto Lira, que era um atuário. A delegação era uma delegação.

LO - João Lira, não?

PC - Não, João Lira não, Gilberto Lira. Era uma delegação pequena. E então verifiquei que eu tinha sido designado para esse negócio pelo Presidente da República, e que o meu nome tinha sido levado ao Presidente da República, como os demais, pelo senhor doutor Nazareth, ainda presidente do INPS. Justamente aí, muda o governo. Muda o governo, e é nomeado presidente do INPS o doutor Torres de Oliveira, aquele que disse que eu tinha me lançado etc. Bem, então...

LO - Isto antes da ida para...?

OS - Sim, antes da ida. Em abril ainda. Bem, antes da mudança de governo. O governo mudou em março, foi em março, tomou posse o Costa e Silva e tal. Eu então fui ao gabinete do doutor Torres de Oliveira logo depois que ele tomou posse, não só para pôr à disposição o meu cargo, como também levando uma carta, em que eu dizia mais ou menos o seguinte: que da mesma forma que o antigo presidente do INPS tinha escolhido os membros da delegação, eu devolvia a minha escolha porque acho que, se era um direito do antigo, e como nós ainda não tínhamos ido, seria um direito do novo escolher pessoas para representar. Bom, é verdade que aquilo tinha sido designação do Presidente da República, mas obviamente por indicação do presidente do INPS. Bom, dias depois se reuniram os atuais secretários do INPS, agora com o novo presidente.

LO - Eu tenho uma dúvida só. O Torres de Oliveira não foi o primeiro presidente do INPS?

PC - Primeiro.

LO - Quer dizer que o presidente anterior que havia indicado o senhor...?

PC - Não, o primeiro presidente do INPS, tão logo criado o INPS, foi o doutor Nazareth, compreendeu? Mas que ficou o quê? Ele ficou de janeiro, ou de dezembro, ele ficou até o novo governo. Vindo o novo governo foi nomeado um novo Ministro do Trabalho, e com o novo Ministro foi nomeado o doutor Torres de Oliveira. Novo Ministro, Jarbas Passarinho, e o doutor Torres de Oliveira, presidente do INPS. Bom, então houve a reunião no gabinete do doutor Torres de Oliveira, e o doutor Torres de Oliveira disse qual a administração que ia, quais os colegas que ele ia trazer para sua administração. E para a Secretaria de Serviços Sociais seria o Autran... Que seria o secretário de Serviços Sociais. Mas, declarou que daí a dias, dentro de dois ou três dias deveria haver uma reunião com o Ministro Jarbas Passarinho e a essa reunião iriam comparecer os presidentes, ele, presidente do INPS, os secretários que estavam deixando e os secretários que estavam entrando. Bem, a reunião se fez no auditório do IAPC. Então, o Ministro Passarinho começou a fazer indagações às pessoas presentes. Primeiro fez um *speech*,

falou a vida dele, e começou a interrogar determinadas pessoas. Quando chegou na minha vez, ele disse: “O senhor aí, quem é o senhor?” Eu digo, me levantei e digo: “Paulo da Silva Cabral, ex-presidente do IAPFESP, e que durante um pequeno período ficou como secretário de Seguros Sociais.” Ele assim com um ar meio, uma cara meio fechada, perguntou: “Qual é a sua opinião sobre a fusão dos institutos?” Eu digo: “Ministro, eu pediria a Vossa Excelência licença para não opinar, porque eu estou saindo de secretário. Talvez fosse melhor Vossa Excelência como eu disse, segunda vez, Vossa Excelência decide, ele disse “Não precisa me chamar de Excelência! Pode me chamar de senhor.” Eu digo: “Eu prefiro essa advertência do que se eu lhe tivesse chamado de senhor, e o senhor mandasse eu tratar de Vossa Excelência. Estou lhe dando o tratamento que é normal. Mas tudo bem. Senhor. Eu acho que talvez fosse melhor opinar o doutor Autran que é quem vai me substituir.” Ele assim meio severamente, virou-se para mim e disse: “Eu não pedia a opinião do doutor Autran, eu pedia a sua opinião. Se eu quisesse a opinião do doutor Autran tinha passado pelo senhor.” “Bem, então o senhor quer a minha opinião? Eu acho apenas que estamos fazendo uma fusão com 20 anos de atraso, fusionando as instituições com 20 anos de atraso. Eu acho que nós teríamos que partir para o Ministério da Previdência. Esta era a hora do Ministério da Previdência e não do instituto único, absolutamente. Mas acho que ainda é uma boa medida, embora, eu entenda que o problema devia já estar colocado em termos de organização do Ministério da Previdência. E no Ministério as secretarias que iriam desenvolver tudo isto que o INPS vai fazer.” Aí o doutor Torres me aparteou e disse: “Não, porque aí, problemas da Constituição, dispositivos constitucionais.” Eu digo: “Um país onde se muda tanto a Constituição, e ainda não tinha sido mudado tanto, eu digo, isso não tem maior valia, basta aí uma emenda constitucional e resolve o problema com relação às despesas”, porque, só para fazer um parênteses e dar uma ideia... Vocês sabem que no orçamento da República orça-se a receita e estima-se a despesa. Então faz-se um orçamento para ver quanto é que vai entrar de dinheiro. Pode entrar mais, pode entrar menos, e fixa-se a despesa. O que quer dizer? Não se pode gastar mais do que o que está estabelecido no orçamento. Embora, sempre se tenha gasto mais. Porque aí vem os créditos extraordinários. Porque é a tal história. A gente em casa, o que é que faz? Ganha tanto, só pode andar dentro daquilo. Então gasta tanto. Se passar, a gente vai pedir empréstimo. Alguém vai, ou a gente vai ficar pendurado no armazém. Hoje não se pendura mais no armazém porque é o supermercado. Bem, ou a gente vai, ou pendurar na família, enfim. Na República, o negócio como é que é? É crédito suplementar, crédito extraordinário ou suplementar, tem um nome aí esse negócio. Bem, então se abre o crédito. Bom, então esse negócio de fixar despesa é uma ficção, também. Quer dizer, fixar com “X” e ficção com dois “C”. Bom, nas autarquias, a despesa é estimada, ela não é fixada. A despesa de benefícios, não a de administração. Mas as prestações, porque, evidentemente, imaginemos que se tivesse fixado o pagamento de pensões em um milhão. Bem, de repente dá uma...

LO - Aposentadoria geral?

PC - Não, não, pensão. Morreu um, morte, um milhão. Bem, aí, dá uma epidemia. Eu passei por uma epidemia, sei o que é uma epidemia, você vê a epidemia da espanhola. Bem, vi o que é que morreu de gente, quer dizer, tive uma noção do que morreu de gente. Bem, você não vai esperar o orçamento do ano que vem para dar a pensão. Então você tem que estimar. E o que passar, passou. Bom, mas ficou nessa história, aí veio a partida, que foi em maio, no dia seis de maio, nós fomos embora, a delegação brasileira foi. Já aí o Torres, o doutor Torres, até, coitado, foi prejudicado nisso, porque tendo assumido a presidência do INPS naquela ocasião, ele teve que abrir mão, ele não pôde ir, não pôde

fazer a viagem. Bem, fizemos lá a reunião, lá no congresso, e eu fui designado pelo doutor Moacyr para duas comissões.

LO - Foi junto com o senhor também, parece, o responsável pela fusão dos institutos que foi o José Dias Corrêa Sobrinho?

PC - Sim tem razão. Não, aliás, imperdoável esquecer o Corrêa. Camaradão. Bom, Corrêa, o Moacyr, que era o chefe da delegação, o Corrêa, que era a segunda pessoa da delegação. É, eu, o Lira e esse menino, o Nildo Aguiar que ia ver essa parte médica e tal. Bom, então o Moacyr me designou para duas comissões. Uma delas que era a comissão de seguro, invalidez, velhice e morte, quer dizer, Previdência mesmo. E outra, uma comissão a que o Brasil ia comparecer pela primeira vez, que era a comissão de seguro-desemprego. Porque no fim do governo Castelo, tinha se criado o seguro-desemprego. Isto que se fez agora, tinha sido feito lá naquela ocasião. Porque entramos numa época de recessão e fez-se o seguro-desemprego. Então, nós inclusive não tínhamos a menor experiência em seguro-desemprego. Nada, nenhuma experiência. E porque não tínhamos seguro-desemprego, na comissão de seguro-desemprego o Brasil não entrava. Bom, a minha intervenção nesse congresso, se deu em duas oportunidades. Nessa grande comissão de invalidez, velhice e morte, tinha aparecido uma proposição, se não me falha a memória, da delegação francesa, que era a maior delegação, apoiada pela delegação italiana, determinando que as aposentadorias por velhice seriam concedidas aos 70 anos. Então seria uma resolução, ou uma recomendação da AISS, para que as aposentadorias só pudessem ser realizadas a partir dos 70 anos, as aposentadorias por idade. Bom, no curso da história, eu, então, num determinado dia pedia a palavra. Tomei, inclusive quando eu me dirigia para tribuna é que eu percebi o que era que eu estava fazendo. Primeiro o ambiente. Nós estávamos reunidos num palácio, no palácio que Catarina II tinha dado a Potenkin, no Palácio Travstvsky*. A Catarina II, digo porque ela foi amante de Potenkin. Potenkin tinha organizado aquela revolução para liquidar o marido dela, e ela virar rainha, ela virar imperatriz, czarina, então ela deu um palácio para esse Potenkin. Bem, no salão onde se realizava a conferência estavam 114 países reunidos ali, para vocês terem uma ideia do tamanho do salão, era o salão de festas do palácio. E como o palácio tinha três andares. Umhas colunas de mármore e tal. Os mictórios, os banheiros eram todos eles revestidos de uma pedra semipreciosa dos Urais, verde. Eu nunca mijeí num negócio tão pomposo em minha vida. Tinha uma série de mictórios. Um negócio, só de russo, do czarismo. Bom, e este palácio, a uma certa altura parece que o Potenkin não estava lá muito satisfeito, ou estava devendo muito no jogo, ele vendeu o palácio para pagar umas dívidas de jogo. A Catarina ficou muito chateada, viu, e comprou o palácio de novo e deu de novo a ele. Então não nos espantemos com o que aconteceu na Rússia em 1917. Bem, quando eu me encaminhei para tribuna, que eu olhei assim, e que vi aquela delegação francesa com aquele pessoal da melhor qualidade. A delegação italiana, que tinha inclusive um professor Giorgio Canela, me deu um negócio, ouviu, que quando eu cheguei na tribuna eu verifiquei que eu não ia falar. Eu senti inclusive uma sensação, que era a segunda vez que eu sentia na minha vida, que eu não tinha perna, eu... Então eu me segurei na tribuna, e olhei assim para cima, e verifiquei que lá em cima tinha uns medalhões dos grandes generais da antiguidade. César, Alexandre, Cipião, e me parece que a figura que eu olhei foi o Cipião. E eu resolvi falar para o Cipião, ouviu... Esquecer aquele pessoal que estava... Então eu, resumidamente, eu lembrei que achava que aquilo não podia ser de maneira nenhuma uma resolução. Que os países, cada um tinha o seu

* Transcrição aproximada do nome.

grau de adiantamento, e também nem todos os países, os homens envelheciam na mesma ocasião. Por exemplo, no Brasil um homem de 65 anos, que começava quase sempre a trabalhar com dez, 12, nos países subdesenvolvidos, e além de tudo, países tropicais, a gente envelhecia mais cedo. Nós estávamos tendo como exemplo, de Adenauer, que estava com 90 anos jogando tênis. Quer dizer, com 92 anos a gente não podia admitir um brasileiro jogando pingue-pongue, quanto mais tênis, e quando eu falo no Rei Gustavo da Suécia, de repente eu ouço uma salva de palmas, e tomei um susto, está sendo aplaudido no meio, não era por nada do que eu estava dizendo, é que normalmente os suecos, quando se fala no Rei, eles aplaudem, de pé e aplaudem. Então não era para mim, era para declaração. Bem, dei conta do meu recado, disse o que tinha que dizer, e na realidade ficou como recomendação. Em seguida eu fui para a comissão.

LO - Como recomendação a aposentadoria aos 75 anos?

PC - Aos 70 anos, aos 70 anos.

LO - Aos 70 anos.

PC - Recomendação não obriga, resolução obriga. A recomendação não obriga. Então a resolução passou a recomendação...

LO - O Brasil cumpre essas resoluções?

PC - Sim. Se for resolução cumpre. Isso na OIT, da AISS e tudo, porque a resolução é uma determinação. Então quem for filiado tem que cumprir. Se não quiser cumprir sai, compreendeu? Agora, as recomendações, cada um aceita ou não. Faz conforme... Então aquilo que era uma proposta de resolução transformou-se numa proposta de recomendação. Bem, aí eu tive que ir para comissão de é...

LO - De seguro-desemprego?

PC - De seguro-desemprego. Apresentei-me ao presidente, e fiquei abismado ao saber que o presidente era um belga que era presidente do Instituto de Seguro-Desemprego, quer dizer, na Bélgica existia um Instituto de Seguro-Desemprego. Não era de seguro-previdenciários, era de seguro-desemprego. E fiquei sabendo também que na Suécia existia um Instituto de Seguro-Desemprego para os homens do mar, para os trabalhadores do mar. Agora já não é nem para tudo, agora já se está olhando uma determinada profissão que era fundamental no país. Bom, então, numa das reuniões eu pedi a palavra para explicar a eles que pela primeira vez o Brasil estava se representando numa comissão de seguro-desemprego, porque agora é que tinha sido criado o seguro-desemprego no Brasil. Aí se seguiram as reuniões, até que na última reunião o secretário da comissão, que era um grego, se dirigiu para mim, e me chamou assim a um canto e me disse: “Olha, o representante da Inglaterra vai apresentar um nome do atual presidente belga, para ser reconduzido. E a regra aqui é a seguinte. Um apresenta e uma outra nação apoia. Então eu queria convidar o representante brasileiro para, se estiver de acordo, apoiar a indicação do belga.”. Na realidade eu não tinha poderes até para isso, isso eu deveria até falar com o presidente da nossa delegação, que era o Moacyr, o chefe da nossa delegação. Mas o negócio tinha que ser resolvido naquele dia, naquela hora, e eu não tinha como naquela hora me comunicar com o Moacyr, que estava em outra, em outra atividade. Então resolvi assumir a responsabilidade e achei até uma coisa, uma deferência muito grande para o

Brasil, que pela primeira vez estava se apresentando na conferência. Então agradei a deferência que era dada ao Brasil e apoiei. E mais tarde inclusive vim a ter um contato maior com este presidente da delegação, esse belga, inclusive eu e o Moacyr recordamos a vinda do Rei Alberto ao Brasil.

LO - Em [19]22?

PC - Em 1922, e que eu e o Moacyr, de colégios diferentes, tínhamos ido a Quinta da Boa Vista, numa festa que houve lá para o Rei Alberto, e cantado, ele lá pelo lado dele e eu pelo meu lado, cantado o Hino Nacional belga, que nos fizeram decorar em francês, *Aux Belle Passion*, o famoso hino belga. E o nosso amigo lá, só faltou chorar. Isso num passeio que nós estávamos fazendo, marítimo e tal. Bom, aí voltei, fiz o meu relatório, porque qualquer comissão que eu compareça eu não deixo de fazer o meu relatório. Então fiz o meu relatório e apresentei ao doutor Moacyr. Como consequência desta viagem, desta ida lá, ocorreu o seguinte: existia no Ministério do Trabalho uma Comissão de Direito Social, que era formada pelas figuras mais representativas da Previdência Social para apresentar projetos, inclusive até proposições que viessem do exterior. E aí, o doutor Moacyr que agora era o presidente da comissão resolveu que os membros daquela delegação seriam assim como uma espécie de assistentes desta comissão de direito social. Eu achei inclusive uma coisa muito bem feita. Eu nem conhecia a comissão de direito social, passei a conhecer. Bom, e houve três proposições posteriores a que o Moacyr me encaminhou, o doutor Moacyr me encaminhou, para que eu desse a minha opinião em três proposições que vinham do exterior. Mais tarde, entretanto, creio que quando o Ministro Júlio Barata, Ministro que acabou com esta comissão de direito social. Bem, a meu ver a minha atividade assim, mais no topo da Previdência Social estava encerrada.

LO - A Comissão de Direito Social era dentro da estrutura do INPS?

PC - Não, não, era do gabinete do Ministro...

LO - Gabinete do Ministro...

PC - Gabinete do Ministro... Comissão de Direito Social. Então, o Moacyr era o chefe porque o Moacyr estava no gabinete do Ministro, ele era o chefe da Comissão de Direito Social, e então criou assim estes adjuntos. Não era para nada, era só para gente estudar as coisas, e por duas ou três vezes, três proposições me foram mandadas, eu creio que uma da França, uma da Itália e uma da Espanha. Para eu examinar e dar a minha opinião e tal. Dei opinião. Bom, aí eu que nunca tinha pretendido ser membro de coisa nenhuma, em matéria administrativa, e que tinha sido presidente do Instituto passando por todos os ministros, enquanto que cada ministro vinha, derrubava tudo, eu estava atravessando os três, agora a minha função era o quê? Voltar e ser procurador, que era o que eu gostava de fazer. Pegar meus pareceres, meus processos e dar meus pareceres.

NM - Eu gostaria de fazer uma pergunta sobre este período, e sobre esta viagem à União Soviética. 1967 é um momento em que os sindicatos estão sofrendo forte intervenção, os movimentos sociais organizados estão passando sob rígido controle político e social. Nesse congresso houve algum tipo de análise crítica sobre a situação do trabalhador no Brasil?

PC - Não, não. Cuidávamos apenas de assuntos de Previdência Social. Nada, a parte política não entrou, pelo menos onde eu estive não vi nada disso, ouviu. Nada disso. Não vi nenhuma estocada, ouviu. Mesmo em relação aos Estados Unidos, à delegação americana. Não vi. A coisa correu sem maiores problemas nessa coisa. Não houve nada disso. Mais alguma coisa sobre?

NM - O senhor volta então à Consultoria Jurídica?

PC - Então eu volto. E como eu tinha férias acumuladas, ouviu, resolvi entrar em férias. Então entrei em férias. E passou aí, eu tinha três meses de férias para gozar, eu digo: “Eu tiro três meses, me esqueço dessa parte toda de administração em que eu estive e tal, vou voltar a ser o que eu sempre fui, o que eu sempre desejei ser, que era procurador.” Bem, estou eu gozando as minhas férias, terminando o gozo das minhas férias, quando um dia fui chamado pelo doutor Armando de Oliveira Assis, que era o presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social.

LO - Vamos trocar a fita.

PC - Está.

Fita 13 – Lado A

LO - Pronto, o senhor já pode continuar.

PC - Então aí o doutor Armando Assis mandou me chamar. E me explicou que com a criação do Conselho de Recursos, isso depois a gente já vai até ver como é que a gente chegou até o Conselho de Recursos, a assistência jurídica, a Assessoria Jurídica até então tinha sido dada pelo ministro, pelos procuradores, da Justiça do Trabalho e agora tinha que ter uma assessoria própria, que seriam nove, nove procuradores que seriam requisitados do INPS. Então ele, Armando Assis, me convidava para vir organizar essa assessoria jurídica. Eu creio até que nós já falamos, sobre isso. Não falamos? Que eu, é que eu até retifiquei o número de 14.000 processos, bom, então eu fui chamar os procuradores e comecei e organizei essa procuradoria, essa assessoria. Recebi os 1.400 processos e no fim de cerca de nove meses, mais ou menos, nós tínhamos opinado nos 1.400 processos e mais todos os processos que tinham entrado durante esse período, quer dizer, foi mais ou menos princípios de [19]67, princípios de [19]67, não...

LO - Final de [19]67?

PC - É, foi final, não, foi [19]68, porque eu tinha entrado de férias e tal. [19]68 chegamos, [19]68, [19]69, estávamos com tudo em dia agora, opinando tranquilamente nos processos que estavam entrando. Bem, e dando pareceres alentados. Eu, inclusive, como procurador-geral, eu compareci a todas as seções do Conselho Pleno, inclusive para defender ou orientar qualquer coisa que fosse levantada na hora e se por acaso a parte tivesse trazido um advogado para defender, eu faria, teria a função de Ministério Público, concordando ou não. Foi aí então que apareceu o processo de um tal de... Dos hansenianos. Aquele estudo que eu fiz dos hansenianos, um processo sobre... Lei de Guerra Que é um baita processo que a gente teve que estudar toda essa legislação de guerra e tal. Bem, quando foi um dia, que curiosamente eu nesse dia, estava fazendo 30 anos de que tinha entrado para a Previdência, para a Caixa da Central, eu fui chamado

pelo doutor Paranhos Veloso no fim de uma reunião e ele me disse: “Olhe o ministro quer falar com você. “Comigo?” “É o Ministro Passarinho quer falar com você”. Bem, eu fui então, ao gabinete do Ministro Passarinho, mas ele tinha viajado para Brasília. Naquele tempo era aquele negócio: “Vai lá, vem cá, vai lá, vem cá”, tinha viajado para Brasília e tinha deixado uma incumbência de falar comigo com o doutor Celso Barroso Leite, que era o secretário dele, o chefe de gabinete dele, nesse tempo parece que ainda não tinha nem secretário-geral a onda não existia...

LO - Secretário-geral.

PC - Não depois, depois ele não era, não existia o cargo de secretário-geral. Então, me transmitia o doutor Celso Barroso Leite um convite do ministro para eu ser membro do conselho, que ele tinha tomado conhecimento do meu trabalho na procuradoria, na organização da assessoria, mas que me queria agora como um membro do conselho.

NM - Como representante do governo no Conselho?

PC - Eu, negócio, eu quase perdi a fala, porque exatamente como eu dissera o dia em que eu estava, eu estava completando 30 anos de atividade na Previdência e podia esperar tudo menos uma coisa dessa natureza. Recordei-me até de um episódio, que quando o doutor Luiz Gonzaga do Nascimento era Ministro, no finzinho já da questão dele, justamente quando o Conselho começou a tomar corpo e tal, eu tinha tido aquela crise que eu já falei com você, ataque cardíaco paroxista e a minha mulher que insistia muito que eu largasse as atividades. Um dia, uma noite, lá na Ilha do Governador, ela virou-se para mim e disse assim: “Ô Paulo você que foi colega do doutor Nascimento e você que várias vezes tem dito que era uma coisa que você desejava, gostaria de terminar a sua vida profissional ou funcional no conselho, por que é que você não fala com ele? Você que disse que agora estava organizando o Conselho e tal, por que você não fala com ele para ele nomear você para um negócio desse?” Eu achei a uma ideia maravilhosa. A minha mulher que nunca tinha se metido nessas coisas, de repente me dá uma ideia dessa. Bem, eu então telefonei para o gabinete dele, ainda para o doutor Noronha, chefe do gabinete dele, e pedi, perguntei se ele podia me receber e tal, e marcaram uma audiência para mim. Quando eu cheguei lá havia quatro pessoas para serem atendidas que estavam na minha frente, Veloso do Nascimento, uma das horas, abriu a porta do gabinete, e me disse: “Cabral você quer já ou...”, “Não eu espero, eu espero”. E à proporção que as pessoas foram entrando eu comecei a me agoniar, porque eu ia fazer uma coisa que eu nunca tinha feito na minha vida. Eu ia pedir um troço para mim. Eu até tinha sempre ido ao Gabinete de Ministro para pedir troço para os meus órgãos, agora eu ia pedir um negócio para mim. Eu sei que quando chegou a minha vez, eu não tive coragem de fazer o pedido. Falei sobre outras coisas, não é? Mas não fiz o pedido e agora o negócio estava vindo na minha mão exatamente sem eu ter pedido, era o convite. Bom, aí, eu externei isso ao Celso, meu amigo velho e ele virou-se e disse: “Bem, mas o ministro não quer você só para isso”. Ele disse: “O ministro quer você para Presidente do Conselho de Recursos”. Aí eu disse: “Não dá, aí não dá, porque o presidente do Conselho de Recursos é o Armando, meu colega de turma de colégio, meu amigo, que me levou para o conselho para organizar, então, não dá de jeito nenhum ser o substituto dele.” Aí ele virou-se para mim e me disse: “Olha, Cabral, o Armando não vai ficar. O ministro vai mudar, embora as qualidades reconhecidas do Armando, entretanto o Armando não engrena bem no tipo de administração do Passarinho e ele vai mudar o Armando, mas de qualquer maneira eu vou conversar com o ministro, explicar isso para ele, aquilo que você falou e depois você

volta aqui, volta dia tal.” Então, dia tal voltei, ele disse: “Olha, o ministro acha que você não tem razão com seu argumento de ser amigo, porque o ministro vai mudá-lo mesmo e até é muito bom que vá você que é amigo dele, porque o que você encontrar de errado no conselho você modifica sem alardear, sem querer pichar o Armando.” E nem havia razão para pichar. Há maneiras da gente administrar. O Armando é um homem correto. Ele tem lá a maneira dele, eu tenho a minha. Eu digo: “Bem, temos que fazer o seguinte: Vocês me autorizam a comunicar o Armando que eu vou ser membro do conselho, que eu vou ser nomeado para Conselho. Agora, vocês chamam o Armando, e o ministro dirá a ele que ele não vai continuar, que ele vai, deseja mudar e pede a ele, ao Armando que ele indique três nomes de membros do conselho, se ele indicar o meu entre os três está muito bem, se ele não indicar...”. Então, ficou acertado isso. Eu fui ao Armando, nesse mesmo dia, e digo: “Olha, Armando, eu recebi um convite, permitido pelo Celso, para ser membro do Conselho de modo que dentro de alguns dias o ministro vai me nomear membro do conselho.” Ficou muito satisfeito e tal. Bem, e eu meio chateado, porque sabia que ia acontecer esse negócio com ele, mas de qualquer maneira é o tal negócio, a administração é isso. Qualquer ministro tem o direito de botar no lugar quem ele quer. Bom, então, passou algum tempo e na realidade transmitiram ao Armando essa decisão do ministro, que era a de mantê-lo no Conselho como membro do Conselho, mas não mais como presidente, sem retirá-lo do conselho, membro porque se fossem retirá-lo do conselho eu não seria presidente do conselho e nem membro do conselho. Aí era besteira. Bom, nesse meio tempo três ou quatro sessões depois, um dia eu chego lá e fico sabendo que a mãe do Armando tinha sofrido um acidente. Ela tinha caído em casa. Ela era uma criatura já de muita idade, tinha caído em casa e tinha tido uma fratura de fêmur, mas ela estava com um problema cardíaco e que a situação dela era séria, o caso era grave. Eu então telefonei para o Celso e disse: “Olha, Celso está acontecendo este negócio com o Armando, então faz uma coisa, não vamos mexer nisso agora, deixa para adiante, deixa ele passar esta fase.” Acontece que num sábado a mãe do Armando morreu. Como o Armando, a mãe do Armando morreu, isto devia ser mais ou menos setembro. É, eu tinha tomado posse em agosto, no dia oito de agosto eu tinha tomado posse como membro do conselho e ela morreu em setembro, outubro por aí assim, não...

LO - Deve ter sido [19]68.

PC - Isto é [19]68, é, o meu mandato iria até 70. O meu mandato era de dois anos. Exatamente [19]68. Bom, aí, ficamos aguardando. Quando subitamente a minha mãe, que já era uma criatura com 94 anos, teve um problema também, teve que fazer uma cirurgia isso em fins de novembro, e no dia cinco de dezembro a minha mãe morreu. Bom, em janeiro veio a minha nomeação para presidente do conselho. Eu fui nomeado presidente do conselho e tomei posse no dia 29 de janeiro. E de repente me chega aos ouvidos este comentário feito por um crápula, mas para se ver até onde vai a sordidez humana. “Ele deu o tombo no Armando, e Deus o castigou, porque levou a mãe do Armando, mas logo depois levou a mãe dele.” Mas vocês vejam que isto foi o primeiro tributo que eu paguei nessa presidência do conselho.

NM - Quem foi esse crápula, professor?

PC - Não, pulemos por cima do crápula.

LO - Eu tinha uma pergunta também. O senhor há alguns encontros atrás, o senhor falou que o Celso Barroso Leite não era um “cardeal” da Previdência?

PC - Não, ele não era um “cardeal” da Previdência, veja bem, os cardeais da Previdência eram quem? O Veloso, o Walter, o...

LO - Walter Graciosa?

PC - Walter Graciosa, o Hélio Beltrão, não é? O Torres de Oliveira, não é? Esses eram os “cardeais”, não é? Bem, esse menino, o Celso, vinha de muito tempo depois, não é? Ele seria o “monsieur”. Se nós vamos seguir...

NM - A hierarquia.

PC - Ela é não era nem “bispo” ainda, era um “monsieur”, não é? Era um camarada esforçadíssimo, não é? Um estudioso das coisas, não é? Não, realmente, eu sei ele que deu uma contribuição e continua dando uma contribuição, mas que “cardeal” não era não. Bom, quer dizer, ele era indicado pelos chamados na primeira oportunidade. Por exemplo, o Passarinho chamou. O Passarinho era um coronel do Exército. O que é que ele entenderia, mas ele conhecia, por quê? Porque ele tinha uma prima, a Gladis Passarinho, que era funcionária do IAPI e que sabia quais eram as grandes figuras do IAPI, compreendeu? Então, o Passarinho chamou quem? A Gladis para ser a secretária dele. Agora o Graciosa, o Corrêa Sobrinho, Torres de Oliveira e esses indicaram não é, quem? Indicaram o Celso para aquela atividade de chefe de gabinete. Celso não era absolutamente “cardeal”. “Cardeal” era esse outro grupo. Bom, o saco de colégio era relativamente pequeno. Bom, assumi a presidência do conselho de recursos no dia 29 de janeiro de 1969. Durante o mês de fevereiro não fiz nada, isto é, olhei o Conselho... Olha daqui, olha dali...

LO - Tinham reuniões periódicas?

PC - Sim tinham reuniões, as reuniões de pleno e as reuniões de turma. Depois eu vou explicar como é que o negócio andava. Bem, é evidente que estava eu presidindo as reuniões de pleno, mas a parte administrativa eu estava olhando. Inclusive um dia via um, passava num luar uma porta fechada, havia uma porta fechada. Um dia eu digo chamei o rapaz da administração, eu digo: “Escuta aqui, o que é que é isso aqui?” Ele falou: “Isso é uma privada”. Eu digo: “Mas meu Deus do céu, nesse andar em que há tanta necessidade de reservados, isso está fechado, porque que isso está fechado?” “Porque tem processo aí dentro”. Vejam! “Então abra essa porta”. E tinha processo até em cima. O conselho quando eu cheguei estava julgando recursos entrados em 1964. Quer dizer, estava julgando recursos com quatro anos de atraso. Não é possível conceber um morfético, querendo um negócio, não é? Uma viúva querendo um negócio e você levar quatro anos. Eu acho que há uma coisa importantíssima na Previdência em que eu desde o primeiro dia que atendi a primeira pessoa eu fiz e nunca deixei de fazer de maneira nenhuma diferente. Eu acho que não há nada pior na vida do que você alimentar uma esperança e terminar numa desilusão. Alimentar uma esperança e vê-la realizada é uma coisa maravilhosa, mas você alimentar uma esperança ou ser alimentado numa ilusão e cair numa desilusão é terrível. Então, todas as pessoas que me procuraram durante toda vida, que me contavam a história e se já tinham um processo eu tinha três respostas: Sim, talvez, ou não. E nunca deixei de dizer não, quando era para dizer não. Quando eu via que uma criatura não tinha direito eu dizia: “Meu filho você não tem direito”. “Mas é injusto”. Eu dizia: É outra coisa, não vamos confundir direito, legalidade, justiça. Três coisas que são parentes, mas moram em cidades diferentes. Não vamos confundir isso. Bem, tinham

direito, dizia na hora. “Tem direito, você espera eu vou resolver o seu caso”. Agora, havia casos que contados de uma determinada maneira, davam a impressão que tinha ou que não tinha. Então era o talvez, então espera me dá um tempo, deixa-me estudar, não é? E quando eu estiver estudado eu te digo: “Tem ou não tem”. Então eu não posso, eu não podia admitir um Conselho de Recursos ficasse quatro anos para decidir um caso. Você está cheio e aconteceu o seguinte: no ano anterior em [19]68 e em [19]67 o conselho tinha resolvido 182 processos, o Conselho Pleno, tinha resolvido 182 processos. A partir de fevereiro, no fim de fevereiro eu reuni todos os chefes que estavam no conselho, chefe de vários serviços, que vinham da administração anterior e fiz o que eu sempre fiz, disse: “Vocês eram chefes e vão continuar sendo chefes, não vou botar ninguém aqui, a não ser dentro do meu gabinete, secretária, um assessor, uma fica, duas entram e vocês que chefiam os vários setores, vão continuar chefiando os vários setores. Agora, a minha maneira de trabalhar é esta, e vocês vão ter que trabalhar assim. Quem não quiser trabalhar assim ou não puder trabalhar assim ou então me avisa, porque aí eu ponho outra pessoa no lugar. Agora, também quero lembrar a vocês o seguinte: eu chamo a atenção a primeira vez, chamo a segunda, chamo a terceira e acabou-se. Quem for chamado a atenção na terceira vez, já fica sabendo que se errar outra vez sai, mas aviso antes: primeiro, segundo e terceiro.” Bom, o resultado dessa conversa toda, aumentei o número de seções, é que no ano de 1969, portanto, março, quando eu comecei no esforço até dezembro o Conselho de Recursos julgou 1820 processos, o Pleno, fora as turmas. Isso depois talvez eu, se houver necessidade a gente dá até os números do que foi julgado. Bom, e tínhamos chegado à decisão todos os processos entrados até 1968.

NM - Eu gostaria de fazer uma pergunta rapidinha. O que era esse conselho, ou...

LO - Como ele surgiu?

NM - Como ele surge, quais as suas funções?

PC - Bom, então aí a gente talvez valha a pena a gente dar uma travadinha e dar uma recuada. Bom agora eu tenho que utilizar a memória do papel, viu, porque como isso aí já é uma legislação assim muito difusa eu anotei, porque admiti que a gente hoje ia chegar nesse negócio, eu anotei esta evolução e vale a pena a gente olhar o seguinte: primeira coisa, que é curiosíssima, até o dia da criação, das Caixas de Aposentadoria e Pensões pela Lei Eloy Chaves, no Brasil só existia a administração direta, Presidência da República, Ministérios. Dirão vocês: “Bem, mas espera aí, mas e a Central do Brasil?” Que era um negócio assim... A Central do Brasil era um órgão do Ministério da Viação. Os funcionários da Central do Brasil pertenciam ao quadro dois do Ministério da Viação. Então, o quadro um era do pessoal do Ministério propriamente dito. O quadro dois do Ministério da Viação era do pessoal da Central, fosse ele maquinista ou fosse ele engenheiro, ou fosse ele burocrata, mas ele era quadro dois do Ministério da Viação. Então, não existia isto que nós hoje conhecemos como autarquia, pressupõe o quê? Criação por lei, personalidade jurídica, administração própria e patrimônio próprio. Ora, as Caixas foram criadas por lei, não é verdade? A Lei Eloy Chaves. Tinham uma personalidade jurídica, de direito público, embora a lei ainda não dissesse que elas tinham uma personalidade, mas tinha porque ninguém ia acionar o Ministério da Agricultura a quem elas estavam aparentemente ligadas, num caso da Caixa. Se tivesse que acionar, acionava a Caixa. Bem, tinham um patrimônio próprio, porque constituído por contribuições privadas, dinheiro tirado do patrimônio do trabalhador, 3%, contribuição das empresas. Então, esse dinheiro era patrimônio da Caixa e administração própria, que

pela Lei Eloy Chaves era assim: administração, era composta, era formada por: pelo superintendente ou inspetor geral da ferrovia. Então, esta era a figura maior da Caixa, pelo caixa da empresa, pelo contador da empresa e por dois empregados eleitos pelo pessoal. Essa era a junta, a junta de administração da Caixa. As decisões, que a Caixa tomasse no seu âmbito próprio, isto é, as concessões de aposentadoria, e de pensão, de tudo que fosse requerido, dessa decisão caberia recurso, para o Departamento Nacional do Trabalho, depois que ele tivesse sido criado. Vejam bem, ainda não existia um Departamento Nacional do Trabalho, mas já se dizia que as decisões das Caixas teriam recurso para o Departamento Nacional do Trabalho depois dele criado e até que ele fosse criado para o Juízo da Comarca. Então, na Comarca o juiz do Civil é que ia tomar conhecimento de qualquer recurso que fosse interposto de decisão da Caixa. Quando chega em 1923... Não, ainda quando agora se ampliam, as Caixas; agora para o pessoal marítimo, fluvial, acústico, pessoal de administração do porto, modifica-se um pouco a administração das Caixas. Então, passa a ser um inspetor geral, no caso das ferrovias, ou o empregado mais graduado da empresa, porque as empresas marítimas não tinham um inspetor geral, dois funcionários designados pela empresa, agora já não tem mais caixa, nem tem mais contador e dois eleitos pelo pessoal. Então nós já estamos com todos eles mandatos de três anos, renovável e gratuito.

LO - Isso a partir de [19]26?

PC - É, [19]23 era aquela, o superintendente, o inspetor geral, o caixa da empresa, o contador da empresa e dois eleitos. Mandatos de três anos e renovável e gratuito. Agora, com a extensão dos serviços da Caixa nós vamos para a administração dessa maneira. O inspetor geral ou o empregado mais graduado, dois funcionários designados pela empresa, dois eleitos pelo pessoal. Quando chega em [19]31, a coisa se amplia mais, porque agora são todos os serviços públicos. Aqueles de concessão: luz, gás, água, telefone, telégrafo, aquilo tudo que nós falamos. Bom, e agora se cria a junta administrativa, que poderia ter quatro a seis membros, dependendo do tamanho, do porte da Caixa, do número de segurados, ela podia ter de quatro a seis membros. Metade designada pela empresa, quer dizer, a própria empresa designava dois ou três, e a metade eleita pelo pessoal, escolhida, pelo pessoal. Dentre eles um era eleito presidente da junta e havia ainda dois suplentes de cada categoria. As decisões, tanto depois da lei 5.109, que é essa que estendeu às Caixas, à legislação da Caixa, ao pessoal marítimo, acústico e de porto. Como agora os recursos seriam examinados, teriam interpostos, perante o Conselho Nacional do Trabalho, agora é o Conselho Nacional do Trabalho que foi criado em 1923. Já vamos chegar lá. Depois vem a Lei 3.939 de [19]41, que modifica de novo a administração das Caixas, nós já vimos isso, agora passa o Presidente a ser escolhido pelo Presidente da República e aquela junta vira Conselho Fiscal.

LO - Bem, vamos virar logo a fita aqui.

PC - Está.

Fita 13 - Lado B

NM - Pronto, o senhor já pode começar.

PC - Bom e ainda o Conselho Fiscal rever os atos do Presidente, de concessão de benefícios e tudo, com recurso para o Conselho Nacional do Trabalho. Finalmente, com

a lei 593, vem aquela administração, a última. Que era um presidente nomeado pelo Presidente da República, um conselho deliberativo de quatro a seis membros, sendo representantes de empregados por indicação, do Conselho deliberativo e as decisões do Conselho seriam revistas pelo Conselho de Recursos de onde ele saiu. Em 1923 aparece o Decreto 16.027, que cria o Conselho Nacional do Trabalho. Veja, Lei Eloy Chaves de janeiro, logo depois, creio que março ou abril, parece que abril, vem esse decreto criando o Conselho Nacional do Trabalho. O Conselho Nacional era um órgão consultivo dos poderes públicos. Estava subordinado ao Ministério da Agricultura, porque na época o Ministério era da Agricultura, Indústria e Comércio. Então, como agora, vai se ver essa parte, então ele estava subordinado ao Ministério da Agricultura, e as atribuições dele, do Conselho eram: examinar e propor medidas e fiscalizar jornada de trabalho, sistema de remuneração, conciliação e arbitragem, fiscalização de acidentes de trabalho, orientação, e pela primeira vez se usa essa palavra no Brasil, orientação dos seguros sociais e fiscalizar as Caixas de Aposentadorias e Pensões, porque é evidente, as Caixas estão criadas, como ainda não se fala em autarquias na realidade são autarquias, patrimônio próprio, administração própria, mas tinha que ter alguém para fiscalizar essa maneira de atuar e de utilizar o patrimônio. Então, era o conselho Nacional do Trabalho que fazia isso. Ele era composto de 12 membros, do Conselho escolhidos pelo Presidente da República, sendo dois operários, dois representantes dos operários de empregadores, mas usava o termo operário, dois representantes dos patrões, dois altos funcionários do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e seis pessoas de reconhecida competência, não se diz em que, mas admite-se que seja isso aí. Houve até para lembrar o primeiro presidente do Conselho Nacional do Trabalho, foi o senhor chamado Ildelfonso Albano, que era um homem muito ligado às ideias de cooperativa, Ildelfonso Albano, e o segundo foi apenas o senhor Ataulfo de Paiva, que acabou Ministro do Supremo Tribunal, era pretor nessa ocasião, a justiça se dividia em pretorias e varas. Ele pretor e acabou nome de avenida, Ataulfo de Paiva e membro de Academia de Letras.

LO - Ele não estava vivo não? O Ataulfo?

PC - Não, isso tudo já, bom, eu, em 1923 ele já era pretor, acabou Ministro Supremo, membro da Academia de Letras. Nunca publicou nenhum livro, mas acabou ministro.

LO - Traição, não é?

PC - É, bom, muito bem. Em 1928 modifica-se um pouco este conselho pelo Decreto 1.874 de [19]28, ele continua como órgão de estudo de problemas de economia, de economia social, fala-se agora em economia social, organização do Trabalho, organização da Previdência Social, fiscalização das empresas de seguros de acidente de trabalho, dos recursos da Caixa e as decisões do conselho, quando o conselho tomasse uma decisão, ela era susceptível de embargo pelo próprio conselho. Bom, então aparece a figura do embargo, quer dizer, Recurso do recurso. Bom, a composição era igual, 12 membros. Mas agora junto ao Conselho Nacional do Trabalho, cria-se o cargo agora do procurador-geral, então o conselho já tem agora um órgão de jurídico.

LO - Procurador-Geral do ministério ou do conselho?

PC - Não, procurador-geral do conselho.

LO - Do conselho.

PC - Já tem um procurador-geral, quer dizer, já está se dando uma feição jurisdicional ao conselho, agora com um representante jurídico, um órgão jurídico, o procurador-geral do Conselho Nacional do Trabalho, que daria pareceres nos processos, ou verbais ou por escrito, que seriam submetidos ao conselho. Em [19]32, depois do Decreto 20.465, o famoso de [19]31 reexamina-se a posição do conselho, com o Decreto 20.886 de [19]32. Agora, a composição continua a mesma, o mesmo número de membros, mas criam-se serviços no Conselho. O Conselho já não é mais apenas um órgão de decisão jurisdicional ele já tem agora uma parte administrativa muito importante. Então agora tem um procurador geral e dois adjuntos de procurador, mas tem um atuário, quer dizer, aparece a figura do atuário dentro do Conselho. Tem um inspetor geral e dois inspetores de caixas, que são inspetores de Previdência. Que mais tarde vão ter este nome de inspetores de Previdência. Tem três inspetores médicos das Caixas, porque agora as Caixas estão dando também assistência médica, então vai ter três inspetores médicos. Tem um inspetor e seis fiscais dos serviços de nacionalização do trabalho, e tem um engenheiro fiscal e um engenheiro fiscal ajudante especializado em construções, quer dizer, já começa agora a se cuidar da construção de imóveis para segurados de Caixa. Em 1934 faz-se um novo regulamento no Conselho Nacional do Trabalho, agora ele passa a ter 18 membros, todos escolhidos pelo Presidente da República, sendo quatro representantes de empregados e quatro representantes de empregadores. O governo solicita às associações representativas, aos sindicatos a indicação de 12 nomes, 12 nomes de empregados, 12 nomes de empregadores. Desses 12, ele escolhia quatro: quatro de empregados, quatro de empregadores, quatro funcionários graduados do Ministério do Trabalho e seis pessoas de notórios conhecimentos. Ficavam no cargo enquanto bem servissem, quer dizer, não havia mandato com tempo determinado. Era um órgão consultivo, era um órgão de fiscalização das administrações dos institutos de Caixa, e como tribunal estavam divididos em três câmaras, que decidiam as questões na primeira, numa primeira instância, e dessas câmaras havia recurso para o Conselho Pleno, agora o Conselho Pleno, todas as câmaras. Das decisões, e isso é muito importante para a coisa que nós vamos falar depois, das decisões do Conselho Pleno, cabia recurso para o ministro, quer dizer, um ministro passou a ser uma instância recursal, em caso de desempate, quando fosse a decisão por voto de desempate, quando a decisão contrariasse lei, disposição expressa de lei ou quando ela fosse divergente de decisões já anteriores. Então, eram os recursos de infringência e recursos de divergência para a instância ministerial. Ainda ele tinha, o conselho, tinha uma função de tribunal arbitral nos dissídios entre empregados e empregadores na parte de Justiça do Trabalho, Direito do Trabalho e recurso, os recursos das Caixas. Em [19]39, nova organização do conselho, agora dezenove membros: quatro empregados, quatro empregadores, quatro funcionários do Ministério do Trabalho, sete pessoas de notório conhecimento, dos quais uma ia ser presidente designado pelo Presidente da República. E agora, ele, invés de três câmaras, ele passa a ter duas: Câmara de Justiça do Trabalho e Câmara de Previdência Social. É daqui que vai sair a Justiça do Trabalho, compreende? Daqui vai nascer a Justiça do Trabalho. A Câmara de Previdência vai julgar recursos dos institutos, propostas orçamentárias, relatórios de tomadas de contas e aprovar as eleições das juntas e Conselhos de Administração dos institutos de Caixa. O Conselho Pleno toma o conhecimento dos recursos interpostos das decisões das câmaras e agora a procuradoria, aquela procuradoriazinha, divide-se em duas: uma Procuradoria da Justiça do Trabalho e uma Procuradoria da Previdência Social, quer dizer, procuradores daqueles órgãos do Conselho Nacional do Trabalho, que mais tarde vão ser todos eles procuradores da Justiça do Trabalho. Em [19]40, de novo, uma alteração na organização do conselho: um presidente nomeado em comissão, dezoito membros, quatro representantes de empregado, quatro representantes de empregadores,

quatro funcionários do Ministério do Trabalho e seis de notório saber, dos quais quatro têm que ser bacharéis em Direito. Já está se metendo bacharel em Direito aí. E mais, os representantes de empregado e empregador só podiam ser brasileiros natos e tinham que ter pelo menos dois anos no exercício da profissão, competência idêntica à anterior. Decreto de 1941 regula competência, julgamentos, processos em curso, então se decide como é que vai fazer. Bem, em [19]41 ainda, por causa da criação da Justiça do Trabalho, o conselho desaparece com este nome e passa a existir uma Câmara de Previdência, que era o órgão julgador dos recursos de Caixas e institutos. Em [19]46 as Câmaras de Previdência transformam-se em Conselho Superior da Previdência Social, com nove membros: dois de empregados, dois de empregador, dois funcionários do Ministério do Trabalho, três de notórios conhecimentos. E finalmente em [19]67, nós vamos ter esta Câmara de Previdência, transformada em Conselho Superior, Conselho de Recursos da Previdência Social. Agora, repare o seguinte: até aí, até a existência do Conselho Superior de Previdência, o Ministro era órgão competente para conhecer dos recursos das decisões do conselho. A partir de [19]67, com a criação do Conselho de Recursos, acaba a instância ministerial. Da decisão de Conselho de Recursos ela é última e definitiva instância. Então não cabe mais recurso para o conselho, para o ministro, fica apenas a figura da advocatária, que é uma maneira de havendo erro numa decisão, pedir-se ao ministro que se avoque este processo para que se reexamine. Então, é essa volta toda que se dá para chegar ao Conselho de Recursos.

LO - Eu gostaria só de citar uma dúvida. O Conselho Superior da Previdência Social já era um Conselho de Recursos?

PC - Sim, ele era...

LO - Como um Conselho de Recursos?

PC - Não, funcionava, porque isso desde o Conselho Nacional do Trabalho, desde o princípio. Desde o princípio das decisões dos institutos de Caixas, cabiam recursos.

NM - Agora, no caso do Conselho Superior da Previdência Social pós [19]60, quer dizer, pós a introdução das Juntas de Julgamento e Revisão a atuação do conselho não fica limitada pela associação das juntas, quer dizer, não interfere?

PC - Sim, aí acontece o seguinte: vai se recorrer a um conselho das decisões das Juntas de Julgamento e Revisão, das JJR, da mesma maneira que hoje se recorre ao Conselho de Recurso das decisões das Juntas de Recursos da Previdência Social, porque as JJR viraram o quê? JRPS, compreende?

LO - Apenas foram tiradas as representações paritárias e transformadas. Deixou de ser representante.

PC - Não, continua. As Juntas de Julgamento e Revisão tinham um representante de empregado e um representante de empregador, não é? E um nomeado pelo governo, que era o delegado. A JJR, isso era a JJR, a JRPS, passou a ter a seguinte composição: dois representantes de governo, nomeados pelo Presidente da República, um representante de empregado e um representante de empregador, compreendeu? E agora tudo isso num conselho. O que é que tem, se tem num conselho, é uma projeção disso. Um determinado número de representantes, o conselho formado por um determinado número. Esse número

dividido sempre igualmente da seguinte maneira, igualmente da seguinte, dois representantes de governo, um representante de empregado, um representante de empregador. Isso forma o quê? Uma turma. A soma de turmas dá grupo de turmas, para onde se vai o presidente do conselho, hoje ele só tem funções administrativas.

NM - Um conselho com tal força, dava margens a manobras políticas, a manobras de grupos, no sentido de interceder para nomear pessoas que representassem as suas opiniões, os seus desejos.

PC - Bem, no período, eu admito que haja isso, eu admito é bem possível que um deputado de um determinado, ou um senador ou um presidente de partido, vá ao Presidente da República ou ao Ministro e reivindique para o seu partido, fulano, beltrano para si mesmo. Na época em que eu fui presidente do conselho, que era uma época de ditadura, não é? Era o Ministro que levava ao Presidente da República e depois nem mais levava ao Presidente da República, era ele próprio que designava os membros do conselho e até o presidente do conselho. Eu, por exemplo, eu fui nomeado membro do conselho, pelo Presidente da República. Quem levou o meu nome? O Ministro Passarinho. Agora, era da alçada do Ministro Passarinho escolher o presidente. Então, escolheu. Eu fiquei como presidente. Então escolheu. Então eu fiquei como presidente do conselho. Então, quer dizer, dei essa ideia a vocês. Então a coisa, de novo a gente revendo, o seguinte: a princípio das decisões de Caixa e quando só havia a Caixa, havia recurso para o Conselho Nacional de Trabalho, admitiu-se o departamento, quando fosse criado se enquanto não fosse era um Juiz Civil da comarca, depois Conselho Nacional do Trabalho, criado em [19]23, então, decisão lá. Mais tarde esse conselho Nacional do Trabalho é dividido em três câmaras, que vai resolver problemas de dissídios trabalhistas, empregado e empregador, e vai também resolver problemas de Previdência Social. Depois se acabam as três câmaras e ficam duas: Câmara de Justiça e Câmara de Previdência Social, mas as decisões das câmaras, elas não eram definitivas, elas tinham recurso para o Pleno. Então reunia a câmara, as três câmaras, quando era época das três câmaras, ou quando tempo de câmara, de justiça e câmara de Previdência, as duas câmaras formavam o Conselho Pleno e dessas decisões havia recursos para o Ministro. A última instância era o Ministro. Quando se cria a justiça do trabalho e que vai aparecer o Conselho Superior da Previdência, porque a parte trabalhista sai daí, o Conselho Nacional do Trabalho fica apenas com uma função administrativa de através dos seus inspetores fiscalizar os institutos. Agora, a câmara, o Conselho Superior de Previdência é que é o órgão jurisdicional, é o Tribunal administrativo, para a gente falar em linguagem que fica mais fácil de entender, porque nós não temos no Brasil o contencioso administrativo. A Constituição admite a existência do contencioso administrativo. Mas o contencioso administrativo é uma coisa importantíssima na França, por exemplo. E nós vamos ter que acabar nisto, este Conselho de Recursos que está aí, isso vai ter que acabar evidentemente num contencioso administrativo. Agora, o que é preciso é que este contencioso administrativo, como nenhum direito individual, isso na Constituição de todos os povos do mundo, pode deixar de ser apreciado pelo Judiciário, o contencioso administrativo não esgota, porque pode haver recurso para uma justiça. Vejam, por exemplo, que na França praticamente todas as decisões de um contencioso administrativo são objetos de exame pela corte de cassação. É a famosa corte de cassação que examina os recursos. Então nós teríamos que ter aqui no Brasil, a meu ver, o importante era que o Tribunal Federal de Recursos se dividisse também por regiões, porque a coisa chegou a um ponto tal que não há como o sujeito esperar decisão rápida do Tribunal Federal de Recursos, pois a gente já não tem mais decisão rápida dos juízes federais. Quando se criaram os juízes federais

entrava-se com uma petição hoje, daqui a seis meses nós tínhamos uma decisão, quatro meses, cinco meses, era dilação probatória apenas e estava com a decisão, quer dizer, nós temos uma justiça emperrada. Então, precisa-se desemperrar isso, de qualquer maneira, não é? Então, veja bem, eu tenho uma pretensão hoje. A minha pretensão vai bater, eu vou requerer contra o instituto onde? No Juiz da federal. Bem, aí leva dois anos, porque o juiz federal ele não dá vazão. Dois anos depois ele vai para o Tribunal Federal de Recursos, leva quanto? Mais dois anos? Então, daqui a quatro anos é que eu vou ter o meu direito assegurado, que tem que ser executada a decisão do Tribunal Federal de Recursos, mas que é suscetível ainda de um recurso extraordinário para o Supremo, que daqui a pouco pode cair tudo. Eu já vi sujeito ganhar tudo e perder no recurso extraordinário. Então, esta maneira de se fazer justiça no Brasil está se transformando numa injustiça, porque há um velho princípio que diz que: “A justiça que demora é injustiça”, porque na realidade o sujeito sofre na pele. Veja bem, uma criatura pede pensão. Então, já o INPS demora um pouco e tal, está, agilizou bastante, mas ainda demora. Bem, agora vai para a junta, mas a junta de Recursos também demora. Então, depois vai para o Conselho de Recursos. A criatura está indo nessa fase administrativa porque é gratuita e demora um pouco menos, mas se perde lá no Conselho de Recursos. Vai começar tudo na Vara Federal. Então tem que ser o quê? Um contencioso administrativo de maneira que a decisão final do contencioso administrativo seja julgada por um Tribunal de Recursos.

NM - Senhor Paulo, e que tipo de processos apareciam no conselho?

PC - Tudo que você imaginar.

NM - Por exemplo, existiam queixas, reclamações?

PC - Não, queixas, reclamações não. O conselho ele tinha que ser, ter sido decidido, num instituto com recurso para junta ou sido, no caso de não, de ainda não ser JRPS, com revisão da junta. Então, na decisão da junta é que cabiam recursos para o conselho.

NM - Para o conselho certo?

PC - Agora, sobretudo quanto era assunto.

NM - E sobre assistência médica?

PC - Assistência médica é em geral reembolso, quer dizer, um camarada que tinha um negócio qualquer e na localidade ele é médico da instituição, não tinha convênio. Então, ele ia se socorrer num médico. O médico cobrava, aí o instituto não queria pagar. “Ah, porque não tinha, porque tinha que haver prévio, prévia autorização do instituto.” Mas um sujeito com um enfarte na porta de um hospital, não tem que ter prévia autorização de coisa nenhuma. Bem, por outro lado, como quase não havia convênios, o que é que acontecia? Médico ou instituição cobrava o preço que queria, mas o Instituto só pagava a tabela. Então o sujeito tinha que responder pelo restante.

NM - E os empresários da área de saúde, também reivindicaram, reclamaram ao conselho?

PC - Empresários da área de saúde. Não, pelo seguinte, não havia muito disso, porque o empresário da área de saúde ele fazia um contrato com o instituto e o conselho não tinha nada a ver com o contrato. O conselho era tribunal. Parecia. O conselho poderia, por exemplo, para a área de saúde, podia haver o seguinte: o instituto, uma casa de saúde não está pagando contribuição para o instituto, não está recolhendo. O instituto ia, multava, ele aí recorria da multa, porque as empresas podem recorrer também para o Conselho de Recursos. Não é só o segurado ou o dependente, a empresa também pode recorrer de quê? De todos os atos que o instituto impunha a ela e que caiba recurso de acordo com a lei. Então, ela vai e recorre. É o caso da multa, por exemplo, típica, da contribuição indevida. Pode haver o instituto achar que tal coisa é devida e o empregador achar que não é. O famoso caso, por exemplo, da contribuição, sobre aviso prévio. Aviso prévio é ou não é salário? Minha tese é salário, é uma substituição do salário, não é? Tanto assim que quando você dá o aviso prévio em termo de tempo, você não desconta aquelas duas horas. Quando você dá o aviso prévio em termo de dinheiro, você dá o aviso por quê? Para que o indivíduo tenha...

LO - Um mês.

PC - Um mês, então é salário. Bem, durante um certo tempo eu ganhei isso, depois perdi. Eu como procurador achava que era salário. E acabou havendo um parecer do então consultor jurídico do Ministério, que achou que eu estava com a razão, mais tarde se foi modificando, achavam que eu não estava com a razão. Perfeito.

LO - Foi o consultor jurídico do Ministério que era o Dão Silveira?

PC - Era o Mártires...

LO - Mártires Coelho.

PC - Mártires Coelho. Aliás, é um negócio curioso. Isso é para depois. Deixa para lá. Em 1900 o Mártires Coelho, houve uma fase dentro de um bom senso que ele apoiou a minha tese de que aviso prévio é salário. É uma substituição do salário, uma antecipação do salário, para substituir um mês que o sujeito vai ficar sem ganhar dinheiro. Bem, mas então, você veja. Eu tive à mão, uma ocasião, por exemplo, que eu dei um parecer que eu poderia ir acabar batendo no Conselho de Recursos.

LO - Eu vou trocar a fita.

Fita 14 – Lado A

PC - Mas vejam que coisa curiosa: os laboratórios Roche, já que a gente está falando em Medicina vamos meter o laboratório Roche aí nesse negócio. Os laboratórios Roche completaram 50 anos de existência no Brasil, e resolveram dar um prêmio aos seus empregados, em dinheiro; aí já existia o IAPAS, o IAPAS vai lá e “lept!” Manda cobrar contribuição sobre esse negócio. Bem, aí o processo vai à Procuradoria do IAPAS, Procuradoria Regional, parecer achando que estava perfeito. Vai à Procuradoria Geral, a Procuradoria Geral resolve ouvir o procurador geral do INPS, que como já estava em... Procurador Geral só agora, eu falaria. E eu dei o meu parecer achando que não tinha que cobrar coisa nenhuma. Então, fiz uma série de exemplos: imaginemos, por exemplo, que

uma empresa resolva dar um prêmio a todos os seus empregados, que casem, prêmio esse representando uma viagem de lua de mel. Como é que vão cobrar contribuição? É prêmio, ou não é prêmio? É prêmio. Imaginemos que o laboratório Roche em vez de dar uma importância em dinheiro tivesse dado uma jarra de porcelana chinesa a cada empregado. Os empregados ricos sabiam onde iam botar a jarra. O empregado pobre para que me dera essa, que eu não tenho nem lugar para botar? Bem, então vamos vender. Recebi o dinheiro, muito bem, e agora? Vai cobrar contribuição? Então, não podia. Agora, vamos imaginar, vamos admitir, que eu tivesse dado um parecer no sentido de cobrar a contribuição. O laboratório Roche podia recorrer. Para quem? Para o conselho de República, ir à República. Então, a empresa pode recorrer tranquilamente, desde que afete os seus direitos estabelecidos dentro da Consolidação da Lei da Previdência Social. Que mais?

LO - Ainda sobre o Conselho de Recursos da Previdência Social. O senhor como Presidente do Conselho de Recursos, o senhor teve uma passagem atribulada, pelo menos um final atribulado e acaba sendo afastado. Eu gostaria que o senhor nos contasse esse...

PC - Perfeito. Bem, eu não diria atribulado. Eu sou um sujeito muito tranquilo, ouviu, nas minhas saídas. Eu fico atribulado, ouviu? Nas minhas permanências, porque eu quero que as coisas andem, viu? Eu sou um sujeito simpaticotônico. Devo ter uma tireoide funcionando, aliás, pelo meu biótipo você vê que eu sou hipertiroideu de modo que eu sou um sujeito apressado, viu? Eu mesmo costumo dizer: eu acho que eu fui feito às pressas, porque eu estou sempre correndo, bom. Agora, num serviço público existe para mim um negócio, é o serviço público. Eu não tenho amigos nem inimigos no serviço público, eu tenho o serviço público. E na Previdência Social eu tenho mais do que o serviço público, aí eu divido a coisa assim: eu tenho a instituição, o órgão que eu esteja dirigindo, mas eu tenho uma massa de aflitos, então essa massa de aflitos eu tenho que atender de alguma forma até onde for possível, e até cometendo uma ilegalidade. Isso eu confesso, quem quiser me atirar pedra, me botar na cadeia. É verdade que já estão prescritos esses crimes. O do Michael Frank parece que já está, quanto mais esse. Bem, vou mostrar a você uma ilegalidade que eu cometi como presidente do Conselho Geral, ilegalidade, arbitrariedade, deem o nome que quiser. Certa feita eu recebo uma carta de um pastor protestante aí de um lugar qualquer lá do Paraná, pedindo para que fosse dada uma decisão rápida a um caso de uma mulher cujo nome é Carmem Cabral Ricardo, Cabral que é o meu sobrenome, mas não é minha parenta. Bom, eu mando buscar o processo, dou uma lida no processo, e na mesma hora botei, dei uma prioridade a esse processo, para que ele fosse julgado pelo Pleno. Caiu na mão de um determinado conselheiro. E na hora do julgamento, me pareceu inclusive que era muito simples, porque ela já tinha ganhado na turma para o conselho, no conselho ela tinha ganhado, na turma, e no momento em que o relator estava dando o voto dele, fazendo o relatório, neste momento havia um caso meio grave, que o secretário estava me falando aqui do lado, de modo que quando o relator, dizendo assim: “Não conheço do recurso pro intempestivo, e tal. E os votos foram todos de acordo com o relator. Eu cheguei à conclusão que se ela tinha ganhado na turma, e o recurso seria do INPS, ele não conhecia como intempestivo, então, tão logo eu terminei a seção, eu passei um telegrama para o tal pastor comunicando a ele que o caso tinha sido decidido favoravelmente à mulher. Bem, deixa que a essa altura eu não estava com o nome da mulher na cabeça. Como estou hoje, tantos anos passados e eu estou lembrando, mas é que os detalhes fizeram com que o nome da mulher não saísse mais da minha cuca. Bom, aí naturalmente assinei os acórdãos todos daquela seção, e tal. Dava uma lida assim, leitura dinâmica. Bom, de repente eu recebo um cartão

do pastor, dizendo que devia estar havendo um erro, um erro grave, porque eu tinha passado um telegrama para ele dizendo que a dona Carmem tinha recebido, tinha ganhado a questão, e o processo tinha chegado lá, e ela tinha perdido. Bem, eu aí entrei em parafuso, quer dizer, eu fiz uma besteira. Mandeí buscar o processo. Examinei o processo e verifiquei que a coisa era a seguinte: agora, vocês vejam a dramaticidade deste caso: havia um homem que tinha uma carroça em uma cidade do interior lá do Paraná. Certo dia, com essa carroça ele vivia, ele era um carroceiro de frete. Certo dia este homem vai atravessar a linha do trem, um trem vem vindo, o burro empaca, ele começa a puxar o burro, o burro não sai, ele começa a empurrar a carroça, porque ele tinha que defender a carroça. A carroça era o meio de vida dele e da família, não é verdade? E ele consegue empurrar burro e carroça, mas ele fica na linha do trem, e o trem corta-lhe as pernas. Bom, então está salvo o instrumento de trabalho. E está perdido o homem que trabalhava, que fica sem as pernas, mas se salva. Por azar, podia ter morrido logo. Salvou-se, é. Aí a mulher dele vai substituí-lo neste trabalho, quer dizer, vai ser carroceira de frete. Ora, é um negócio! Quando eu atentei para este processo, essa história, porque eu no princípio vi o processo assim, apenas para mandar... Eu não tinha nada que fazer, eu não era relator de processo. Vocês já pensaram, o que é uma mulher ser carroceira de frete? Quer dizer, encher uma carroça de troço, de badulaque, de sei lá de que, e puxar um burro, é um negócio inconcebível. Não é verdade? Que para a gente que vive numa cidade não pode conceber um troço desse de jeito nenhum. Pois muito bem, então, essa mulher tirou uma licença na inspetoria de veículos da localidade substituindo o marido, que agora está sem perna dentro de casa. Então, ela tem que trabalhar em casa, porque tem que fazer comida para os filhos. E tem que fazer frete. Durante cinco anos essa mulher pagou Previdência Social, era autônoma do antigo IAPTEC. Então, o processo dela começa assim: num determinado instante ela tem que fazer uma operação, e parece que a operação tinha gravidade, porque ela ficou internada num hospital mais ou menos uns dois meses. Então, ela requer a aposentadoria dela, porque aquela operação ia torná-la incapaz para fazer aquele trabalho. O instituto nega. Ela recorre então a alguém, fez uma petição para ela, e ela botou o dedo, ou assinou, qualquer coisa assim, para a junta, mas ela está internada e a junta nega a ela, e ela recebe a comunicação dentro do hospital, e recorre para o conselho 31 dias depois da decisão da junta da JJR, o prazo é de trinta dias. Quando chega na turma, a turma resolve relevar esse um dia, então dá provimento ao recurso dela. Quando chega no Pleno o relator examina o processo, e vê que ela tinha passado de um dia, então nega, porque ela estava pedindo por intempestivo, compreende? Pela preliminar da intempestividade do recurso para a turma. Bem, era intempestivo. Eu aí telefonei para esse pastor. Eu digo: “Me diga uma coisa: eu já vi aqui nesse caso dessa dona, que ela teve vários auxílios-doença. O que foi? O que aconteceu nesses auxílios-doença? Ele disse: “Não, doutor, o negócio é o seguinte: É que essa mulher de vez em quando ela tem que ser internada, porque ela tem um negócio qualquer de cabeça, fica meia pinel, e tal.” Eu digo: “Bem, então o senhor me faça uma coisa, o senhor me pega um atestado desse hospital onde ela se interna dizendo o que ela tem.” E me vem um atestado, me demonstrando o seguinte: que essa mulher sofria de uma doença mental, psicose maníaco-depressiva, quer dizer, ela tinha períodos... Bem, períodos de excitação, períodos de depressão, e era uma psicótica maníaco-depressiva, indiscutivelmente, estava vendo na ficha. Diante disso eu preparei, aí a minha ilegalidade, a advocatória dela para o ministro, mostrando, viu? Que o instituto, que o conselho de recursos tinha decidido erradamente, porque para uma pessoa que tinha, que sofria de psicose maníaco-depressiva, viu? Não podia haver contagem de prazo. É incapaz para os atos da vida civil, embora tivesse que trabalhar para ganhar a vida. Então peguei isto, mandei bater à máquina num papel que não era timbrado, mandei para lá para que ela fizesse, ela assinasse, e juntasse ao

processo, bem. Então, juntou-se ao processo, o processo veio, o consultor jurídico do Ministério ele mandou que reformasse. Então, aquele pouquinho que eu tinha dito a respeito dela, eu agora desenvolvi mais, quer dizer, agora mostrando que realmente o conselho tinha errado, porque nós estávamos diante de uma pessoa que não podia mais usar os seus instrumentos de avaliação. E isto deu em resultado, o consultor jurídico do Ministério, que já vinha acompanhando mais ou menos a minha atividade, ter dado um parecer...

LO - O consultor jurídico era o Mártires Coelho?

PC - Não, não, era o Marcelo Pimentel. Então, num determinado momento diz o Marcelo Pimentel, que é o seguinte texto processo. Porque realmente eu estudei o processo, e juntei coisas até de psiquiatra, porque eu nunca fiquei lendo só Previdência Social, não, eu tenho meus psiquiatras também, porque de vez em quando eu ia para eles, meus hansenianos. Meus... Doutor... Então, diz o doutor Marcelo o seguinte: “Vale a oportunidade para acentuar o zelo e competência do presidente do conselho de recursos da Previdência Social doutor Paulo Cabral, e deixar consignado, que jamais um titular daquele órgão procurou com tanta atenção e proficiência instruir os processos, a fim de facilitar o julgamento com o Ministro de Estado em grau de advocatória. Sua responsabilidade funcional, seu amor ao trabalho de especial dedicação ao Conselho de Recurso de Previdência Social são efetivamente garantia para o perfeito funcionamento daquele órgão, como só ia acontecer na sua administração profícua.” Este parecer do doutor Marcelo é de junho de [19]70. Ele foi aprovado dia 11 de junho de [19]70, foi aprovado pelo Ministro Julio Barata, no dia 20 de junho de [19]70, e agosto de [19]70 eu não era mais Presidente do Conselho. Quer dizer, então, eu acho que o sujeito fazer essas coisas todas que disse o doutor Marcelo Pimentel, demonstra que o sujeito não pode ser presidente do conselho. Tem que ser outra coisa. Bom, então, vamos ver o que foi que aconteceu aqui. Aconteceu o seguinte: quando eu cheguei na presidência do Conselho o doutor Armando me disse o seguinte: “Olha, Cabral, você recebe aqui o gabinete sem nenhum processo, só tem um processo aí na gaveta, que é um negócio aí de consultoria médica, que o doutor Fioravanti di Piero já falou, e tal, você dá, faz um examinado aí nesse processo. Bem, eu abro o processo e verifico o seguinte: Quando o doutor Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva assumiu o ministério, não sei por que houve um pedido de informações ao então consultor médico, estávamos na época que era Conselho Superior de Previdência Social. Prestem bem atenção nisso, que isso é muito importante. Última escala no grau recursal era o ministro, e o consultor médico ele estava subordinado ao ministro, portanto ele era um homem de gabinete do ministro. Então, nessa época o chefe de gabinete, ou o Ministro de Estado, não sei qual deles, mandou perguntar se era verdade, que na consultoria médica havia sete mil processos parados, ou atrasados, e quantos médicos, de quantos médicos dispunha o órgão. Quer dizer, nesta época eu não era coisa nenhuma de Conselho de Recursos, eu era presidente do IAPFESP. A informação do doutor consultor era de que o número de processos não era de sete mil, era de 10.347; e que ele contava com 25 médicos, e que em média cada médico dava semanalmente 65 pareceres. Bom, não sei por que não sei se o ministro concordou. Mas o ministro fez uma portaria, a Portaria 53 de [19]67 fixando em dez o número de médicos da consultoria médica, de 25 baixou para dez, e mais: pela Portaria 800 o senhor Ministro do Trabalho, a meu ver, desceu até das culminâncias em que estava colocado, para através dessa portaria dar uma orientação ao consultor médico de como devia ser feito o serviço lá, isso consta da portaria. Quando assume o Ministro Passarinho, o doutor consultor médico dirige-se ao ministro e diz, não vou dizer que seja textual isso que eu vou dizer

aqui, e eu estou lendo agora. Estou comendo à mão: em abril de [19]67 o doutor consultor médico, embora declarando que, em seu entender poderia dirigir-se diretamente ao Ministro de Estado, ou ao Presidente do CRPS por funcionar junto ao órgão a consultoria médica, optava entre as duas alternativas em encaminhar sua exposição ao Presidente do Conselho de Recursos, afirmando, sobre aspas “O bom senso e a compreensão exata aconselham, entretanto a participação da consultoria médica na vida administrativa do conselho ao qual está vinculada, e com a qual constitui um todo”. Fecha aspas. Então, sugeria o doutor consultor médico, que aquela Portaria 53/[19]67 fosse modificada. O processo vem ao Presidente do INPS, do Conselho de Recursos, o presidente do conselho achou que o número de médicos de dez era ineficiente, era insuficiente, mas que também os 21, que agora o consultor médico estava pleiteando não devia ser, era demais. Bem, então... E discutia-se muito nos autos se essa Portaria de 10 devia ser mantida, ou não devia ser mantida. Isto é [19]67 e eu não tenho nada com o conselho de recurso, porque eu só entro no Conselho de Recurso em fins de [19]68. Aí pegando este processo, agora eu remeti o processo ao consultor médico para que ele atualizasse o processo. Negócio que tinha começado, não tinha começado na minha mão. E agora o consultor médico me devolve este processo no dia 12 de fevereiro de [19]69 com a seguinte, entre outras coisas a seguinte expressão: “Confiado no espírito de justiça, compreensão e saber do ilustre presidente do conselho, a quem cabe segundo se depreende dos despachos de forestais a solução do problema.” Ele invocava um despacho do ministro, e dizia que me cabia a mim, porque agora eu era o presidente do conselho, quer dizer, que cabia ao presidente do conselho a solução do problema. Bem, acontece que ele não reproduziu com absoluta fidelidade o despacho do ministro, o ministro não mandava que o presidente do conselho solucionasse o problema, mandava que apreciasse a matéria versada nos autos. Então, apreciar a matéria que está nos autos não é solucionar problema, porque a solução do problema só podia ser do ministro. Se nós estamos diante de uma portaria ministerial contra a qual se insurge o consultor médico, o presidente do conselho não tem nenhuma competência para solucionar problema nenhum. Ele vai apreciar, e foi isso que o ministro mandou: Aprecie a matéria. Então, eu estudei, e a mim me pareceu que tinha havido um choque qualquer, e que estavam decidindo um assunto de importância, já no tempo do Nascimento e Silva, meio emocionalmente. Então, eu ao devolver esse processo ao ministro disse o seguinte, como final: revogação da portaria 53/[19]67, a tal portaria dos débitos, verificação do volume de trabalho da consultoria médica com os 18 com que contavam, porque ela aí já estava com 18, é e isso durante o ano de [19]69. Com os dados obtidos fixasse um número de médicos para a consultoria médica. Eu acho que era a única maneira, porque não é pelo fato de se dizer: “Tem dez mil processos atrasados, tem isso, tem aquilo.” Que eu vou dizer: “Bota 30 médicos, 40 médicos.” Não, eu preciso ter um dado, não é verdade? Então, aí eu pedi, através de um memorando ao senhor consultor médico, que me mandasse mensalmente o volume de trabalho da consultoria médica, especialidade por especialidade. Vejam bem: tudo o que há em matéria de número quem me deu foi o doutor consultor médico. Bom, agora, eu adverti ao ministro, lembra ministro o seguinte, que se a portaria fosse mantida eu ia cumprir.

LO - A dos dez médicos?

PC - A dos dez médicos. Isto eu cumpriria, fosse quem fosse que aparecesse na minha frente, porque eu estava ali para cumprir. Eu por exemplo, hoje vejo aí no jornal dizerem assim: “Acabou há não sei quantos meses o gabinete do Vice-Presidente da República.” Mas o gabinete do Vice-Presidente da República continua, acabou por um decreto do Presidente da República. Eu não sou militar, não sou coisa nenhuma, eu sou paisano, meio

bagunceiro, meio boêmio, o que quiserem. Agora, em matéria de serviço eu sou um sujeito disciplinado. E tem mais uma coisa, nunca utilizei o serviço público para nada, nada, nada em meu benefício, ou de qualquer pessoa de minha família, ou de qualquer amigo. De maneira nenhuma. Amigos eu os tenho, e tive em quantidade extraordinária. Graças a Deus eu os tive. Mas não foi por isso, que os meus amigos tiveram lugares, não. Tanto assim meu cuidado quando eu entrava num lugar a primeira coisa que eu fazia era deixar o pessoal, eu não mudava ninguém, eu quando fui ser membro, presidente do Conselho de Recursos eu fui advertido para um determinado cidadão, que tinha um cargo de chefia. Chamei a ele, e disse isto: “Fulano, você está no índice, abre o olho. Você vai continuar no lugar, agora abre o olho. Porque se eu te pegar fazendo alguma coisa, você sobra.” Não me deu o menor trabalho. Se era verdade o que estavam dizendo dele eu não sei, não procurei nem apurar se era verdade o que estava para trás. Agora, na minha administração no conselho não fez. Então, eu adverti: “Senhor Ministro, se forem dez, eu vou cumprir a portaria, não tem que talvez. Bom, o processo vai para lá, para o gabinete do ministro que não acolheu a sugestão do presidente absolutamente de deixar os 18, fazemos um levantamento, e em seguida reexaminar essa situação. Ministro mandou que cumprisse a portaria. Aí houve uma opinião lá do chefe do gabinete do ministro achando que podia ser mantido o quantitativo se houvesse necessidade podia se pedir outros médicos do instituto. Bom, mas o próprio consultor médico em face dos dez, e da manutenção da portaria, ele sugeriu, dentro desse processo, que se fizesse a credenciação de méritos quando necessário, quer dizer, pagasse laudos. E eu fui contra, primeiro porque nós não tínhamos...

LO - Espera um instantinho.

Fita 14 - Lado B

LO - Pronto, o senhor já pode continuar.

PC - É. Primeiro...

LO - Muita gente não quis.

PC - Primeiro porque nós não tínhamos... Não, isso aqui vai ter que parar, porque isso aqui é muito comprido, viu? Primeiro porque nós não tínhamos orçamento, quer dizer, eu posso ficar... Primeiro porque nós não tínhamos verbas no orçamento, bem, e segundo porque eu não via por que onerar a União Federal quando estava na Lei que era médico do instituto que vinha fazer exame lá. Bom, aí eu pedi ao diretor médico, ao consultor médico que me indicasse o nome dos médicos que deveriam ser devolvidos para o instituto. Ele me deu os nomes dos médicos, quais os que deveriam voltar, porque ele ia ficar com dez. E eu então, chamei cada médico, e disse: “Olha, vou fazer o seguinte, procure um lugar para você ficar no INPS.” Nesse tempo só existia INPS não existia INAMPS. “Quando você tiver resolvido o problema venha que eu devolvo.” Portanto fui cautelosamente sem atrapalhar a vida de ninguém. Só para fazer um parêntese: quando eu cheguei no Conselho de Recursos, que eu pedi que fizessem um levantamento dos funcionários que existiam, eu dei lá com cerca de dez ou 12 tesoureiros no Conselho de Recursos.

LO - Além dos médicos?

PC - Não. É, não, eu estou fazendo um parêntese, estou saindo agora do médico só para lembrar o seguinte...

LO - Lá no Conselho de Recursos?

PC - É, quando cheguei no Conselho de Recursos...

LO - No conselho, no conselho?

PC - E, no conselho como presidente do conselho eu quis saber o que é que o conselho tinha. E tinha dez ou 12 tesoureiros. Eu digo: “Ué! O conselho não recebe nada, o conselho não paga nada, por que tesoureiro trabalhando no conselho. Naquela época tesoureiro era salário altíssimo. Então, me disseram: “Não, são requisitados”. Chamei todas as pessoas que eram tesoureiros, isso bem antes, eu tinha talvez dois meses de presidente do conselho, e disse o seguinte, eu digo: “Olha, vocês vão me fazer uma gentileza, procurem um lugar para trabalhar lá no INPS, porque eu vou devolver vocês. Porque o conselho não pode absolutamente ter tesoureiro aqui dentro, não pode ter. E isso é desvio de função, está proibido por lei. Então, vocês me desculpem, mas eu vou ter que mandar vocês de volta. Agora, procurem um lugar.” Quatro ou cinco dias depois eu sou procurado por um membro do conselho, aliás um sujeito excepcional, me perguntou: “O Cabral, essa medida que você vai tomar é uma medida de ordem geral?” Eu digo: “É, quem estiver em desvio de função eu vou devolver. Não tem por que ter doze tesoureiros dentro do conselho. Por quê? Qual é o problema?” Ele disse: “Não, é porque você sabe eu sou parente do Ministro Armando Falcão, que é tesoureiro.” “Muito bem, e daí?” “Não, não, nada. Eu queria só saber se a medida é geral, porque ela está muito aflita”. E eu digo: “Não, a medida é geral, cada um arranja o seu lugar, e depois que arranjar o seu lugar vem me dizer para eu mandar de volta.” “Agora, a irmã do senhor Armando Falcão ela é irmã do senhor Armando Falcão da porta do conselho para fora.” Bom, dois dias depois eu cheguei em casa à noite, tinha sido um dia muito atribulado para mim, e encontrei, achei a minha mulher assim, meio esquisita, falando comigo assim, de maneira meio esquisita. De repente ela vira-se para mim, eu perguntei para ela: “O que está havendo? Você está com uma cara assim meio...” Ela disse: “Paulo como é que você vai mandar embora o filho de fulana?” Eu digo: “Eu?” “Não, você vai demitir o filho de fulana.” “Eu demitir? Quem sou eu para demitir, não posso demitir ninguém.” “Não, você vai...” Eu digo: “Não minha filha... O negócio é o seguinte: esta fulana era colega de turma de minha mulher, que estudava com a minha mulher na casa da minha mulher e que, portanto, eu tinha conhecido aluno da escola normal. Que eu tinha conhecido aí por volta dos anos [19]30, ou [19]31, [19]32, [19]33. E que havíamos nos reencontrado porque o filho dela entrou para o Colégio Militar junto com o meu filho. Tenho aqui até uma fotografia, que não pode sair aí na fita. Minha mulher. Ela, meu filho e o filho dela. No dia que entraram para o Colégio Militar. Esta fotografia é do dia seis de maio de 1956, que é o dia de Tomás Coelho, aquele negócio, fundação do Colégio Militar. Bom, isso aqui é o começo da jornada, aqui é o meio. Quando ele passou para o científico, e aqui é o fim da jornada. Bom, esses quatro álbuns aqui são todos dela. Bom, então eu digo: “Não, minha filha, não há nada disso.” Quer dizer, este menino tinha com o pai, tinha conseguido para ele um lugar de tesoureiro do IAPM, quer dizer, colega de turma do meu filho era tesoureiro do IAPM, e o pai botou no conselho depois. Para o filho ser tesoureiro, mas não lidar com dinheiro. Muito bem, vai embora. E foi embora. Quer dizer, não demiti ninguém. Então, minha maneira de agir era esta. Se a lei dizia que eu não podia ter gente com desvio de função. Se eu não tinha porque ter dinheiro, então mandei embora. Então, a portaria tinha

que ser cumprida, e ia ser cumprida. E foi vagarosamente fui mandando um a um até que no dia sete de julho, quer dizer, essas coisas estão correndo entre maio e julho, no dia sete de julho...

LO - De [19]70?

PC - De [19]69.

LO - [19]69.

PC - Eu recebo um memorando número 14.769 do chefe do gabinete do Ministro solicitando a permanência do doutor Armando Marques Mendes no conselho.

LO - Ele era médico.

PC - Ele era médico do INPS...

LO - Consultoria médica.

PC - Lotado na consultoria médica, mas que já tinha ido embora. Agora, estão pedindo que ele continue na consultoria médica. Mas como eram dez fazia o seguinte, encaminhavam também um memorando de remoção da doutora Zilá Porciúncula Coutinho, que estava no CRPS. “Você já tem esses nomes aí? Que estava no CRPS, agora para a Delegacia Regional do Trabalho. Isso porque esta médica de alto valor, aliás, como médica, ela não pertencia ao INPS, ela pertencia ao Ministério do Trabalho. E desde 1967, quando veio o Decreto Lei 72, e depois o Decreto 6.120 se eu não me engano, que é o regulamento do Conselho, só podia ser médico do Conselho de Recursos médico do INPS.

LO - Médico do Conselho de Recursos?

PC - Sim.

LO - Além dos médicos da consultoria.

PC - Não, médicos da consultoria.

LO - Ah! Da consultoria, está certo.

PC - Médico da consultoria. Quando eu falar médico do conselho...

LO - É da consultoria.

PC - É da consultoria. Bom, então vejam bem, de [19]67 a [19]69 o consultor médico doutor Fioravanti di Piero, que, diga-se de passagem, era um grande médico, foi inclusive professor da faculdade de medicina de alta qualificação. Mas o doutor Fioravanti di Piero apesar das suas qualificações intelectuais, ele omitiu do presidente do conselho, do antigo e daquele que estava, que já tinha assumido, do doutor Armando de Oliveira Assis, e do doutor Paulo Cabral, que ele tinha nos quadros da consultoria uma médica da Delegacia Regional do Trabalho, que não podia ter. Então, me parece que ele infringiu a lei que

estava ali, e não foi leal com quem presidiu o Conselho, que não podia saber, o Doutor Armando de Oliveira Assis não podia saber que a Doutora Zilá Porciúncula era do Ministério do Trabalho. Bem, então o Doutor Fioravanti esqueceu, entre aspas, de devolver a doutora Zilá. Agora, com o pedido que veio do gabinete do ministro para ver se podia ficar esse doutor Armando...

LO - Marques.

PC - Armando Marques Mendes no conselho, eu mandei este processo a ele, agora com este pedido e não houve outro jeito senão devolver a doutora Zilá, tal como o pedido do Ministro né? O Memorando do Ministro. Bem, acontece que a Dona Zilá nesta ocasião já estava em licença para tratamento de saúde. E ao ser devolvida à Delegacia, ela não pode ser recebida lá, porque não se pode fazer remoção de... Como é que se diz? O funcional licenciado. Então, o doutor Armando não ficou, apesar do memorando do Ministro, não veio doutor Armando nenhum, Armando fica onde está. Bom, eu inclusive tinha pedido a ele que escolhesse entre um e outro, ele não fez escolha nenhuma, achou que... Ele viu uma possibilidade de botar em vez de dez, 11, essa que é a verdade. Bom, acontece que a consultoria médica estava com 12, os dez médicos, quer dizer, o doutor Armando não veio, mas na realidade a lotação da consultoria médica, os que estavam lotados na consultoria médica não dez, mas 12, apesar estavam lotados 12, porque estava lotado lá o doutor José Vianna de Carvalho, e a doutora Edith Soares Serqueira Lopes ambos com processo de aposentadoria em curso, portanto havia 12 médicos lotados na consultoria médica, porque o processamento de aposentadoria não afasta o servidor das suas funções, de jeito nenhum, nem desobriga de um trabalho a não ser que ele esteja licenciado para tratamento de saúde. Portanto 12 eram os médicos lotados na consultoria médica, continuava o doutor consultor médico a resistir às determinações da Portaria 5367, quer dizer, tinha dez e tinha mais dois, porque o que ele tinha que fazer é ter me dito que tinha dois licenciados, ficar com oito, e quando os dois fossem aposentados preencher com outros dois...

LO - O senhor acredita que isso foi o pomo de discórdia principal entre o consultor médico da Previdência Social e o Conselho de Recursos? E a presidência do Conselho de Recursos?

PC - Não a presidência, mas o presidente do Conselho de Recursos.

LO - Presidente do Conselho de Recursos.

PC - É que o doutor Fioravanti, e isso nós vamos chegar lá, ele era consultor médico do Ministério do Trabalho subordinado ao Ministro, mas ele era subordinado ao Ministro por quê? Porque o ministro era o último degrau da fase recursal, porque na realidade consultoria médica não existia, existia um cargo de consultor médico, essa é que era um cargo de provimento efetivo, que ele organizou chamando médicos. E até eu podia discutir a necessidade ou não da existência de médicos no conselho da consultoria, porque eu nunca vi laudo nenhum assinado por médico nenhum, todos os laudos eram assinados pelo doutor Consultor Médico. Então, a autoria daqueles laudos era de quem? Do doutor Fioravanti. Então, por que médico no conselho? Eu quando chefiar a procuradoria cada procurador dava o seu parecer e assinava embaixo, e eu concordava ou discordava. Era um direito meu, não é? Bem, eu jamais assinei um parecer dado por um colega meu. A autoria intelectual isto é um negócio sagrado, porque isto representa o esforço daquele

funcionário, não sou eu que vou aparecer não, se o parecer dele for melhor ele é que vai aparecer. Eu dei a vocês aquele negócio do... Vocês leram? Não tem pareceres extraordinários, eu ia assumir a autoria daquilo? De jeito nenhum. Cada um deu a sua opinião, disse o que achava e eu preservei a autoria, não era o caso da consultoria médica não, o consultor médico assinava todos os pareceres. E a não ser quando ele estava em férias, eu duvido que aparecesse um laudo assinado por quem quer que seja.

LO - O senhor acha que havia favorecimento de alguns que ficavam sem trabalhar e recebiam, e eram favorecidos. É, eu tenho aqui o nome de alguns médicos. Eram: Antônio Rodrigues Melo, Armando Marques Mendes, Carmem de Alencar Miranda, Celeste de Porace, todos da consultoria médica, Daniel Gonçalves Toledo, Dante Di Piero, Felix Rodrigues, Gerônimo Sousa Leão, Jorge Brandão, Júpiter Euler, Marcelo Martins Ferreira, Marcio Benjamim, Maria Mercedes La Velha, Renato de Lins Covak e Rodrigo Moura Filho. O senhor acredita que alguns desses médicos estivessem lá, por favor, ou por beneficiamento...

PC - Não sei.

LO - É...

PC - Não, eu não posso afirmar isto, eu não posso, eu não posso dar uma opinião nesse sentido, porque, por exemplo, você diz aí, Antônio Rodrigues Melo. Antônio Rodrigues Melo é um dos grandes psiquiatras da Previdência Social. Bem, que inclusive quando eu era chefe da Procuradoria do INPS, do IAPFESP o consultório dele era embaixo do meu gabinete, entendeu? Conheço o doutor Rodrigues Melo como um excepcional médico. O doutor Covak. É...

LO - Renato de Lins Covaks.

PC - Renato de Lins Covaks, que inclusive foi apresentado pelo Egas. É um dos grandes nefrologistas que o Brasil tem, eu sei disso. Então, dizer se esses médicos trabalhavam, se havia trato por influência, se não havia trato por influência eu não posso afirmar, não posso dizer. Eu não posso nem dizer, nem que sim nem que não, o que eu posso dizer, é o que eu tenho, os dados estatísticos que eu tenho. E depois lá no finzinho a gente vai ver, por exemplo, em nove meses um médico dá dois pareceres, não é? Eu acho que a Previdência Social não existe para isso. Vai se dizer assim: Bem, mas é que daquela especialidade só vieram dois processos. Então, não há necessidade da especialidade. Como é que obtenho, por exemplo, em nove meses, segundo dados que me foram fornecidos pelo consultor médicos... De nove meses dois processos de ortopedia. Bem, desses dois processos... Então, esse médico ele deu 0,23 pareceres por mês. Então, não há necessidade dessa especialidade. E me parece, se não me equivoco, que o especialista de ortopedia era um colega meu de turma de colégio, doutor José Vianna de Carvalho. Que depois, o doutor consultor médico pretende fazer um cavalo de batalha numa representação que se fez contra mim ao Ministro em torno da aposentadoria do doutor...

LO - José Viana?

PC - José Viana de Carvalho. Bom, mas nós estávamos então, em que ele tinha dez e mais dois, que estavam com processo de aposentadoria. Portanto ele continuava não querendo cumprir a portaria do presidente, a portaria do ministro. Aí, tendo em vista um despacho

do chefe do gabinete, este processo volta a mim para que eu fizesse um projeto de portaria da seguinte maneira: Toda vez que ficavam os dez, seriam dez, mas quando houvesse alguma especialidade que não tivesse na consultoria médica, o instituto, o conselho, a consultoria médica pediria a manifestação de um médico do INPS, insurgiu-se o doutor Consultor Médico de uma das partes interessadas no litígio, que estaria dando o parecer. É uma maneira de olhar a coisa. Por que eu pergunto: quem eram os médicos do conselho?

LO - Eram médicos da Previdência também.

PC - Eram médicos do instituto.

LO - Do instituto.

PC - Não eram da Previdência, eram do INPS, não é? Então, eu quero saber o seguinte: imaginemos que um presidente de conselho, Presidente do INPS quisesse aposentar um camarada, e soubesse que havia um médico, que não era lá essas coisas de caráter, de coisa, e dissesse: “Você vai dar um parecer favorável.” Daria ou não daria? Ou então: “Você vai dar o parecer contrário.” Daria ou não daria? Porque amanhã esse presidente do INPS podia tirar uma forra em cima desse médico, não é verdade? Então, o conselho teria o seu quadro próprio de peritos, aí perfeitamente, ou então estava sujeito a isso. Como era o caso da assessoria jurídica. Hoje o Conselho de Recursos tem uma assessoria jurídica própria, mas naquele tempo quando eu organizei, de onde vinham os procuradores? Vinha...

LO - Do quadro...

PC - Do quadro do instituto. Agora, pessoas que eu fui escolher a dedo, sabendo, tendo que marretar o instituto marretava, e tendo que marretar a outra parte marretava. Bom, nesse meio tempo como a procuradoria, a assessoria tinha aumentado, dado o volume de serviço, tinha aumentado o número dos seus procuradores através de uma portaria estava com 13, vai o seu consultor médico e obtém do ministro, que fossem 13 também os médicos, e perfeito. Aí vem uma solicitação para que fosse posto lá o doutor Covaks no conselho. Mandeí ao consultor médico, ele concordou, e eu botei. Ele quis botar mais dois, eu digo: “Não, nós agora estamos com 13.” Porque temos os dez da portaria, os dois que estão licenciados, mas estão lotados no conselho, portanto a consultoria médica estava com 12, agora tem 13 bota o doutor Covaks, pronto. Não são 13? Não eram 13? Eu estou com 13. Bom...

LO - Isso já é março de [19]70, não é?

PC - Impossível, aí eu não posso garantir.

LO - O senhor afirma que essa lista que eu li dos médicos é uma lista já a relação dos médicos em [19]74...

PC - Não, isso aí eu já estava longe. São quantos aí?

LO - 15.

PC - 15. Isso aí eu já estou... Bom...

LO - Agora, ele reivindica a entrada do doutor Covaks em março de [19]70.

PC - Bem.

LO - Doutor Paulo Cabral, o que faz com que o ministro opte, quer dizer, a que o senhor atribui a decisão do Ministro de afastá-lo do conselho, mantendo o efetivo, o consultor médico efetivo?

PC - Bem, o consultor médico ele não podia mexer.

LO - O consultor médico ele não podia mexer?

PC - Sim, porque o consultor médico...

LO - Era efetivo.

PC - Era um cargo de provimento efetivo, e o presidente do conselho era um cargo em comissão de escolha. Dentre os membros do conselho podia o presidente, ou podia o ministro escolher A, B ou C. O doutor consultor médico ele, como eu disse, ele fez uma representação ao ministro, que, aliás, parece que vocês têm até uma cópia da representação aí. E depois eu vou dar a vocês uma cópia, já que ele deu a cópia da representação, eu tenho o direito de dar a cópia, que eu não ia dar, viu? Mas eu vou dar a vocês a cópia do que eu disse respondendo ao processo dele. Pelo Decreto 60.120 dizia-se o seguinte: “Funcionará, isso é regimento do conselho, regulamento do conselho. “Funcionará junto ao CRPS a consultoria médica...” Não a consultoria médica não. “Funcionará junto ao CRPS o consultor médico.” Porque a consultoria médica é criada nesse Decreto 60.120. A consultoria médica é incluída na estrutura administrativa do CRPS. Então, o CRPS passa a ter, ele que até então do tempo do Conselho Superior de Previdência Social, a parte jurídica era atendida pelos Procuradores da Justiça do Trabalho, e a parte médica era atendida pelo consultor médico, agora existe uma assessoria jurídica, e existe uma consultoria médica. Chefe da consultoria médica o consultor médico, enquanto ele consultor médico fosse, estivesse na ativa, por exemplo, ele está aposentado: alguém foi nomeado consultor médico? Acho que não. Quer dizer, consultor médico deve ser alguém que exerce o cargo em comissão de consultor médico. Porque hoje até, até os consultores jurídicos são nomeados em comissão, não são mais efetivos. Bem, consultor jurídico de qualquer ministério. Bom, então, o consultor médico “O Consultor Médico” ele foi sempre subordinado ao Ministro, sempre subordinado ao Ministro, mas criada a consultoria médica, fazendo parte da estrutura do conselho de recursos a quem? Ao presidente do conselho, tanto assim, que não era o consultor médico que chamava, que trazia do INPS os médicos, agora não era mais. Ele tinha que solicitar do presidente do conselho, está me faltando o termo, a requisição. Ele indicava o médico, e o presidente do conselho requisitava. Por outro lado, tinha-se criado dois cargos dentro da consultoria médica: o cargo de secretário do consultor médico, e o secretário da consultoria médica, cargos esses de provimento em comissão, escolhidos os seus titulares, indicado seus titulares pelo consultor médico, mas nomeados pelo presidente do conselho...

Data: 18/12/1986

Fita 15 – Lado A

LO - São 18 de dezembro de [19]86, mais uma etapa na residência do doutor Paulo da Silva Cabral, com Luís Octávio e Nílson e essa etapa compreende o projeto Memória da Previdência, convênio Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, INAMPS.

PC - Bem, a gente estava falando sobre aquele problema do consultor médico da Previdência que havia apresentado, havia feito uma representação contra mim ao Ministro da Previdência, ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, Carlos Barcelos. Então ele me acusava de estar infringindo dispositivo de lei de decreto e querer me colocar numa posição, isto é, querer colocar a ele como subordinado do presidente do conselho de recursos. Bem, essa representação chegou às minhas mãos e eu dei as explicações que eu achei que devia dar, mais ou menos longas, inclusive fazendo um levantamento daquele problema da lotação de médicos dentro da consultoria médica. Bem, inclusive mostrando que a gente consultoria médica tinha mais médicos do que precisava. Havia médicos que devam parecer, dois pareceres por ano. Não havia nada que justificasse isso. Bom, quanto à questão de eu querer me colocar acima da lei, eu estava cumprindo era um decreto do Presidente da República. E havia uma infringência da lei por via de um decreto, que na época qual era a diferença entre um decreto e uma lei (risos), se o Presidente baixava decreto lei ou baixava decreto, não é? Aliás, é até uma coisa curiosa até, como dado histórico de velho que pode dar. Quando o doutor Getúlio Vargas entrou no governo, no governo provisório em 1930, ele fechou o congresso, não é? Então aconteceu o seguinte, ele só baixava decreto, o conceito era só de decreto. Então você vai ter decreto nomeando fulano de tal faxineiro e você ver ter decreto criando as Caixas de Aposentadoria e Pensões em 1931, não é? Estendendo, criando os institutos por decreto, quando só podia ser por lei. É que ninguém tinha descoberto ainda o decreto lei, que é uma criação cerebrina do doutor Francisco Campos quando se fez [19]37, porque quando ele fechou o Congresso em [19]37, como é agora, porque quando terminou o governo provisório e houve, como é que se diz? A nova Constituição, a Constituição de [19]34, ao terminar a constituinte, houve necessidade da constituinte aprovar os atos legislativos do Governo Provisório. Foi aí que esses decretos se transformaram em alguma coisa acima do decreto, compreendeu? Bem, porque foram aprovados, agora com a constituição de [19]37, do Estado Novo, já era decreto lei, então você tinha o decreto e o decreto lei, o que era o decreto lei? A lei. Não é verdade. Então, e estamos até hoje, não estão baixando decreto lei aí? Bem, então o que aconteceu foi o Presidente da República que detinha o poder legislativo, ele tinha baixado um decreto lei. Depois ele baixou um decreto. Quem? O próprio Presidente da República. Se esse decreto feriu um pouco o decreto-lei, não havia de ser por isto que eu, como presidente do conselho, deixasse de cumprir o decreto do Presidente da República. (risos) Porque para mim isso o conceito normal. O funcionário não pode, sob alegação de que um ato do Presidente fere uma lei, ele não pode deixar de cumprir o decreto, por que senão nós passamos a ser juizes de quem? Dos atos do Presidente de República, não é? Então a gente só tem duas coisas a fazer, ou a gente chama a atenção da autoridade e lembra, olha aqui, vossa excelência, estou cumprindo o decreto, mas vale a pena examinar porque esse decreto não se coaduna bem com a lei, ou então se a gente não quiser cumprir o decreto, faz uma coisa, levanta, limpa as gavetas, porta da rua é serventia da casa, vai embora, não é verdade? Mas isso era uma coisa, uma nuance boba, porque havia consultoria criada, a consultoria médica foi criada na realidade

por um decreto, ela não foi criada por lei. Então a consultoria médica estava subordinada ao presidente do Conselho e a consultoria médica era dirigida pelo consultor médico. Se antes o consultor médico estava subordinado ao ministro é porque o ministro era uma instância de recurso. E agora o ministro não era mais instância de recurso, de modo que ele tinha que estar subordinado ao presidente do conselho. Nem se podia compreender que houvesse num órgão administrativo duas pessoas, duas autoridades subordinadas ambas ao ministro com o mesmo poder, não tinha sentido, não é? A pirâmide administrativa como é que é? Tem um sujeito lá em cima, depois vem descendo, não é? Então se ele era o consultor médico e a consultoria médica estava subordinada ao presidente do conselho, porque era órgão do conselho, ele praticamente estava subordinado ao presidente do conselho. Não vejo... E, meu Deus do céu, isso de estar subordinado a A ou B, ou a C, isso é muito relativo. A menos que o sujeito queira sempre ser subordinado ao ministro, vai dizer, bem. (falha na gravação) Está subordinado ao ministro, mas ele vai dizer dirigente de um órgão que era subordinado a mim, logo... Então esse eu expliquei isso nessa apresentação, agora, no final o encalda veneno, não é? Ele quis fazer uma intriguinha baixa, viu? Suja, assim dando a entender que eu era um indivíduo que estava defendendo a anarquia que teria existido ou que existiu no governo João Goulart. Ora, o doutor Fioravanti Di Piero, ele serviu a todos os governos desde o dia que em 1942, em plena ditadura ele foi ser consultor médico do ministério e serviu a todos os ministros. E não me parece, eu não tenho nenhuma notícia de nenhum ato, ou de nenhuma atitude do diretor, consultor médico, enfrentando o senhor Ministro do Trabalho, cujo ministro era o João Goulart, era ministro do Trabalho, ou os ministros do Trabalho do tempo do João Goulart senhor Presidente da República. E eu enfrentei. De maneira que para mim, como eu inclusive no final da minha resposta, do meu esclarecimento... Vou até ler esse trechinho que é para não ficar, não quero ler isso tudo não, porque era uma coisa muito ruim.

NM - Isso vai ficar registro. O senhor deu uma cópia para mim.

PC - É eu dei a cópia para vocês, mas só para lembrar isso aqui, o que eu digo é o seguinte: Eu digo que: “Durante toda a minha vida funcional exercendo os mais elevados cargos em uma instituição, nunca vacilei em deixá-los quando o modo de agir dos que eram superiores não se enquadravam nos princípios que sempre nortearam a sua vida particularmente e funcional...”. Eu estou dizendo eu, quem está o respondente aqui. “As revoluções moralizadoras, porque sempre orientadas no sentido de mudar estilos de vida e governo, podem modificar a linha de conduta dos que antes agindo mal temem-na, dos que vacilantes e acomodados não tiveram a devida coragem para enfrentar os erros do passado e após elas sentem um clima de segurança capaz de permitir-lhes que ajam de acordo com os exemplos que recebem. Não modifica, entretanto, os que sempre agiram com altivez e dignidade, não se apegaram a cargos ou postos importantes e que na linha de conduta revolucionária, encontram semelhança na própria conduta pessoal. Permita-me, perdoe-me o doutor consultor jurídico que o atual presidente do conselho declare lisa e diretamente que a revolução de [19]64 não modificou em um só milímetro a trajetória de sua vida. Esteja ou não em cargos ou funções de confiança para onde tem sido levado ou onde tem permanecido sem o mínimo gesto pessoal para isso. Não é sem constrangimento que faço essas afirmações, mas elas são imprescindíveis para que fluídas e capciosas palavras ou juízos não fique sem a devida resposta”. Bom, então eu tenho notícia e já tive notícia através de várias pessoas e durante o tempo todo que o dr. Fioravanti Di Piero se jacta de ter posto para fora o presidente do conselho de recurso. Se ele fez isso, ele fez por linhas transversas, porque quando ele fez a representação ao

ministro, o ministro lendo a representação e lendo as minhas razões, como faltasse ainda algum tempo para eu ir me embora, para eu continuar como presidente do conselho, se ele achasse que eu não tinha explicado direito as minhas atitudes, me exonerava, não é? Uma acusação e uma defesa a gente escolhe, mas se o ministro não me exonerou na hora é que ele deve ter arquivado esse negócio. E eu dei tanta importância a isso que eu nem sei o fim que deu, eu não sei que despacho o ministro deu nesse negócio, não quis me envenenar com besteira, com porcaria. Expliquei e está acabado, agora se o ministro me manteve no cargo das duas a uma, ou o ministro não teve coragem de me botar, de me exonerar, não é? Ou então ele aceitou o que eu disse, se ele não teve coragem o problema é dele, não é meu, não é? Eu tive coragem de fazer o que fiz e dizer o que disse. Bom, isso eu fiz em toda a minha vida. Bom, e aí o ministro me manteve no cargo, não sei de despacho, não tomei conhecimento, agora que eu não fui posto na rua eu não fui. Agora quando chegou o término do meu mandato, isso era direito do ministro. O cargo de presidente do conselho na época, uma vez que havia mandato ele tinha o direito de escolher quem ele quisesse. Que ele podia não me escolher até por uma questão de simpatia pessoal, de acordo, eu não simpatizava com ele e acho que ele não simpatizava comigo. Eu não ia com os métodos dele, é provável que ele não fosse também com os meus métodos, não é? Agora, que eu não ia frequentar gabinete de ministro para fazer média, isso eu não fiz. Eu não frequentei de ministro meu amigo, (risos) quanto mais de ministro que tinha sido dono da esquerda, dono da batalha e depois do Estado Novo foi de DIP, não é? Como jornalista, não, não era meu... Agora, eu joguei aberto, quando tive que dizer as coisas ao presidente, ao diretor, ao consultor jurídico, aí meu Deus do céu, consultor médico, ao dr. Fioravanti Di Piero eu disse, disse por escrito. Dei cópia para vocês aí dos despachos dos meus... Alguns porque tem lá outros, bom, dei. E quando ele fez a representação eu disse o que eu tinha que dizer, pela representação ele não me botou na rua. Então ele deve ter agido sub-repticiamente talvez utilizando processos que ele estivesse habituado a utilizar. Não é a minha regra, não é a minha regra. Eu nunca na minha vida profissional, na minha vida funcional eu tomei uma atitude que não fosse absolutamente franca. E vou mostrar para vocês uma coisa, eu já me referi aí ao dr. Raimundo Lopes Machado, acusado de comunista, não sei o que, processo, eu dei parecer no processo. Não. E depois não publicavam, não publicavam o resultado do processo, quer dizer ficava um sujeito com uma pecha de alguma coisa, todo mundo sabia que tinha havido um inquérito, agora o resultado do inquérito não se publicava. Então, eu a segunda pessoa vice-presidente do conselho, do tempo da junta administrativa, o processo veio para mim e eu opinei no sentido de que fosse publicado na íntegra, tudo, inclusive o meu parecer, que eu não estava dizendo que publicasse só o resultado, não, publica o meu parecer com a responsabilidade que eu assumi no meu parecer. E recebi do dr. Raimundo essa cartinha: 12 de fevereiro de [19]65. Vejam bem a data, hein? “Meu bom amigo Cabral, acabo de ler no Boletim de Serviço número tal, a publicação feita a meu pedido dos atos decisórios proferidos no processo sumário contra mim instaurado perante a comissão especial de investigação. É tempo de lhe agradecer de todo o coração pela atuação decisiva que você teve no deslinde daquele equívoco”. Quer dizer decisiva não através de conversa com ninguém, decisiva porque escrevi e assinei embaixo. Quer dizer assinei o que eu escrevi, porque tem gente que assina o que não escreve, não é? (risos) “Seu minucioso parecer isento de objetivos relatou os fatos com absoluta fidelidade e apreciou a provas imparcialmente com inteligência. Você prestou-me inclusive, voluntariamente o seu valioso testemunho pessoal a propósito de certo episódio por mim evocado na defesa”. Porque ele invoca na defesa, conta a história, mas não contou toda, viu, e eu digo, não eu estava presente e contei o resto no parecer. “Quem quer que leia aquele parecer com ânimo desprevenido estará imune daqui por diante aos vermes da

intriga e da maledicência que porventura subsistam ainda tentando envolver-me. O fato de poder contar na hora da reparação com o julgamento de um colega como você, que é representativo no que há de melhor, de mais puro culto e leal no âmbito da procuradoria, redobra a minha alegria. Farei chegar a cada um dos nossos colegas, em todas as procuradorias estaduais uma cópia do seu parecer agora publicado. Ele irá provar que não frustrarei, e nem fraudei àquela confiança que de todos exigi quando assumi o cargo de procurador geral ao qual realmente nunca me faltou”. Então, numa hora em que um companheiro estava sendo acusado torpemente eu enfrentei o negócio. Agora, espie essa outra carta: Eu recebi isto no dia 31 de outubro de 1980, quer dizer eu tinha, 31 de outubro, eu na véspera tinha completado 70 anos. Aquele cidadão lá de Porto Alegre, eu não sei se ficou registrado se ele era o delegado e que foi demitido. E que depois eu mandei publicar. Então veja bem: “Dr. Paulo Cabral, ao tomar conhecimento do seu despacho em outubro de [19]64 como representante do governo na junta interventora, ao baixar em diligência o processo número tal, para novo pronunciamento da procuradoria, ao qual o procurador geral havia considerado prejudicado o meu pedido relativo às vantagens de 1741, senti em toda a sua plenitude o alto espírito público de vossa senhoria. Sua preocupação acima de tudo com a lei e a justiça, mesmo não conhecendo pessoalmente o interessado foi realmente gratificante para quem sofria apenas decepções. Sobe de pronto minha admiração pela sua atitude quando recorro que naquela época muito mais cômodo seria aceitar de logo o pronunciamento da procuradoria, pois é bom não esquecer, tratava-se de requerente expurgado do serviço público e que por isso mesmo só tinha direito a não ter direito algum. Como aliás, parecia ser o entendimento do senhor procurador geral da época. Pois muito bem, Dr. Paulo, não fosse a sua atitude desassombrosa reconhecendo o meu direito requerido, hoje apesar de amparado legalmente teria maiores dificuldades para justificar a minha reclamatória aos órgãos administrativos do Inamps por não estarem cumprindo como recomenda em seus pareceres o consultor geral da República a vontade maior da lei da anistia. Como prova do meu apreço e homenagem ao seu generoso senso de justiça, estou anexando xerox de minha reclamatória pela qual a Vossa Senhoria poderá aquilatar da importância e oportunidade na preservação dos preceitos legais e da justiça, daquela sua decisão pela qual confesso-me agradecido e penhorado”. Quer dizer, para mim, esses julgamentos é que valem, o julgamento do dr. Fioravanti Di Piero para mim não me interessa absolutamente, viu? Porque não lhe dou nenhuma autoridade, nem lhe reconheço nenhuma autoridade do ponto de vista moral para me julgar, de jeito nenhum. E, também não estou interessado em saber o julgamento dos outros.

NM - Mas mesmo [19]70 foi um ano muito intenso, não é professor?

PC - [19]70. O que eu fiz em [19]70?

NM - O senhor era ainda procurador chefe quando fez o ciclo de conferências na (TI)? Era da presidência do conselho de recurso?

PC - Eu era da presidência do conselho de recursos, exatamente.

NM - Foi livre-docente da Escola Superior de Guerra.

PC - Então, eu vou explicar até esse fato o que foi. O dr. Júlio Vasconcelos que era meu colega procurador, meu colega, e foi inclusive o diretor de

INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO

PC - Diretor de administração na época em que eu fui presidente do IAPFESP, um sujeito de primeira qualidade, ele estava exercendo um cargo lá no INPS, já no INPS, quando um dia, ele veio ao meu gabinete dizer o seguinte, que ele tinha já feito o curso na Escola Superior de Guerra já há algum tempo e ele fazia parte da associação. Então a associação tinha criado esses cursos. E ele queria que eu fosse me inscrever nesse curso. Então inclusive trazia para mim a primeira inscrição do curso, número um, que era um curso muito interessante de fazer.

NM - Não era sobre previdência social?

PC - Não, era um curso de segurança e desenvolvimento, era aquele binômio que a tal revolução criou, segurança e desenvolvimento. Eu concebo bem é segurança com desenvolvimento, ou desenvolvimento (risos) com segurança. Desenvolvimento sem desenvolvimento ou segurança sem desenvolvimento tudo é porcaria, não é? Bom, então ele me convidava para fazer aquele curso. E ia ficar um negócio meio pesado para mim porque o curso começa às seis horas da tarde. Quer dizer, depois de um dia inteiro, mas eu resolvi fazer, não custa nada. Prever mais ... Vê inclusive como é que estão olhando essas coisas. Bom, e quando eu chego no curso, eu inclusive encontro uma coisa curiosa, um dos oficiais que era da Escola Superior de Guerra e que dava as aulas, algumas aulas, era o rapaz Antônio Miranda que eu tinha conhecido segundo tenente, casado com uma colega de minha mulher, foi meu amigo e tal, sempre gostei muito desse rapaz e tal e ele agora era coronel, tenente coronel. Bem, tenente coronel. E o outro coronel que era o vice-diretor da Escola Superior de Guerra era o coronel Lauro... Que eu tinha conhecido cadete, não me lembro agora o segundo nome dele, casado também com uma irmã de uma colega de turma de minha mulher. Então nós, várias pessoas do INPS fizeram esse curso, nessa época esse Benjamim Albani estava fazendo esse curso, o doutor o almirante Amaral Peixoto, irmão do senador Ernani Amaral Peixoto estava fazendo também. Então na realidade foi um curso interessante, relativamente curto o período, fiz o curso e pronto.

NM - Havia, o senhor identificava um projeto militar para a Previdência Social?

PC - Ah, não! Não, não. Nem havia nada relativamente, indiretamente ligado à previdência social o curso era sobre segurança e desenvolvimento, viu?

NM - É, o senhor falou que várias pessoas participaram...

PC - Não, foi porque... Justamente como o Júlio Vasconcelos era um homem do INPS, ele procurou levar várias pessoas do INPS e a mim do conselho, várias pessoas do INPS. Eu não tenho curso de Escola Superior de Guerra, veja bem, era um curso preparado pela associação dos diplomados da Escola Superior de Guerra, era um curso de um mês, um mês ou dois meses assim. Eram aquelas conferências, apenas isso, mais nada.

NM - Configurava-se nessas conferências algum tipo de ideologia explícita? Quer dizer essa segurança e esse desenvolvimento viriam através de uma crescente privatização da economia, uma crescente articulação de setores internacionais do capitalismo?

PC - Não, não havia bem isso. Eles olhavam mais, olhavam mais, praticamente, a parte de segurança. Naquele momento, estava sendo, era [19]70,

NM - [19]70.

PC - Foi o governo Médiçi se não me engano, eles estavam muito preocupados com problema de segurança. Era aquele período de...

NM - Sequestro.

PC - Sequestro, aquela coisa, compreende? Mas rigorosamente, não colocavam as questões, isso seja dito, eu acho que a gente tem que dizer a verdade, não é? Não colocavam as questões assim ortodoxamente, compreendeu? Inclusive a gente até discordava às vezes de posições tomadas pelo instrutor, pelo conferencista, não é? Porque a gente tinha direito de depois da conferência a gente se inscrevia para debate. Não era bem debate, a gente podia fazer um pedido de esclarecimento, era respondido e o assunto encerrava. Bem, eu tenho a ideia que mesmo interferi várias vezes, agora eu não me lembro, isso são 16 anos passados, não é? Também não dei muita importância a esse curso, mas eu me lembro que eu interferia, não me lembro bem os assuntos, eu tenho a impressão que houve uma ocasião sobre divisão territorial, não sei como se falou em divisão territorial que eu, eu entrei com uma história de divisão do Brasil de maneira diferente. Porque você veja bem, você tem um Amazonas daquele tamanho, não é? (risos) Então basta a gente pensar o que foi o Brasil com Brasília e o que era o Brasil antes, não é? O que era o Brasil antes? O Brasil antes se ele não tivesse muito bem ficando no solo o Brasil tinha virado dentro d'água porque o Brasil inteiro não era orla marítima? Então o peso do Brasil estava aonde? Numa borda, não é? Era para virar, se fosse uma canoa tinha virado dentro d'água, não é? Bem, Brasília, pode quem quiser ser contra Brasília, uma coisa é a maneira de fazer, não é? Outra coisa é a ideia de fazer. Vejam bem o seguinte, em 1821, eu ainda não era nascido, evidente, não é? Quando houve o manifesto dos paulistas. Todo mundo sabe que o manifesto dos paulistas foi rendido por quem, por José Bonifácio que foi a maior cabeça que esse país produziu. Não vamos discutir o José Bonifácio político, vamos discutir o José Bonifácio cabeça. Muito pouca gente sabe que José Bonifácio foi o homem que quando Dom João VI meteu o pé e veio de Portugal para cá, quem fez, quem organizou o plano estratégico da defesa da cidade do Porto para enfrentar as tropas de Junot foi José Bonifácio, não é? Que estava vindo de onde? Da Bélgica onde ele era professor de metalurgia de uma faculdade da Bélgica que tinha um velhinho professor de metalurgia que estava louco para se aposentar e que não se aposentava porque não encontrava ninguém para deixar a cadeira. Um dia teve o José Bonifácio como aluno, nesse dia ele se aposentou e entregou a cadeira para o José Bonifácio, não é? Bem, então José Bonifácio era antes um cientista, era antes uma cabeça. Pois bem, a gente pega o manifesto dos paulistas escrito por José Bonifácio e encaminhado a Dom Pedro II e está lá ele defendendo a tese de colocar-se a capital do Império, do futuro Império, que ainda não era nem Império, ainda era colônia, onde no Planalto Central ele dá umas coordenadas mais ou menos onde Brasília está hoje. Então veja bem, 1821. Agora, a maneira como foi feito isso aí já é outra coisa. Pois bem, você vê o Amazonas, não é? Um negócio daquele tamanho que ninguém entra, agora, estão entrando agora. Quem é que está entrando lá? É a velha multinacional que está se metendo lá, não é? Era aquele negócio daquele lago que queriam criar, como que era o nome do lago? Um projeto que tinha?

NM e LO - (TI) que desenvolveu um projeto.

PC - Era um projeto Hiléia Amazônica, ouviu, que eu vi um velhinho já inteiramente surdo, mas corajoso nas suas atitudes, e olha, eu no começo da minha vida até uma certa altura eu fui muito contrário a esse homem. Chamava-se Arthur Bernardes. A minha família toda fez revolução em 1924 contra Bernardes, bem, o homem da carta, não sei o que... Pois muito bem, o Bernardes foi para a tribuna da Câmara e em três sessões sucessivas, viu, ele mostrou o que era a Hiléia Amazônica. Mas ele foi o homem que velho, surdo, tendo sido Presidente da República em 1924, 30 anos depois esse homem vai para a tribuna da Câmara e derruba o projeto da Hiléia Amazônica, o tal lago que iam fazer, aquele negócio todo. Para que? Para sepultar, para sepultar. E só explorar posteriormente o que? Petróleo. Uma floresta que está sepultada. Porque a Amazônia, ela tem uma floresta que aparece, mas ela tem uma floresta que se transformou em carvão e que está sepultada lá. Então aquilo ia ser coberto de água para futuramente o gringo chegar lá, tirar a água e explorar o que ele queria explorar.

LO - Eu queria colocar uma pergunta para o senhor. Entre [19]74 e [19]78, durante esses quatro anos o senhor foi procurador chefe da Consultoria Jurídica do INPS, não é? Durante quatro anos. Como é que foi essa experiência como procurador chefe da Assessoria Jurídica?

NM - Porque em [19]74 se cria o Ministério da Previdência Social.

PC - É, exatamente. Bom, olha aqui, eu acho que. Em minha experiência. A maior experiência que eu tive em matéria de Previdência Social foi no Conselho de Recursos. A maior experiência. Hoje se me dissessem assim: Dr. Paulo, o senhor quer ser Ministro da Previdência...

Fita 15 - Lado B

PC - O senhor quer ser embaixador em Paris, o senhor quer ser Presidente da República? Bom, Presidente da República não, se me dissessem que eu queria ser Presidente da República ou varredor da rua, eu preferia ser varredor da rua. Mas qualquer cargo que me pedissem, que me oferecessem, eu só aceitaria hoje um, que seria, não é presidente não, membro do conselho de recursos. Porque o conselho de recursos é onde a gente tem uma visão total e panorâmica do que é a Previdência no Brasil, quer dizer, então a minha experiência no conselho, em dois anos que eu estive dentro do conselho como membro ou como presidente do conselho, esses dois anos valeram para mim o dobro em termos de experiência, de visão, de conhecimento do que ocorria na massa segurada do país, porque todas as angústias iam bater lá, não é? Então eu fiquei conhecendo tudo, não é? Eu não fiquei conhecendo um setorzinho só não, para saber se o sujeito era tuberculoso ou não. Eu tive que conhecer as angústias todas, do povo todo, segurados da Previdência. No caso aí da sua pergunta, relativamente à minha chefia na consultoria jurídica, aí também foi muito bom. Muito bom, pelo seguinte, porque dentro da Previdência, e nos cargos que eu tinha ocupado, eu tinha me cingido, embora por razões óbvias eu tivesse que estudar outras coisas, mas eu tinha me aprofundado mais no Direito Previdenciário. Agora como consultor jurídico eu tinha sobre a minha direção a parte de benefícios, sem dúvida, mas eu tinha a parte de contratos do INPS, então tinha uma sessão de contratos. Eu tinha toda a parte de arrecadação, e tinha mais a parte de pessoal. Eu estava inteiramente tranquilo porque eu tive a sorte de ter como chefes desses órgãos, sujeitos espetaculares, eu tinha na parte de benefícios, Jésus Martins Versiani, que inclusive quando eu fui ser o procurador do INPS eu levei ele comigo, já na segunda fase. Então

era um sujeito que conhecia profundamente Previdência e tal. Tinha na parte de arrecadação eu tinha um colega, Renato de Almeida que morreu há dois ou três anos passados, também um sujeito formidável. Na parte de contrato tinha o Joel de Azevedo, um homem que vinha do IAPI, um homem que lutava, que sofria, que era encostado na parede por meio mundo, viu? Muitas vezes até ameaçava, tinha o Baure, dirigindo a parte de pessoal o setor de pessoal, que dava pareceres na parte de pessoal. Bom, então os pareceres deles, eles tinham uma certa autonomia, quando não houvesse maiores problemas o próprio chefe despachava o processo, mas toda a vez que havia, ou pela relevância da matéria ou por discordância o negócio vinha a mim. Então eu tive que estudar outras coisas, eu tive que rever uma série de coisas. Houve coisas que me obrigaram a ir ver Direito Romano, havia uma empresa aqui, a SMH, que era uma empresa que prestava serviços médicos ao instituto, que isso me obrigou quando houve a batalha de não renovar esse contrato da SMH, eu tive que para dar o meu parecer reforçando o parecer do pessoal de contrato, do Joel, eu tive que reexaminar coisas de direito romano, não é? E até sobre Previdência também. Houve uma coisa curiosa que eu tive que ver o regime de casamento no direito romano para solucionar um problema do sujeito. Então vocês vejam que foi realmente, efetivamente eu passei a ter, agora, uma visão panorâmica não apenas da Previdência no Brasil, mas de outras coisas que o próprio INPS cuidava.

LO - O senhor falou que esse senhor, Joel de Azevedo, sofria pressões, era encostado na parede, era ameaçado, isso era na prática de contrato com as empresas médicas?

PC - Não, não, contratos de um modo geral. Você veja bem, quando há interesses, não é? Os interesses, o sujeito usa de todos os processos, usam um processo brandicioso e vai até ameaça. Eu certa feita havia um processo lá que estava para ser despachado, e então, já se sabia mais ou menos a minha opinião. Então um dia eu estava aqui na minha casa e bateu o telefone. Eu fui atender ao telefone e do outro lado a pessoa dizia. “Doutor, o senhor está com um processo assim, assim?” eu digo: “Estou.” “Consta que a sua opinião é contrária, tome cuidado”. Eu digo: “Olha, meu amigo, eu não sei bem sobre o que eu vou tomar cuidado. Quero lhe dizer uma coisa, não sou corajoso, não sou herói, não sou valente, se isto é uma ameaça, eu quero lhe acrescentar o seguinte: “A gente morre de bala, ou de câncer, se me for dado escolher, eu prefiro bala, porque é mais ligeiro, câncer é chato, não é?” E desliguei o telefone. Agora quem estava telefonando, eu sei lá quem estava telefonando, dizer o nome da empresa, eu não posso dizer o nome das empresas porque eu não sei se alguém estava telefonando em nome da empresa, (risos) não é? Então isso é um negócio assim muito relativo porque eu falei a vocês rapidamente, e até nem ficou registrado aqui, lembrando a vocês a família de onde eu vinha, e eu falei a vocês, relativamente ao meu avô, não é? Que foi um homem que...

INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO

PC - Puxa, 16 fitas? Mas eu disse a vocês numa conversa que nós tivemos sem gravação, que eu vinha de uma família com alguns exemplos dentro de casa, inclusive do meu avô, que tendo sido abolicionista mas não republicano, sofreu uma pressão tal na vida dele que ele chegou a atingir pessoas da família dele, que quando ele não viu que ele não tinha saída, ele podia transigir com a dignidade dele, aceitar o que estavam impondo a ele, e já que ele era o causador daquilo tudo, ele transigiu com a vida, ele abriu a porta e passou para o outro lado. Bem, várias vezes aqui, aqui nesse quadradinho aonde nós estamos, várias vezes eu tive processos em que os interesses eram de tal sorte, e as exigências eram

de tal porte que eu ficava com medo, sinceramente ficava com medo. Ficava com medo às vezes de perder um lugar, ficava com medo de sofrer alguma coisa, medo. E quando a covardia batia, parece que eu via entrar nesse quarto esse velhinho que eu não conheci, sentado na cadeira de rodas em que ele já estava andando, e isso me dava coragem, se ele abriu a porta para sair, (risos) eu também podia abrir a porta para sair, não é?

LO - o senhor acha que as pressões enquanto procurador geral eram..., enquanto procurador chefe, eram pressões que se assemelhavam às pressões sofridas pelo seu avó?

PC - Não, eram diferentes pelo tipo, pelo tipo. Agora os interesses eram materiais imediatos, não são interesses políticos, não é? Quer dizer, queriam dobrar um homem, o negócio era esse. Era pegar um sujeito que não era republicano, que era monarquista, e que tinha do ponto de vista do grupo, tinha traído o grupo porque era o grupo dos donos da fazenda, não é? Ele tinha sido abolicionista, queriam que ele se desmoralizasse agora escrevendo a favor do grupo, do grupo que estava no poder, e ele não quis. Só isso, e eu como também não estou querendo estar no poder de coisa nenhuma, não é? (risos) Não tem problema, não.

NM - E o senhor podia contar um pouco da história da criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, o que o senhor sabe?

PC - Bom, veja bem, eu lembrei as vocês, falei aqui que num determinado momento quando criaram o INPS e que o Ministro Passarinho me perguntou a mim, a minha opinião sobre o INPS, eu disse a ele que estava vindo com atraso, não é? Bem, e tanto estava vindo com atraso que eu era contrário até ao INPS. Eu era favorável ao Ministério, não ao Ministério nesse tipo que foi criado. Porque o Ministério ele foi criado, mas manteve os órgãos, e eu era pela absorção dos órgãos todos no Ministério. Quer dizer, o INPS seria uma secretaria. Uma secretaria de benefícios, ou secretaria de Previdência, um troço qualquer assim. Bem, eu não estou bem a par de porque partiram para o Ministério da Previdência. Nessa época eu estava, era [19]74, não é? Eu estava lá dentro do INPS quando me chegaram aos ouvidos, as notícias da criação do Ministério, inclusive com a nomeação até do Ministro Gonzaga do Nascimento, que tinha sido Ministro do Trabalho, que como eu disse, foi meu colega, e tal, mas aí eu não fui chamado para coisa nenhuma. Aí a pessoa talvez mais indicada para falar sobre isso é o Correa, Correa Sobrinho, não é? Que ele esteve na cúpula da criação do Ministério, ele, o Moacyr, os cardeais, não é? Os cardeais estiveram bem na cúpula disso. Acharam que deviam desmembrar outra vez, quer dizer, criando o Ministério, na realidade, veja bem, criando o Ministério ficava muito difícil criar um Ministério para ter o quê? Um instituto, não é? (risos) Veja bem, é uma espécie do bloco do eu sozinho, não é? Vocês não sabem... Já ouviram falar do bloco do eu sozinho, não? Não havia um sujeito, Júlio, não, tinha apelido de Galo, esse camarada tinha jogado até no Flamengo, e esse sujeito fazia todo ano um bloco que era ele sozinho, era ele só. Então ele se fantasiava de... Ele botava uma casaca, ou fraque, uma cartola, então fazia as críticas. Por exemplo, problema da barca atrasando, ele botava uma barquinha nele. E pendurava uma série de coisas nele e fazia o bloco do eu sozinho. Não ria. (risos) A gente é que ria com ele. Bom. Não falava, não é? Aquele negócio: “Você me conhece!” Não sei o que... Não, ele fazia com um cartaz, um negócio assim. Bom, então se você criasse um Ministério com o INPS é uma espécie do bloco do eu sozinho, não é? Então dividiram o INPS. Parte de arrecadação e parte de assistência médica, e parte de previdência. Eu acho que na hora, essa tripartição foi feita numa hora em que o INPS estava engrenando. Porque vejam bem, nós tínhamos, em [19]64, em [19]67. Agora

nós estamos em [19]74, quer dizer, praticamente sete anos, não é? Sete anos para reunir seis institutos, para uniformizar a opinião de seis comunidades. Na hora que isso está sendo uniformizado você vai e divide, agora o pessoal de arrecadação vai trabalhar sozinho, não é? O pessoal de benefício vai trabalhar sozinho, quer dizer, descoordena um negócio que estava coordenado, mas era uma tentativa, não é? Eu fui contra, por exemplo, a uma coisa, e isso desde a primeira hora, é que criaram consultorias nos institutos, no INAMPS e no INPS, mas procuradoria era no IAPAS, então o IAPAS era o advogado em juízo e no conselho de recursos do INPS e do INAMPS. É um negócio para mim inteiramente maluco, inteiramente maluco. Porque inclusive às vezes havia choque de opinião. Quer dizer, o INPS via a coisa de uma maneira, e o IAPAS via a coisa de outra maneira. Agora, ele não era o advogado? Era o advogado, a opinião do cliente valia e não valia, valeu a opinião deles. Então acontecia até coisas curiosas assim. Um processo batia no conselho de recursos com a defesa do INPS feita por um procurador do IAPAS, de acordo com uma visão da coisa. Então o relator do processo baixava o processo em diligência, a consultoria do INPS para que o consultor do INPS se manifestasse, e às vezes a maioria estava ao contrário, ao ponto de vista do IAPAS. Quer dizer, era o cliente brigando com o quê, com o advogado dele. Ou pelo menos não era brigando, que a gente não estava brigando, mas a gente estava com uma orientação diferente da outra, eu achei que... E depois mais tarde tantas vezes se falou nisso e eu fui franco também, todo o pessoal sabe que eu era contrário a isso, que acabaram criando a procuradoria. Então passou a ter procuradoria geral do INPS e procuradoria geral do INAMPS. Que é como está agora.

NM - E o senhor teve alguma participação na consolidação das leis da previdência social que ocorre em [19]66.

PC - Não, para isso eu nunca fui chamado. Pode ser que tenha alguma coisa que tenham tirado de pontos de vista expostos por mim, de pareceres meus, mas eu chamado para ir, não, não fui chamado.

NM - Em [19]74 foi meio uma conjuntura de grande ampliação dos benefícios, quer dizer, de entradas de novas pessoas na Previdência. A Previdência social brasileira aumenta a sua dimensão a partir de [19]74. O senhor acredita que essa sua volta, a sua entrada na Chefia da Procuradoria do INAMPS...

PC - Do INPS.

NM - Do INPS. Tenha sido parte desse movimento que transformou a Previdência a partir de [19]74?

PC - Bem, olhe aqui, eu parte na transformação seria me colocar muito como (risos) porta-estandarte, não é? Eu não sou porta-estandarte de nada. Eu defendo coisas, eu defendo pontos de vista, por exemplo, falei para vocês naquele Congresso Brasileiro de Serviço Social, que eu defendia uma determinada tese, em 1941, lá em São Paulo. Bem, 20 anos depois aquela tese que eu defendia está na lei. Eu não fiz nada, eu não fiz nada para entrar no decreto lei de [19]63, mas entrou, não é verdade? Bom, você veja o seguinte, a defesa do doméstico, várias vezes eu me pronunciei em pareceres. Por fim o doméstico não veio ter a posição que ele teve? Está lá.

NM - [19]74.

PC - [19]74. Bom, quando chegou, por exemplo, o problema da equiparação dos ministros, aquele parecer até que eu dei para vocês, dos ministros de condição religiosa, eu já tinha dado a minha opinião várias vezes sobre isso, agora eu estou vendo uma coisa curiosíssima. Eu tenho apostila, apostila minha, feita para aulas que eu dava na PUC, de Direito Previdenciário para advogados, e para médicos, para gente de pós-graduação.

Fita 16 – Lado A

PC - De 1970, em que eu defendo a seguinte tese: a dona de casa poder ser assegurada da Previdência Social. Não estou falando isso aí? Estou falando. Eu já defendi o ingresso como autônoma, na Previdência Social da prostituta. É ou não é uma profissão? É uma profissão. Os moralistas que se lixem, mas que existe a profissão de prostituta existe. Se existe a profissão de prostituta porque ela não é segurada da Previdência? Porque ela vai ter que ser doméstica, por que ela vai ter que ser costureira? Quer dizer, é querer fraudar o que não pode ser fraudado, meu Deus do céu. Veja que Dom Afonso II, o segundo rei de Portugal, ele estabeleceu um imposto, nas prostitutas de Portugal quando ele assumiu. Quer dizer, não está reconhecendo, já não era o Nelson Rodrigues que dizia, a profissão mais antiga do mundo? Não sei bem se é a mais antiga, mas pelo menos que é a mais badalada, é. Então a dona de casa, por que a dona de casa não pode ser uma segurada da Previdência? Ela trabalha, ou não trabalha? Veja o seguinte, eu tenho uma senhora que vive com o seu marido, criou os seus filhos, e o marido ganha, a uma certa altura ele se aposenta. No dia que ele se aposenta, essa criatura que já está velha, vai receber 60% do valor da aposentadoria dele, que já não é lá essas coisas, é a hora em que a pessoa, precisa de amparo, de amparo financeiro, não é verdade? Então ela vai ter que ser amparada ou por um filho, que pode ser que a nora queira, esteja satisfeita ou não com aquele amparo, ou pode ser que ela tenha que ser amparada por uma filha, e talvez o genro não queira. Então uma criatura que atravessou uma vida, no fim da vida vai ter que ser carga para alguém? Por que? E dona de casa, a mãe de família, espia bem quantas coisas a mãe de família é: primeiro, ela é uma administradora, não é? Ela é uma administradora. É aquele negócio daquele samba: “De dia me lava roupa, de noite me beija a boca”. Perfeitamente. De noite ela beija a boca do marido, mas de dia ela está lavando a roupa, o que ela é: primeiro é uma administradora, porque a casa está entregue a ela. Bom, sendo uma administradora ela tem que ser um pouco financista. Eu via a minha mãe, via a minha mulher, como é que... Vocês devem sentir isso em casa, ou vocês são casados? Quer dizer, a mulher vai lá: “Não gasta. Esse mês não pode”. Bem, então ela tem que ser uma financista. Ela tem que ser uma artesã, não é? Porque ela tem que pegar a roupa do filho mais velho para botar no filho mais moço, porque não deu para comprar roupa para o filho mais moço, então ela tem que ter um artesanato na casa dela, não é? Ela é uma doméstica, porque quando falta a empregada ela vai para a cozinha, porque nós queremos comida na mesa. Como é que vem a comida, a gente sabe que a gente dá o dinheiro para comida, agora como é que vai fazer a comida, a transformação do produto, isso é com ela. Ela tem que ser uma auxiliar de enfermagem, tem que ter noção de primeiros socorros, isso não tem conversa. E mais, ela é uma enfermeira efetiva quando a gente fica doente, quando o filho fica doente. O filho fica doente, quem vai cuidar do filho durante a noite é a mãe, não é pai, porque o pai de manhã sai para trabalhar. Quando a gente... E tem mais o seguinte, não tem sábado nem domingo, não tem repouso remunerado. E não tem direito a férias, porque nas férias o que acontece? Quando a gente tira férias, e os filhos entram em férias, você se fica no Rio de Janeiro, a vida continua tal qual, mas às vezes a gente vai para uma fazenda, não é? Um hotel, uma fazenda, um negócio assim.

Então a primeira coisa que aparece é a gente estar desabituação de jogar bola, joga e quebra um pé, quebra um dedo, junto com isso, estava desabituação de comer, começa a comer muito tem uma indigestão, de modo que ela a mulher que foi para férias tem que cuidar da indigestão do marido, da febre do filho, não é? Que não tomava banho de cachoeira passou a tomar banho de cachoeira, teve febre, então ela não tem férias também. Então por que ela não pode ser matriculada? E se ela trabalhasse? Ela não seria uma segurada? Ela está ou não está trabalhando? Está. Qual é o salário dela? Não tem, faz por amor? Perfeito, ela faz por amor, mas porque ela faz por amor a gente deve deixá-la à margem, justamente na hora que ela precisa? Não, de jeito nenhum, eu sou um defensor da dona de casa ser segurada da Previdência, pagando a contribuição, facultativa evidentemente, ela entra se quiser, não é? Posiciona-se na escala de trabalho, se posiciona na escala de salário. Agora o que eu sou, contra, e isto eu já disse por escrito, é uma coisa que é torpe para mim, é que agora as pessoas que têm uma velhinha na família, a mãe dela resolve inscrever o INPS delas. A mãe empregada da filha, isso para mim é repugnante, repugnante não pelo que a filha está fazendo, não. A filha está querendo amparar, é repugnante do ponto de vista moral e social, e moral da sociedade. Porque eu não posso admitir a minha mãe ser minha empregada. E se eu aceitar a inscrição dela, dela empregada como mãe da criatura, eu além de estar acobertando uma imoralidade ou uma amoralidade, eu estou acobertando uma mentira, porque eu sei que ela não é. Ela não é empregada. Ela pode estar ajudando a filha, pode, ela pode, por exemplo, a filha sai para trabalhar e ela vai cuidar dos netos, mas ela vai cuidar, ela está botando o coração dela ali, ela está ajudando a filha e os netos, que negócio é esse? Então meu Deus do Céu, vamos botar, por que não botar a dona de casa? A dona de casa ela tem um emprego. E daí? Eu não posso ter dois? Ué! Eu era funcionário do instituto, mas eu era advogado e eu era professor. Então eu tinha duas atividades fora, e tanto, assim que tenho duas aposentadorias, não é? E tanto assim que na aposentadoria de segurado eu somei todos os empregos que eu tinha mais o autônomo. Eu não vejo nada demais. Então eu tenho falado, agora, eu pessoalmente dizer: “bota isso na lei” não, isso não, nunca fui chamado para fazer lei. Aliás, eu não sei fazer lei, não, eu sou meio ruim de fazer lei. Eu sou bom de dar parecer. De fazer lei não.

LO - Professor nós vimos aqui em cima, dentro do escritório do senhor um diploma de membro da Academia Brasileira de Previdência Social.

PC - É.

LO - O que é a Academia Brasileira?

PC - A Academia Brasileira foi um órgão, uma entidade criada em São Paulo por pessoas da Previdência Social, lá em São Paulo e que convocam, elegem determinadas pessoas para o exercício de tomar, fazer parte. Às vezes são pessoas ligadas diretamente à Previdência. Outras vezes não são. Por exemplo, quando no dia que eu assumi lá, que eu fui recebido lá em São Paulo foi recebido também o professor Franco Montoro. Eu me lembro até que quando me entregaram o diploma, a minha mulher nessa época ela estava bem de saúde e tal, eu levei-a comigo, e eu fiz questão de passar esse diploma a ela. Eu acho que diploma ela merecia mais até do que eu, pela ajuda que ela me deu, para poder, porque era aquela história, eu era reflexo, não é? Eu cheguei a isso porque tive uma retaguarda, não é? Uma logística como dizem hoje, bem, e eu me lembro até que o então senador Franco Montoro, ele se referiu até, quando ele recebeu a coisa, ele se referiu àquele gesto meu e tal. Bom, o senador Laroque também tomou posse. Então, a Academia

de vez em quando há reuniões, convocam a gente, a gente vai lá para tomar alguma decisão, mas é um órgão meio representativo, compreendeu? Ele não é... Mais importante é o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, não é?

NM - Que o senhor também...

PC - Que eu também sou fundador. É aqui no Rio. Eu sou fundador e sou membro do instituto, não é? Onde a gente debate questões, apresenta teses e tal.

LO - Ainda, quer dizer, (TI).

PC - O Instituto? Ih rapaz! Agora você me pegou. Quando é? De quando é o Instituto? Tem talvez uns seis anos. É, uns seis anos mais ou menos.

LO - O senhor e mais quem?

PC - Ah bom! Isso o Moacyr Veloso, bom aquele pessoal antigo da Previdência toda.

NM - O Geraldo Baptista.

PC - O Geraldo não, eu acho que o Geraldo não era do instituto não, eu acho que o Geraldo não era do instituto não.

NM - Qual é o objetivo do instituto?

PC - Ah, é estudar o direito previdenciário, defender teses relativas à Previdência, não é? Essas coisas.

NM - Em 1980 o senhor foi ao Congresso, o senhor nos informou que foi o primeiro Congresso Internacional de Política Social?

PC - Não, de Previdência Social organizado pela OAB, lá em Porto Alegre.

LO - Ah, mas é Previdência Social dos advogados?

PC - Não! Essa não, essa é Primeiro Congresso Brasileiro, Primeiro Congresso Internacional de Seguridade Social, organizado pela OAB lá em Porto Alegre.

LO - Não havia relação entre esse Congresso e a associação internacional?

PC - Não, não, não, não tem nada a ver. É um negócio parecido, ouviu, porque vieram pessoas representantes dos países do mundo inteiro da Previdência. Quer dizer, pessoal da ISS, mas era um negócio organizado pela Ordem dos Advogados. Não tem. Houve a Previdência dos advogados também, eu também fiz parte dele aqui no Rio.

NM - Mas em 1980 nós estamos vendo primeiro uma enorme resistência contra o nome do senhor Jair Soares como presidente do INPS.

PC - Não, Jair Soares presidente do INAMPS não, ele foi Ministro.

NM - Ministro da Previdência Social. Estamos vendo algumas mudanças, algumas propostas como PrevSaúde, ocorrendo no setor da Previdência Social, denúncias de corrupção ocorridas no setor da Previdência Social, malversação da verba pública. Bem, esse Congresso tocava nesses aspectos?

PC - Não! Não.

NM - Isso refletia?

PC - Não, não, não. O Congresso foi lá para defender teses, como qualquer outro congresso. Era um Congresso internacional, não é? Quer dizer, a gente não podia inclusive estar num congresso internacional discutindo fraude de Previdência, não é? Aí não dava, por exemplo...

NM - E onde é que se discutia isso?

PC - Não, isso não se discutia, isso eram coisas que se passavam em ambientes, por exemplo, fraude, não é? O Ministro tomava conhecimento de fraude, não é? O presidente do INPS tomava conhecimento de fraude, como é que era feita a fraude? A fraude era feita de dentro para fora, de fora para dentro ou muito pelo contrário dos dois lados, não é? Bem, é evidente que você só pode fazer fraude, certos tipos de fraude, você só pode fazer dentro e fora, não pode ser só fora, dificilmente pode ser só dentro, então você tem que fazer dentro e fora, mas meu Deus do céu, fraude eu tive... Desfalque eu tive na caixa da central, na caixa da central. Eu peguei um desfalque como... Peguei até por acaso, não foi nenhum assim fato de investigação ou detetivesco, por acaso me chamaram atenção para um negócio eu fui examinar, aprofundei a história e estávamos com o rombo de 700 contos, já era 700 mil cruzeiros em 1900, quando eu fui diretor da divisão de benefício. Olha que era dinheiro naquela ocasião, então o que era? O processo estava no arquivo, um funcionário tirava um processo, o processo estava com uma exigência, davam um prosseguimento ao processo sem fazer a exigência, sem cumprir a exigência, incluíam a criatura na folha, quase sempre em Barra do Piraí, que era só em pensão que se fazia isso. A criatura recebia o primeiro pagamento que representava às vezes quatro, cinco anos de atrasado, e depois saía da folha, não aparecia mais. Isso é que me fez pegar o troço. Porque a regra era assim, quem levasse seis meses sem comparecer saía da folha, só entrava na folha em seguida mediante um requerimento para provar que estava vivo para a gente saber que estava vivo. Pois bem, não é concebível que várias pessoas recebendo uma pensão durante, recebendo uma importância acumulada de uma pensão demorada de quatro anos, no mês seguinte, não apareça. E já sai da folha, já tiravam o nome da criatura da folha. Então fraude, meu filho é a carta de Pero Vaz Caminha, é a conjugação do verbo raper, está aqui, a arte de furto de Vieira. (risos) Agora, é evidente que a gente tem que tentar por todas as maneiras evitar isso, isso é uma vergonha, e não é só uma vergonha, isso é fraudar o esforço de um trabalhador, não é. Agora, é o tal negócio. Você chega, e o indivíduo vai e faz um processo fantasma, concedem a aposentadoria dele, irregular, evidente que esse processo vai desaparecer, não é? O sujeito não vai fazer, não é? E deixar o rastro, não é verdade? O processo vai desaparecer. Não é? Aí você descobre que aquilo é fraudado. Aí você cancela a aposentadoria do sujeito, o sujeito vai para o mandado de segurança, pede que apresente, que o instituto apresente o processo e o instituto não tem. Volta a pagar ao sujeito que roubou, não é? Então você veja coisas desse tipo que apareceram, o indivíduo que veio de Portugal, trabalhou cinco anos no Brasil, voltou para Portugal e foi aposentado com 32 anos de serviço. (risos) Não dava para o português vir

todo dia de Portugal trabalhar aqui e dormir em Portugal, não é? Agora, cadê o processo do homem, não se sabe. Não tem processo, agora investiga daqui, investiga dali, o homem está em Portugal, quando é que o homem saiu do Brasil? Estava lá numa delegacia aí de marítima, não sei o que. Sai no ano tal. Quando é que ele entrou? Entrou no ano tal. Então passou cinco anos no Brasil. Passou cinco anos no Brasil, trabalhou no Brasil, foi segurado da Previdência e foi embora, e um dia deram uma aposentadoria para ele, ficou contando esse tempo todo, não é? Ainda não era para contar porque ainda não era período dos convênios, do acordo internacional, de modo que no Congresso lá, Em São Paulo, por exemplo, a tese apresentada pela procuradoria foi feita por mim e pelo Dr. Carlos Guedes que já está aposentado, aliás, muito doente que está atualmente. Mas eu e ele fizemos uma tese juntos, tanto que não demos nem título de autoria.

LO - O senhor está falando do Congresso de [19]42?

PC - Não, esse Porto Alegre.

LO - Porto Alegre?

PC - É. A tese minha e dele, era a extensão da Previdência, dos benefícios da Previdência Social ao campo. Fomos defender um negócio que é como se costuma dizer na gíria, jornalista. Jornalista com um pau com formiga, não é? Você defender em 1980 um negócio desse, não é? E fomos defender. E foi aprovada a tese, não é? Agora estão pensando. Olha o tal negócio de você interferir, se amanhã levarem a Previdência Social ao campo com todas as prestações, como deve ser, eu não estou interferindo.

NM - E como é que deve ser a Previdência Social na sua visão hoje? Depois de 50 anos quase de vida ligada à Previdência Social?

PC - Eu acho que ela deve ser seguridade social, já não é mais... Eu costumo dizer o seguinte, que nós passamos primeiro pelo sistema de seguro social, seguro, regras de seguro. Depois nós entramos na Previdência Social, quando é que nós entramos na Previdência Social, quando é que nós entramos na Previdência Social? No dia em que houve o primeiro aumento de aposentadoria. No dia em que aumentaram pela primeira vez a aposentadoria, nesse dia nós saímos do seguro e entramos na Previdência. Porque espia bem, que horas são?

NM - Dez para as onze.

PC - Não, ainda há tempo, não é? Até uns 15 para o meio-dia a gente pode ir.

LO - Então eu vou aproveitar a parada e vou virar a fita. Pode continuar.

PC - Então espia bem, imaginemos que em 1940 eu tivesse feito um seguro de vida, 200 contos. Bem, se eu tivesse posto como beneficiária a minha mulher, seria a minha mulher evidente. Se ela tivesse a sorte de ficar viúva um ano depois, ela ia receber o que? Seguro de 200 contos, não é? Espia bem, 200 contos em 1940. Ela comprava um apartamento. Não, antes de comprar um apartamento ela me enterrava com um caixão de mogno, e alças de bronze, comprava dois, como é o negócio? Duas sepulturas, fazia uma igreja, botava lá: “Tua inconsolável esposa...”, etc não é? Muito bem, o enterro ia ser bonito à beça, uma missa de sétimo dia com o pessoal do Instituto de Música tocando lá. E ela

recebia os duzentos contos. Comprava um apartamento na Avenida Atlântica e reformava o seu guarda-roupa, e observando o prazo que o direito civil estabelece que a mulher viúva só pode casar 300 dias depois que o marido morreu, não é? (risos) Admite-se uma gestação de dez meses, não é? Bom, ela põe um anúncio no jornal assim: Viúva em bom estado de conservação, de uso e conservação, possuindo apartamento na Avenida Atlântica, mausoléu no cemitério São João Batista e guarda-roupa reformado, oferece-se. Bom, ia fazer uma fila que não ia ter tamanho, numa época que não se fazia fila para nada. Agora, imagine o seguinte: que eu passasse esses anos todos, ela não tivesse a sorte de eu empacotar logo no ano seguinte, então nós estamos em [19]86 e eu estou vivo, eu não aumentei o meu seguro, mantive os 200 contos, agora eu morro, ela recebe o que? Vamos admitir que não tivesse mudado a moeda, esses cruzados, cruzeiros, essas besteiradas todas. Era 200 contos de réis. Ela ia receber 200 contos. Com 200 contos ela não comprava a tampa do caixão. Não é? Então como é que seria o aumento desse negócio? Eu teria que pagar mais, eu teria que ir pagando mais para atualizar o meu seguro. Pois bem, a Previdência Social era seguro social porque o sujeito recebia em função do percentual que ele pagava e como a aposentadoria menor era de 200 mil réis. Ninguém podia pagar contribuição, 3% abaixo de 200, nem acima de dois contos, a menor aposentadoria era de 200 mil réis. Quando chegou em [19]45, se deu o primeiro aumento. Aliás, [19]45 não, em [19]43, se deu o primeiro aumento aos aposentados da Previdência, porque gente que vinha aposentando desde 1924, teve o primeiro aumento. De quanto? Passou de 200 para 266 mil-réis, onde há cobertura para esses 266 mil réis? Ele não pagou nada. Então é evidente que nós demos um salto, não é? Nós passamos da faixa do seguro para a faixa da previdência social, mas no dia que nós demos a renda mensal vitalícia que está sendo paga, meio salário-mínimo, vamos dizer, uma porcaria, irrisório, não é? Isso é quase uma esmola, eu estou plenamente de acordo. Mas o que é que o sujeito fez para receber isso? Chegou a 70 anos?

LO - O que ele contribuiu?

PC - Então veja bem. O camarada tem que ter mais de 70 anos e ter contribuído em algum tempo pelo menos com 12 contribuições consecutivas. Então vamos ver, contribuiu em 1931, quatro meses, contribuiu três meses em [19]32, contribuiu quatro em [19]37. Ele tem mais quatro meses em [19]40. O que isso representa? Isso é até irrisório contar essa contribuição. E quando o sujeito, por exemplo, trabalhou numa atividade que não era subordinada na época à Previdência e hoje está. Desde que tenha trabalhado cinco anos. O que é que ele pagou para a Previdência? Nada. Então, nós já estamos dando prestações sem cobertura. Não é? Então, nós estamos saindo, o quê, para a faixa de seguridade social. Então nós teríamos fatalmente, e vamos chegar lá, àquela seguridade social de Beveridge, nós vamos chegar lá, quer dizer, são as duas teorias, Bismarck ou Beveridge, não é? Bismarck, seguro puro, mas evidente que Bismarck não podia pensar a não ser em seguro, por que na época o que é que tinha? Seguro. Mas Beveridge, não, Beveridge já viu a coisa 40 e tantos anos depois, 40 e tantos? [19]83, 60 anos depois. Quer dizer, então 60 anos depois era outra coisa, não é verdade? Eu quando em 1920 morria uma pessoa, um sujeito que tinha uma família toda instalada, bem organizada e tal, deixava (TI) lá. A família começa a vender as joias para comer. (risos) Acabava comendo as joias e os móveis, não é? Se o sujeito não tivesse feito um pé de meia.

NM - O senhor falou em Bismarck, e falou em Beveridge, que outros marcos a Previdência Social teria mais recente, aconteceu alguma coisa de nova depois do relatório?

PC - Não, não, nós estamos exatamente nessa fase ainda de aceitar, isso o mundo inteiro. De aceitar tudo ou de aceitar parte, agora o problema, o problema grave, o problema crucial, angustiante da Previdência, é que a Previdência não é um negócio assim, vamos canalizar uma avenida, vamos fazer a ponte. Eu ontem passei pela primeira vez na nova ponte da Ilha do Governador, não é? Uma beleza! Levou não sei quantos anos para fazer, mas uma beleza aquele troço. Bom, não resolveu nada, porque continua o funil lá na ponte do Galeão, bem, depois que a gente sai da ilha. Bem, mas espia bem, qual é a condição primordial para você ter previdência social? Uma situação econômica e financeira em um país, não é? Você ainda tem países do mundo que têm apenas seguro de acidente de trabalho, numa empresa agrícola que tenha mais de dez empregados. Então o que é isso? Isso é um Caribezinho aí, uma republiqueta do Caribe, não é? Outros dão outras coisas muito mais importantes, não é? Você vê aposentadoria por tempo de serviço, o único país do mundo que dá é o Brasil, porque todos os outros dão o quê, ou só idade, ou só invalidez, ou idade e invalidez, ou tempo de serviço ligado com a idade. Porque aqui se reage, e nós começamos assim também. E eu sou favorável a isso, a você ter aposentadoria por tempo de serviço a partir de uma determinada idade, porque num país onde você começa a trabalhar cedo. Você tem um menino hoje, 15 anos. Ele entra para a previdência, não é? Começa a trabalhar com 15 anos entra para a previdência, até 14 pode. Bem, e 30 anos depois está com 44, aposenta. Aposentar um homem com 44 anos de idade? Não tem sentido, absolutamente. Então o que é que ele vai fazer? Ele aposenta e volta para o mercado de trabalho. Agora ele vai fazer concorrência porque ele pode ganhar menos, ele pode ganhar menos, se ele está aposentado. Quer dizer, ele aposentou com quase o que ele ganhava, então ele pode aceitar, agora se você começa a liquefazer o salário do sujeito, a prestação da previdência, aí ele vai ter que buscar trabalho. Então o que você tem que fazer também é fazer com que a previdência, aquilo que o indivíduo saiu, permaneça. Até hoje houve uma lei, aliás, se eu não me engano foi uma lei até do Steinbruch, o Aron Steinbruch. O seguinte, foi feito para os aeronautas que derrubaram logo na revolução, [19]64, porque o pessoal das revoluções veio em cima de aeronauta, de procurador e de tesoureiro, não é? Então, o aeronauta é o seguinte, aposentava o aeronauta, então, chegava a aposentadoria dele, quantos salários mínimos ele tinha recebido. Vamos dizer, 9,8 salários mínimos da época, ele ficava com aquele número, 9,8. Aumentava o salário mínimo, 9,8. Ele ia para o resto da vida com 9,8, não era isso que estão fazendo, não é? Vocês vejam, por exemplo, eu me aposentei, e veja, não estou defendendo em causa própria.

Fita 16 - Lado B

PC - Quer dizer, se não me engano foi uma lei até do Steinbruch, do Aron Steinbruch. O seguinte, foi feita para os aeronautas que derrubaram logo na revolução, em [19]64, porque o pessoal da revolução veio em cima de aeronauta, de procurador e de tesoureiro, não é? Então o aeronauta era o seguinte. Aposentava o aeronauta. Então chegava a aposentadoria dele e via-se o valor da aposentadoria dele. Quantos salários mínimos ele recebia. Vamos dizer, 9,8 salários mínimos da época. Ele ficava com aquele número, 9,8. Aumentava o salário mínimo, 9,8, ele ia para o resto da vida com 9,8. Não era isso que estão fazendo. Vocês vejam, por exemplo. Eu me aposentei. E veja, não estou defendendo um troço em causa própria não, eu me aposentei como segurado da previdência, eu pagava sobre 20 salários mínimos. Aposentei-me em março de 1985 e saí com 12,5 salários mínimos. Em maio houve um aumento, houve um reajustamento, com esse reajustamento eu passei de 12,5 para 10 e qualquer coisa, quando chegou em novembro houve um reajustamento eu passei para 9 e pouco. Quer dizer, cada vez que há um reajustamento,

eu passo a receber mais dinheiro, mas caio na escala, desço um percentual. Presta atenção, não é isso, se eu ganhava tanto, eu devo continuar ganhando tanto sempre, não é? Parece-me que é o lógico, não é? Mas não, aí entram os matemáticos na Previdência Social e fazem essas besteiras que estão aí, é evidente por ordem de alguém, não é? Desce e tal e calcula o índice.

LO - Os matemáticos não são mais os atuários não ou são ainda os atuários?

PC - Não, não os atuários, porque não há mais porque você falar em cálculo atuarial. Porque cálculo atuarial? Cálculo atuarial é de seguros, evidente. Quando você trabalhava em regime de seguro você tinha que ter o cálculo atuarial, a partir do momento que você passou do seguro para a previdência, para que atuários? Pergunto eu, porque aquele dispositivo que diz que governo pagará as despesas de administração do INPS, pessoal e material, é a contribuição dele, ou cobrirá as insuficiências financeiras. (risos) Pronto! Se cobrirá as insuficiências financeiras já se está prevendo a insuficiência financeira, não é? Atuarialmente não pode haver insuficiência financeira. Se houver? Vai diminuir a prestação? Não vai dar reajustamento de aposentando e pensão? Não. O governo entra no orçamento e dilui na multidão, não é? Cai no negócio do Zé Kéti, aquela máscara negra. Quanta gente, não sei o que, na multidão, não é? (risos) Dilui na multidão e deve ser talvez a margem futura da contribuição da previdência. Deve ser possivelmente isso, eu não sou muito conhecedor dessa parte matemática da Previdência, mas no fim, nós vamos acabar, por exemplo, a empresa em vez de pagar 8.5% ou 10% sobre a folha de pessoal, ela vai ter pagar sobre o faturamento, não é? porque não tem sentido um botequim ter três sujeitos e paga por pessoal e outro tem um computador e tem um sujeito, e um botequim no fim do mês o cara, o português está fazendo as contas para ver o que sobra para ele e o outro está com dinheirama. Não, tem que ser faturamento.

LO - Como era há muito anos, como era na idade das Caixas, não é?

PC - Em termos, não é? Em termos. Mas tem que tem ser faturamento. Faturamento a gente tem que fazer, faturamento de empresa. A empresa paga pelo que faturar. E mais, é um negócio que eu também acho que deva, a partir de uma determinada importância que o sujeito aufera como renda, não isso eu não tenho a menor ideia do que seria, não é? Mas vamos admitir só para efeito de posicionar o pensamento, tudo o que o sujeito ganhar acima de 50 salários mínimos, o excedente, zero vírgula não sei o que, para a Previdência Social. Porque há países do mundo, países capitalistas no mundo em que o empregado não paga, há países socialistas que o empregado paga, e há países capitalistas em que o empregado não paga. Noruega, Dinamarca, o empregado não paga. Então, o negócio sai da onde? Ou às vezes é uma parte do empregador, e uma parte no imposto de renda. Por exemplo, na Finlândia há taxas comunais. O grosso da contribuição na Finlândia é descomunal, então você dissolve isto na multidão, não pesa para ninguém. Não é? O que é que vai pesar a um sujeito que como lucro acima de 50? Meu Deus do Céu! Em vez de ele comer quatro caixas de caviar por mês, ele come três. (risos) Já está comendo caviar para burro, não é? E eu não tolero aquilo. (risos) então...

LO - Professor tem uma pergunta ainda com relação a sua esposa, ela hoje utiliza os serviços da Previdência Social?

PC - Não, não utiliza, e eu vou dizer a você porque. Eu acho que, primeiro, aliás, eu vou inverter a posição. Eu tenho que dar... Não é dar, acho que a gente não dá, a gente não

devolve. Enfim, eu tenho que proporcionar à minha mulher tudo o que ela me proporcionou, evidentemente que guardadas as relações de tempo, de condições financeiras. Mas eu me lembro de um negócio, para dar uma ideia, por exemplo. Só para eu entrar no tema, me desculpe-me falar assim pessoalmente. A primeira operação que eu fiz na minha vida, eu fiz uma operação de vesícula biliar, em 1953. E até então nós tínhamos uma... A nossa cama era uma cama formidável, porque é aquele estrado patente, e o colchão bom, de crina. E era confortabilíssima. Acontece que eu cheguei na casa de saúde, e pela primeira vez me deitei num colchão de mola, achei aquele negócio (risos) a coisa mais deliciosa do mundo. (risos) Até esqueci da operação. Eu que estava morrendo de medo de operar. E realmente o sujeito quando deita num colchão de mola a primeira vez é uma delícia. Muito bem, e eu dizia para ela, eu digo: “Mas que coisa, hein!” Quando foi no terceiro ou quarto dia depois de operado, meu irmão foi lá e ela disse: “Amanhã eu queria que você ficasse aqui um bocadinho com o Paulo porque eu precisava ver um negócio lá em casa”. Bom, ele ficou, ela saiu. No dia que eu cheguei na minha casa de volta, eu tinha um colchão de mola. Bem, então você veja, uma simples frase besta que a gente fala, um colchão de mola que acabou me dando dor na coluna alguns anos depois em mim (risos) e ela, e nos desvencilhamos do colchão de mola. Então meu Deus do Céu, se uma criatura que me proporcionava essa coisa. Eu tenho que dar a ela o que tem de melhor. Não, isso é besteira, viu? Agora mesmo eu para firmar a possibilidade de um diagnóstico de uma melhora dela nas condições em que ela está, passei quatro dias, três dias em uma casa de saúde e com exame e tudo, eu gastei 21 milhões. É evidente que eu pude fazer isso, não é? E graças a Deus aquilo que estava na minha cuca deu certo, porque ela pode ter uma medicação e as convulsões que estava tendo deixou de ter. Bom, então óbvio que a Previdência Social ela não pode me dar isso, de jeito nenhum. Ela pode me dar três enfermeiros para cuidar da minha mulher? Não pode. Não é? A gente dando isto a uma criatura, a gente está fazendo um bem ou está fazendo um mal? Agora eu me ponho a pergunta. Se eu fosse um sujeito que ganhasse salário mínimo, e se minha mulher tivesse adoecido com essa enfermidade que ela tem, a síndrome de Alzheimer, progressiva, sem cura, sem a menor possibilidade de nada, se eu fosse um homem de salário mínimo, o que é que tinha acontecido com ela? Ela já tinha morrido, não é? Então tinha descansado, não é? Agora, eu tenho que dar a ela, tudo o que eu puder, não é? Bom, então eu estou prolongando até o sofrimento dela, não é? Mas é meu dever fazer isso. Bom, eu não uso a Previdência Social, o serviço médico primeiro porque tenho condições de enfrentar o que estou enfrentando. Segundo, porque cada vez que a minha mulher tivesse que utilizar um serviço da Previdência ela estava passando na frente de alguém. Não digo passando na frente, quer dizer, havia alguém que ela estava... Ela era número 16, o outro era o número 17. Agora o 17 virou 16, é atingido mais rapidamente, pelo menos um bocadinho mais rápido. É isso. Agora, tive, vi coisas da Previdência, como eu já desse a vocês, que era impensável existir antes de existir a Previdência social. Vocês já falaram com o Heger? Já entrou em contato com ele? Você vai ver o Heger vai contar a você o que se fez em matéria de tuberculose, de cirurgia de tuberculose. Quando é que o filho do rico, do meu tempo de moço podia ter o que tinha um desses homens aí que trabalha nos fios que a Previdência deu? Não é? Então, evidentemente, e agora... Nós já estamos terminamos, ou ainda tem coisa? Pode terminar?

LO - Não, eu ainda tenho perguntas. Inclusive em cima disso que o senhor está falando. O senhor que foi da CAP, da Estrada de Ferro Central do Brasil. O senhor que foi da CAPFESP, o senhor que foi do IAPFESP, o senhor que conheceu o INPS, o senhor que conheceu e vivenciou uma mudança nas práticas médicas provocadas pela intervenção da

Previdência Social nesse setor, como é que o senhor vê hoje a situação da assistência médica da Previdência Social?

PC - É evidente que hoje eu não estou tão conhecedor da situação da assistência médica da Previdência Social porque uma vez feito o INAMPS eu me desliguei de certa maneira da existência material do problema. Mas você veja uma coisa, nós massificamos a prestação da assistência. Está certo, ou está errado? Está certo. Agora, nós não demos à Previdência, nós, quando eu digo: nós o Brasil, um país, não deu à Previdência, os meios para atender a esta massificação. Está certo ou está errado? Está errado. (risos) Porque o negócio tinha que ser planejado. Então houve coisas assim meio absurdas, fazerem, parece que um hospital em São Paulo, eu nunca vi esse hospital, mas que dizem que é um negócio monstruoso, de grande, que só manter aquilo, levou não sei quantos anos fazendo. E nem sei se está pronto, se já ficou pronto, sei lá, 20 anos fazendo, não é? Bem, então o que a gente... O que eu acho que a gente tinha que fazer era fazer um plano do aumento prévio, um plano prévio para o aumento da assistência, de acordo com um provável aumento da população. Não é difícil calcular isso, porque a gente já sabe que a população cresce de dez em dez anos numa progressão geométrica, não é? É a velha lei de Malthus. A gente vai acabar todo mundo morrendo de fome, porque a cada dez anos os meios de produção de alimentos crescem em progressão aritmética, e o povo cresce em progressão geométrica. Então no fim, (risos) não vai sobrar uma batata para cada um jantar. Bom, mas também a gente tem um problema que é o seguinte, e a classe para atender, o profissional para atender, não é? O profissional para atender. Está este profissional... Você veja com as coisas se ligam, você precisa, você aumenta o número de demandantes dos serviços. Agora você tem que aumentar as instalações, mas você não faz Medicina só com hospital, você precisa de médico, mas você não faz médico só com conversa, você precisa ter a escola, não é verdade? Enfim, se você abrir a porteira da escola, você imagina quanto sujeito sem condições vai entrar. Não é? E vai sair aí um médico, quer dizer, o curso de Medicina tem que ser um curso difícil, tem que ser nata, tem que ser uma nata. Você veja bem, até para não dizer que eu só pichei esse camarada. Eu me lembro de 1933, mais ou menos, eu uma ocasião andei tendo uma dor de estômago, um negócio que já era um prenúncio de um problema vesicular que eu vim a ter mais tarde, depois duodeno também. Bem, tinha aqui um colega, o Mário Cantisano que foi estudar Medicina, e eu estava fazendo Direito. Um dia eu disse ao Mário: “Ih, Mário, eu ando tendo uma dor aqui, e tal”. Ele disse: “Olha, aqui, vem cá. Eu vou te levar lá no hospital São Francisco, porque tem um chefe de clínica lá”, eu não sei se já era até professor, ou assistente, “que é um sujeito espetacular para fazer diagnóstico”. E me levou. E me apresentou um sujeito se chama apenas Fioravanti Di Piero. Viu? No Hospital São Francisco de Assis, e esse camarada me deu uma examinada assim e disse: “Tudo isso indica que é vesícula biliar”. Bem, 20 anos depois eu fui para mesa de operação, para operar. Ele podia ter... Se ele soubesse talvez do que ia acontecer, talvez ele me desse uma dose de veneno, (risos) para não aporrinhar ele como consultor médico da Previdência.

NM - o senhor se operou pela Previdência?

PC - Não, não. Também operei... É a tal história, quer dizer, eu podia ter me operado pela Previdência, talvez no meu instituto, se ainda fosse, época do meu instituto talvez eu operasse. Mas quando eu fiz a operação do duodeno, já não era e eu resolvi operar fora, mesmo porque o meu médico ele era muito rígido, em termos de assistência médica, não é? E a tal história, meu filho, porque eu ia, podendo pagar um leito, porque eu ia ocupar um leito que alguém que não pudesse pagar tinha que ocupar?

LO - Alguma vez o senhor ocupou um leito da Previdência?

PC - Não, para operação não, para operação não, nunca ocupei, mas eu acho que há uma série de coisas que se entrelaçam, não é? Para poder dar a todo mundo, eu acho que seria admirável se todo mundo pudesse dar, por exemplo, vocês que estão aqui em casa vendo que a mulher tem recebido aí, está sendo atendida, não seria formidável? Porque é a tal história, a dor, ela não é diferente, para o preto ou para branco, para o rico ou para o pobre, não é? Às vezes o pobre até pode ter um pouco mais de força para aguentar a dor, porque está habituado, coitado, nasceu para sofrer, não é? É o tal negócio da Amélia, que é a mulher de verdade, nasceu para sofrer, então sovaco de aleijado, não é? (risos) Bem, mas o ideal não era isso? Todo mundo ter a mesma coisa?

NM - Os jornais estão anunciando recentemente a transferência do INAMPS para o Ministério da Saúde. É possível a transferência do INAMPS para o Ministério da Saúde. Com é que o senhor analisa essa questão?

PC - Eu sou inteiramente contrário. Ministério da Saúde é um Ministério de higiene e o outro é de prestação de assistência médica, não é? Você bota, meu Deus do céu. Eu era menino, viu e tinha os dispensários da Saúde Pública, não é? Dispensário de tuberculose. Você chegava ali, ali na rua do Rezende, era um negócio de cortar o coração. Não quer dizer que hoje esteja melhor não, viu? Mas era, veja bem, imagina isso com essa massa. E o Ministério atender. Não, Ministério da Saúde é ministério para fazer prevenção, de tudo, não é? Se ele fizer a prevenção de tudo, olha que ele já está prestando um serviço a esse país que não tem tamanho, não é? E o outro é para tratar. Só isso.

LO - Professor antes de terminar eu gostaria de registrar a doação que o senhor fez da fita com a cerimônia gravada da sua despedida da Presidência do Conselho de Recursos da Previdência Social. Doação também de alguns processos que o senhor já registrou. Eu queria fazer, essa é uma última pergunta que eu tenho aqui, que eu tinha deixado passar, é com relação à sua aposentadoria, que o senhor colocou que houve uma safadeza do Ministro Júlio Barata. O senhor podia explicar um pouco o que foi isso na aposentadoria do senhor em [19]70?

PC - Não, não, safadeza dele, não, o negócio é o seguinte.

LO - Em [19]77.

PC - Não, em [19]77. Em [19]77 eu me aposentei como procurador. O que tinha acontecido é o seguinte, é que se eu tivesse ficado no Conselho de Recursos por mais dois anos, quer dizer, se eu tivesse sido reconduzido, teria ocorrido a coisa da seguinte maneira, eu completaria 35 anos de serviço num cargo ganhando um vencimento que era, se eu não me engano, 70 ou 80% do vencimento do Ministro. Então eu teria completado 35 anos de serviço, mais de dez anos em exercício de cargo de comissão, porque era mais de 20. Então eu tinha direito de sair aposentado no cargo que eu estava exercendo, que era 70, 80% do vencimento do Ministro, que dizer era o mais alto vencimento do serviço público, nessa época, afora Ministro, ninguém ganhava mais que o presidente do conselho. Bom, porque o resto era "C" não sei o que, essas coisas que o DASP inventa. Que eu ganhava mais que o presidente do INPS. Bom, não tendo sido reconduzido, o que aconteceu? Eu voltei ao meu cargo de procurador, não é? Então eu fiquei como procurador, aí eu perdi, não foi brincadeira o que eu perdi, a paulada que eu perdi. Bom,

mas não tem importância, tocamos adiante. Então eu estaria até hoje amargurado, mas eu não sou homem de querer me amargarar por coisa nenhuma, eu...

LO - Se o senhor se aposentasse, não é?

PC - É, naquela época, se eu sáísse aposentado. Bom, então eu tirei dois anos de licença prêmio, esfriei a cabeça e voltei para as minhas atividades. Bem, voltando para as atividades o que aconteceu? Eu fui exercer vários cargos, não é? Então quando chegou na hora de me aposentar, eu não me aposentei com o vencimento de procurador, eu me aposentei com o que eu recebia como DAS-2, que era bem mais do que o procurador, hoje não é, hoje o procurador ganha mais, você vê, por exemplo, esse cidadão aqui que me agradece naquela carta, ele aposentou melhor do que eu, porque ele é DAS-3. E eu me aposentei com DAS-2. Bom, então não houve propriamente assim safadeza, eu fui envolvido, fui atropelado pela situação, mas aí com relação à minha aposentadoria, nem o Ministro Barata ia saber que eu estava, na época eu estava para me aposentar, nem eu ia dizer isso a ele, não é? Que eu ia me aguentar, nem eu ia pedir a ninguém para me se segurar num lugar, porque daí a dois anos eu tinha um tempo para me aposentar. Não, isso não, isso aí não tem maior...

LO - Agora, quanto ao estatuto especial de Previdência para os advogados para discutir...

PC - Ah, não, não, não, não eu...

LO - Existe alguma diferença?

PC - Não, a gente discute assim em congressos, a gente conversa e tal, mas eu ter participação, eu não tenho, e participação em fazer lei, eu só tive uma vez, foi um decreto lei que eu fiz para o Ministro do Presidente da República, foi logo em [19]64, porque surgiu o problema daqueles empregados de empresas estatais que tinham sido aposentados por ato do Presidente da República. Então mandar para o INPS, na ocasião não era nem INPS, mandar para os vários institutos. Como resolver o problema, se o instituto, primeiro, o Presidente da República não poderia aposentar quem fosse de instituto, não é? Bem, o instituto ainda que o Presidente da República aposentasse o instituto não ia pagar, não podia pagar, com resolver o problema, um sujeito com 20 anos era aposentado pelo Presidente da República, e daí? Então eu fiz um decreto-lei, levei, escrevi esse decreto-lei lá na Ilha do Governador uma noite, um sábado à noite, na segunda feira levei para o doutor Vieira da Silva que era o seguinte, o órgão, a entidade a que pertencesse aquele cidadão aposentado, continuaria pagando a ele o valor da aposentadoria dele. E recolheria as contribuições para o instituto. Quando ele completasse o tempo para se aposentar, ele vinha, se aposentava pelo instituto. Transformava só. A única lei que eu fiz assim, que essa eu fiz, foi um daqueles decretos-leis que saíram parece que em três edições do Diário Oficial com decreto-lei do Castelo Branco, não é? Nos últimos dias, esta é um, um dos decretos-lei que eu fiz exatamente para resolver o problema desse pessoal, porque senão ficava sem nada, não é? O pessoal de Companhia Siderúrgica, disse daquilo outro, mas isso também passou.

NM - Fazer uma pergunta ainda. Senhor Paulo, nós em quase 17 horas de gravações, falamos de diversos assuntos, tocamos em diversos personagens, diversos fatos, que marcaram a sua vida e marcaram também a história da Previdência Social. Teria algum assunto que o senhor acha que a gente não aprofundou e que o senhor gostaria de tocar?

PC - Não, isso é para terminar?

LO - É, está aberto.

PC - É. Olha aqui, não. Eu acho que não, eu falei de mais, não é? Eu falo que nem um desgraçado. (risos) Eu me lembro que meu irmão ele era um sujeito assim muito calado, viu? E eu sempre fui assim um arataca, não é? Matraca, então a minha mãe tinha muito disso: “Cala a boca, Paulo!” “Cala a boca, menino”. De vez em quando dizia assim para o meu irmão: “Fala, Zé Maria!” (risos), falamos à beça. Bem, não eu acho que dentro do que vocês me propuseram, dentro do que eu podia fazer, outros farão melhor até, talvez, porque eu de vez em quando eu desvio um pouco, mas eu acho que nós tocamos em tudo. Apenas assim para terminar, eu lembrei outro dia desse negócio, até ouvindo uma outra gravação que eu tinha aí, eu lembrei desse negócio e queria terminar exatamente recordando esse episódio. A Previdência Social é evidente, ela não pode atender a todos e a tudo, ela não é panaceia, não é? Ela não é maravilha curativa (TI), não é? Vocês não conheceram isso, mas antigamente na farmácia tinha assim um armário que tinha um título assim, Maravilhas Curativas do Doutor Humphrey, Número 1... Então tinha para moça que ficava menstruada dez dias, para moça que não tinha menstruação. Tinha remédio para tido, para espinhela caída, unha encravada e tal coisa. Previdência não pode ser isso, óbvio. E eu vou mostrar a vocês que por mais que a Previdência possa fazer, há certas coisas que ela não pode atender. O episódio se passa nos primeiros dias, nos últimos dias de julho ou primeiros dias de agosto de 1957. Eu era... Não, 1957? Não, 1959. Eu era chefe da Sessão de Benefícios da Procuradoria da Caixa, não do IAPFESP, não da CAPFESP, ainda na era, IAPFESP, quando me dizem que tinha uma senhora que queria falar comigo, entrou uma senhora com aquela fisionomia de uma idade indefinida, como quase todas as criaturas castigadas pela vida, muito humilde, tinha uma perna muito inchada. Sentou e me contou a seguinte história, ela tinha uma filha que tinha se casado com um biscateiro, família pobre, paupérrima, a filha pobre, e casou com um biscateiro, essa filha dela teve três filhos, um filho, uma filha e outro filho, e há uma certa altura morreu o pai dessas crianças sem deixar nada nem aposentadoria, nem pensão porque não era assegurado de Previdência, e morreu tuberculoso. Pouco depois morreu tuberculosa a mãe dessas crianças então essa pobre velha que eu nem sei bem se ela era velha, a cara era de uma criatura velha. Esta criatura ficou às voltas com a educação dos três netos, arranjou para o neto dela mais velho ser aluno da escola Silva Freire que é uma escola que a Central do Brasil então mantinha para formar trabalhadores para ela, operários, técnicos...

Fita 17 – Lado A

PC - E o menino foi para lá, e como ele ganhava um determinado salário ele ganhava, ele era segurado obrigatório da Previdência Social acontece que um ano e meio depois do menino estar fazendo esse curso, o menino fica tuberculoso e foi mandado então, depois de uma série de tratamentos de que ele fez na ocasião, foi mandado internar num sanatório em Correias e ficou em auxílio doença, que o IAPFESP dava e ficou internado no sanatório de Correias. Agora, a criatura estava muito aflita porque tinha havido o auxílio-doença concedido, já estava com direito a três meses de receber o auxílio-doença. O menino estava precisando de coisas no sanatório, mas quando ela compareceu para receber disseram lá no órgão competente que ela tinha que ser tutora do filho, do neto, tinha que providenciar uma tutela e que o processo estava vindo para eu falar. Realmente

o processo estava chegando eu disse a ela, eu digo: “Amanhã a senhora passa aqui ou depois de amanhã que eu lhe dou uma resposta”. Eu examinei o processo e não havia dúvida que o menino tinha que ter um representante legal, não é? Para entrar na lei... Bom, agora, eu exigir que essa mulher fizesse uma tutela sem ter dinheiro para comer? Eu não tive dúvidas. Eu digo: Bom, eu vou mandar pagar a esta mulher como avó dele. Porque veja bem até quanto tempo ia levar este processo, ela tinha que arranjar um advogado, se caísse na justiça gratuita ia levar não sei quanto tempo. Então eu calculei, eu digo, bem isso aí vai levar uns quatro meses, com mais três que o garoto tem, sete meses, se eu levar uma paulada é isso, eu tenho para pagar, se disserem que eu cometi uma ilegalidade, eu tenho para pagar, e a ilegalidade está cometida. Então mandei pagar, viu? Mandei pagar a ela. Agora, encaminhei-a à justiça gratuita para ela depois regularizar a situação. Bom, passou-se. No dia 13 de agosto de 1957, [19]59. é, [19]59, meu filho estava fazendo 15 anos, a idade daquele menino. Eu tinha me preparado para naquele dia sair um pouquinho mais cedo, que a minha mulher tinha pedido que eu, em geral, chegava em casa sete, oito horas. Ela disse: “Chegue mais cedo” e tal. E era mais ou menos três horas da tarde quando me bateu lá a tal senhora. “Ah, Dr. E tal... Eu vim aqui lhe agradecer muito e tal e olha eu queria que o senhor lesse a carta que o meu neto mandou, que eu já recebi o dinheiro, já mandei para ele”. Eu digo: “Não, minha filha, não quero ler carta nenhuma, não, está aqui” “Não, doutor, eu faço questão”. Eu digo: “Minha filha você quer o que, provar que o seu neto recebeu o dinheiro, esse é um negócio que nem me passa pela cabeça”. “Não, doutor, o senhor vai ler a carta. Faz favor”. Então, não havia jeito, não é? Tinha que ler a carta. O menino começava: “Vovó e tal, recebi o dinheiro e tal...” Então fazia um relatório do que ele tinha comprado, cobertor, mais um cobertor porque frio para burro, não é? Tinha comprado um pulôver, pasta de dente, não sei o que... Havia um remédio que ele precisava tomar e que o sanatório não tinha, então ele mandou comprar e tal... E, aí esse menino começa a mandar uns conselhos para os irmãos e muito preocupado com a tal de vedete. “Não deixa a vedete ir não sei em tal lugar...” Eu de repente perguntei para ela: “Me diz uma coisa? Quem é essa vedete”, que ele garoto... Eu digo: “Será que esse (risos) garoto já andava metido com alguma... Ela disse: “Não, vedete é uma cachorrinha dele.” Então veja bem o mundo dessa criança. Chamava a atenção da avó para que não deixasse o irmão dele mais moço jogar bola quando estivesse chovendo para não ficar com a doença que ele estava, como se uma doença de carência e de miséria a gente apanhasse porque pegou um chuvisco, não é? (risos) Ou quando jogando bola. A gente, já está tuberculoso por dentro, por miséria mesmo, não é? Bem, no fim ele terminava a carta assim: “Eu vou... Estou me tratando, faço muita questão de tomar esses remédios para ficar bom o mais depressa possível. Agora, vovó, me diz uma coisa, para saudade há remédio?” Você veja naquele dia eu ler um negócio desse de uma criança de 15 anos que tinha a idade do meu filho. Então de repente eu pensei inclusive na vida do meu filho. O meu filho tinha um quarto de grande cubagem de ar, se alimentava com o que havia de melhor, tinha tudo, ele tinha mais do que ele precisava. Agora, e se as coisas tivessem invertidas, né? E se o meu filho estivesse no lugar dessa criança. Então você vê, a Previdência pode dar uma porção de coisa para todo mundo, agora ela não pode dar remédio para saudade, não é? Saudade a gente tem que sofrer mesmo e vai sofrer saudades nas mais variadas razões, saudade de uma infância, saudade de uma casa, saudade de um livro, saudade de um parente, de uma mãe que morreu, não é? De um irmão que a gente teve. Eu hoje não tenho saudade da minha mulher e ela não está do meu lado? Tem que ter saudade de quem? Daquela criatura que ela foi, que ela hoje não é mais quem foi. Bom, então Previdência minha gente, é o seguinte: ela tem que dar ... Todo mundo tem que se conscientizar de que a pessoa que está do lado de lá é uma criatura humana com outra qualquer e que aquela criatura que está do lado de lá amanhã pode ser

um de nós. Não é verdade? É evidente que a gente tem entender que muitas vezes o sujeito que está trabalhando na previdência, que está do lado de cá, ele está com problemas maiores do que o do lado de lá, não é? Imagina se eu amanhã tiver um problema e tiver que ser atendido por um sujeito que deixou um filho em casa morrendo? O sujeito (risos) vai ter que me atender bem? Vai ser meio difícil. Ele está aflito, ele perdeu um filho, perdeu uma mulher. Então tem que haver, o que tem que haver...? Eu agora vi a nomeação disse bestalhão aí desse porta voz da Presidência da República nomeado para ombudsman (risos). Para ouvidor. O sujeito para ser ouvidor é um camarada tem que ter sensibilidade. É óbvio que os funcionários da Previdência eles precisam ser treinados para ter essa sensibilidade, entender que o sujeito que está do lado de lá é quase sempre um carente, é um sujeito que precisa de uma mão para ser posta na mão dele. Eu costumo dizer sempre aos meus alunos na Escola Naval que uma das coisas mais bonitas que existe na Escola Naval é quando termina agora no 13, quando eles terminam, quer dizer aquela batalha que há entre eles para a classificação. Quando manda debandar, eles se abraçam. Eu acho isso lindo! Fica muito bonito. Eu não sei se vocês já foram alguma vez a uma solenidade da Escola, o dia que vocês quiserem, é 13 de dezembro, me avisem no dia 12, que no dia 13 eu levo vocês. Agora, eu costumo dizer aos meus alunos o seguinte que eles não percam de vista isto, dar um abraço na hora da felicidade é mais fácil, agora o difícil é a gente botar a mão no ombro do indivíduo na hora da adversidade. E, é isso que eu aconselho a eles: Todas as vezes que os seus colegas estiverem em um sofrimento ponha a mão no ombro dele, porque essa hora é que é a hora necessária, mais do que o abraço na hora da felicidade é a mão no ombro, a mão no rosto de quem está sofrendo. É isso. Chegou?

LO - Dr. Paulo muito obrigado em nosso nome e em nome da Fundação Oswaldo Cruz, em nome do INAMPS, do convênio. Estamos aqui para o que vocês quiserem. Estamos muito felizes por poder compartilhar essa entrevista com o senhor.

PC - Muito obrigado.